UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

LENILTON FRANCISCO DE ASSIS

ENTRE O TURISMO E O IMOBILIÁRIO:
velhos e novos usos das segundas residências
sob o enfoque da multiterritorialidade - Camocim/CE

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2012

LENILTON FRANCISCO DE ASSIS

ENTRE O TURISMO E O IMOBILIÁRIO:

velhos e novos usos das segundas residências
sob o enfoque da multiterritorialidade - Camocim/CE

VERSÃO CORRIGIDA

De acordo: _____

Profª. Drª. Adyr Balastreri Rodrigues (Orientadora)

LENILTON FRANCISCO DE ASSIS

**ENTRE O TURISMO E O IMOBILIÁRIO:
velhos e novos usos das segundas residências
sob o enfoque da multiterritorialidade - Camocim/CE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Adyr Balastrieri Rodrigues

São Paulo
2012

Universidade de São Paulo

RELATÓRIO DE DEFESA

Aluno: 8136 - 6016190 - 1 / Página 1 de 1

Relatório de defesa pública de Tese do(a) Senhor(a) Lenilton Francisco de Assis no Programa: Geografia (Geografia Humana), do(a) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Aos 12 dias do mês de março de 2012, no(a) Sala de Eventos realizou-se a Defesa da Tese do(a) Senhor(a) Lenilton Francisco de Assis, apresentada para a obtenção do título de Doutor intitulada:

"Entre o turismo e o imobiliário: velhos e novos usos das segundas residências sob o enfoque da multiterritorialidade - Camocim/CE"

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Adyr Aparecida Balastrieri Rodrigues	Presidente	FFLCH - USP	Aprovado
Edvânia Torres Aguiar Gomes	Titular	UFPE - Externo	Aprovado
Julio Cesar Suzuki	Titular	FFLCH - USP	Aprovado
Manoel Fernandes de Sousa Neto	Titular	FFLCH - USP	Aprovado
Rogério Haesbaert da Costa	Titular	UFRJ - Externo	Aprovado

Resultado Final: Aprovado

Parecer da Comissão Julgadora *

A banca ressalta a qualidade da análise em relação à contribuição teórico-metodológica e indica a publicação da tese.

Eu, Aline Nogueira Marques, lavrei o presente relatório, que assino juntamente com os(as) Senhores(as) examinadores. São Paulo, aos 12 dias do mês de março de 2012.

Edvânia Torres Aguiar Gomes

Julio Cesar Suzuki

Manoel Fernandes de Sousa Neto

Rogério Haesbaert da Costa

Adyr Aparecida Balastrieri Rodrigues
Presidente da Comissão Julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em 16/03/2012 e, portanto, o(a) aluno(a) faz jus ao título de Doutor em Ciências obtido no Programa Geografia (Geografia Humana) - Área de concentração: Geografia Humana.

Presidente da Comissão de Pós-Graduação

Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva
Presidente da CPG-FFLCH

Ao meu pai Luís (*in memoriam*), pelo amor 'silencioso', a luta pela família e a recíproca admiração.

À querida Paulinha e ao nosso filho Davi, pelo afeto, a alegria e a inspiração.

AGRADECIMENTOS

Assumindo o risco de esquecer alguns nomes, expresso abaixo meus sinceros agradecimentos às pessoas e instituições que foram imprescindíveis nessa jornada:

À Profa. Adyr Rodrigues, pela confiança depositada e pelas orientações precisas. Grande referência da Geografia do Turismo no Brasil, deu-me o privilégio de aprender e crescer com seus estímulos constantes. O carinho e a presteza dispensada servem de exemplo e de admiração.

Aos Profs. Manoel Fernandes e Júlio Suzuki, pelas valiosas contribuições nas etapas de qualificação e de conclusão desse trabalho.

Ao Prof. Rogério Haesbaert, pelas sugestões e os estímulos das suas obras, às quais sou grande devedor.

À Profa. Edvânia Gomes, por partilhar novos ensinamentos e “brindar” comigo mais este importante momento.

Às Profas. Maria Laura e Regina Araújo, pelos debates e sugestões ao longo das aulas na USP.

Aos Profs. Tomás Mazón e Daniel Hiernaux, pela atenção e gentileza do intercâmbio bibliográfico.

Aos professores, alunos e funcionários da Casa da Geografia da UVA, por todo apoio e compreensão durante o meu afastamento do trabalho, em especial às colegas Neide e Martha que foram parceiras nas agruras e em bons momentos desse doutorado. Estendo ainda minha gratidão, ao amigo e ex-professor da Casa, Johnson Nogueira, pelo incentivo no início do curso.

Aos funcionários da Secretaria da Pós-graduação em Geografia da USP, pela dedicação e o bom atendimento.

Ao Arilson, geógrafo e amigo camocinense, pela inestimável ajuda em diferentes etapas dessa pesquisa. Prestativo e sempre solidário, acolheu-me entre seus familiares e amigos, aos quais também sou grato pela atenção e o carinho recebido.

À Salete Magnoni, pela confiança e pelos alegres cafés da temporada em São Paulo.

Ao Manoel Sousa, pela paciência e o zelo na digitalização dos mapas.

Ao Franklin Viana, pelo bom reencontro e a ajuda com algumas figuras.

Ao Barão, pela reformulação da folha de rosto.

À minha mãe Nilda e ao meu pai Luís (*in memoriam*), pelo apoio incondicional e por me darem as maiores lições de vida.

Aos meus irmãos, pela torcida e grande afeição.

À companheira Paulinha e ao pequeno Davi, por todo o amor e incentivo, além da imensa compreensão. De forma muito especial, celebro com eles essa realização.

Aos demais parentes e amigos, pelo estímulo e as várias manifestações de afeto que foram “revigorantes” nessa caminhada.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de fomento à pesquisa.

Aos funcionários e parceiros do Instituto Terramar, pelo exemplo de que é possível transformar o saber acadêmico em instrumento de justiça socioambiental.

Ao Vando Arcanjo, pela gentileza em disponibilizar seu acervo fotográfico de Camocim.

Ao colega historiador camocinense, Prof. Carlos Augusto Santos, pelo material e as informações concedidas.

Aos líderes comunitários de Tatajuba e Maceió, pela confiança e o apreço com que compartilharam suas lutas e histórias de vida.

Aos demais entrevistados, pela disposição e as informações indispensáveis.

A Deus, por tornar possível mais essa conquista.

Hoje, a mobilidade se tornou praticamente uma regra. O movimento se sobrepõe ao repouso. A circulação é mais criadora que a produção. Os homens mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes. Mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as ideias. Tudo voa. Daí a ideia de desterritorialização.

Milton Santos

Territorialização e desterritorialização, como território e rede, espaço e tempo, não podem ser dissociados. A grande questão hoje não é a desterritorialização, mas o reforço lado a lado da efetiva multiterritorialidade para uns poucos – a elite globalizada, por exemplo –, a reclusão territorial para outros e a territorialização precária e luta pelo território mínimo para tantos.

Rogério Haesbaert

RESUMO

ASSIS, Lenilton Francisco de. **Entre o turismo e o imobiliário**: velhos e novos usos das segundas residências sob o enfoque da multiterritorialidade - Camocim/CE. 2012. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2012.

O aumento da mobilidade tem incorporado novos usos às segundas residências que tornam ultrapassadas antigas polêmicas conceituais como a indefinição entre domicílios de lazer e alojamentos turísticos. Hoje, elas tanto abrigam o veranista local que desfruta do lazer de final de semana, quanto o turista residencial que adquire nova moradia em outro país, onde se comporta como turista e imigrante. Com o incremento das viagens, múltiplos territórios (materiais e simbólicos) são acionados entre as primeiras e as segundas residências, produzindo novas dinâmicas espaciais que resultam na multiterritorialidade. Lógicas distintas de territorialização, endógena e exógena, passam a conviver e a se confrontar nos espaços apropriados por esses domicílios que têm o seu *boom* atrelado à crescente fusão do turismo com o setor imobiliário. Tomando como referência essas transformações em curso no Nordeste brasileiro, a pesquisa busca focar os velhos e novos usos das segundas residências em Camocim/CE, visando entender se suas diferentes lógicas de territorialização promovem a solidariedade ou a segregação socioespacial. A partir de uma abordagem qualitativa, o estudo analisa como as praias das Barreiras, Maceió e Tatajuba se convertem, em Camocim, em múltiplos territórios de convivência e de conflitos entre nativos e visitantes.

Palavras-chave: turismo; segunda residência; território; turismo residencial; setor imobiliário; multiterritorialidade.

E-mail: lenilton@yahoo.com

ABSTRACT

ASSIS, Lenilton Francisco de. **Between tourism and real estate**: old and new uses of second homes with a focus on multiterritoriality - Camocim/CE. 2012. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2012.

The mobility increase has incorporated new uses of the second homes that old conceptual controversies become surpassed how the blurring between leisure domiciles and tourist accommodations. Today they shelter to both the local vacationer who enjoys the weekend leisure, much as the residential tourist who buys new home in another country, which behaves as a tourist and immigrant. With the increase in travel, multiple domains (material and symbolic) are fired between the first and second homes, producing new spatial dynamics that result in multiterritoriality. Different logics of territorialization, endogenous and exogenous, begin to live together and confront in the spaces appropriate by these domiciles that have their boom linked to the increasing fusion of tourism with the real estate industry. With reference to these changes taking place in the Brazilian Northeast, the research seeks to focus on the old and new uses of second homes in Camocim Municipality (State of Ceará, Brazil) in order to understand their different logics of territorialization, whether promote the solidarity or the socio-spatial segregation. From a qualitative approach, the study examines how the beaches of the Barreiras, Maceió and Tatajuba, in Camocim, transform themselves in multiple territories of coexistence and of conflict between natives and visitors.

Keywords: tourism, second home, territory, residential tourism, real estate market, multiterritoriality.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização de Camocim-CE	21
Mapa 2: Polos de Turismo do PRODETUR-NE	72
Mapa 3: Distribuição dos domicílios de uso ocasional no litoral cearense	86
Mapa 4: Principais microrregiões serranas do Ceará.....	100
Mapa 5: Ferrovias do Ceará.....	115
Mapa 6: Divisão política do município de Camocim	129
Mapa 7: Camocim - acessos e proximidade de destinos turísticos	130
Mapa 8: Praias e lagos de Camocim.....	132
Mapa 9: Municípios do Vale do Coreau	134
Mapa 10: Rodovia Estruturante (CE-085)	136
Mapa 11: Nova rota de fluxos turísticos inter-regionais.....	154
Mapa 12: Bairros de Camocim	173
Mapa 13: Praia do Maceió.....	194
Mapa 14: APAs de Maceió e Tatajuba	218
Mapa 15: Vilas de Tatajuba e área em litígio	221
Mapa 16: Rede TUCUM	240

LISTA DE FIGURAS

Foto central da folha de rosto - Beira-mar de Camocim, de Alex Uchôa.....	00
Figura 1: Interações espaço-temporais e múltiplas formas de mobilidade	50
Figura 2: Proposta de análise das segundas residências	64
Figura 3: Evolução das segundas residências no litoral cearense	89
Figura 4: Complexo Aquático Beach Park.....	94
Figura 5: Bangalôs do Resort Vila Galé Cumbuco	95
Figura 6: Vista panorâmica do Resort Vila Galé Cumbuco	95
Figura 7: <i>Water vila</i> do Dom Pedro Laguna Resort.....	96
Figura 8: Campo de golfe do Dom Pedro Laguna Resort	96
Figura 9: Projetos da Cidade Turística Nova Atlântida	98
Figura 10: Mansão de segunda residência para venda em Guaramiranga	105
Figura 11: Chalé de segunda residência para venda em Guaramiranga	105
Figura 12: “Construções insustentáveis” de segundas residências em Guaramiranga.....	105
Figura 13: Segunda residência na Chapada do Araripe.....	106
Figura 14: Balneário recreativo na Chapada do Araripe	106
Figura 15: Casa de serra na Meruoca.....	107
Figura 16: Sítio com campo e piscina na Meruoca.....	107
Figura 17: Porto de Camocim.....	116
Figura 18: Ferrovia de Camocim	116
Figura 19: Área Portuária nos anos de 1950.....	117
Figura 20: Estação Ferroviária nos dias atuais	117
Figura 21: Oficinas de Camocim	119
Figura 22: Movimento pró-ferrovia de 1950	119
Figura 23: Embarcações artesanais.....	122
Figura 24: Embarcações industriais	122
Figura 25: Distribuição do pescado	123
Figura 26: Comercialização do pescado	123
Figura 27: Terminal Pesqueiro Público	125
Figura 28: Despesca de barcos industriais no Terminal Pesqueiro Público...	125
Figura 29: Carnaval durante o dia na Av. Beira Mar	131
Figura 30: Carnaval durante a noite na Av. Beira Mar	131

Figura 31: Banhistas no lago Seco.....	132
Figura 32: Barracas do lago Seco	132
Figura 33: Vila de Jericoacoara.....	137
Figura 34: Praia de Jericoacoara	137
Figura 35: Hotel Municipal.....	142
Figura 36: Hotel Ilha	142
Figura 37: Master Plan Camocim Global Village	144
Figura 38: Projetos de condoresorts do Camocim Global Village	146
Figura 39: Vista aérea do Boa Vista Resort	147
Figura 40: Vista interna do Boa Vista Resort.....	147
Figura 41: Inauguração da Usina de Energia Eólica da Praia Formosa.....	156
Figura 42: Vista aérea de Camocim	157
Figura 43: Circulação no Centro.....	158
Figura 44: Igreja-matriz	159
Figura 45: Associação <i>Commercial</i> e ruínas do <i>Sporte Clube</i>	159
Figura 46: Praça Pinto Martins	160
Figura 47: Transportes regionais.....	161
Figura 48: Comércio no Mercado Público	161
Figura 49: Rua do Centro	161
Figura 50: Vista da Ilha do Amor	161
Figura 51: Territórios da Av. Beira Mar	162
Figura 52: Residências da Av. Beira Mar	163
Figura 53: Quiosques da Av. Beira Mar	163
Figura 54: Porto das canoas	164
Figura 55: Chegada das embarcações	164
Figura 56: Casa de pescador à venda	164
Figura 57: Residências de alto padrão.....	164
Figura 58: Museu do Pescador	165
Figura 59: Central de Artesanato	165
Figura 60: Balsa de travessia do rio Coreau	166
Figura 61: Imobiliária U\$€ Brasil	166
Figura 62: Falésias da Praia das Barreiras	166
Figura 63: Mirante nas Barreiras	166
Figura 64: Praia do Farol.....	167

Figura 65: Loteamentos da praia do Farol e lago Seco.....	168
Figura 66: Vista aérea da Ilha do Amor.....	171
Figura 67: Lagoas interdunares da Ilha do Amor	171
Figura 68: Segunda residência em estilo enxaimel.....	175
Figura 69: Segunda residência em estilo bangalô.....	175
Figura 70: Casas do Boa Vista Residence.....	178
Figura 71: Construção do Condomínio Recanto da Aurora.....	178
Figura 72: Piscina e Bar molhado	180
Figura 73: Suíte Africana.....	180
Figura 74: Casas do Boa Vista Residence.....	189
Figura 75: Vista da panorâmica da praia das Barreiras	191
Figura 76: Construções de mansões na praia das Barreiras	191
Figura 77: Vila da Caucaia	193
Figura 78: Reunião na Sede da ASLUMA.....	193
Figura 79: Primeira residência à venda.....	196
Figura 80: Segunda residência transformada em pousada.....	196
Figura 81: Vila dos Pescadores.....	197
Figura 82: Concentração de segundas residências na Av. Beira-Mar.....	197
Figura 83: Meios de transporte dos excursionistas	199
Figura 84: Consumo dos excursionistas nas barracas.....	199
Figura 85: Residência de italianos e suíços no Maceió.....	206
Figura 86: Ruínas da igreja da Velha Tatajuba	221
Figura 87: Vista da gamboa	221
Figura 88: Praça da Nova Tatajuba.....	222
Figura 89: Moradias da Nova Tatajuba	222
Figura 90: Barracas do lago da Torta.....	224
Figura 91: Associações Comunitárias em Tatajuba	229
Figura 92: Casa de turista residencial	237
Figura 93: Pousada de turista residencial	237
Figura 94: Desembarque da balsa	238
Figura 95: Carro de horário superlotado	238
Figura 96: Nova sede da ACOMOTA	242
Figura 97: Chalés feitos com bioconstrução.....	242

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do fluxo de passageiros internacionais no Nordeste - 1994/2004	75
Gráfico 2: Evolução da demanda turística via Fortaleza e de desembarque no aeroporto - 1996/2009	87
Gráfico 3: Expansão de domicílios ocasionais no litoral e serras do Ceará - 1991/2010	102
Gráfico 4: Crescimento dos domicílios de uso ocasional em Camocim - 1980/2010	176

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Passageiros internacionais desembarcados no Nordeste	76
Tabela 2: Preço médio do metro quadrado para segunda residência – 2008	81
Tabela 3: Crescimento dos domicílios de uso ocasional - 1980/2010	87
Tabela 4: Situação dos domicílios do Ceará - 1980/2010	88
Tabela 5: Entrada de capital estrangeiro no Ceará para os segmentos turismo e imobiliário - 2001/2007	92
Tabela 6: Interiorização da demanda turística segundo as áreas visitadas - 1998/2008	101
Tabela 7: Domicílios ocasionais por situação nas principais microrregiões serranas do Ceará - 1991/2010	102
Tabela 8: Evolução do pescado marítimo e estuarino do Ceará e dos maiores municípios produtores - 1999/2008	121
Tabela 9: Produção de pescado por espécie em Camocim - 2003/2008	123
Tabela 10: Terras adquiridas pelo Grupo Marilha	140
Tabela 11: Investimentos previstos no Camocim Global Village	144
Tabela 12: Investimentos em obras públicas em Camocim – 2010	150
Tabela 13: Indicadores socioeconômicos dos municípios do Vale do Coreaú	158
Tabela 14: Imóveis cadastrados e valor arrecadado – Camocim	177
Tabela 15: Terrenos adquiridos para a Cidade Turística Marilha	202

LISTA DE SIGLAS

ACOMOTA - Associação Comunitária de Moradores de Tatajuba
ADIT - Associação para o Desenvolvimento Imobiliário e Turístico do Nordeste Brasileiro
APA - Área de Proteção Ambiental
APP - Áreas de Preservação Permanente
ASLUMA - Associação Santa Luzia dos Moradores de Maceió
BNB - Banco do Nordeste do Brasil
BVR - Boa Vista Resort
DER - Departamento de Estradas de Rodagem
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDACE - Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
OMT - Organização Mundial de Turismo
ONG - Organização Não-Governamental
PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PDP - Plano Diretor Participativo
PIB - Produto Interno Bruto
PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PRODETURIS - Programa de Desenvolvimento do Turismo em Área Prioritária do Litoral do Ceará
PRODETUR - Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo
PROURB - Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos
REDTURS - Rede de Turismo Comunitário da América Latina
RESEX - Reserva Extrativista
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará
SETUR - Secretaria de Turismo do Ceará
SINE - Sistema Nacional de Emprego
SPU - Secretaria do Patrimônio da União
TERRAMAR - Instituto Terramar de Assessoria à Pesca
TUCUM - Rede Cearense de Turismo Comunitário
TURISOL - Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário
UECE - Universidade Estadual do Ceará
UFC - Universidade Federal do Ceará
UVA - Universidade Estadual Vale do Acaraú

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE MAPAS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE SIGLAS

INTRODUÇÃO 18

CAP. I - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS..... 26

1.1 Para além do lazer e do turismo em segundas residências: marcos conceituais 26

1.2 Segundas residências no contexto das mobilidades contemporâneas: turismo ou migração? 40

1.3 Do território à multiterritorialidade: os múltiplos usos das segundas residências articulando territórios-zona e territórios-rede 57

CAP. II - SEGUNDAS RESIDÊNCIAS NO NORDESTE BRASILEIRO: ÓCIO E NEGÓCIO 69

2.1 O veraneio e a ascensão do turismo residencial no litoral nordestino..... 69

2.2 Ceará: a lógica seletiva do turismo e a fragmentação do território..... 85

2.2.1 O litoral sob o domínio e a expansão das redes 85

2.2.2 As serras cearenses: zonas rurais em transformação 100

CAP. III - CAMOCIM: DE TERRITÓRIO DE RESERVA A TERRITÓRIO TURÍSTICO..... 109

3.1 A formação e a valorização do território: breve histórico..... 109

3.1.1 O porto 109

3.1.2 O trem 112

3.1.3 A pesca 120

3.2 O turismo e a reterritorialização 129

3.2.1 O despertar para o turismo..... 129

3.2.2 O aumento do veraneio e a difusão do turismo residencial..... 157

CAP. IV - LITORAL DE CAMOCIM: MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS EM MUTAÇÃO, CONVIVÊNCIA E CONFLITO..... 180

4.1 Praia das Barreiras: a conformação de um território-rede..... 180

4.2 Praia do Maceió: território-zona “flexível” e em disputa 192

4.3 Praia da Tatajuba: território-zona de resistência/inação..... 220

CONSIDERAÇÕES FINAIS 245

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 255

APÊNDICES - ROTEIROS DE ENTREVISTAS..... 274

APÊNDICE A - Nativos / Lideranças comunitárias..... 274

APÊNDICE B - Turistas residenciais..... 275

APÊNDICE C - Veranistas 276

APÊNDICE D - Lideranças políticas..... 277

APÊNDICE E - Superintendente do Boa Vista Resort 278

INTRODUÇÃO

A clássica oposição entre trabalho e lazer, estabelecida durante a Revolução Industrial, tem sido enfraquecida por novas práticas sociais da era da “hipermobilidade” que constituem e são resultados da globalização. São novas formas de mobilidade que alteram a relação espaço-tempo e também os sentidos de morar e viajar, originando o que Urry (2000, p. 133) chama de “tipos impressionantes de novas moradias (*dwellingness*)”.

As segundas residências se incluem entre essas novas moradias, já que, mesmo sem perder seu velho uso para veraneio de final de semana, passam a abrigar novos usuários que adquirem um segundo domicílio em outro país onde permanecem por longas temporadas comportando-se como turistas e imigrantes.

Cada vez mais comuns, tais situações têm requerido dos acadêmicos e do Poder Público a elaboração de conceitos e políticas mais “flexíveis” visando captar as diversas experiências de viagem e moradia que, hoje, tornam mais tênues as distinções entre ócio-negócio, lazer-turismo, turismo-migração, primeira-segunda residência.

Os aposentados europeus, por exemplo, são os precursores das moradias transnacionais, prática que eles intensificaram nos anos de 1970, com novos estilos de vida que passaram a ser rotulados de *turismo residencial*. Na última década, este fenômeno se espalhou por outros continentes, tendo como *leitmotiv* a associação do turismo com o setor imobiliário ou, em muitos casos, o predomínio do segundo sobre o primeiro – o imobiliário-turístico. A fusão dessas atividades tem resultado numa “urbanização turística” direcionada à formação de áreas residenciais segregadas que ofertam bons serviços e atraem construções de casas e condomínios de segundas residências para venda a turistas estrangeiros.

No Brasil, o turismo residencial ganha evidência na região Nordeste, onde, desde o início dos anos de 1990, seu litoral tem recebido investimentos e visitantes que produzem novas territorialidades através de equipamentos e enclaves turísticos que ora convivem e ora a se chocam com os gêneros de

vida da população local. O efeito desse embate sobre a organização do espaço litorâneo é uma des-re-territorialização de velhos e novos territórios que convivem e se “conflitam” num permanente (re)fazer-se, ou seja, numa multiterritorialidade.

Lógicas distintas de territorialização passam a promover a dinâmica dos territórios na região, atraindo a atenção de diversos estudiosos interessados em avaliar o saldo dessa relação que teve o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR-NE) como carro-chefe das transformações ocorridas.

A geógrafa Adyr Rodrigues (1996) foi uma das primeiras a tecer críticas e recomendações a esse Programa. Ao longo dos anos, a autora acompanhou o seu desenrolar e a abertura da região a modelos opostos de implantação turística (endógenos e exógenos) para os quais, mais recentemente, formulou interessante questão com outra imediata sugestão:

Estas duas faces territoriais do turismo, embora subordinadas a lógicas distintas, podem conviver no espaço regional? Parece que sim, porém sua integração, em nível de complementaridade, parece que não. Reconhecemos a urgente necessidade de consistentes estudos de campo que comprovem ou refutem a hipótese de solidariedade territorial ou segregação sócio-espacial (RODRIGUES, 2008, p. 40).

Instigados por esta questão e por outras logradas da dissertação, lançamos novos olhares sobre o turismo e as segundas residências no Ceará, estado que registra um expressivo crescimento dessas atividades e onde passamos a construir um novo território que se tornou espaço de trabalho, nova moradia e objeto de reflexão (ASSIS, 2001; 2006; 2007; 2009).

Dessa maneira, a pesquisa aqui apresentada foi maturada ao longo da última década, no entrecruzamento do cotidiano acadêmico (enquanto professor da UVA e aluno da USP) e da vivência, material e simbólica, de múltiplos territórios (entre Pernambuco, Ceará e São Paulo). Porém, as des-re-territorialidades daí decorrentes, embora tenham influenciado na feitura desse trabalho, tiveram finalidades, contextos e estilos de vida bem diferentes

daqueles esboçados sobre as novas formas de viagem e de moradia da atualidade.

Já em 2002, quando ofertamos a disciplina Geografia do Turismo na UVA/Sobral, começamos a refletir sobre as diferentes lógicas de territorialização das segundas residências no litoral e nas serras cearenses. Após uma década do lançamento do PRODETUR, percebemos que o Ceará despontava no Nordeste como um dos principais destinos de turistas estrangeiros e de megaempreendimentos imobiliário-turísticos.

No entanto, faltavam-nos evidências empíricas que dessem sustentação à formulação da pesquisa. Com o passar dos anos, tais carências foram sendo supridas através dos diálogos com alunos e professores, das participações em eventos no estado, em bancas de trabalhos acadêmicos e, principalmente, das aulas de campo nas serras e no litoral da Região Norte do Ceará – que é a zona de influência direta da UVA.

Camocim, município situado a 125km de Sobral, foi um dos primeiros destinos que conhecemos na região e, logo, identificamos semelhanças com o “antigo” território de moradia e objeto da dissertação (Ilha de Itamaracá-PE). No entanto, algumas novidades também nos chamaram a atenção.

Localizado a 367km de Fortaleza, Camocim está próximo à divisa com o Piauí e à famosa praia de Jericoacoara, na mesorregião do Noroeste Cearense (Mapa 1).

Após a primeira aula de campo, em novembro de 2002, as visitas a Camocim se tornaram frequentes, tanto para trabalho, quanto para lazer. O município passou a ser o lugar de reencontro com o litoral, com a maritimidade e a insularidade “deixadas” (ou “carregadas” simbolicamente!) – já que lá também existe uma “Ilha do Amor”. Uma nova identidade se formava com aquele território que passávamos a conhecer, de um extremo a outro do litoral, onde nos deslumbrávamos com suas praias, lagos, dunas, sua gente e sua história.

Mapa 1: Localização de Camocim - CE

Prontamente, percebemos que a população de Camocim vivia um momento de efervescência e de grandes expectativas com o turismo. Novas obras, megaprojetos e o aumento de visitantes estrangeiros provocavam acaloradas discussões sobre o futuro do município, mais conhecido no estado pela grande produção pesqueira. Na mesma proporção, conflitos ecoavam de comunidades mais distantes da sede (como Maceió e Tatajuba) que se destacavam pelos modos de organização e de luta em defesa do território. Juntamente com a praia das Barreiras (onde o Boa Vista Resort acabara de ser inaugurado), Maceió e Tatajuba apresentavam uma multiplicidade de usos do território que precisava ser estudada. O turismo era o fator detonador dos conflitos, das resistências e também das esperanças de muitos que acreditavam no potencial dessa atividade para superar a grave crise enfrentada pelo município com a decadência da pesca, do porto e da ferrovia.

Todavia, no encalço do turismo, o crescimento imobiliário era mais célere, revelando no território a sua contra face - o aumento do parcelamento do solo e da oferta de “terrenos de engorda” para especulação. Nas três praias em destaque, essa expansão do mercado de terras foi acompanhada pelo surgimento de pousadas, barracas, megaprojetos hoteleiros e segundas residências.

A princípio, a pouca expressão das segundas residências em Camocim figurou como uma “fragilidade” do futuro objeto de pesquisa. Porém, a ocupação por turistas estrangeiros era um dado revelador que nos permitia “saltar” de questões mais específicas sobre estes domicílios (ASSIS, 2001) para um contexto mais amplo que abarcasse a mobilidade e a multiterritorialidade engendradas pelos seus usuários.

A inauguração do resort e o lançamento de projetos de hotéis com condomínios de segundas residências (condoresorts) foram os aditivos empíricos que ratificaram a formulação da tese aqui apresentada cujo objetivo é: analisar os velhos e novos usos das segundas residências em Camocim/CE, visando entender se suas diferentes lógicas de territorialização promovem a solidariedade e/ou a segregação socioespacial.

O recorte temporal da pesquisa compreende duas décadas, de 1991 a 2011, e se justifica pela identificação, nesse período, de importantes políticas e ações (públicas e privadas) que propiciaram o aumento do veraneio e a difusão do turismo residencial. Vale ainda a ressalva de que, nesse ínterim, foram realizados três recenseamentos pelo IBGE (1991, 2000 e 2010) que nos permitiram complementar a coleta e a análise de dados para atingir o objetivo almejado.

Nesse intento, algumas questões foram formuladas como balizamento da pesquisa:

- A segunda residência é uma habitação de lazer e/ou um alojamento turístico? É turismo e/ou imigração?
- O veraneio e o turismo residencial denotam processos idênticos de apropriação, estilos de vida e impactos territoriais no uso de uma segunda residência?
- Como o Poder Público concebe as segundas residências nas suas políticas? E como os investimentos em infraestrutura beneficiam a expansão do turismo residencial e as experiências de base local?
- Quais fatores motivam veranistas e turistas estrangeiros a adquirir segundas residências no litoral de Camocim?

- Como a população local avalia a expansão das segundas residências? Há conflitos e/ou interesses neste tipo de habitação?
- Com o aumento da mobilidade, fatores como tempo, distância e frequência de uso ainda são importantes na aquisição de uma segunda residência?
- Como a identidade com o lar e o território de origem se transforma com a aquisição de uma segunda residência? Como veranistas e turistas estrangeiros (re)constroem as identidades em múltiplos territórios de vivência?

Ao traçarmos tais questões, tínhamos ciência de que a empreitada não seria fácil. Na teoria, a carência de estudos sobre as segundas residências no Brasil já era conhecida desde o mestrado. Maior ainda era a dificuldade para encontrar estudos no Nordeste que oferecessem respaldos teóricos e empíricos para a seguinte tese a ser comprovada:

A segunda residência, hoje, estabelece relações sociais bem mais amplas que não se restringem ao tradicional veraneio da classe média local. Ela também incorpora o fenômeno do turismo residencial praticado por estrangeiros que adquirem residências em outros países, onde passam a vivenciar uma multiterritorialidade quase sempre conflitante pelo “choque” de interesses e de identidades criadas com o novo território.

Diante desta proposição e da carência de estudos nacionais que a subsidiassem, partimos para um levantamento da literatura internacional, na qual encontramos uma vasta e crescente publicação de trabalhos em inglês e espanhol. Ao tomarmos conhecimento de diferentes situações das segundas residências no mundo, centramos o olhar sobre os estudos realizados no México e na costa espanhola¹, onde o turismo residencial se intensifica gerando uma série de impactos territoriais - positivos e negativos - que serviram de parâmetros para pensarmos o Nordeste.

¹ Em grande parte, tais estudos estão, respectivamente, sob a coordenação do Prof. Daniel Hiernaux (Universidad Autónoma Metropolitana) e do Prof. Tomás Mazón (Universidade de Alicante), com os quais mantivemos contato.

Embora em estágios e contextos distintos, tais estudos fomentaram a reflexão e alertaram para uma dificuldade metodológica a ser enfrentada: a produção de dados sobre os turistas residenciais. Já sabíamos que veranistas não gostam de prestar informações nos momentos de lazer nas segundas residências. Por conseguinte, imaginávamos que com os turistas residenciais a recusa seria ainda maior devido às “barreiras” impostas pelos idiomas e outras diferenças culturais. Os estudos confirmaram as suposições e ainda ressaltaram que esses turistas não costumam ser incluídos nos censos oficiais. Além das deficiências dos órgãos administrativos, os turistas residenciais evitam o recenseamento por razões fiscais, pela condição de ilegais ou porque consideram os trâmites da legalização muito burocráticos.

Ponderando esses desafios, optamos pela pesquisa qualitativa, a qual, segundo Dencker (2004, p. 106), “é adequada para se obter um conhecimento mais profundo de casos específicos, porém não permite a generalização em termos de probabilidade de ocorrência”. A produção de dados foi, então, ancorada em entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas e dirigidas (ver Apêndices), gravadas com os seguintes sujeitos sociais: veranistas, turistas residenciais, representantes do Poder Público (da anterior e da atual gestão municipal), líderes comunitários, funcionários do Boa Vista Resort, representantes dos pescadores, dirigente de ONG, além de diversas conversas informais com turistas, excursionistas, professores, donos de barracas e outros segmentos da população local².

Obviamente, a representatividade da amostra não foi pautada em critério numérico. Prevaleceu o interesse de analisar nas entrevistas aspectos não mensuráveis (percepções, identidades, motivações, resistências e estilos de vida) que refletem as múltiplas dimensões do objeto de estudo. Todavia, esses procedimentos não excluíram o uso de estatísticas (como as fornecidas pelo

² Mantemos no anonimato a identidade de alguns entrevistados que assim solicitaram ou não quiseram se identificar corretamente. As primeiras entrevistas datam de 2005 e as demais ocorreram em 2010 e 2011, quando intensificamos a coleta e a produção de dados em Camocim com a tomada de fotografias, levantamentos de informações na Prefeitura, resort, imobiliárias e associações comunitárias. Em paralelo à análise das entrevistas, fontes secundárias foram pesquisadas em Sobral e Fortaleza, nos laboratórios e bibliotecas das universidades (UVA, UECE e UFC), Instituto Terramar, SEMACE, IPECE e SETUR/CE.

IBGE e IPECE) e de técnicas quantitativas (como tabelas, gráficos, médias etc.) como complementos às entrevistas³.

Dessa forma, a tese foi delineada em 4 capítulos. No primeiro, apresentamos alguns pressupostos teóricos que enlaçam o paradigma das novas mobilidades com os conceitos e as polêmicas associadas às segundas residências – lazer, turismo e migração. O território é o fio condutor da análise que, especialmente assentada na fecunda obra de Rogério Haesbaert, adquire um caráter dinâmico e multiescalar expresso pela multiterritorialidade.

O segundo capítulo focaliza a região Nordeste como *locus* das primeiras evidências sobre os múltiplos usos (para ócio e negócio) das segundas residências. Ampliando a escala de análise, são mostradas as incidências territoriais desse processo no Ceará, destacando as transformações nas “zonas” serranas e a expansão das “redes” no litoral.

A mudança de território de reserva para território turístico é o tema que abre o Capítulo 3 e apresenta Camocim como objeto principal da investigação. Uma breve análise recapitula a dinâmica econômica regional que antecede a “descoberta” do turismo e a súbita valorização do território. Especial destaque é dado às políticas e ações que promovem o aumento do veraneio e a difusão do turismo residencial.

No quarto e último capítulo, discutimos como a expansão do imobiliário-turístico (que tem nas segundas residências um dos seus corolários) leva ao surgimento de diferentes lógicas de territorialização no litoral de Camocim. Nas praias das Barreiras, Maceió e Tatajuba, essas lógicas são confrontadas, sobretudo com os depoimentos de nativos⁴ e visitantes.

³ Ao indicar as diretrizes da Pesquisa Social, Minayo (1994, p. 22) ressalta que, mesmo na pesquisa qualitativa, “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos [...] não se opõem. Ao contrário, se complementam”.

⁴ Embora o termo nativo apresente um “amplo espectro” que gera discussões nas Ciências Humanas (FANTIN, 2000), será aqui empregado no seu sentido mais coloquial, conforme utilizado por diversos entrevistados que nasceram em Camocim ou lá se “fixaram” por grande parte da vida, criando uma identidade e um sentimento de pertencer àquele território.

CAPÍTULO I - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

1.1 Para além do lazer e do turismo em segundas residências: marcos conceituais

As segundas residências são conhecidas como habitações temporárias de lazer que se localizam, geralmente, em áreas dotadas de atrativos naturais (campo, praia, montanha), não muito distantes da primeira residência. Em muitos estudos, elas também são classificadas como alojamentos turísticos.

No entanto, o crescimento e a diversidade destas habitações, assim como o aprofundamento dos estudos do turismo, trouxeram a questão à tona: as segundas residências são habitações de lazer ou alojamentos turísticos?

A resposta a esta questão não é simples e cada vez mais divide os especialistas, já que devem ser considerados não só o conceito de segunda residência empregado, bem como as concepções de lazer e turismo subentendidas.

Nesse sentido, buscamos pontuar algumas distinções entre o lazer e o turismo, de início, tomando emprestadas as palavras de Rodrigues (2001, p. 89) que elucida:

A palavra “lazer” é freqüentemente confundida com as expressões “tempo livre” e “ócio” – estas compreendidas como tempos que se opõem ao tempo do trabalho. É evidente que tempo não é sinônimo de atividade. Pode-se gastar o tempo livre sem executar nenhuma atividade. Nesse caso, o tempo despendido é um tempo de puro ócio, ou seja, de contemplação. Já o vocábulo “lazer” tem a conotação de atividades, ou seja, ações desenvolvidas durante o tempo livre. Os lazers diferem do turismo porque, para sua prática, não há necessidade de deslocamentos que excedam o período mínimo fixado em 24 horas e que, portanto, incluam um pernoite, enquadrados, nesse caso, na categoria de turismo pela Organização Mundial de Turismo (OMT).

Fica claro, então, que o lazer é mais amplo que o turismo e não pode ser associado, de modo irrestrito, a essa última atividade. Existem diversas maneiras de se usufruir do lazer como o jogo de futebol, a pescaria, ir ao cinema, passear, fazer compras ou simplesmente ficar em casa vendo TV ou

lendo um livro. Mas, o lazer também pode incluir uma viagem para um lugar menos frequentado pelo indivíduo, desde que as condições postas pela OMT não sejam satisfeitas⁵.

Embora os critérios da OMT sejam passíveis de críticas⁶, podemos afirmar que o turismo, fundamentalmente, ainda que de modo não exclusivo, é uma das principais formas de uso do *tempo livre*⁷ das sociedades contemporâneas que difunde a cultura consumista das viagens como uma “necessidade” para repor as energias exauridas no trabalho e aliviar as tensões do cotidiano.

No tocante às segundas residências, em que pesem as polêmicas técnicas e conceituais, consideramos que elas tanto são habitações de lazer quanto alojamentos turísticos, já que seu uso ocasional, muitas vezes, envolve uma viagem de lazer para fora do entorno habitual, por um período superior a um pernoite e menor que um ano.

Podemos ainda acrescentar que o “turista de segunda residência” também se apropria da paisagem dos núcleos receptores, desfrutando dos atrativos naturais e culturais como qualquer visitante e realizando gastos, não só com a manutenção do imóvel, mas também com alimentação⁸ e recreação.

Nesta perspectiva, Tulik (1995, p. 21) define a segunda residência como “[...] um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente, nos

⁵ Para a OMT, “o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócio ou outras” (ORGANIZAÇÃO, 2001, p. 38). Derivado deste conceito amplo e pragmático, a OMT define o turista como “o visitante que permanece, pelo menos, uma noite em um meio de alojamento coletivo ou privado do país” (Op. Cit., p. 40).

⁶ Jaakson (1986, p. 369) faz importante advertência: “há o turista como estatística e o turista como pessoa que realiza uma *experiência turística*”. Compartilhamos dessa visão e já analisamos em trabalho anterior algumas situações de visitantes que têm uma experiência turística, mas não são computados pelas estatísticas da OMT, tais como: excursionistas, passageiros em trânsito e usuários de segunda residência (ASSIS, 2006).

⁷ Com a difusão das novas tecnologias da informação, o tempo livre se torna, cada vez mais, “indistinto” do tempo de trabalho, tendo as pessoas possibilidades de realizar o trabalho à distância (teletrabalho), o trabalho em casa e inclusive na segunda residência.

⁸ Mesmo considerando que muitos usuários de segundas residências compram alimentos e bebidas nos seus lugares de moradia “fixa” (geralmente nas grandes cidades onde os supermercados apresentam uma maior oferta de produtos e promoções), não podemos esquecer de que eles também realizam gastos extras com o abastecimento constante de suprimentos, em bares, restaurantes, lanchonetes etc.

momentos de lazer, por pessoas que têm seu domicílio permanente num outro lugar”. De forma mais ampla, Hiernaux (2005b, p. 3) conceitua:

O turismo de segundas residências é aquele pelo qual as pessoas recorrem a um destino ou uma localidade que não é propriamente turística, onde têm a posse por compra, aluguel ou empréstimo de um imóvel no qual pernoitam e realizam atividades de ócio e entretenimento.

No Brasil, assim como em outros países, há uma diversidade de termos para designar as habitações utilizadas nos finais de semana, feriados e férias anuais: segunda residência, residência secundária, casa de veraneio, casa de férias, casa da praia, casa de campo, casa da serra, casa de temporada, sítio, chácara, entre outros. Essa diversidade terminológica também se reproduz entre os órgãos oficiais de estatísticas e os pesquisadores acadêmicos que adotam diferentes conceitos entre si.

Na França e na Espanha, onde esses domicílios são bem representativos, Colás (2003, p. 28) admite que “o conceito de residência secundária é empregado com significado muito diverso pelos vários organismos estatísticos e pelos diferentes autores”.

No final dos anos setenta, Coppock (1977, p. 2) ao questionar no seu clássico trabalho se as segundas residências eram uma maldição ou bênção⁹, também já alertava:

Os problemas de definição surgem principalmente pelo fato de que as residências secundárias não constituem um tipo discreto, bem diferente de outras classes de alojamento. Elas formam um grupo arbitrariamente identificado dentro de um conjunto. O caráter dinâmico da residência secundária, em especial a intensa relação entre a primeira e a segunda habitação, também complica a identificação e medida.

Em estudo mais recente, Hall e Muller (2004, p. 5) “revisitam” a obra de Coppock e comparam com a de outros autores para diagnosticar que o

⁹ A coletânea de trabalhos, *Second homes: curse or blessing?*, organizada por Coppock (1977), é considerada por muitos autores (PEARCE, 1991; HALL; MULLER, 2004), um dos estudos pioneiros sobre as segundas residências e cuja obra mais conhecida é citada na literatura internacional específica. Uma “releitura” desta clássica coletânea foi recém-organizada por Hall & Muller (2004), *Tourism, mobility and second homes: between elite landscape and common ground*, com estudos do Canadá, Estados Unidos, Austrália, Inglaterra, Nova Zelândia, África do Sul, Espanha, Noruega, Suécia e Irlanda.

problema conceitual permanece, a exemplo de alguns países que consideram as residências móveis (*trailers*, barracas de acampamento e barcos ancorados) como segundas residências; enquanto outros não reconhecem as casas de campo que estejam desocupadas na data do recenseamento.

Bastante conhecidas nos Estados Unidos e em alguns países da Europa ocidental (França, Inglaterra, Alemanha e Holanda), as residências móveis apresentam dois problemas básicos (a instabilidade e a mobilidade) que atrapalham as análises estatísticas e levam alguns países - como o Brasil¹⁰ - a desconsiderá-las como domicílios temporários nos seus recenseamentos. Até na França, onde as habitações móveis têm uma certa representatividade, o *Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE)* não as reconhece como segunda residência. O mesmo também ocorre na Espanha – embora, neste país, sua importância seja bem menor (COLÁS, 2003, p. 32-33).

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) adota o termo *domicílio de uso ocasional* para designar: “[...] o domicílio particular permanente que na data de referência servia ocasionalmente de moradia, ou seja, usado para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes” (BRASIL, 2000, p. 15).

A propriedade, a permanência e a finalidade prescritas neste conceito provocam alguns questionamentos (TULIK, 1995; ASSIS, 2003; 2006), sobretudo diante dos novos usos e tipologias das segundas residências nos dias atuais. Também vale destacar que esta definição oficial do IBGE incorpora as segundas residências, mas não se restringe a elas. Repúblicas de estudantes e casas ocupadas por trabalhadores temporários também são computadas como domicílios de uso ocasional – o que torna o termo amplo e impreciso.

¹⁰ Para o IBGE, os critérios essenciais para definir um domicílio são *separação e independência*. “Entende-se por separação o local de habitação limitado por paredes, muros ou cercas, coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas, que nele habitam, isolar-se das demais [...]. Por independência entende-se quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas” (BRASIL, 2000, p. 15).

No entanto, sua adoção nessa pesquisa permitirá usar os dados produzidos pelo IBGE desde 1970, quando as segundas residências passaram a ser registradas nas sinopses dos censos demográficos¹¹.

Antes mesmo do célebre livro de Coppock (1977), Cohen (1974) já lançava a polêmica de que os proprietários de segundas residências não podiam ser chamados de turistas, devido à alta frequência com que visitavam estes domicílios nos finais de semana e nas férias de verão.

Dentre os autores que discordaram dele, Jaakson (1986) defendeu que os proprietários de segunda residência eram, de certa forma, “turistas reincidentes” que se caracterizam pela rotina de viagens periódicas entre a primeira e a segunda residência. Este autor justificou que não são apenas o tempo e a distância percorrida que diferenciam o turista de segunda residência dos outros tipos convencionais, mas sobretudo a frequência e a periodicidade das viagens. Com essa visão, Jaakson (1986, p. 368) postulou uma importante observação para os estudos posteriores que comentaremos adiante: “o turismo pode ser visto como formando um *continuum* entre a máxima e a mínima reincidência [...] a qual pode ser considerada levando em conta duas escalas: uma temporal e outra espacial”.

Nessa mesma direção, Urbain (2002) também questionou se o proprietário de segunda residência seria um “turista a parte”. E ele mesmo respondeu, negando tal adjetivo e ressaltando que a segunda residência anuncia uma evolução profunda das mentalidades e dos comportamentos sociais. Ela conjuga uma prática ilógica do provisório e do durável que resulta não em um visitante episódico, mas “periódico”, seduzido pela dupla residência.

¹¹ Na Sinopse do Censo de 1970, o IBGE incluiu a segunda residência entre os domicílios fechados, considerando-a como “o domicílio que servia de moradia (casa de praia ou campo, normalmente usado para descanso de fim-de-semana ou férias) e cujos moradores não estavam presentes na data do censo”. No Censo de 1980, este instituto separou as segundas residências dos domicílios fechados e criou uma classificação específica - *domicílio de uso ocasional* -, mas ainda restrita a não presença dos moradores na data do Censo. Em 1991 e 2000, o IBGE aprimorou tal definição, designando como domicílio particular permanente que serve de moradia ocasional, mesmo que os moradores temporários estejam presentes durante o recenseamento. Esta mesma definição foi usada no Censo 2010.

Para além desse clássico debate que as segundas residências suscitam, o aumento da mobilidade contemporânea possibilita novos usos desses domicílios e torna sua definição ainda mais intrigante. As práticas de morar e viajar são redefinidas com a evolução dos transportes/comunicações e a flexibilidade do trabalho, estreitando também as relações entre o turismo e as migrações.

Cada dia mais, o turismo é considerado uma alternativa para a migração e um veículo para reduzir a pobreza nas economias em desenvolvimento. Muitas vezes, é através do visto de turista que nasce o migrante, seja ele pobre ou rico. Ambos buscam qualidade de vida, porém o primeiro é “migrante forçado”, geralmente, à procura de trabalho; enquanto o segundo é um “migrante voluntário” cujo maior poder aquisitivo quase sempre o torna bem quisto no lugar visitado onde pode adquirir uma segunda residência para longas temporadas ou migração permanente.

Por isso, autores como Aronsson (2004) situam os usuários de segundas residências “entre” turistas e residentes permanentes que cultivam tanto o desejo de mobilidade quanto o de estabelecer vínculos duráveis com o lugar. No entanto, há outros como Breuer (2005) que discordam desse estado de transição e distinguem os residentes permanentes (migrantes aposentados) dos residentes temporários (usuários de segundas residências), demonstrando que estes últimos apresentam comportamentos mais próximos dos turistas.

Esse impasse metodológico é fruto dos novos usos que as segundas residências apresentam nos dias atuais, especialmente com turistas aposentados que adquirem um domicílio particular em outros países e lá permanecem, muitas vezes, por mais de seis meses, gerando uma indefinição quanto a sua situação – se são turistas ou imigrantes. Notadamente nos países desenvolvidos, a população adulta vive mais e chega à aposentadoria com maior formação profissional e poupança financeira, sendo beneficiada pelos progressos da medicina e pelas boas condições de vida de que desfruta.

A estas novas práticas de mobilidade residencial, William e Hall (2002, p. 1) denominam de “estilos de vida itinerantes”, citando exemplos dos aposentados canadenses que vivem entre Toronto e Flórida, além de alemães

e suecos que passam longas temporadas visitando fazendas orgânicas ao redor do mundo.

Na Europa, essa situação é e será ainda mais comum, pois como indica Lanquar (2007, p. 229):

Com o fortalecimento das instituições da União Europeia (e com a aprovação de uma futura Constituição europeia), muitos aposentados europeus se converterão em residentes permanentes dos seus destinos turísticos, com direito a voto nas eleições e com possibilidade de desempenhar um papel significativo na vida política e social da sua localidade de residência. Exercendo esses direitos, poderão influir na mudança dos governos locais (como ocorreu no município balear de Calviá em 2002) ou assumir responsabilidades políticas como vereadores, tal como já ocorre em muitos municípios da Costa do Sol de Málaga.

Embora essas prováveis conquistas sirvam de modelo para uma sociedade global, cosmopolita e multiterritorial, ainda há barreiras administrativas e culturais ao seu exercício no bloco europeu e em outros países do mundo, tais como a necessidade de legalizar as longas estadias superiores a seis meses, o gozo da igualdade de direitos no país da segunda residência, além das dificuldades de assimilar outros idiomas e os costumes locais. Breuer (2005), por exemplo, identificou que muitos “residentes sazonais” alemães que procuram refúgios em segundas residências nas Ilhas Canárias preferem este destino para não abandonar a região econômica da União Europeia e nem a cultura do Velho Continente.

Outros estudiosos interpretam esta situação preconizada, em especial pelos aposentados europeus, como uma tendência residencial emergente que resulta em um fenômeno mais amplo e complexo, chamado de “multirresidencialidade” (*multiple dwelling*), ou seja, a possibilidade concreta que algumas pessoas hoje têm de morar em duas ou mais residências, em diferentes lugares, onde mantêm vínculos afetivos e efetivos com cada uma delas (QUINN, 2004; McINTYRE, 2006). Cabe destacar que se trata de um fenômeno que evita a distinção hierárquica entre primeira e segunda residência, já que a maior possibilidade de movimento e a flexibilidade nas demandas de trabalho e lazer fazem com que ambas sejam concebidas como lares (ainda que temporários) e congreguem tanto as funções produtivas quanto recreativas.

Na Europa, cerca de dez por cento das habitações não são de uso permanente. E a maioria pertence a estrangeiros que podem ter, nos países vizinhos, segunda residência, “terceira”, “quarta”..., ou seja, multirresidências. No estudo sobre os aposentados suecos que possuem domicílios na Espanha, Gustafson (2009a) relata que muitos deles possuem três residências: uma principal e outra de veraneio na Suécia, além de uma moradia transnacional na Espanha. A segunda residência da Suécia, em muitos casos, trata-se de patrimônio familiar que eles fazem questão de manter (a despeito dos custos financeiros) por razões sociais e sentimentais, tais como a lembrança dos encontros de várias gerações da família.

Deste modo, a multirresidência “atualiza” o debate sobre a segunda residência. Ela expressa os novos estilos de vida da sociedade móvel e “transterritorial” (HAESBAERT; MONDARDO, 2010) que pode desfrutar de domicílios transnacionais – fato antes mais comum na União Europeia e agora difundido em outros continentes a partir dos avanços dos meios de transporte e comunicação das últimas décadas.

Ao mesmo tempo em que a multirresidência expressa os novos usos possíveis da segunda residência, ela acena uma série de questões a serem sistematizadas e melhor compreendidas, relativas ao aumento da mobilidade contemporânea. Ela reacende as querelas conceituais entre o lazer e o turismo, reaproxima o turismo da migração e traz à tona a discussão sobre a identidade e os múltiplos vínculos (materiais e simbólicos) criados com os territórios – como veremos adiante.

No entanto, vale a ressalva de que se é possível vislumbrar a multirresidência como um fenômeno que perpassa a segunda residência, a referência conceitual a este tipo de domicílio ainda predomina, assim como o seu uso mais tradicional como opção de lazer de final de semana – inclusive na Europa.

Sem dúvidas, o automóvel particular ainda é o grande vetor do aumento da mobilidade humana. Ele é responsável pela criação de áreas residenciais recreativas no campo e, especialmente nos espaços de interstícios desse ambiente com as grandes cidades (espaço periurbano), onde a maior

intensidade de movimento entre a primeira e a segunda residência ocorre nas zonas de frequência de finais de semana (*weekend zones*). Nesse sentido, Hall e Muller (2004, p. 8) afirmam que:

Mesmo em um contexto internacional, a posse de segunda residência em longa distância ainda é a exceção. A distância espaço-tempo forma um obstáculo para a propriedade da segunda residência e favorece sua aquisição dentro da zona de frequência de final de semana que fica próxima da primeira residência, levando, portanto, as segundas residências a serem rotuladas de 'casas de finais de semana'. Estas podem ser visitadas com frequência e também por períodos curtos. Em contraste, as segundas residências localizadas fora da zona de frequência de final de semana, as 'casas de férias', são visitadas apenas ocasionalmente, embora, quase sempre, por longos períodos.

Pesquisa feita na Noruega, em 2008, apontou que 72% da população possuem segundas residências a mais ou menos 3 horas de distância percorridas de carro da moradia principal. A Noruega é o país onde o uso de segunda residência é generalizado, criando a proporção de 12 pessoas para cada domicílio ocasional, número este que se repete na Finlândia (OVERVAG, 2009). Nos demais países nórdicos, como a Suécia (19) e a Dinamarca (27), esses dados também são expressivos, tendo como corolário o IDH muito alto registrado em 2010, quando estes países ocuparam as seguintes posições no ranking mundial de desenvolvimento humano: Noruega (1ª), Suécia (9ª), Finlândia (16ª) e Dinamarca (19ª)¹².

Na Suécia, Muller (2009, p. 23) também confirmou que a segunda residência costuma ser um fenômeno muito local, com 25% dos seus proprietários localizados a 8km da residência principal, 50% acerca de 32km e 75% a 93km, ou seja, três quartos de todos os proprietários desses domicílios não ultrapassam a média de 100km nos deslocamentos de lazer de finais de semana.

Tais indicadores justificam o porquê de grande parte da literatura recente (inclusive sobre as multirresidências) ainda focalizar as segundas residências como objetos de estudo de questões como: a distribuição espacial, os impactos

¹² Ainda que encerrem realidades bem distintas, para efeito de comparação, os dados do Censo 2010 e do IDH do mesmo ano indicam que o Brasil possui 48 habitantes para cada domicílio ocasional e ocupa a 73ª posição no ranking de qualidade de vida.

ambientais e as relações de identidade criadas com os territórios onde estas se instalam.

Por isso, preferimos adotar na pesquisa contextos diferenciados para o emprego dos termos multirresidência e segunda residência: o primeiro se “restringe” à realidade vivenciada por turistas estrangeiros¹³, sobretudo aposentados, que adquirem casas em outros países onde podem permanecer longas temporadas - muitas vezes se convertendo em imigrantes -, mas mantendo fortes e frequentes laços com o país e o lar de origem; a segunda residência será aqui usada em sentido mais amplo, tanto como uma das possibilidades de vivência do fenômeno da multirresidência, quanto como expressão do tradicional veraneio de final de semana da classe média local em casas de praia/campo, geralmente localizadas a curtas distâncias do domicílio principal, o que possibilita deslocamentos mais frequentes com o uso do automóvel.

A crescente procura de domicílios transnacionais fez surgir, nos últimos anos, uma série de estudos e tentativas de definições desses novos processos que envolvem as segundas residências. Dentre os termos propostos na recente literatura internacional produzida sobre o assunto, o “turismo residencial” se destaca pela polêmica gerada (MAZÓN; ALEDO, 2005; MAZÓN; HUETE; MANTECÓN, 2009).

A expansão do turismo residencial e seus impactos socioambientais levam alguns estudiosos a afirmar, nas obras citadas, que este não existe e congrega uma intrínseca contradição entre a “permanência” do residente e a “mobilidade” do turista. Há também quem defenda que ele se encontra mais próximo da atividade imobiliária de que da atividade turística.

¹³ Restringir a multirresidência ao universo dos turistas estrangeiros é uma opção metodológica que se justifica pelo interesse de desvelar os novos estilos de vida, as percepções, os conflitos e as motivações de viajantes com moradias transnacionais, os quais, na sua grande maioria, dão mais evidência a este fenômeno em expansão no mundo. Porém, sabemos que, no Brasil, por exemplo, há artistas, professores universitários, empresários e aposentados que mantêm residências em diferentes regiões do país, onde, passam longas temporadas em cada uma delas, ensejando novas redes e dinâmicas territoriais que precisam ser investigadas. Estes viajantes também podem ser chamados de turistas de segunda residência, conforme explicaremos adiante.

Assumimos aqui este conceito e acreditamos que um dos caminhos para dirimir esta contenda é entender o turismo residencial como um novo estilo de vida que não se enquadra nas definições de turismo e migração até então adotadas. É um *conceito híbrido*¹⁴ que, de fato, incorpora nuances tanto do imobiliário, quanto do turismo, podendo em alguns lugares estar mais próximo de uma ou de outra atividade – como veremos adiante sobre o município de Camocim e suas correlações com outros estudos de caso.

Negar o turismo residencial ou substituí-lo por outro termo conflitante ou também “insuficiente” (como turismo imobiliário, multirresidencialidade, imobiliário-turístico, moradia global etc.) não liquida o desafio de compreender este fenômeno que, por mais seletivo que seja, é real e crescente no mundo: há pessoas que possuem residências em diversos lugares para onde viajam com frequência, comportando-se ora como turistas (já que, com exceção da hospedagem, usam as mesmas redes de um turista convencional), ora como residentes (quando passam longas temporadas de até um ano, chegando, muitas vezes, a influenciar a política e a economia local).

Deste modo, preferimos aceitar o turismo residencial como um conceito passível de maturação mediante a pesquisa empírica aqui proposta, para a qual partimos da seguinte definição dada por Mazón e Aledo (2005, p. 18-19):

O turismo residencial é a atividade econômica que se dedica à urbanização, construção e venda de residências que formam o setor extra-hoteleiro, cujos usuários as utilizam como alojamento para **veranear ou residir, de forma permanente ou semipermanente**, fora de seus lugares de residência habitual, e que correspondem a novas formas de mobilidade e moradia das sociedades avançadas (Grifo nosso).

Ainda que suscite questionamentos sobre a imprecisão dos termos grifados, consideramos esta definição ampla e condizente com os novos usos das segundas residências na atualidade. Sua adoção na pesquisa e suas particularidades nos levam, por conseguinte, a associá-la às observações de Andreu (2005, p. 66) de que:

¹⁴ Como adverte Haesbaert (2007a, p. 37), “hoje, num mundo de ‘hibridismos’ como o nosso, os conceitos estão longe de carregar a ambição formal de outrora, e às vezes [...] precisamos trabalhar muito mais com intersecções e ambivalências do que com fronteiras ou limites claramente definidos”.

O turismo residencial constitui uma parte de uma realidade mais ampla que são as segundas residências. Sempre que haja turismo residencial este ocorrerá em uma segunda residência, mas nem sempre que se utiliza uma segunda residência se pode falar de turismo residencial.

E é nesse sentido que buscamos operacionalizar alguns conceitos adotados neste trabalho, diferenciando o *veraneio*¹⁵ como uma atividade de lazer da classe média local, do *turismo residencial* praticado por visitantes estrangeiros que podem passar curtas ou longas temporadas em casas, apartamentos e condoresorts, comportando-se como um *turista de segunda residência*¹⁶ (aquele que permanece até seis meses) ou um *migrante* que tem estadia no país superior a seis meses e cuja condição de *irregular* ou *permanente* será dada pela sua legalização junto ao governo brasileiro¹⁷.

Estamos cômicos de que esta delimitação metodológica não encerra o debate que estes termos suscitem. Porém, ela contribui para evitar na pesquisa o emprego de terminologias imprecisas que os turistas residenciais acolhem, tais como: “migrantes temporários” (WILLIAM; HALL, 2002), “residentes sazonais” (BREUR, 2005), “turistas de longa estadia” (ONO, 2008), “migrantes por estilo de vida” (O'REILLY, 2010), entre outras.

Ainda que se apliquem a determinadas situações, tais terminologias tornam subjacentes questões importantes para o debate: Quando os turistas residenciais deixam de ser turistas e passam a ser imigrantes? Esses imigrantes podem continuar se comportando como turistas? Todo turista é um “migrante temporário” e um potencial imigrante? O “residente sazonal” é, de

¹⁵ No dicionário eletrônico Houaiss (2001), o termo veranear se refere a “passar o verão de folga, em local aprazível”, o que também pode incluir a estadia numa casa de campo (como ocorria na Antiguidade), e não apenas no litoral ou na casa de praia, como é mais conhecido nos dias atuais. O lazer da classe média local em segundas residências é o tipo de veraneio que privilegiamos nessa pesquisa, mas estamos cômicos de que, nas mesmas condições de hospedagem, tanto os turistas domésticos (nacionais), quanto os turistas residenciais (estrangeiros) também podem ser chamados de veranistas.

¹⁶ Terminologia também aceitável para os turistas nacionais não residentes na região de estudo, os quais não serão englobados na pesquisa empírica.

¹⁷ Ainda que a OMT considere até um ano a permanência como turista, no Brasil e em vários países, o prazo dado é de seis meses, através do visto inicial de 90 dias e sua possível prorrogação por igual período. Vencido este prazo, se o estrangeiro não deixar o país ou não legalizar sua situação como imigrante, é considerado irregular (embora a definição estatística de migrante, adotada pelas Nações Unidas, também se diferencie e reconheça como tal o indivíduo que passa mais de um ano fora do seu país).

fato, um turista? E os “turistas de longa estadia” ou “migrantes por estilo de vida” tanto são turistas quanto imigrantes?

Na realidade, os autores que formularam as terminologias supracitadas não estavam interessados em diferenciar o que é migração e turismo. Todos consideram as definições oficiais insuficientes e partem do pressuposto de que há uma relação entre turismo e migração e de que o primeiro é parte integral do segundo.

Dar respostas objetivas para as perguntas acima apresentadas é o principal desafio dos pesquisadores que estudam as relações entre o turismo e a migração. Na pesquisa aqui esboçada, também nos lançamos nessa tarefa e, por isso, julgamos importante delimitar, ainda que com limitações, a abrangência de alguns conceitos, no intuito de evitar concepções genéricas que corram o risco da dubiedade.

Vale justificar que, para o turista residencial, além da “boa vida” e do habitual atrativo climático, outros fatores econômicos (vantagens fiscais e preços dos imóveis), sociais (proximidade de amigos e familiares) e “estruturais” (boa rede de serviços e comércio) também são decisivos para um visitante que, geralmente conhece o lugar como turista, resolva se tornar um migrante permanente. Nesse último caso, a questão da legalização como imigrante também exerce certa influência como demonstrado no estudo de Gustafson (2009a, p. 275) sobre a migração temporária de aposentados suecos que possuem segundas residências na Espanha:

Residir durante mais de seis meses ao ano na Espanha implica a obrigação formal de se legalizar como residente. Enquanto há os que desejam fazê-lo por razões fiscais, outros buscam evitá-lo, sobretudo porque querem conservar um completo acesso ao sistema sanitário sueco e seus direitos aos serviços sociais daquele país.

O tempo é outro fator que influencia na motivação do usuário de segunda residência e na sua condição de turista ou migrante. Com o passar dos anos, ambos podem ter suas classificações alteradas, já que é comum entre os turistas de segunda residência a conversão para imigrantes “de elite”, após a aposentadoria; assim como, muitos destes retornam para morar no país

de origem quando a idade avança e a saúde se torna frágil (BELL; WARD, 2000).

Portanto, embora tenhamos exposto acima alguns marcos conceituais que guiarão a pesquisa, acreditamos que uma possível saída para todo esse imbróglio seja avançar nas discussões dos múltiplos usos e usuários que as segundas residências comportam na atualidade, já que como sinalizam Hall e Muller (2004), definir se uma habitação é primeira ou segunda residência, se é turismo ou migração, pertence inteiramente a quem a utiliza e não a critérios adotados por pesquisadores ou órgãos de estatística¹⁸. O significado subjetivo que tem para cada pessoa a segunda residência dependerá, em última instância, do seu poder de mobilidade, assim como da identidade criada com o domicílio e o território onde ele está assentado.

A polêmica segue instigando pesquisas recentes de autores de diversos países com abordagens “trans” ou “pós-disciplinares” que integram as segundas residências no contexto das mobilidades contemporâneas.

¹⁸ O que implica na necessária revisão dos conceitos e das práticas como são feitos os recenseamentos e as pesquisas do turismo na atualidade. Na análise empírica, realizada em Camocim, também adotamos tal direcionamento ao questionarmos com os visitantes como eles se sentiam: veranistas, turistas ou migrantes. A associação dessa abordagem aos dados estatísticos disponíveis serviu como um recurso de método que integrou procedimentos objetivos e subjetivos de análise.

1.2 Segundas residências no contexto das mobilidades contemporâneas: turismo ou migração?

A mobilidade é a relação social ligada à mudança de lugar, à circulação de pessoas, capital, informações, mercadorias e cultura (URRY, 2000; LÉVY, 2001; CRESSWELL, 2006). Ela abarca um conjunto de deslocamentos reais e virtuais realizados pelo homem na vida cotidiana, com diferentes motivações, distâncias e durações, os quais têm no turismo e nas migrações duas das suas principais manifestações.

O incremento da mobilidade é um dos principais marcos da *pós-modernidade*¹⁹, já que oferece aos indivíduos e às empresas maior liberdade de movimento. As inovações técnicas e científicas contribuem para que a mobilidade seja reverenciada como um importante fator de des-re-territorialização, já que produzem mudanças espaço-temporais que alteram as formas como se costuma construir as territorialidades estáveis e contínuas.

[...] É freqüente que se esteja diante de sociedades “enamoradas” da mobilidade espacial sob todas as formas, desde as que se baseiam no veículo, no acesso às NTIC²⁰ (celulares com correio eletrônico, internet de alta velocidade de “deslocamento” no espaço virtual etc.) e em todos aqueles instrumentos da mobilidade tecnológica que pretende suplantam a mobilidade física (HIERNAUX, 2008, p. 2).

As identidades e as dinâmicas territoriais passam, então, a refletir o caráter efêmero e, aparentemente, “caótico e desordenado” das sociedades móveis atuais. As sociedades metropolitanas, especialmente as dos países ricos, são exemplos de sociedades multiterritorializadas que apresentam um grande consumo de viagens e deslocamentos que vão muito além do turismo.

¹⁹ Sem desprezarmos as mudanças ocorridas nas últimas décadas, sobretudo as culturais, compartilhamos das visões de Soja (1993), Featherstone (1995), Bauman (2001), Haesbaert (2002) e Harvey (2008) de que a pós-modernidade se enquadra na multiplicidade do moderno, não sendo, portanto, um momento de clara “ruptura” social e política. O geógrafo Sousa Neto (2008, p. 21) também desmascara as ideologias (geo)políticas implícitas nos discursos pós-modernistas, enfatizando que, “em realidade, o que a pós-modernidade deseja é que esqueçamos a história e façamos de conta que o mundo que hoje temos, a espacialidade ora constituída e constituidora, tem sua continuidade efetiva no projeto pós-modernizador. Em outras palavras, depois de todo o mal, comecemos do zero, voltemos a reencantar o mundo como se nada tivesse ocorrido até então, esqueçamos o projeto político que a modernidade significou para os colonizadores e retomemos o mundo como se não houvesse pecado algum ao Norte do Equador”.

²⁰ Novas Tecnologias da Informação e Comunicação.

Sempre distribuída de forma desigual, a mobilidade é um dos valores mais cobiçados e também um dos principais fatores de estratificação social que denuncia as “geometrias de poder” (MASSEY, 2000, p. 179) manifestas pelo movimento e pelo controle do movimento das diferentes classes ou indivíduos. Cresswell (2006) também argumenta que tanto o aumento da mobilidade, quanto a ampliação das suas formas de controle, são fenômenos característicos da modernidade.

Por isso, ao discutirmos os velhos e novos usos das segundas residências na atualidade, é imprescindível considerarmos as classes sociais e as respectivas formas como elas exercem/controlam a mobilidade entre múltiplos territórios.

Haesbaert (2006) enfatiza que é a “elite global” (dos grandes empresários e executivos) que vivencia efetivamente a multiterritorialidade, através de uma internacionalização da vida profissional, dos negócios e das viagens de turismo. É essa mesma elite cosmopolita e multiterritorial que Bauman (1999) usa a metáfora do “turista” para designá-la, em oposição aos “vagabundos” que formam o “refugio” do mundo dominado pela elite móvel²¹.

Os primeiros [os turistas] viajam à vontade, divertem-se bastante viajando (particularmente se vão de primeira classe ou em avião particular), são adulados e seduzidos a viajar, sendo sempre recebidos com sorrisos e de braços abertos. Os segundos [os vagabundos] viajam às escondidas, muitas vezes ilegalmente, às vezes pagando por uma terceira classe superlotada num fedorento navio sem condições de navegar mais do que outros pagam pelos luxos dourados de uma classe executiva – e ainda por cima são olhados com desaprovação, quando não presos e deportados ao chegar²² (BAUMAN, 1999, 97-98).

Os turistas compreendem o seleto grupo de empresários que comandam negócios em várias partes do mundo, além de acadêmicos e profissionais liberais que fazem e controlam as informações e a “cultura global”. São eles

²¹ Bauman (1999, p. 101-102) ainda explica: “o que se aclama hoje como ‘globalização’ gira em função dos sonhos e desejos dos turistas. Seu efeito secundário – *colateral* mais inevitável – é a transformação de muitos outros em vagabundos. Vagabundos são viajantes aos quais se recusa o direito de serem turistas. [...] Não há turistas sem vagabundo e os turistas não podem ficar à solta se os vagabundos não forem presos [...]”.

²² Mesmo metafórica, Williams e Hall (2002) consideram esta classificação de Zygmunt Bauman muito simplificada, haja vista não incorporar as gradações entre um e outro extremo. Concordamos com tais autores e doravante demonstraremos que a viagem e o turismo não são práticas apenas das elites e isoladas das demais mobilidades humanas.

que vivenciam mais intensamente a “compressão espaço-tempo” (HARVEY, 2008), experimentando na sua mobilidade diária (real e virtual) a sensação de que o mundo encolheu, as distâncias se encurtaram e as fronteiras desapareceram, diante dos novos avanços dos meios de transporte e de comunicação.

Para essa “elite móvel”, morar e viajar são termos relativos que remetem a práticas cotidianas multilocalizadas e redefinem os sentidos de migrante-turista e morador-viajante. Clifford (2000), inclusive, nos convida a repensar estes termos e a fundi-los em novas práticas espaciais como “viajar-morando” e “morar-viajando”, já que, hoje, não são apenas os indivíduos que viajam, mas também as culturas (e os territórios!) que se tornam itinerantes. Logo, tais expressões nos levam a refletir sobre as diferentes formas de moradia e os significados dos lugares na contemporaneidade, aproximando-se do que Massey (2000) chama de “um sentido global de lugar”, ou seja, das múltiplas identidades que o lugar pode adquirir, na atualidade, em função das redes que o ligam a outros lugares e que o tornam, ao mesmo tempo, ‘global’ e ‘singular’.

Ao analisar os novos espaços da mobilidade, o geógrafo Jacques Lévy (2001, p. 7) também evidencia: “os lugares que têm um sentido para nós se multiplicaram, o que relativiza cada um deles, mas, entretanto, não os banaliza”.

Nesse contexto, cada vez mais, a viagem faz parte do cotidiano (inclusive, com deslocamentos casa-trabalho que incluem distâncias continentais e a travessia de oceanos) e pode ter várias motivações conjuntas (lazer, trabalho, negócios etc.). A multirresidência e as novas formas de tempo compartilhado (*timeshare*) são algumas das possibilidades de estada e moradia em diversos lugares do mundo, seja dentro do próprio país ou em outras nações.

Na União Europeia, por exemplo, em 2001, o parque imobiliário era estimado em 170 milhões de habitações, das quais 10,5% não eram de uso permanente. A Espanha mantinha o primeiro lugar com 32,2% de segundas residências entre o total de domicílios. Portugal (26,9%), Grécia (22,7%), Itália (17,7%) e França (17,2%) ocupavam os postos seguintes (GILI, 2003).

Nos Estados Unidos, a propriedade de uma segunda residência não é uma tradição tão antiga quanto na Europa, embora tenha se expandido nas últimas décadas. Em 2001, existiam pouco mais de 3,5 milhões desses domicílios que representavam cerca de 3% do total recenseado. No entanto, em 2005, as residências secundárias já somavam 40% (cerca de 3,34 milhões) de todas as habitações vendidas no mercado imobiliário (TIMOTHY, 2004; KNOX, 2006). Os principais compradores, os *baby boomers*, são americanos entre 40 e 50 anos que buscam na residência secundária um espaço tranquilo para viver a aposentadoria, assim como um meio de investimento econômico.

Nos países em desenvolvimento, as residências secundárias também estão em expansão, inclusive, em algumas nações da África (VISSER, 2005). No México e no Brasil, em 2000, elas correspondiam, respectivamente, a 8,46% e 4,94% do total de domicílios recenseados (BRASIL, 2000; HIERNAUX, 2005b). Embora estes percentuais sejam baixos (quando comparados aos países ricos), verifica-se um crescente aumento das residências secundárias, principalmente nas áreas litorâneas destes dois países latino-americanos.

Em pesquisa específica sobre o turismo de segundas residências no México, Hiernaux (2004, p. 211) constatou que, em Acapulco, os turistas estrangeiros têm trocado os hotéis pela aquisição particular de uma segunda residência, fato esse decisivo para a retomada do turismo nesse balneário, que juntamente com Cancún, formam os principais destinos turísticos do país.

No litoral do Nordeste brasileiro, os turistas internacionais das grandes metrópoles e da terceira idade também estão transformando a segunda residência na nova “atração” do mercado imobiliário, com a compra de casas e apartamentos em condomínios e condoresorts que minimizam os custos de manutenção e os riscos de investimentos.

Mesmo com a recente crise mundial que tem reduzido o alto padrão de renda dos europeus, são especialmente os aposentados daquele continente os que mais compram segundas residências tanto em países circunscritos à União Européia, quanto em outros continentes. O litoral espanhol é o principal destino mundial dos aposentados internacionais que curtem férias no clima mais ameno da costa mediterrânea. Nas Ilhas Baleares, a larga temporada dos

aposentados nas casas de praia levou Salvà Tomás (2005) a questionar se eles seriam “imigrantes de luxo ou turistas de longa permanência”. Esse autor constatou a transformação de turistas em migrantes nas Ilhas Baleares, onde muitos estrangeiros aposentados fixam residências principais e secundárias e se convertem em moradores permanentes e ocasionais.

Nas Ilhas Canárias, pelo lado do Atlântico, Breuer (2005), todavia, identificou que o comportamento dos alemães aposentados que permanecem ali de três a seis meses em segundas residências, pode ser descrito como “turístico”, já que tais “residentes sazonais” se aproximam mais de uma variação do turismo internacional de que da migração permanente.

O incremento da mobilidade associado ao alto poder aquisitivo dos turistas permite a eles converter uma viagem de negócios em lazer, de fixar uma residência em lugares onde frequentam esporadicamente e de ter a opção de passar o final de semana vendo TV com a família ou de ir às compras nas famosas cidades globais como Nova Iorque, Londres, Paris e Tóquio.

Essa nova realidade nos leva a reconhecer que o lar, enquanto espaço de abrigo e referência familiar, pode se estender a outros lugares além da primeira residência. A difusão de multirresidências demonstra que também é possível criar identidade com mais de um território e, logo, ter mais de um lar²³.

Ao analisar a suposta crise da identidade na pós-modernidade, Stuart Hall (2006, p. 75) também reforça essa tendência ao afirmar:

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as *identidades* se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicas e parecem “flutuar livremente”.

²³ Porém, essa possibilidade real é, com frequência, tolhida por práticas político-administrativas que ainda não reconhecem a complexidade das formas correntes da mobilidade. Embora muitas pessoas tenham mais de um lar, as estatísticas, o voto e outros direitos cidadãos se restringem ao lugar da residência “principal”. E Hall e Muller (2004, p. 7) advertem que tais “barreiras regulatórias” terminam reforçando a percepção de que os usuários de segundas residências são “invasores” responsáveis por aumentar o mercado de terras e uma série de impactos nas comunidades locais. Quase sempre é esquecido de que eles também pagam impostos e realizam gastos maiores de que muitos habitantes locais.

E com as identidades também podem “flutuar” os territórios, como bem lembra Haesbaert (1999, p. 172), pois estes constituem parte importante dos processos de identificação social, malgrado “nem toda identidade social (como a identidade de gênero, por exemplo) toma, obrigatoriamente, como um de seus referenciais centrais, o território, ou num sentido mais restrito, uma fração do espaço geográfico”.

Esta vivência de múltiplas identidades e de múltiplos territórios, hoje possível, foi analisada por Heller (1995) em provocante artigo intitulado: *Onde estamos em casa?* Nele, Agnes Heller relata o encontro, em um voo para a Austrália, com uma mulher de meia idade, funcionária de uma empresa de comércio internacional, que falava cinco línguas e tinha três apartamentos em diferentes lugares. De tão inusitada aquela situação, a autora não custou a lhe perguntar: Onde você está em casa? E a sua interlocutora logo respondeu: “Talvez, onde meu gato vive”.

O “talvez” demonstra que a casa ou o lar nem sempre remete a um vínculo com um único território e, por isso, Heller (1995) concluiu que há pessoas “geograficamente promíscuas” que vivem atravessando fronteiras e circulando entre vários lares. Para estas pessoas, definir o lugar de moradia não é uma simples questão de localização geográfica. É também uma questão de identidade geográfica. E para muitos, a segunda residência representa este dilema, pois também conjuga tradição, estabilidade e laços familiares.

Preocupações semelhantes sobre o significado e a experiência do lar, em um mundo cada vez mais globalizado, levaram Williams e McIntyre (2001, p. 400) a comentar:

Estilos de vida modernos dão ao velho ditado "o lar é onde o coração está" um novo significado. Embora isto tenha sempre sugerido que a noção de lar é inseparável de identidade, isto também implica que o lar não é necessariamente onde fisicamente (ou legalmente) se reside. As forças da modernização e da globalização não só tornam isso mais verdadeiro, como elas também tendem a desapegar o coração (identidade) dos lugares singulares e redistribuí-lo através do espaço [...] Portanto, modernas formas de mobilidade para moradia, trabalho e diversão exigem dos pesquisadores reexaminar os tradicionais significados e dimensões do lar.

O lar, quase sempre, tem a localização definida pela dependência do emprego. É o território onde as pessoas se sentem seguras e repousam após o trabalho. Geralmente, ele remete à família, a um grupo de pessoas que vive sob o mesmo teto. Embora tenha uma localização no espaço, o lar não é fixo (DUVAL, 2004) e, dessa forma, as segundas residências também são, ainda que ocasionalmente, lares alternativos onde se recebem parentes e amigos e se aproveita o tempo livre para descanso, contato com a natureza e a família. Em muitos casos, a segunda residência cumpre um papel mais importante na sociabilização e no contato familiar do que a primeira residência.

Por isso, em muitos lugares, as segundas residências raramente são alugadas ou vendidas e se transformam em patrimônio familiar, produzindo um sentido de “permanência e continuidade” para várias gerações.

No Canadá, por exemplo, a segunda residência faz parte da cultura nacional como uma importante tradição das famílias de classe média. Jaakson (1986, p. 371) justifica, com a análise abaixo, o apego dos canadenses às casas de verão (*summer cottage at the lake*) que, em grande maioria, estão próximas aos inúmeros lagos do país:

As lembranças dos verões de infância foram criadas lá, quando o ritmo da vida familiar incluía viagens regulares para a segunda residência. Abrir e fechar a casa de verão marcava a passagem das estações mais que qualquer outra coisa. E a segunda residência tornou-se uma espécie de museu da família onde a velha mobília e as roupas da cidade encontravam um prolongamento da vida.

O vínculo afetivo com a segunda residência também contribui para que muitos usuários, geralmente aposentados, as transformem em primeira ou multirresidência. No estudo feito por Chaplin (1999), foi constatado que para muitos britânicos que possuem segundas residências no espaço rural francês, o domicílio principal se torna cada vez menos importante, diante da boa vida que levam na França onde “fogem” da rotina e das pressões da vida moderna.

Antes da aposentadoria, outros fatores como as amenidades naturais, a cultura, o ambiente (especialmente do campo), as oportunidades de emprego e a proximidade de outros parentes também motivam as pessoas a mudarem, em definitivo, para as casas de férias (TIMOTHY, 2004).

A identidade com o lar de referência (a primeira residência) não deixa de existir, mas se torna “móvel e efêmera” (HIERNAUX, 2005a), dispersando-se nos múltiplos territórios de moradia que hoje são possíveis com as multirresidências. Como explica Haesbaert (2008, p. 408):

[...] Dentro de uma mobilidade crescente, muito mais do que perderem os vínculos de identificação com espaços determinados, ‘desterritorializando-se’, o mais comum é que indivíduos e grupos sociais desenvolvam, concomitantemente, vínculos identitários com mais de um território ou com territórios de características muito híbridas, ‘multiterritorializando-se’ cada vez mais.

De fato, para a “elite móvel”, lazer, turismo, morar e viajar, são práticas sociais cotidianas que têm seus sentidos redefinidos com o aumento da mobilidade e a transformação dos tempos sociais. Cohen (2005, p. 17) ao analisar as principais tendências do turismo contemporâneo também comenta essa questão:

Em uma era que, cada vez mais, aumenta a mobilidade e os preços das viagens são reduzidos, o espaço de ação normal dos membros das classes mais elevadas se amplia: cada vez é maior a rotina de viagens a grandes distâncias para assistir a eventos culturais particulares. Portanto, é difícil dizer se o que fazem é turismo ou se essas viagens longas são simplesmente excursões de lazer diário equivalentes a uma visita a um cinema ou teatro local que realizavam no início da modernidade.

Mesmo reconhecendo o maior poder de mobilidade da “elite global”, não podemos, todavia, ignorar que, no caso das segundas residências, a classe média local também vivencia, com menor intensidade, uma “multiterritorização” no seu sentido abrangente de processo ou ação, que corresponde, segundo Haesbaert (2006, p. 343-344), à “[...] possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, o que pode se dar tanto através de uma ‘mobilidade concreta’, no sentido de um deslocamento físico, quanto ‘virtual’, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico”.

Ademais, não se pode esquecer de que a “elite global” também tem uma mobilidade condicionada, limitada pelos campos de força que restringem o acesso real a determinados territórios onde imperam o narcotráfico, o terrorismo, os conflitos religiosos entre outras formas de poder e violência. Em

função disso, Bauman (2007, p. 86) ressalta que “[...] ninguém em nosso mundo que se globaliza com rapidez pode proclamar com honestidade que é pura e simplesmente um ‘operador global’. O máximo que os membros da elite *globe-trotter* globalmente influente podem conseguir é um escopo mais amplo para sua mobilidade”.

Vale ainda ponderar que essa visão “elitista” atribuída aos turistas é muito relativa e depende da escala de análise e do contexto socioeconômico que se privilegia. Para os países receptores (notadamente os pobres ou em desenvolvimento), os turistas residenciais, por exemplo, são considerados “imigrantes de luxo” pertencentes à classe mais abastada. Porém, na realidade dos países emissores, tais viajantes, em grande parte, integram a classe média que também pode adquirir imóveis em outros países onde as moedas estão desvalorizadas e o custo de vida é mais baixo. Desse modo, nos valemos das “aspas” para não reforçar o estereótipo de que o turismo e a segunda residência ainda são práticas exclusivas das “elites”.

As viagens a grandes distâncias que, comumente, denominamos de turismo se inserem, agora, nas práticas cotidianas de um número cada vez maior de pessoas que as realizam não apenas durante os períodos de férias ou com a finalidade de lazer, mas a qualquer momento do ano e com diversos objetivos como compras, negócios, recreação, trabalho, estudos, saúde etc.

A compressão espaço-tempo tem mudado os padrões e o entendimento do turismo, tornando esta atividade mais imbricada às demais formas de mobilidade humana que congregam tanto os deslocamentos diários em busca de trabalho e entretenimento, quanto as migrações e diásporas.

Os destinos mais atrativos para os turistas também são os mais procurados por migrantes que, em grande maioria, vão em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Nesses destinos onde turismo e migração estão cada vez mais imbricados, os territórios abrigam e também passam a definir novas relações entre “produção e consumo” (BELL; WARD, 2000), já que o crescimento do turismo gera novas atividades produtivas e, conseqüentemente, novos fluxos migratórios de trabalhadores.

Além dos aposentados acima citados, estudantes que passam temporadas fora do seu país, trabalhando e se aperfeiçoando, também encetam novas formas de mobilidade que conjugam o turismo e a migração. No Brasil e em outros países periféricos, várias agências recrutam, anualmente, estudantes de nível médio ou universitário para trabalhar em navios de cruzeiro internacionais ou em países como Canadá, Nova Zelândia e Austrália. Na maioria dos casos, os estudantes não são pobres, já dominam uma língua estrangeira e buscam nessa oportunidade associar o ganho financeiro à experiência turística e cultural de morar fora do país, conhecer outros povos e aprimorar novos idiomas. O destino é escolhido pela possibilidade do consumo turístico do espaço e da qualidade de vida que este apresenta, enquanto os gastos são em parte ou totalmente financiados pela produção realizada no país visitado. Muitos pagam suas estadias e cursos de aperfeiçoamento com o trabalho desenvolvido durante o período em que permanecem como migrantes temporários. Ao mesmo tempo, nas horas de folga, eles se tornam turistas e aproveitam os atrativos locais. Portanto, eles são, simultaneamente, estudantes, turistas e trabalhadores migrantes.

Casos como estes de “trabalhadores migrantes-turistas” também foram apontados por Rode (2008, p. 64) no estudo em que avalia os nexos entre turismo e migração²⁴, levando este autor à seguinte conclusão:

O turismo tem mais a dizer sobre a migração de que muitos pesquisadores gostariam de admitir. Novas formas de mobilidade híbrida como os trabalhadores migrantes-turistas e os migrantes aposentados mostram que a ação humana é muito mais confusa e complexa do que as categorias impostas pelos Estados e organismos de governança global poderiam permitir.

Embora o turista possa permanecer até um ano nos lugares onde visita (segundo os critérios da OMT), a sua condição e prática turística não devem ser confundidas com a imigração, enquanto deslocamento definitivo. Como bem apontam Bell e Ward (2000, p. 97), “o turismo representa uma forma de circulação ou de movimento temporário da população. Movimentos temporários

²⁴ Nesta pesquisa, Rode (2008) parte do pressuposto de que tanto os estudos turísticos quanto os estudos migratórios são dominados por interesses institucionais que demonstram pouca relação entre essas duas formas de mobilidade humana. Para ele, ambos buscam fortalecer políticas e ações estatais sejam para controle da imigração e segurança nas fronteiras ou para ampliar a demanda turística, juntamente com a iniciativa privada.

e migração permanente, por seu turno, formam parte do mesmo *continuum* de mobilidade da população no tempo e espaço”. E, nesse sentido, tais autores elaboraram um modelo que integra o turismo com outras formas de mobilidade, o qual foi aperfeiçoado por Hall²⁵ (2004) e reproduzido a seguir com adaptações aos conceitos-chave dessa pesquisa (Figura 1):

Figura 1: Interações espaço-temporais e múltiplas formas de mobilidade

Fonte: Adaptado de Hall, 2004. Organização: Lenilton Assis

Observamos no modelo acima a representação de diversos tipos e possibilidades de interações espaço-temporais que situam o turismo no âmbito das mobilidades humanas voluntárias que vão desde os movimentos diários

²⁵ O geógrafo Colin Michael Hall é um dos principais expoentes dessa abordagem, tendo vários trabalhos publicados e referenciados por outros estudiosos do mundo (HALL, 2004; WILLIAMS; HALL, 2002; HALL; MULLER, 2004). Ele é professor e pesquisador do Centro de Turismo da Universidade de Otago, Nova Zelândia, onde coordenou, por vários anos, o Projeto de Pesquisa sobre Turismo e Migrações.

casa-trabalho, as viagens de férias e finais de semana para segundas residências, até as migrações temporárias e permanentes.

O modelo ajuda na visualização e no entendimento de que a mobilidade, na perspectiva relacional de espaço-tempo aqui adotada, pode abranger do movimento voluntário ao forçado, do âmbito local ao internacional e os deslocamentos realizados em horas ou anos. Ela expressa um *continuum* de fluxos e de lugares que se articulam através das figuras do morador-viajante e do turista-migrante, assim como permite pensar no entrecruzamento de mobilidades híbridas, a exemplo dos “trabalhadores migrantes-turistas”, os quais associam as viagens educativas ao trabalho sazonal. Essa visão relacional ultrapassa o sentido cartesiano que reduz a mobilidade ao mero deslocamento e a considera numa concepção mais ampla - pois também é social - que incorpora, além do movimento, estruturas, meio, cultura e significado, como enfatiza Cresswell (2006).

As interações espaço-temporais são nítidas na Figura 1, a qual também contribui para se reavaliar antigas oposições conceituais (lazer-turismo, ócio-negócio, turismo-migração) que, hoje, ficam mais enfraquecidas com o aumento da mobilidade. Porém, na prática, o modelo não elimina a existência de concepções “fronteiriças e caóticas” (SALVÀ TOMÁS, 2005), conforme observamos na discussão sobre o turismo residencial que, embora esteja situado mais próximo da migração, a sua real definição turística ou migratória envolve uma série de fatores, tais como: as características específicas da fase de vida dos visitantes, suas preferências e períodos de estadias, além da infraestrutura urbana e da oferta imobiliária que “potencializam” o desenvolvimento do destino. Portanto, persistir nos estudos é o caminho para se elaborar modelos e teorias mais próximas de captar as inúmeras relações que o turismo e as migrações ensejam na atualidade.

Compartilhando também dessas ideias, Lassen, Urry e Axhausen (2008, p. 52) advertem:

Os estudos futuros sobre as viagens e as tipologias turísticas precisam ser mais sofisticados em suas categorias, a fim de capturar o quanto as viagens servem a vários propósitos e combinam diferentes formas de deslocamento, tais como encontros científicos ou de negócios que são seguidos por uma pausa no final de semana,

migrantes que retornam para visitar a terra-natal, migrantes que hospedam nas suas casas parentes em visita e assim por diante.

O turismo não é apenas um privilégio dos ricos. Ele envolve e afeta muitas pessoas das classes sociais mais inferiores que, ocasionalmente, visitam ou recebem parentes distantes em ocasiões como festas de final de ano, férias, aniversários, casamentos, funerais etc.

Os turistas, da mesma forma, não se hospedam somente em hotéis, pousadas ou resorts. Muitos se alojam em segundas residências ou em casas de familiares e amigos. O *haji*, ou seja, a peregrinação anual dos muçulmanos à cidade santa de Meca, na Arábia Saudita, é um exemplo de como as diásporas influenciam nos fluxos turísticos.

No Brasil, as estatísticas do turismo doméstico são reforçadas pelas viagens de muitos migrantes nordestinos que, pelo menos uma vez no ano, visitam a terra natal e se alojam nas casas de conterrâneos. Essa mesma região do país também vem registrando um grande afluxo de visitantes estrangeiros (especialmente, portugueses, espanhóis, norte-americanos e italianos) que, cada vez mais, substituem os meios de hospedagem convencionais, por uma segunda residência particular, em que tem a opção de alugá-la ou emprestá-la a familiares e conhecidos. Esse incremento do turismo de raiz²⁶ (TELES, 2003) e do turismo residencial no Nordeste é um indicativo das estreitas relações entre o turismo e as migrações.

Ao associar o turismo a outras formas de mobilidade, os estudos turísticos se encaminham para uma mudança de paradigma mais conhecida como “pós-turismo” (COHEN, 2005). Entusiastas dessa mudança e a favor de uma produção, disseminação e consumo mais flexível de conhecimentos, Coles, Duval e Hall (2005, p. 99) defendem um “modo de investigação pós-disciplinar”, reiterando que:

Os estudos do turismo devem formular uma abordagem coerente para a compreensão do seu significado no rol das mobilidades empreendidas pelos *indivíduos*, não só simplesmente pelos turistas. [...] Os turistas devem ser considerados como indivíduos para os quais as formas de turismo partem de uma rotina (mais complexa). Já

²⁶ Mais conhecido na literatura internacional como VFR – *Visiting Friends and Relatives* – Visita a Amigos e Parentes.

não será suficiente considerar o *homo touristicus* no seu isolamento social e econômico.

A adoção do novo paradigma das mobilidades contemporâneas²⁷ requer abordagens epistemológicas e metodológicas que considerem os processos sociais mais amplos dos quais o turismo emana. Alguns esforços nesse sentido já são percebidos em áreas “tradicionais” dos estudos turísticos (como a Sociologia e a Geografia), com alguns pesquisadores dispostos a romperem os limites disciplinares.

Na Sociologia, por exemplo, Urry (1996; 2000) se destaca²⁸ ao sugerir que a análise das diferentes formas de viagens, na atualidade, é de suma importância para a reconstituição dessa disciplina que deve conceber a mobilidade como seu principal conceito, seu “novo” objeto de estudo. Para esse autor, existem cinco amplas e interdependentes formas de mobilidade que resumimos a seguir:

1. Viagens de pessoas para trabalho, lazer, encontro familiar, diversão, migração e fuga;
2. Circulação real de mercadorias entre produtores, consumidores e comerciantes;
3. Viagens imaginárias através da TV, rádios, revistas e jornais;
4. Viagens virtuais (muitas vezes em tempo real na internet) que transcendem a distância geográfica;
5. Circulação de informações entre pessoas através de cartas, telefone, fax e celular.

Urry (2000) defende que uma “Sociologia para além das sociedades” deve examinar profundamente as interconexões entre essas cinco formas de mobilidade que são centrais para fazer e manter as complexas conexões em

²⁷ Para Sheller e Urry (2006), a formação desse paradigma inclui recentes contribuições da Antropologia, Estudos Culturais, Geografia, Estudos Migratórios, Ciência e Tecnologia, Turismo e Transportes, além da Sociologia.

²⁸ Também merecem menção os estudos de Clifford (2000), Urbain (2002), Cohen (2005), Lanquar (2007) e Rode (2008) que trazem interessantes reflexões sobre as viagens e o turismo contemporâneo e suas relações com as migrações.

uma sociedade móvel e em rede. Como exemplo, podemos aqui citar um turista residencial que, todos os anos, passa o verão numa segunda residência no Brasil, mas sempre retorna à Europa após este período. Na sua mobilidade sazonal, ao mesmo tempo em que busca transpor as distâncias e manter laços emocionais com ambos os domicílios, esse turista também aciona múltiplas formas de mobilidade e territorialidades, a saber:

- A “viagem real” (motivada pelo lazer, descanso ou outro pretexto);
- A circulação de mercadorias que promove entre um e outro país (seja para uso pessoal ou para presentes);
- As “viagens imaginárias e virtuais” que realiza frequentemente para a segunda residência ao se informar das notícias do Brasil através de revistas, jornais, TV e internet; além do contato que mantém, via telefone e *e-mail*, com amigos e conhecidos que aqui se encontram.

A despeito das múltiplas relações sociais acionadas com o incremento da mobilidade, entendemos que circunscrever estas questões ao âmbito disciplinar da Sociologia, como induz Urry, é, de certa maneira, restringir o debate interdisciplinar que o tema invoca e que já se efetiva.

Na Geografia, por exemplo, pesquisadores como o francês Jacques Lévy (2001) e o britânico Tim Cresswell (2006; 2011), têm se preocupado com os impactos da mobilidade na dinâmica socioespacial contemporânea. No seu livro de referência, *On the move*, Cresswell (2006) assinala que a produção da mobilidade se apresenta como um fenômeno “bifacial” que incorpora uma expressão física/corporal e outra social. Nesta perspectiva, ele analisa desde a mobilidade dos imigrantes e viajantes de avião, à mobilidade virtual propiciada pela internet que dá origem a novas práticas sociais como os escritórios domésticos. Com essa visão “holística”, Cresswell define a mobilidade como o entrelaçamento de movimento, representação e prática, o que possibilita ao autor ainda incorporar a dança como mobilidade e como esta é capturada pela fotografia.

Nesse amplo escopo em que a mobilidade é tratada na Geografia, o turismo, na sua intrínseca relação com a migração, vem ganhando destaque,

especialmente com os estudos de Michael Hall (2004) e Daniel Hiernaux (2005a).

Entre os geógrafos, cresce a compreensão de que o turismo é uma prática social que se apropria e transforma o território (KNAFOU, 1996; CRUZ, 2002; RODRIGUES, 2006; 2007), o que obriga tais profissionais a não apenas analisá-lo como uma atividade econômica que precisa ser determinada sua localização, oferta, demanda, ciclo de vida e, sobretudo seus impactos socioambientais (CHRISTALLER, 1963; PEARCE, 1991; SONEIRO, 1991).

Em que pesem a importância desses fatores para a análise espacial, é válido considerar que o turismo é mais que um deslocamento físico entre lugares de origem e de destino. Ele é uma prática social como tantas outras que se apropriam do espaço, de forma material e simbólica, criando e ao mesmo tempo transformando os territórios.

No intento de avançar nas tradicionais descrições empíricas dos territórios turísticos é que já se defende outra Geografia do Turismo que congregue as dimensões físicas, estruturais e simbólicas do turismo sem obliterar o indivíduo enquanto turista, através de modelos, estatísticas ou estereótipos que “massificam” suas viagens ou as entronizam fora das demais mobilidades humanas cotidianas. Ademais, não se podem desprezar, no mundo atual, as múltiplas possibilidades de deslocamento e relações que os indivíduos estabelecem com os territórios (multiterritorialidade), os quais também podem se converter, mesmo que temporariamente, em lugares dotados de experiências e significados.

O geógrafo deve ser capaz de demonstrar, com os conceitos de “outra Geografia” em construção, que pode existir um apego, um sentimento relacional entre turista e espaço que desemboca, realmente, em um sentido de lugar, quiçá distinto do que se tem no lugar de residência habitual, porém não menos real ou menos significativo para a pessoa que o experimenta (HIERNAUX, 2008, p. 6).

Deste modo, um dos principais desafios para a renovação da Geografia do Turismo é inserir essa atividade no contexto das mobilidades contemporâneas, buscando fundir as análises espaciais do tempo livre, recreação, lazer e turismo com as demais formas de movimento empreendidas

pelos indivíduos nas suas práticas cotidianas. Essa fusão resultaria na emergência de uma “Geografia do Turismo e Recreação” (HALL; PAGE, 2007) ou de uma “Geografia do Lazer” (HIERNAUX, 2008) assentada em processos sociais mais amplos (como as mudanças culturais e espaço-temporais da atualidade) que lhes permitiria avançar e aprofundar as bases teórico-metodológicas a partir do diálogo com as demais Ciências Humanas.

Tais idéias podem contribuir para rechaçar o mito ainda em voga na sociedade e no meio acadêmico de que a viagem e o turismo são práticas sociais apenas das elites e isoladas das demais mobilidades humanas. Essa visão fragmentada tem resultado em preconceitos com os estudos do turismo (ao lhe atribuir menor importância científica) e também tem dificultado a realização de análises inter e multidisciplinares sobre essa prática social de grande relevância no contexto das mobilidades e dos comportamentos das sociedades atuais.

Desse modo, as segundas residências fazem parte do turismo e das mobilidades contemporâneas. Enquadrá-las no paradigma das novas mobilidades permite repensar seus diferentes usos, na atualidade, quando a expansão do turismo residencial amplia seu tradicional entendimento como habitação de lazer, tornando-a também um alojamento turístico. E é nesta perspectiva multidimensional e multiescalar que a definimos aqui, porém com as (de)limitações necessárias à pesquisa empírica: a segunda residência é um domicílio ocasional tanto usado para o veraneio da classe média local (sobretudo como opção de lazer de final de semana), quanto um alojamento turístico adquirido por visitantes estrangeiros que preterem a hotelaria convencional, mas se comportam como turistas residenciais no lugar de destino, onde podem permanecer até seis meses (turistas de segunda residência) ou por maior período (residentes permanentes com vistos oficiais ou migrantes ilegais). Com isso, ratificamos que a segunda residência, hoje, estabelece relações sociais bem mais amplas que não se limitam ao tradicional veraneio. Ela também incorpora o fenômeno do turismo residencial que se concretiza pelo acionamento (material e simbólico; temporário e permanente) de múltiplos territórios, ou melhor, de uma multiterritorialidade como discutiremos na sequência.

1.3 Do território à multiterritorialidade: os múltiplos usos das segundas residências articulando territórios-zona e territórios-rede

O território se destaca, na atualidade, como um conceito que “retorna” ao centro dos debates nas Ciências Humanas e na agenda governamental. Em sintonia com as discussões acadêmicas, várias políticas públicas tratam do território (BRASIL, 2005; ARAÚJO, 2008), conceito este cujo entendimento passa a ter maior capacidade de apreender as relações de poder que se manifestam no espaço geográfico, nas múltiplas escalas e dimensões de análise (naturalista, política, econômica e cultural).

O território sempre teve na Geografia uma forte conotação política e naturalista, herdada das contribuições de Ratzel e do seu pioneirismo em vincular o “solo” (espaço físico, ambiente ou território) ao Estado, “determinando” uma relação de dependência deste em relação àquele. Para Ratzel (1983, p. 94-96), “[...] o Estado não pode existir sem um solo. [...] A tarefa do Estado, no que concerne ao solo permanece sempre a mesma em princípio: o Estado protege o território contra os ataques externos que tendem a diminuí-lo”.

Ao superestimar a importância do território para o desenvolvimento do Estado-Nação, Ratzel foi responsabilizado (com certo exagero!) por “naturalizar” a Geografia Política e também o território. Suas ideias alimentaram algumas teses expansionistas e beligerantes, provocando, conseqüentemente, um abandono das análises espaciais da política e do conceito de território²⁹.

Após décadas sendo preterido pela categoria espaço³⁰ (que se tornou objeto da Geografia Crítica), o território ressurge no debate das Ciências Humanas a partir das novas leituras sobre o poder (FOUCAULT, 1984;

²⁹ Essa fase da história e da evolução do pensamento geográfico testemunhou o desenrolar das duas guerras mundiais, período no qual a conquista do território era o objetivo supremo de um Estado para assegurar seu domínio e poder. Foi a era da conquista territorial que o sociólogo Zygmunt Bauman (2001, p. 132) chamou de “modernidade pesada” – a modernidade obcecada pelo volume, do tipo “quanto maior melhor”, “tamanho é poder, volume é sucesso” – em oposição à atual “modernidade líquida”.

³⁰ Segundo Claval (1999, p. 7), “os geógrafos dos anos sessenta atribuíram tudo ao espaço. Hoje em dia, eles falam mais comumente de território. Essa mudança reflete em parte os debates epistemológicos internos à geografia. Ela é, sobretudo, testemunha de uma profunda transformação do mundo, e de uma mutação correlata das maneiras de compreendê-lo”.

BOURDIEU, 1989), ou melhor, sobre os “poderes” (material e simbólico) que emanam das relações e instituições sociais que regulam a vida cotidiana.

Dentre as novas leituras, crescem, nos últimos anos, as de inspiração fenomenológica, humanista e cultural que discutem como a identidade, o cotidiano, o simbolismo e as representações sociais estabelecem nexos com o espaço (já que ele é sempre uma referência importante!) na construção das territorialidades ou das identidades territoriais. Essas leituras também têm permitido uma maior aproximação da Geografia com a Filosofia e as demais Ciências Humanas, conforme pode ser observado nos trabalhos de Claval (1999), Hiernaux (2005a) e Haesbaert (1999; 2007a).

Raffestin (1993) foi um dos principais geógrafos³¹ a propor, numa perspectiva relacional (política, econômica e cultural), uma discussão do território que considere as múltiplas dimensões e escalas de poder através das quais os grupos sociais dominam e se apropriam de uma determinada porção do espaço.

Território e espaço não são sinônimos e Raffestin (1993, p. 143) deixou clara essa diferença ao afirmar que “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator ‘territorializa’ o espaço”.

Assim, o espaço tem uma conotação mais generalista que o território, embora o primeiro não deva ser apenas entendido como o substrato do segundo – visão essa “estreita” e expressa acima no conceito de Raffestin. Como bem destaca Lefebvre (1991), o espaço é sempre um produto social e uma construção social complexa, baseada em valores e na produção social de sentidos. Dominado e apropriado pela sociedade, o espaço socialmente construído tem a natureza como condição concreta da produção social e um caráter político que revela as suas contradições.

³¹ Sem dúvidas, foi o suíço Claude Raffestin quem mais influenciou os geógrafos brasileiros a fazerem uma releitura do conceito de território nas últimas décadas, sobretudo através da sua obra *Por uma Geografia do Poder*. Mas, não podemos deixar de registrar, nesse período, as contribuições de Jean Gottman, Robert Sack e Giuseppe Demmateis, cujas obras foram analisadas por Haesbaert (2006) e Saquet (2007).

Ao também exaltar esse espaço-processo, socialmente construído, Rodrigues (2008, p. 41) sintetiza as suas diferenças em relação ao território:

A sociedade ao atuar no espaço, incorpora-o à sua própria dinâmica, porém o território não é apenas produto que resulta da ação humana sobre o espaço, agregando-lhe valor. Ao mesmo tempo em que a sociedade transforma o espaço em território, transforma-se a si mesma, através de um processo contínuo e dialético. Assim, o território assume um peso, um caris, uma identidade [...].

A *Geografia do Poder* de Raffestin (1993) propunha ir além de uma *Geografia do Estado* (atrelada a Ratzel), “libertando” o território de uma visão restrita à delimitação das fronteiras do “território nacional”. Com essa abordagem, as escalas de análise se ampliaram, incorporando ao território outros temas e dimensões de análise – dos microterritórios das prostitutas, camelôs e taxistas aos macroterritórios do narcotráfico, empresas multinacionais e grupos terroristas.

As territorialidades cíclicas e móveis (SOUZA, 1995) também trouxeram uma riqueza de situações para a análise geográfica que passou a incorporar outras referências de tempo e espaço. O território ainda se “elasteceu” das áreas e zonas contíguas (rigidamente marcadas pelas fronteiras) para os pontos e linhas que formam as redes e articulam múltiplos territórios em diversas escalas.

Toda essa complexidade dos territórios ganhou força no último quartel do século XX quando a “sociedade informacional, global e em rede” (CASTELLS, 2002) fez erigir uma multiplicidade de poderes que tem resultado em novos processos e usos do território, assim como à profusão de conceitos e/ou metáforas como “fim dos territórios”, “desterritorialização”, “desenraizamento”, “reterritorialização” e “multiterritorialidade”.

Entender esses novos processos e usos do território é um desafio que nos colocamos no presente trabalho, motivados pelas existências contemporâneas que permitem à sociedade experimentar, mais intensamente, uma pluralidade de territórios ou uma multiterritorialidade.

Sem desprezarmos a importância de outras atividades (como as operações financeiras, os transportes, as telecomunicações, o comércio etc.), delimitamos o lazer e o turismo em segundas residências como recortes empíricos para as reflexões sobre o território e a multiterritorialidade.

Convém esclarecermos que entendemos o território na sua acepção ampla, ou seja, como “[...] um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2003, p. 78). Poder esse aqui considerado no sentido multidimensional, que tem uma dupla conotação, material e simbólica, como indica Haesbaert (2006, p. 79): “[...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”.

Uma primeira correlação com o conceito de território, já nos permite identificar que as segundas residências tanto geram um vínculo material (da posse de uma “outra” fração do território além daquela já ocupada pela primeira residência) quanto diversas representações simbólicas (status social, poder econômico, paz, isolamento, oportunidade de reencontro da família e da natureza perdida na cidade).

O território é adotado aqui como um conceito híbrido e relacional que traz a possibilidade de explicar o mundo atual a partir de uma releitura dos seus significados (tal como expressa a multiterritorialidade!) ou mesmo da associação com outros conceitos, como turismo, migração, mobilidade, multirresidencialidade, turismo residencial etc.

Este direcionamento teórico-metodológico segue as sugestões de Haesbaert (2007a, p. 37-38) que ressalta:

[...] As concepções de território capazes de responder melhor pela realidade contemporânea devem superar os dualismos fundamentais: tempo-espaço, fixação-mobilidade, funcional e simbólico. Por isso propomos ver o território a partir da(s):

- Perspectiva que valoriza as relações e os processos: o território num sentido relacional e processual (devendo-se mesmo falar mais em processos de “territorialização” do que de território como entidade estabilizada);

- Múltiplas temporalidades e velocidades nas quais ele pode ser construído, desde os territórios como fixidez e estabilidade até aqueles mais móveis e flexíveis;
- Conjugação entre ou num *continuum* que se estende desde os territórios mais funcionais até aqueles com maior carga (ou poder) simbólica(o).

No caso das segundas residências, podemos dizer que o território compreende um campo de forças que abriga e condiciona a ação dos visitantes, empresários, Poder Público e população receptora. Ele é apropriado e *usado*³² por todos esses atores em cooperação ou em conflito de interesses. A apropriação do território tanto o converte em mercadoria através da venda de casas e apartamentos para os turistas; quanto em moradia ocasional, espaço de descanso e de identidade para visitantes e nativos.

Atualmente, o aumento e a diversidade de usos das segundas residências intensificam a territorialização, ou melhor, a multiterritorialidade (entre a primeira e a segunda residência) como um processo que integra de forma concomitante a desterritorialização e a reterritorialização.

Haesbaert (2008, p. 401) nos lembra de que “sempre vivemos uma multiterritorialidade”. Mas, hoje, ela se impõe num ritmo nunca antes visto, sobrepondo em um mesmo espaço, uma heterogeneidade de tempos e territórios. Áreas ou zonas contínuas que caracterizam as sociedades tradicionais são, cada vez mais, “atravessadas” ou “conectadas” por fluxos de informações e ações que demarcam os territórios-rede. Esses predominam nas sociedades modernas, baseados numa geometria de polos e fluxos que não depende, necessariamente, de uma contiguidade físico-zonal.

As inovações dos transportes e das comunicações, responsáveis pela compressão espaço-tempo, definem territórios-rede descontínuos e dotados de uma maior carga de imaterialidade que se manifesta, especialmente, no espaço virtual (ciberespaço) - o que não deve, em absoluto, ser confundido

³² Nos últimos trabalhos, Milton Santos associou o adjetivo “usado” ao conceito de território, ressaltando, com este, “[...] a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 247). Embora a expressão “território usado” busque reforçar o caráter “impuro” do território, ela nos parece redundante, pois entendemos o uso como uma característica intrínseca do processo de territorialização.

com o discurso da aniquilação do espaço pelo tempo, já que estas são esferas indissociáveis. Nesse sentido, Massey (2008, p. 139) faz um importante alerta:

O espaço é mais do que distância. É a esfera de configurações de resultados imprevisíveis, dentro de multiplicidades. Isto considerado, a questão realmente séria que é levantada pela aceleração, pela 'revolução nas comunicações' e pelo ciberespaço não é se o espaço será aniquilado ou não, mas que tipos de multiplicidades (padrões de unicidade [uniqueness]) e relações serão co-construídas com esses novos tipos de configurações espaciais.

E são exatamente esses “tipos de multiplicidades e relações” com o território que tentaremos apreender com o estudo dos novos usos das segundas residências por turistas estrangeiros, tomando como aporte o conceito de multiterritorialidade proposto por Haesbaert (2006) que, em certo sentido, aproxima-se do que Massey (2000) denomina de “um sentido global de lugar”.

Avião, TV, telefone e internet são alguns dos objetos técnicos que ampliam e complexificam as territorialidades contemporâneas, articulando espaços materiais e imateriais, áreas e redes, através da multiterritorialidade. Haesbaert (2006, p. 338) ainda esclarece que a multiterritorialidade é:

[...] a forma dominante, contemporânea ou “pós-moderna”, da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização. Ela é consequência direta da predominância, especialmente no âmbito do chamado capitalismo pós-fordista de acumulação flexível, de relações sociais construídas através de territórios-rede, sobrepostos e descontínuos, e não mais de territórios-zona, que marcaram aquilo que podemos denominar modernidade clássica territorial. O que não quer dizer, em hipótese alguma, que essas formas mais antigas de território não continuem presentes, formando um amálgama complexo com as novas modalidades de organização territorial.

É esse “amálgama complexo” de territórios (zonas e redes) que, de certa forma, também resulta na produção do que Santos (1997) denomina de “horizontalidades e verticalidades”. Simplificando tais concepções, podemos dizer que as horizontalidades configuram os territórios-zona, marcados pela contiguidade, por pontos que se agregam sem descontinuidade. Já as verticalidades demarcam os territórios-rede através de polos e fluxos que asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. Esses novos recortes do território buscam elucidar como a apropriação do espaço ocorre

atendendo aos interesses de ordens globais (solidariedades organizacionais) ou de ordens locais (solidariedades orgânicas), estas últimas na perspectiva de valorização das pessoas e dos lugares onde vivem.

Nos espaços turísticos, as zonas e redes, as horizontalidades e verticalidades, vão dar origem a múltiplos territórios dominados/apropriados por lógicas aparentemente opostas, como demonstrado por Rodrigues (2003; 2008) ao contrapor a “proposta economicista” à “proposta humanista” na produção dos territórios turísticos.

A primeira proposta também é denominada pela Autora de “modelo tecnocrático-hegemônico” que está subordinado a um sistema reticular de fluxos, “típico” dos territórios-rede. Esse modelo se pauta na lógica de instalação dos megaempreendimentos turísticos que definem des-re-territorializações nos locais onde se instalam com consequentes impactos sociais e ambientais – como analisaremos adiante sobre os condoresorts que se difundem no Nordeste brasileiro.

A “proposta humanista” se pauta no exercício das horizontalidades, na solidariedade orgânica dos territórios-zona mais tradicionais, onde convivem os veranistas e as populações receptoras que desenvolvem diversas experiências com o turismo de base local.

É evidente que esses “modelos” de análises territoriais elaborados por Haesbaert, Santos e Rodrigues não se baseiam em recortes dicotômicos e estanques do espaço. Eles são imbricados e complementares, sendo didaticamente separados apenas como tentativas de “dissecar” a realidade em movimento. Por isso, vale lembrar que os veranistas também geram impactos e conflitos nos territórios-zona onde se instalam, mesmo que inferiores aos provocados pelas vastas zonas/redes que articulam o turismo residencial.

Em que pesem as limitações frente à dinâmica do real (que é sempre fugidio aos “aprisionamentos” científicos), sintetizamos na Figura 2 abaixo as propostas dos três autores supracitados que servem de marco teórico para entendermos como as segundas residências engendram múltiplos usos do território pela sociedade, ou seja, uma multiterritorialidade.

Figura 2: Proposta de análise das segundas residências

Organização: Lenilton Assis, 2011.

Defende-se, na Figura 2, que é fundamental, na análise atual das segundas residências, compreender as ambivalências entre os velhos e novos usos dos territórios, entre as tradicionais “zonas” de veraneio e as modernas “redes” que alimentam a expansão do turismo residencial. Parte-se do pressuposto de que a lógica zonal não descarta a reticular e vice-versa. Elas são faces da mesma moeda (diferentes e complementares) e integram os sujeitos, as redes e seus territórios num enfoque “totalizante” da multiterritorialidade.

Não enfrentar esse debate específico e abrangente que a segunda residência, há muito, requer é abrir mão de explorar o potencial explicativo que o conceito de multiterritorialidade oferece, já que tanto envolve uma multiplicidade de territórios (zonas e redes) imbricados em um mesmo espaço, quanto uma conexão de múltiplos territórios através dos nós e dutos das redes físicas e/ou informacionais.

Essa trama das redes e dos territórios leva Saquet (2007, p. 161) a afirmar que “há *redes de territórios e territórios em redes*, territórios nas redes e redes no território num único movimento”. As redes são virtuais, mas também reais. São técnicas, assim como sociais (SANTOS, 1997). Elas são “entidades de circulação” (URRY, 2008) com múltiplas conexões que envolvem padrões complexos de imediata presença e intermitente ausência à distância.

[...] A ideia da rede certamente ilumina um aspecto importante da realidade – chama a atenção para a complexidade das interações espaciais, resultantes do conjunto de ações desencadeadas em lugares mais ou menos longínquos. Assim, a rede representa um dos recortes espaciais possíveis para compreender a organização do espaço contemporâneo (DIAS, 2005, p. 23).

Lévy (2001, p. 2) chama a atenção para os novos espaços da mobilidade onde “várias redes se imbricam, como também redes (topológicas, que criam a descontinuidade) com territórios (topográficos, que engendram a continuidade)”.

No turismo (enquanto uma prática social que promove o aproveitamento do tempo livre através das viagens, estadias e consumo), o par território/rede é indissociável, já que o planejamento e a viagem “partem” de um determinado território (tendo outro “em mira” como destino) através do acionamento de uma série de redes de comunicação (seleção do pacote, reservas de passagens, hospedagem etc.) e transporte (carro, ônibus, metrô e avião). Estes espaços lacunares (entre a origem e o destino) são feitos de polos e fluxos, onde os indivíduos ou grupos sociais também podem estabelecer uma apropriação (no sentido mais simbólico de identidade), criando “territórios no movimento” ou “pelo movimento”. Haesbaert (2006, p. 279) ressalta que:

Talvez seja esta a grande novidade da nossa experiência dita pós-moderna, onde controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar áreas e definir “fronteiras”, mas, sobretudo, viver em redes, onde nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade [...].

A rede pode e deve ser vista como um elemento constituinte do território (quando não um território), como um componente têmporo-móvel que conjugado com a zona/superfície territorial, ressalta seu dinamismo e

movimento. O que não se pode olvidar, como adverte Santos (1997; 2002), é que onde as redes existem, elas não são uniformes. Elas constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns.

Por mais que integrem territórios longínquos, do local ao global, as redes são seletivas, “portadoras de ordem e desordem” como afirma Dias (2003, p. 154):

À escala planetária ou nacional, as redes são portadoras de ordem – através delas, as grandes corporações se articulam, reduzindo o tempo de circulação em todas as escalas nas quais elas operam; o ponto crucial é a busca de um ritmo, mundial ou nacional, beneficiando-se de escalas gerais de produtividade, de circulação e de trocas. Na escala local, estas mesmas redes são muitas vezes portadoras de desordem – numa velocidade sem precedentes engendram processos de exclusão social, marginalizam centros urbanos que tirava sua força dos laços de proximidade geográfica e alteram mercados de trabalho.

Os espaços apropriados pelo turismo, geralmente, são descontínuos, mas interligados por redes técnicas e sociais (rodovias, aeroportos, comunicações, movimentos de trabalhadores, visitantes etc.) que estabelecem relações entre diferentes territórios, formando, assim, territórios-rede ora definidos pela articulação de áreas mais ou menos contínuas e homogêneas (lógica zonal), ora por espaços entrecortados onde predomina o controle dos fluxos e dos polos de conexão (lógica reticular). Deste modo, os territórios-rede podem ser reais e virtuais, amplos e retráteis, estáveis e, ao mesmo tempo, móveis. Na sua essência, eles são dinâmicos, meio e condição da intensa mobilidade que redefine a relação espaço-tempo no presente.

Vale ressaltar que redes e zonas formam um par dialético, complementar e concorrencial. A lógica reticular dos territórios-rede estabelece justaposições e/ou sobreposições sobre a lógica dos territórios tradicionais (territórios-zonas), mas nunca uma relação dual ou dicotômica. Por isso, adotamos doravante a assertiva de Haesbaert (2006, p. 286) para quem território-rede e território-zona são “referenciais teóricos, espécies de ‘tipos ideais’ que não são passíveis de ser identificados separadamente na realidade efetiva”.

Acreditamos que a configuração do território-rede é a melhor tradução da multiterritorialidade que envolve o turismo na atualidade. Ela abarca as múltiplas lógicas de territorialização implementadas pelos agentes sociais que produzem o espaço, ou melhor, o território turístico: veranistas, turistas, empresários, Poder Público, trabalhadores e população local.

A produção e imbricação dos territórios-rede com os territórios-zona dá margem ao surgimento de espaços residuais que Haesbaert (2006, p. 306) denominou, a princípio de *aglomerados de exclusão*³³, depois como *reclusão territorial*³⁴ e, mais recentemente, de *contenção territorial*, para designar o caráter sempre parcial, provisório e paliativo dos ‘fechamentos’, especialmente dos grupos subalternos, na restrição a sua mobilidade compulsória em busca de melhores condições de vida (HAESBAERT, 2009).

De forma análoga, podemos dizer que as segundas residências ao mesmo tempo em que definem territórios-zona pela posse da primeira habitação e das casas de praia/serra da classe média local, também produzem os territórios reticulares em domicílios e condosorts construídos, primordialmente, para os turistas internacionais, os quais criam, de forma mais efetiva, um espaço *recluso* e *exclusivista*. Nos interstícios dos territórios-zona e dos territórios-rede, há ainda os *territórios de contenção* onde as populações tradicionais (pescadores, agricultores, rendeiras etc.) ficam parcialmente segregadas com a apropriação dos seus espaços vividos para o lazer e o turismo. Em última instância, este processo vem reforçar, de forma paradoxal, o território-zona no exercício das “contrafinalidades” propostas por Santos (1997).

Diante dessa complexidade, Rodrigues (2006, p. 8) também defende que “o território turístico, em particular, sendo um espaço dominado e/ou

³³ Haesbaert (2006, p. 306) caracteriza, resumidamente, os territórios-zona como mais tradicionais, forjados no domínio da lógica zonal, com áreas e limites (“fronteiras”) relativamente bem demarcados e com grupos mais “enraizados”, onde a organização em rede adquire um papel secundário; os territórios-rede, configurados sobretudo na topologia ou lógica das redes, ou seja, são espacialmente descontínuos, dinâmicos (com diversos graus de mobilidade) e mais suscetíveis a sobreposições; e os “aglomerados” são mais indefinidos, muitas vezes mesclas confusas de territórios-zona e territórios-rede, onde fica muito difícil identificar uma lógica coerente e/ou uma cartografia espacialmente bem definida.

³⁴ O relativo isolamento em territórios excludentes onde são promovidas separações mais rígidas entre *insiders* e *outsiders* (HAESBAERT, 2007a, p. 54).

apropriado, assume um sentido multiescalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção compósita, ou seja, de multiterritorialidade”.

Ademais, não se pode esquecer de que a flexibilidade territorial do mundo moderno não deixa de reproduzir suas desigualdades espaciais, ainda mais numa prática de lazer e de turismo – como é o caso da segunda residência – que ainda é “para poucos”, já que muitos não têm sequer a opção da primeira residência ou, como diz Haesbaert (2006, p. 360), “[...] do ‘primeiro’ território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana”.

Entender os múltiplos usos das segundas residências no Nordeste e seus impactos sobre o território é o desafio do capítulo seguinte, no qual discutimos, em especial, o estado do Ceará. Dividido em duas partes, este capítulo apresenta os usos para ócio e negócio das segundas residências na região, ampliando a escala de análise para o litoral e as serras cearenses, onde são avaliadas as transformações em curso ocasionadas pelo veraneio e turismo residencial.

CAPÍTULO II - SEGUNDAS RESIDÊNCIAS NO NORDESTE BRASILEIRO: ÓCIO E NEGÓCIO

2.1 O veraneio e a ascensão do turismo residencial no litoral nordestino

As segundas residências estão, na sua essência, associadas à expansão do urbano e à formação de áreas residenciais segregadas. As modernas redes de informação e transporte “globalizam” seus usos e levam à sua multiplicação, notadamente nos países desenvolvidos onde a melhor distribuição de renda permite maior acesso a estas habitações.

A região mediterrânea europeia tem sido o principal polo de segundas residências no mundo, onde se destaca o litoral espanhol. O clima, a boa infraestrutura e a proximidade dos centros emissores da Europa Ocidental e Setentrional contribuíram para a concentração de domicílios ocasionais na região, o que também tem resultado na degradação ambiental, no aumento da especulação imobiliária e na saturação desse destino.

Ao mesmo tempo, o aumento de voos regulares intercontinentais e de voos fretados (*charters*) tem feito surgir mercados mais atrativos em outras partes do mundo, como no Caribe, Sudeste Asiático, Oceania, África do Sul e Nordeste brasileiro.

Com cerca de 3.300km que se estendem por nove estados, o litoral do Nordeste brasileiro apresenta diversos atrativos para a instalação de segundas residências: praias ensolaradas por quase todo o ano, ausência de catástrofes naturais, hospitalidade, uma infraestrutura em crescimento e, sobretudo, baixos preços de imóveis e do custo de vida.

Os atrativos naturais do Nordeste são responsáveis por paisagens de rara beleza, com uma vasta planície litorânea onde ainda se encontram áreas de frente para o mar, quase desabitadas, rodeadas por mangues, coqueiros, dunas e falésias.

No entanto, dentre as cinco regiões brasileiras, o Nordeste é a segunda mais populosa e uma das mais pobres do país que ainda convive com graves

problemas sociais, apesar da sua grande diversidade, da crescente heterogeneidade de suas estruturas econômicas que resultam em “vários nordestes” (com espaços mais dinâmicos e outros menos competitivos), conforme destacado por Araújo (2000, p. 190):

[...] As condições sociais da população nordestina são muito desiguais, e muitas tendências gerais não se reproduzem de maneira idêntica em todos os Estados ou nas áreas urbanas e rurais da região. A riqueza é muito concentrada no Nordeste, e os contrastes sociais são enormes. Além disso, nas últimas décadas, a dinâmica e as transformações na base produtiva instalada na região foram muito mais intensas e profundas que as alterações para melhoria da qualidade de vida dos nordestinos. O crescimento econômico reduziu de maneira insuficiente os déficits sociais, e a crise dos anos recentes só fez agravar o quadro social regional.

Mesmo reforçando a histórica desigualdade, hoje, a região é uma das que mais crescem no Brasil, impulsionada pelos investimentos turísticos no litoral, que é um dos seus espaços mais dinâmicos onde a população tem se concentrado ao longo do tempo.

O turismo no Nordeste é uma atividade de importância relativamente recente. O veraneio nas casas de praia, iniciado por volta da década de 1950, marca as primeiras ocupações de lazer na costa brasileira³⁵ que eram feitas por famílias residentes próximas aos maiores aglomerados urbanos (MADRUGA, 1992; BECKER, 1995; MORAES, 1999; DANTAS, 2009). Praias de difícil acesso e adjacentes a pequenas vilas de pescadores foram os destinos das primeiras casas de veraneio da região. Logo, estas foram seguidas por alguns serviços e equipamentos básicos (asfaltamento e melhorias de acesso, pousadas, comércio etc.) que valorizaram o território litorâneo e atraíram a atenção dos especuladores imobiliários.

No final dos anos setenta, o aumento do fluxo de visitantes e da especulação imobiliária impulsionou o distanciamento dos moradores tradicionais do litoral. Grandes projetos de loteamento passaram a dinamizar o mercado imobiliário que buscava atender à nova classe empresarial que se

³⁵ Segundo Becker (1995, p.10), “no Brasil, o aparecimento do fenômeno da segunda residência dá-se na década de 1950 sob a égide do ‘nacional-desenvolvimentismo’ que foi responsável pela implantação da indústria automobilística, pela ascensão do rodoviarismo como matriz principal dos transportes e pela emergência de novos estratos sociais médios e urbanos que, aos poucos, começariam a incorporar entre os seus valores sócio-culturais a ideologia do turismo e do lazer”.

formava nas capitais, assim como a estrangeiros que começavam a adquirir imóveis na região. Surgiu também uma rede hoteleira mais estruturada, porém ainda bastante concentrada nas duas grandes capitais nordestinas – Salvador e Recife.

A partir da década de 1990, a expansão mundial do turismo teve reflexos sobre a região que passou a atrair, além de investimentos nacionais, também grandes grupos estrangeiros como as redes hoteleiras³⁶ *Accor* (França), *Sol Meliá* (Espanha), *Choice Atlantica* (Estados Unidos), entre outras. As relações entre os mercados imobiliário e turístico se acentuaram, motivadas pela grande liquidez internacional e pelos baixos preços dos imóveis do litoral nordestino que, agora, já se encontrava nas rotas dos maiores mercados receptores de turistas.

O Poder Público, por sua vez, passou a intervir e a investir na região, visando encontrar no turismo uma solução econômica para amenizar os graves problemas sociais existentes. Em 1992, foi lançado o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR-NE), resultado de uma parceria entre os estados da região e o Governo Federal, tendo como financiadores o Banco do Nordeste (BNB) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O PRODETUR-NE previa investimentos de US\$ 800 milhões para melhorar as condições de infraestrutura das áreas de expansão turística com o financiamento de obras de transporte, saneamento, urbanização, preservação ambiental, recuperação do patrimônio histórico e desenvolvimento institucional. Todo esse aporte de recursos visava privilegiar o incremento do turismo internacional, em detrimento de necessidades mais prementes da sociedade nordestina – saúde, habitação, saneamento e educação.

Ancorado nesta ambiguidade e no apelo da geração de emprego, cada estado nordestino estabeleceu áreas seletas do litoral onde criaram 11 dos 12

³⁶ De acordo com Proserpio (2007), os novos projetos hoteleiros internacionais foram atraídos pelos investimentos públicos para desenvolver o turismo no Brasil e viabilizados mediante a entrada de novos agentes financeiros como os fundos institucionais de pensão (a exemplo da PREVI – Previdência Privada dos Funcionários do Banco do Brasil, que é a maior do país), construtoras e incorporadoras imobiliárias que capitalizaram a renda disponível da classe média nacional, cuja valorização se acentuava com a estabilidade da inflação.

polos turísticos (Mapa 2) para alocar a infraestrutura patrocinada pelo Programa.

Mapa 2: Polos de Turismo do PRODETUR-NE

Uma das primeiras críticas ao PRODETUR-NE e, em especial a essa concentração de investimentos em polos e corredores turísticos, foi feita por Rodrigues (1996, p. 159), que alertou:

É preocupante que muitos dos polos turísticos projetados coincidam com áreas de ecossistemas frágeis, como sistemas dunares, lagamares, manguezais que, ao sofrerem intervenção humana, logo são alterados irreversivelmente, como testemunham ações passadas. A título de exemplo podem ser citados os três centros projetados no Estado do Ceará – Lagamar do rio Cauípe, Foz do rio Curu, Foz do rio Mundaú, todos de grande fragilidade ecológica. Essas áreas deveriam ser objeto de decretos de unidades de conservação, na forma de APAs (Área de Proteção Ambiental). Porém, o que se vê é a supervalorização das áreas citadas e o interesse dos empresários na implantação de pesados equipamentos turísticos, como parques temáticos e marinas.

Todavia, ao final da primeira etapa do Programa, a sobreposição de interesses econômicos diante do desenvolvimento socioespacial figurou como marco das ações implementadas. Os investimentos previstos foram superados,

porém, majoritariamente alocados em obras estruturais e não na preservação do ambiente ou na melhoria das condições de vida da população local. À guisa de exemplo, enquanto os aeroportos e rodovias suplantaram investimentos de US\$ 365 milhões, os gastos com saneamento foram de apenas US\$ 118 milhões (BNB, 2005). Seis aeroportos foram reformados nas cidades de Fortaleza, Recife, Natal, São Luiz, Aracaju e Salvador, tendo ainda a Bahia recebido a construção de mais dois em Porto Seguro e Lençóis, este último que dá acesso à Chapada Diamantina (Mapa 2). O objetivo era transformar os aeroportos regionais em internacionais, possibilitando a recepção de turistas estrangeiros que seriam distribuídos através de vias litorâneas como CE-085, RN-063, SE-100, e BA-001. O incremento desses polos e corredores de fluxos configuram a formação de um território-rede no Nordeste que, se por um lado promove o aumento da mobilidade e a maior articulação da região com o mundo, por outro, reforça a segregação socioespacial ao concentrar investimentos em polos turísticos onde predominam interesses privados.

Ao selecionar o litoral e excluir o sertão que, historicamente, reforça a imagem do Nordeste como a “região-problema” do país, o PRODETUR reafirmou a “tendência à fragmentação”, identificada por Tânia Bacelar de Araújo (2000), com a implantação de projetos de infraestrutura na região que passaram a seguir o mesmo rumo do mercado, ou seja, de buscar ampliar a competitividade de espaços que já são competitivos. Por isso, a autora levantou pertinente preocupação:

Ora, o papel esperado do Estado é o de contrabalançar, com sua presença a relativa ausência de investimentos privados. E não de concentrar-se onde o ente privado já prefere se localizar, onde o dinamismo conduzido pela lógica do mercado já é mais intenso, onde os novos fatores de competitividade já são abundantes. A preocupação que daí deriva é sobre o destino das chamadas áreas “não competitivas” (ARAÚJO, 2000, p. 229).

A adoção dessa lógica espacial seletiva resultou ainda na distribuição desigual dos recursos entre os estados – só a Bahia e o Ceará receberam mais da metade dos investimentos do PRODETUR I. No Ceará, por exemplo, o Programa injetou US\$ 163,4 milhões, sendo US\$ 76,5 milhões de desembolso do BID e US\$ 86,9 milhões de contrapartida do estado e da União. Somente no Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza, foram alocados US\$ 73,2

milhões, ou seja, quase a metade dos recursos aprovados para todo o estado³⁷. A área construída do aeroporto saltou de 8.700m² para 36.000m² e sua capacidade de operação cresceu de 900 mil para 2,5 milhões de passageiros por ano (BNB, 2005).

Segundo o relatório do Banco do Nordeste (BNB, 2005), o PRODETUR I proporcionou a criação de 797 mil empregos diretos e indiretos. No entanto, sabe-se que grande parte desses postos de trabalho foi criada no setor da construção civil, no qual predominam empregos temporários que se extinguem com a finalização das obras. A geração de empregos diretos e mais duradouros, como na hotelaria, depende de investimentos maciços e contínuos na qualificação profissional da população local - fato negligenciado na primeira etapa do Programa.

Um dos principais resultados do PRODETUR I foi inserir alguns recônditos lugares da costa nordestina nas rotas do turismo global, transformando as suas paisagens em mercadorias de grande disputa pelo capital imobiliário-turístico. Uma nova urbanização teve início no litoral nordestino orientada por esse capital de “dupla função” (SILVA; FERREIRA, 2007b) que impõe novos usos do território ao associar, de forma mais intensa, o setor imobiliário com o turismo, ou seja, incorporação de imóveis mais atividades de lazer/entretenimento.

O resultado dessa fusão é uma urbanização mais complexa e desigual que tem o PRODETUR como carro-chefe de uma “política urbana que faz as vezes de uma política de turismo” (CRUZ, 2002, p. 142). Com o Programa, o Poder Público buscou atenuar os problemas decorrentes de uma política urbana ineficiente e, ao mesmo tempo, promover o turismo na região.

Contudo, a concentração de investimentos no turismo tem sobrevalorizado esta atividade em detrimento de outras tradicionais, tais como: agricultura, pecuária, pesca e pequenas indústrias. Via PRODETUR, uma

³⁷ Essa lógica seletiva dos investimentos públicos também foi identificada pelo geógrafo Luiz Cruz Lima (2005, p. 39) ao analisar a integração do território cearense através das modernas redes geográficas instaladas. No caso das telecomunicações, ele concluiu que: “Forja-se uma estrutura típica de ‘espaço dividido’: ao lado de um complexo de atraso, de um sistema técnico ultrapassado, monta-se uma estrutura de alto teor técnico-científico, a que só pequena parcela da sociedade tem acesso”.

suposta “vocação turística” é imposta ao Nordeste pela confluência de poderes locais, nacionais e internacionais que apostam nesta atividade como principal vetor de desenvolvimento regional. O “modelo Cancún” transposto para o Nordeste tem provocado discussões, análises científicas e movimentos sociais que defendem um turismo de base local, comunitário e com responsabilidade socioambiental (RODRIGUES, 1996; CORIOLANO; LIMA, 2003).

Em 2005, foi iniciada a fase II do PRODETUR que previa investir US\$ 400 milhões especialmente na qualificação da população dos polos turísticos e não apenas em complexos aeroportuários e infraestrutura urbana (BNB, 2005). Mas, na realidade, isto não aconteceu e as obras estruturais ainda continuam sendo a maior demanda dos estados - conforme veremos no próximo capítulo sobre Camocim e demais municípios do litoral Oeste do Ceará.

O aporte de investimentos do PRODETUR I, associado ao aumento do *marketing* e de voos mais curtos e baratos para a região, fez com que o Nordeste passasse a duplicar o efetivo de passageiros internacionais em uma década (Gráfico 1).

Gráfico 1: Evolução do fluxo de passageiros internacionais no Nordeste - 1994/2004

Fonte: INFRAERO, 2008. Org. PEDROZA; FREIRE, 2005.

Nota: Os voos regulares também incluem o desembarque de passageiros nacionais de retorno ao Brasil.

Em 2004, cerca de 450 mil passageiros internacionais desembarcaram em voos regulares e não-regulares (*charters*) na região, gerando um

incremento no número de visitantes de aproximadamente 128% em relação a 2000, enquanto, nesse mesmo período, o Brasil registrou crescimento de apenas 18% (Tabela 1). Assim sendo, a participação do Nordeste no total de desembarques do país quase duplicou de 3,8% para 7,3%, demonstrando sua inserção nas rotas do turismo internacional.

Tabela 1: Passageiros internacionais desembarcados no Nordeste - 2000/2004

UF	2000			2004			Variação % 2004/2000		
	Regular	Não Reg.	Total	Regular	Não Reg.	Total	Regu- lar	Não Reg.	Total
MA	0	8	8	0	163	163		1.937.50	1.937.50
PI	0	0	0	0	0	0		0.00	
CE	29.919	8.248	38.167	63.979	62.863	126.842	113.84	662.16	232.33
RN	4.034	14.583	18.617	6.580	86.491	93.071	63.11	493.09	399.92
PB	3	838	841	0	9	9		-98.93	-98.93
PE	58.710	3.281	61.991	53.106	19.866	72.972	-9.55	505.49	17.71
AL	2	15.016	15.018	0	10.831	10.831		-27.87	-27.88
SE	0	3	3	1	270	271		8.900.00	8.933.33
BA	46.492	16.475	62.967	111.744	34.482	146.226	140.35	109.30	132.23
NE	139.160	58.452	197.612	235.410	214.975	450.385	69.16	267.78	127.91
BRA	5.002.398	168.291	5.170.689	5.810.944	327.273	6.138.217	16.16	94.47	18.71

Fonte: Adaptado da INFRAERO, 2008.

Nota: Os voos regulares também incluem o desembarque de passageiros nacionais de retorno ao Brasil.

Os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte são os principais portões de entrada de turistas internacionais no Nordeste (Tabela 1), através dos aeroportos das suas capitais que já contabilizam mais de cem voos semanais provenientes da Europa – mais do dobro do que recebiam em 2003. Em 2007, esses quatro estados receberam 98,05% dos passageiros internacionais desembarcados na região, dos quais 91,2% eram europeus (INFRAERO, 2008). Se até a década passada estes visitantes gastavam mais de doze horas para chegar ao Nordeste (devido às conexões em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília), hoje, muitos deles chegam com uma média de seis a oito horas de viagem, após terem decolado das principais cidades da Europa em voos diretos e fretados.

Essa compressão espaço-tempo, associada à redução dos custos de viagem e ao aumento da propaganda no exterior, tem levado, nos últimos anos, ao crescente número de turistas estrangeiros que visitam o Nordeste, os quais, agora, não dispõem apenas de meios de hospedagens tradicionais, como hotéis, pousadas e albergues. Cresce na região a oferta de empreendimentos multifamiliares (condomínios residenciais, resorts, condoresorts, flats etc.)

voltados para turistas internacionais interessados em adquirir imóveis particulares para uso como segunda residência e/ou como investimento imobiliário.

Com os investimentos do PRODETUR e o aumento de voos diretos entre o Nordeste e a Europa, turistas estrangeiros e promotores imobiliários logo perceberam que manter uma segunda residência no além-mar, aqui no Brasil, é menos dispendioso do que no litoral da Península Ibérica e demais praias da costa mediterrânea. Com a chegada desses visitantes e o crescimento da classe média brasileira, na última década, o mercado de segundas residências no Nordeste “explode”, deixando de ser somente uma prática de lazer e se tornando também um novo filão do mercado imobiliário que atrai capitais de diferentes escalas e origens. Junto com o turista residencial, chegam também ao Nordeste novos incorporadores imobiliários vindos do estrangeiro e também dos grandes centros de negócios do país.

Com o aumento da oferta e da demanda, as segundas residências na região registram um salto de 116.938 para 966.263 mil unidades, entre 1980 e 2010, registrando uma taxa de crescimento anual de 7,2% que foi superior a média do país (5,9%) para o mesmo período.

Convivem na região dois mercados em operação para a produção da segunda residência: um tradicional, formado por pequenos incorporadores e pelos próprios veranistas que constroem as casas de praia e de serra, especialmente para o lazer de final de semana; e outro mercado formal das médias e grandes imobiliárias que se expande com a entrada de agentes internacionais no processo de construção, *marketing* e venda de grandes empreendimentos imobiliário-turísticos, voltados quase exclusivamente para turistas estrangeiros que passam férias na região e/ou longas temporadas. Esta parceria de grupos internacionais com *holdings* e empresários brasileiros já se mostra bastante frequente no Nordeste – como veremos nos exemplos adiante –, denotando a formação de um território-rede impulsionado pelas atividades imobiliário-turísticas.

De acordo com a Associação para o Desenvolvimento Imobiliário e Turístico do Nordeste Brasileiro (ADIT, 2008), “entre 2000 e 2003, o número de

turistas com casa própria no Nordeste brasileiro cresceu cerca de 200%, enquanto o de turistas que ficaram hospedados em hotéis caiu 12,5%”.

No litoral nordestino, “os empresários do segmento imobiliário estimam que os turistas estrangeiros já respondem por cerca de 30 a 50% dos negócios” (CASTRO, 2006, p. 6). E a previsão é de crescer ainda mais, considerando o número de grandes investimentos que têm aportado na região desde a criação da ADIT. Essa associação que promove e divulga³⁸ o Nordeste em eventos turísticos e imobiliários no mundo contabiliza que somente a soma dos projetos portugueses e espanhóis já alcança R\$ 3,7 bilhões. Até 2014, estão previstas 7.250 novas unidades imobiliárias na região (ADIT, 2008).

Os dados do Banco Central do Brasil também reforçam o otimismo dos empresários ao constatarem que, em 2007, os Estados Unidos injetaram US\$ 102 milhões para a aquisição de imóveis no país, seguidos da Espanha com US\$ 82 milhões. Reino Unido, Portugal e Alemanha também figuraram entre os dez primeiros, somando US\$ 460 milhões entre todos os países europeus que se destacaram na participação geral (EMBRATUR, 2008, p. 18).

Esse *boom* de investimentos e de segundas residências no Nordeste tem resultado no casamento entre o capital imobiliário e o turismo, levando à expansão do turismo residencial nas principais capitais da região e provocando, de imediato, o surgimento de alguns estudos nas principais metrópoles nordestinas e suas áreas de influência³⁹.

³⁸ Além dos eventos promovidos (como o NORDESTE-INVEST), a ADIT e as grandes imobiliárias da região possuem sites próprios na internet e se associam a redes mundiais de vendas de imóveis <www.seconhomeworldwide.com>. Elas também montam stands em feiras internacionais, nos *shopping centers* das principais capitais, assim como nos calçadões das famosas praias da região (como a de Iracema, em Fortaleza), onde turistas estrangeiros são abordados por funcionários políglotas que os convidam a conhecer os novos empreendimentos.

³⁹ Pesquisadores da UFC, UFRN, UFPE e UFBA participam do “Estudo comparativo sobre o papel das atividades imobiliário-turísticas na transformação do espaço social das metrópoles nordestinas: Salvador, Recife, Natal e Fortaleza”, desenvolvido pelo Observatório das Metrópoles - UFRJ, sob o financiamento do Instituto do Milênio - CNPq. Uma coletânea de artigos com os principais resultados da pesquisa foi lançada (DANTAS; FERREIRA; CLEMENTINO, 2010), na qual a expressão “imobiliário-turístico” é destacada ao invés de “turismo residencial” – ainda que em algumas passagens do texto, esta última apareça como sinônimo da primeira, referindo-se a fenômenos idênticos de apropriação do território pelo turismo e pelo veraneio, ambos articulados ao setor imobiliário na produção e na comercialização de empreendimentos de segundas residências no Nordeste.

A fusão do capital imobiliário-turístico que sustenta o turismo residencial se baseia na estratégia da lucratividade rápida, ao agregar produtos imobiliários (de produção e financiamento em longo prazo) com o setor de serviços ligados ao turismo que, segundo Silva e Ferreira (2007a, p. 112):

[...] Potencializa não apenas o pagamento mais rápido do investimento, mas sobretudo diversifica as opções de ganho com o imóvel: venda, administração imobiliária, sublocação, compartilhamento da propriedade por meio de títulos fracionados, sinergia de atrativos com a infraestrutura turística, diminuindo alguns custos, fidelização de um cliente com alta renda, entre outras alternativas.

A construção de resorts e condoresorts no Nordeste é um exemplo, dessa “parceria” entre o capital imobiliário e o turismo, como ressaltam Rosa e Tavares (2002, p. 101):

[...] A maior parte dos resorts foi financiada por uma estrutura de capital adequadamente construída entre um ou mais dos seguintes instrumentos: capital próprio, empréstimos de longo prazo, fundo imobiliário, condomínio de investimento. Uma forma muito utilizada de compensar o retorno lento do capital é associar resort a empreendimentos imobiliários, em geral, direcionados a residências secundárias. Assim, a valorização, acentuada pela possibilidade de acesso aos serviços proporcionado pelo resort, compensa financeiramente eventuais problemas com o risco e o retorno dos hotéis propriamente ditos.

A associação da hotelaria com o condomínio, ou seja, o condoresort é a grande atração do mercado imobiliário-turístico da região. Os condoresorts são complexos de uso misto que se diferenciam dos hotéis por oferecer, além de alojamentos, serviços diversificados, equipamentos de lazer e entretenimento. Nesses empreendimentos, parte das unidades habitacionais é voltada para a hotelaria convencional e a outra é destinada ao turista de segunda residência que, geralmente, são estrangeiros que preferem adquirir um imóvel para passar as férias no país, com a opção de alugá-lo ou trocá-lo⁴⁰ no resto do ano com outros visitantes.

⁴⁰ A RCI (*The Registry Collection* - www.rci.com) é uma das maiores empresas do mundo especializada em intercâmbio e aluguel de segundas residências. Sediada na Europa, ela já fez parcerias com *holdings* e empreendimentos brasileiros, como o Grupo Odebrecht, o Aguatava Golf Resort e o Consórcio União, permitindo aos seus sócios a troca de estadias entre mais de 180 propriedades de padrão internacional ou nos 5.840 resorts associados. “É possível se hospedar em uma residência com o mesmo padrão, na costa do Caribe ou em um castelo na Toscana. Há ainda a possibilidade de se desfrutar de hotéis cinco estrelas em diversos destinos no mundo” (ROSELL, 2010). O *TrocaCasa* (www.trocacasa.com.br) é a versão brasileira da *Home Exchange Network* que também faz sucesso no mundo com o intercâmbio de primeira e segunda residência.

Os turistas estrangeiros podem comprar uma segunda residência nos condoresorts através das novas formas de tempo compartilhado (*timeshare*) que se difundem em toda a rede hoteleira ou pela aquisição de casas, apartamentos e flats que têm sido construídos especialmente para atender este segmento.

O *timeshare* consiste em dividir uma unidade de um condomínio para vendê-la separadamente. O comprador paga uma fração do valor do imóvel e uma taxa de manutenção anual para ter um título de propriedade de uma unidade habitacional de um resort, totalmente equipada e mobiliada. O comprador é, portanto, dono de sua unidade de férias, mas apenas por um período particular de dias, geralmente uma ou duas semanas. No restante do ano, outras famílias desfrutam do imóvel.

Hoje, novas leis de multipropriedade já permitem que os proprietários de *timeshare* escolham entre um número limitado ou perpétuo de anos. Nesse último caso, os proprietários definitivos também têm o direito de opinar na administração do resort (CAPONERO, 2004).

Entre 2006 e 2007, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) pesquisaram o *Mercado de Turistas Estrangeiros de Segunda Residência no Brasil* e construíram o perfil desse segmento, confirmando o alto poder aquisitivo dos turistas residenciais que têm, na sua maioria, entre 40 e 60 anos de idade e ensino superior completo. 42% dos turistas pesquisados compraram seus imóveis com capital próprio, tendo preferência por casas (49%), apartamentos (25%) e flats (22%).

Além do sol e da praia, o principal atrativo para eles é o baixo preço dos imóveis, já que o valor médio do metro quadrado para segunda residência no país (R\$ 3.583,00) é 117% mais barato do que na República de Malta (BRASIL, 2008). Numa lista de 16 localidades, o Brasil ficou na 13ª posição, tendo o preço da segunda residência superior apenas ao Marrocos, Turquia e Bulgária (Tabela 2).

Tabela 2: Preço médio do metro quadrado para segunda residência - 2008

Posição	Localidades	Preço do m ² R\$	% por m ² em relação ao Brasil
1 ^a	Malta	7.800,00	117
2 ^a	Dubai	7.131,43	99
3 ^a	Canadá	6.648,57	85
4 ^a	Espanha	6.500,00	81
5 ^a	Portugal	6.314,29	76
6 ^a	Itália	5.905,71	64
7 ^a	África do Sul	5.311,43	48
8 ^a	Croácia	4.754,29	32
9 ^a	EUA/Flórida	4.420,00	23
10 ^a	França	4.160,00	16
11 ^a	Grécia	3.825,71	6
12 ^a	Chipre	3.788,57	5
13^a	Brasil	3.583,00	0
14 ^a	Marrocos	3.342,86	-7
15 ^a	Turquia	2.562,86	-29
16 ^a	Bulgária	2.005,71	-44

Fonte: *Homes Overseas, Places in the Sun* e *Overseas Property* citados por EMBRATUR, 2008. Adaptação do Autor.

Os turistas estrangeiros “(re)descobriram” que o Nordeste brasileiro, além das belezas naturais e paradisíacas, também é uma boa opção de investimento imobiliário, já que o preço do solo ainda é um dos mais baratos do mundo e deve ter, nos próximos anos, uma rápida valorização. O preço médio do metro quadrado (R\$ 3.572,00) no Nordeste quase coincide com a média do país, tendo um pequeno acréscimo no estado da Bahia (R\$ 4.205,00) que é o principal polo turístico da região.

Mesmo nos condoresorts onde se iniciam as vendas de casas, apartamentos e bangalôs de até um milhão de dólares, os preços são considerados bem atrativos quando comparados às famosas áreas de segunda residência da Europa como *Côte d’Azur* (França), Algarve (Portugal), Ilhas Canárias e Baleares (Espanha).

Em consultas a alguns corretores e *sites* de imobiliárias, identificamos que já existem dois tipos de turistas estrangeiros que adquirem segundas residências no Nordeste: um é formado por aposentados que compram apartamentos e casas em condomínios para passar temporadas de até seis meses, aproveitando a praia e as altas temperaturas da região (muitos deles, inclusive, ultrapassam esse período de estadia, tornando-se imigrantes); o outro grupo é composto por casais mais jovens que adquirem imóveis menores para passar curtos períodos de férias, alugando-os no restante do ano.

As segundas residências em condomínios e condoresorts têm se proliferado como uma alternativa à minimização dos custos e dos riscos de investimentos. Elas permitem o rateio dos gastos de alguns serviços (como segurança, limpeza, manutenção de piscinas etc.) entre os diversos usuários. A preocupação com a segurança é, sem dúvida, um dos principais fatores que tem levado as famílias a optarem por estes tipos de imóveis, já que eles passam grande parte do ano desocupados.

Nos “pacotes” de investimentos e de turistas que aportam no Nordeste, chegam desde as grandes cadeias hoteleiras e médias empresas do ramo de construção e imobiliária, até turistas que abrem pequenos negócios (pousadas, restaurantes etc.) e passam a residir na região. Geralmente, esses “novos residentes” passam largas temporadas associando o ócio e os negócios, mas sem perder os vínculos com a pátria e o lar de origem.

Alardeados com as expectativas de crescimento (já que, segundo o Banco Central do Brasil, os turistas residenciais injetaram US\$ 646,5 milhões em 2007), os empresários do *trade* turístico, o setor imobiliário e o Poder Público transformam o turismo residencial na “bola da vez” do turismo brasileiro – prognóstico que, mesmo com a crise internacional, voltou a ser reforçado com as expectativas de investimentos e de turistas para a Copa de 2014.

Na mais recente pesquisa da Associação de Investidores Estrangeiros em Imóveis (*Association of Foreign Investors in Real Estate - AFIRE*), o Brasil encabeça a lista de principal mercado emergente para investimentos em 2011, deixando para trás China, Índia, Vietnã e México, respectivamente. No ranking global de mercados que oferecem as melhores oportunidades para investimentos imobiliários, o Brasil fica em quarto lugar, abaixo dos Estados Unidos, China e Reino Unido que são apontados como destinos mais seguros pela Associação norte-americana (AFIRE, 2011). Previsões favoráveis como esta também chamam a atenção de analistas financeiros que falam da possibilidade do país criar, nos próximos anos, uma “bolha imobiliária” que levaria a uma crise semelhante à vivenciada pelos Estados Unidos (*Subprime*), desde 2008, com o aumento da inadimplência dos mutuários.

Embora o mercado imobiliário brasileiro esteja em situação diferente e só agora iniciando a expansão do crédito voltado ao turismo residencial, o risco

é real e iminente em virtude dos preços inflacionados dos imóveis frente a uma demanda “exclusiva” e instável de visitantes e investidores estrangeiros que fica a mercê das flutuações do mercado financeiro global⁴¹.

Assim sendo, a cautela se faz necessária para que a expansão do turismo residencial no Nordeste não incida em “mais uma metamorfose de um neocolonialismo pós-moderno” (GOMES, 1998, p. 259) que pode ser passageira e deixar sérios impactos negativos sobre os territórios, como já é sobejamente conhecido nos países mediterrâneos, de onde turistas e investidores “fogem” em busca de mercados menos saturados e, economicamente, mais atrativos.

Prospectando esta nova tendência de mercado, consultores imobiliários já exageram no otimismo com o crescimento deste segmento no país, ao destacar que:

A casa de praia, como a casa de campo, é um estorvo. É um negócio de duas alegrias: uma na compra e outra na venda. [...] Hoje, no mundo, pessoas não compram mais uma casa de campo e sim uma casa dentro de um complexo, onde você tem hotelaria, uma série de equipamentos de lazer e entretenimento, de modo que você não precisa mais se preocupar com a sua casa. Você não precisa mais pensar no caseiro, nem no jardineiro (DIÁRIO, 2007, p. 2).

Essa típica “frase de efeito” para angariar novos investimentos, na verdade, mascara a realidade das segundas residências no Nordeste e no mundo, onde ainda predomina o veraneio de famílias menos aquinhoadas de que a “elite global” recém-adepta aos condoresorts.

Mesmo com a recessão econômica que afeta os principais polos emissores de turistas internacionais para a região (Europa e Estados Unidos), a ADIT prevê que, até 2014, das 7.250 novas unidades construídas no Nordeste, 480 serão investimentos de alto padrão (resorts e condoresorts). Em 2008, foram identificados 18 resorts em funcionamento no Nordeste, com 5.746 Unidades Habitacionais (UHs) que tinham uma taxa média de ocupação anual de 50%. Em instalação e/ou ampliação se encontravam 42 novos projetos que devem acrescentar mais 30.193 UHs, totalizando no período de até 10 anos,

⁴¹ Nos últimos anos, a crise do maior complexo hoteleiro do Nordeste, a Costa do Sauípe, na Bahia, é um alerta do que pode ocorrer em toda a região. O complexo foi construído em 2000, a 113km de Salvador, pelo fundo de pensões da PREVI (Banco do Brasil). Especialistas consideram que os problemas de Sauípe se devem, em grande parte, ao erro de incluir na mesma categoria cinco estrelas todos os quatro hotéis do complexo, fato que o torna dependente de turistas de alto padrão que cada dia são mais “móveis” e disputados no mundo.

60 grandes empreendimentos com 35.939 UHs (KONDO; LATERZA, 2008). Os novos empreendimentos somados representarão um incremento de 525,46% na oferta turístico-residencial do Nordeste e se concentrarão no Rio Grande do Norte (46%), Bahia (36%), Ceará (11%) e Pernambuco (7%).

De imediato, esses dados nos saltam aos olhos e provocam as seguintes questões: Será que o Nordeste terá uma demanda compatível com as novas unidades que se instalam na região? Ou será que prevalecem empreendedores pouco familiarizados com o turismo e com o local do novo imóvel onde se comportam como autênticos especuladores imobiliários?

As respostas para essas questões ainda carecem de mais pesquisas empíricas. No entanto, vários estudos começam a despontar no Nordeste, sinalizando a confirmação da segunda questão (LIMONAD, 2007a; ASSIS, 2009b; DANTAS; FERREIRA; CLEMENTINO, 2010).

Por mais controverso que ainda pareça, o turismo residencial é uma realidade em franca expansão na região, onde coexiste com o tradicional veraneio da classe média local, aumentando, por consequência, a disputa e a fragmentação dos territórios onde as segundas residências se instalam, conforme passaremos a analisar no estado do Ceará.

2.2 Ceará: a lógica seletiva do turismo e a fragmentação do território

2.2.1 O litoral sob o domínio e a expansão das redes

No Ceará, desde a década de 1980, há um forte direcionamento das políticas públicas para consolidar o estado como um dos principais destinos das rotas do turismo nacional e internacional. “Sol, areia, jangadas e coqueiros passaram, então, a compor a imagem do Ceará turístico [...]” (ALMEIDA, 1996, p. 186), em detrimento das tradicionais representações da seca, dos flagelados e dos retirantes que alimentavam a mídia e o imaginário nacional.

Uma prova do forte apelo ao “turismo de sol e praia” foi dada em 1989, quando o então Governo de Tasso Jereissati lançou o Programa de Desenvolvimento do Turismo em Áreas Prioritárias do Litoral do Ceará, o PRODETURIS.

O PRODETURIS dividiu o litoral em quatro regiões turísticas, procurou criar as condições necessárias para dotar de infra-estrutura, acessibilidade, preservação ambiental, instrumentalização dos meios destinados à regulamentação, controle de uso e ocupação do solo, e elaborou o zoneamento turístico. Pretendia assegurar confiabilidade aos empreendimentos turísticos [...] (CORIOLANO, 2002, p. 68-69).

O PRODETURIS faz do turismo cearense um modelo de planificação a ser copiado para toda a região Nordeste, incorporando o projeto estadual a uma proposta maior, o PRODETUR-NE, para o qual o Ceará selecionou seis municípios do litoral Oeste como focos de investimentos. Estes programas fizeram com que o litoral cearense (em especial, Fortaleza) fosse privilegiado nos investimentos em infraestrutura e na recepção dos turistas, embora o Poder Público divulgasse o interesse de consolidar o tripé litoral-serra-sertão.

Fortaleza é o portão de entrada do turismo cearense e divide os 573 km do litoral do estado em duas partes: o Litoral Leste ou a Costa do Sol Nascente, com 210 km que se estendem da capital ao município de Icapuí, na fronteira com o Rio Grande do Norte; e o Litoral Oeste ou a Costa do Sol Poente que compreende 363 km entre Fortaleza e o município de Barroquinha, na fronteira com o Piauí (Mapa 3).

Mapa 3: Distribuição dos domicílios de uso ocasional no litoral cearense - 2010

Os vinte e um municípios que formam o litoral do Ceará ocupam uma faixa de 7% da costa brasileira e apresentam diversas paisagens que servem de atrativos dos pacotes turísticos.

São praias, falésias, cordões de *beachrocks*, pontas litorâneas rochosas, barreiras e flechas litorâneas, planícies flúvio-marinhas, lagoas, lagoas e campos de dunas. Tal diversidade de paisagens naturais permite definir a existência não de apenas um, mas de vários litorais cearenses (SALES, 2005, p. 231).

Estes atrativos naturais, associados a uma forte política de promoção do turismo no estado, contribuíram para que o fluxo de turistas desembarcados no aeroporto de Fortaleza saltasse de 773 mil para 2.467 milhões, entre 1996 e 2009 (Gráfico 2). O impacto do turismo no PIB do Ceará também duplicou, neste período, de 4,4% para 10,4% (CEARÁ, 2009).

Gráfico 2: Evolução da demanda turística via Fortaleza e de desembarque no aeroporto - 1996/2009

Fonte: Adaptado de CEARÁ, 2009.

Acompanhando este crescimento, os domicílios de uso ocasional vêm se expandindo no Ceará entre as serras e, em maior número, no litoral. Entre 1980 e 2010, o Ceará registrou uma taxa de crescimento anual de 7,8% destes imóveis, superando, inclusive, as médias do Brasil e do Nordeste (Tabela 3). Com esta taxa, o Ceará também ultrapassou, neste período, a Bahia (6,7%) e Pernambuco (6,4%), embora ainda perca a liderança em números absolutos para estes dois estados que têm as mais fortes economias da região e, conseqüentemente, as maiores demandas solváveis que desfrutam do veraneio.

Tabela 3: Crescimento dos domicílios de uso ocasional - 1980/2010

DOMICÍLIOS	1980	1991	2000	2010	TGCA* %
Brasil	698.824	1.685.526	2.685.701	3.933.271	5,9
Nordeste	116.938	345.661	552.198	966.263	7,2
Ceará	11.867	39.462	64.620	113.146	7,8

Fonte: IBGE - Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos. Org. do Autor.

*Taxa Geométrica de Crescimento Anual - 1980/2010

Com efeito, a importância desses imóveis no total de domicílios cearenses chegou a 4%, em 2010, contabilizando 2.369.811 unidades. Desde 1980 até o último censo, os domicílios de uso ocasional foram os que

apresentaram crescimento mais significativo entre todos os domicílios contabilizados (Tabela 4).

Tabela 4: Situação dos domicílios do Ceará - 1980/2010

DOMICÍLIOS	1980 Absoluto	%	1991 Absoluto	%	2000 Absoluto	%	2010 Absoluto	%
Ocupados	1.004.313	85	1.349.815	83,1	1.763.565	82	2.369.811	85,5
Uso Ocasional	11.867	1	39.462	2,4	64.620	3	113.146	4
Fechados	5.649	0,5	8.101	0,5	18.229	0,9	-	-
Vagos	156.213	13,3	224.646	13,8	301.564	14	287.672	10,4
Coletivos	2.118	0,2	1.939	0,2	2.397	0,1	3.496	0,1
TOTAL	1.180.160	100	1.623.963	100	2.150.375	100	2.777.125	100

Fonte: IBGE - Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos. Org. do Autor

Conforme observado no Mapa 3, é no litoral onde esse crescimento das segundas residências tem maior expressão. A soma dos dados dos 21 municípios litorâneos revela que, entre os Censos de 1991 e 2010, o total desses domicílios quase triplicou, saltando de 18.460 para 48.954 unidades. Quanto à distribuição espacial, nota-se no Mapa 3 que os municípios metropolitanos (Fortaleza, Caucaia, Aquiraz e São Gonçalo do Amarante) são os que concentram um maior número desses imóveis no litoral cearense.

A relação tempo-custo-distância e a melhor infraestrutura possibilitam que os deslocamentos para as segundas residências sejam mais frequentes neste eixo metropolitano, principalmente nos finais de semana. Isto também explica o porquê do município de Caucaia (distante cerca de 25 km de Fortaleza) ter sido, de acordo com Coriolano (2002, p. 127), a primeira área de segunda residência e de turismo da costa cearense. Em Caucaia, encontram-se dois dos principais polos de segunda residência do estado - as praias de Icaraí e Cumbuco.

No entanto, as famílias mais abastadas extrapolam os limites metropolitanos e instalam suas casas de veraneio em qualquer parte do litoral onde a distância da agitação urbana esteja garantida e o reencontro com a natureza seja a “recompensa”. Por isso, outros municípios não metropolitanos, como Trairi (no litoral Oeste) e Cascavel (no litoral Leste), foram os que apresentaram maiores taxas de crescimento anual das residências secundárias nas últimas décadas (Mapa 3).

A ampliação da malha rodoviária estadual têm contribuído para a expansão desses domicílios por toda a zona costeira, atingindo intensamente o litoral Oeste que passa a se integrar com Fortaleza e os municípios do litoral Leste, sobretudo após a construção da rodovia Estruturante (CE-085), mediante investimentos do PRODETUR.

A distribuição espacial desse crescimento no litoral cearense pode ser mostrada com a adaptação do Modelo de Lundgren (1974) para explicar como a urbanização turística encetada pelas segundas residências se expande a partir de Fortaleza pelo litoral Leste e Oeste com 3 fases distintas de ocupação (Figura 3).

Figura 3: Evolução das segundas residências no litoral cearense

Fonte: Adaptado de Lundgren, 1974. Organização: Lenilton Assis. Adaptação: Franklin Viana

Nos anos de 1970, o veraneio da classe média de Fortaleza era mais reservado aos municípios adjacentes (Caucaia e Aquiraz), em virtude das dificuldades de acesso às praias mais distantes da capital (Fase I). Com a

melhoria da malha rodoviária e a difusão do automóvel particular, novas áreas de segunda residência foram sendo criadas para além da metrópole cearense que começava a *inchar*⁴² com a chegada de retirantes fugidos do sertão devido aos frequentes períodos de seca. A praia de Canoa Quebrada era, até o final dos anos 80, o *point* do estado que atraía os fluxos de turistas e veranistas para os municípios e praias do litoral Leste, provocando, assim, o surgimento dos primeiros balneários de veraneio mais distantes da capital – Beberibe e Aracati (Fase II).

O lançamento do PRODETUR e a “descoberta” de Jericoacoara, nos anos 90, puxaram a atenção e os investimentos para o litoral Oeste, o qual já não apenas recebia veranistas e turistas nacionais, mas empresários e visitantes estrangeiros. Mesmo com a lenta e seletiva implantação das obras do PRODETUR, o litoral Oeste chega em 2010 como a principal área de expansão do turismo no Ceará, ao qual está atrelada uma nova demanda de usos das segundas residências pelos chamados turistas residenciais (Fase III).

Mesmo com limitações quanto à dinâmica socioespacial, a adaptação do Modelo de Lundgren a partir do cruzamento de dados sobre o número de domicílios ocasionais nos municípios litorâneos cearenses, permite observar que enquanto o litoral Oeste vivencia uma fase inicial de expansão do veraneio e do turismo residencial, o núcleo metropolitano de Fortaleza e o litoral Leste estão numa fase mais avançada de expansão. Isso se explica pela saturação em curso de alguns destinos conurbados com Fortaleza (Caucaia e Aquiraz) que foram absorvidos pela expansão da metrópole e, conseqüentemente, já registram maiores problemas socioambientais, tais como: aumento do lixo e da poluição sonora, maior preço dos imóveis e do custo de vida, degradação dos atrativos naturais etc.

A transformação de segundas em primeiras residências é também uma das conseqüências imediatas desses problemas, como já é notado no município de Caucaia que, no Censo 2010, registrou decréscimo de domicílios ocasionais (6.009) em relação ao Censo 2000 (6.540). A fuga dos primeiros

⁴² Famosa expressão usada por Gilberto Freyre em alusão ao crescimento desigual do Recife e das demais regiões metropolitanas do país - como Fortaleza - que foram oficialmente criadas em 1973.

veranistas para municípios mais distantes de Fortaleza (Icapuí, Paraipaba, Trairi e Camocim) é outro efeito da saturação de algumas praias (Fase III).

Não obstante o Modelo supracitado denote um espraiamento contínuo das segundas residências no litoral cearense, na realidade, estes domicílios apresentam uma morfologia espacial descontínua, típica de um território-rede, no qual pontos seletivos do litoral são articulados por vias estruturantes à capital cearense que é o principal centro de recepção e distribuição de fluxos do estado. A mobilidade dos turistas residenciais não se dá apenas de carro, mas também de avião. As reformas e construções dos Aeroportos Regionais (como os de Aracati, Jericoacoara e Camocim) devem provocar maior distribuição do efetivo e nova dinâmica dos fluxos turísticos no Ceará.

Por isso, vale ressaltar que, diferente do constatado por Lundgren, na década de 70, no Canadá, hoje, a demanda por segundas residências é difusa e global, não se restringindo à metrópole ou à região metropolitana.

No caso do Ceará, Dantas (2004) nos recorda que já no início do século XX, o litoral começou a ser valorizado a partir de Fortaleza.

É nesta cidade, a partir de 1920-1930, que a elite descobre as novas práticas marítimas. À medida que estas práticas se expandem provocam mudanças importantes na paisagem litorânea, notadamente com a construção de residências secundárias, substitutas dos antigos vilarejos de pescadores existentes na zona leste e, mais especificamente, os vilarejos existentes na praia de Iracema, nos anos de 1920-1930, e na praia do Meireles, nos anos de 1940 (DANTAS, 2004, p.73).

Esta ocupação inicial foi feita pelos veranistas, ou seja, pela população pertencente às classes média e alta da sociedade cearense que, na sua grande maioria, residia em Fortaleza e adquiria uma segunda residência nos arrabaldes metropolitanos para o lazer dos finais de semana e das temporadas de férias.

Nas últimas décadas, empresários e turistas estrangeiros aportam no litoral do Ceará provocando a súbita valorização de muitas praias que ainda se mantinham desertas ou pouco ocupadas. Com incentivos do Poder Público, estes novos atores promovem uma disputa do território costeiro com as comunidades tradicionais para a instalação de grandes empreendimentos imobiliário-turísticos (hotéis, resorts, condoresorts, parques temáticos etc.).

Entre 1995 e 2008, a recepção de turistas internacionais via Fortaleza saltou de 38.089 para 222.196 mil visitantes, registrando um crescimento anual de 15,4%. Destacam-se, neste último ano, os turistas italianos (26,5%), portugueses (14,2%), franceses (7,1%), argentinos (6,3%), norte-americanos (6,1%) e espanhóis (5,5%), demonstrando o predomínio dos países europeus como principais mercados emissores para o estado (CEARÁ, 2009).

Outro dado revelador desta demanda global é o fato de que, em 1988, Fortaleza não possuía nenhum voo internacional, mas, em 2005, já contabilizava 131 destes voos. No início de 2011, a capital cearense dispunha de seis linhas diretas semanais com Lisboa, Roma, Milão, Amsterdã, Cabo Verde (África) e Madri. Iniciada em fevereiro de 2011, a rota sem conexões entre Fortaleza e a capital espanhola encurtou o tempo de viagem pela metade, ou seja, de 16 para 8 horas.

No rastro do turista internacional, novos empresários também chegam ao Ceará provocando um vertiginoso aumento dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) nos setores turístico e imobiliário que, segundo o Banco Central do Brasil, subiu de US\$ 10.356.000, em 2001, para US\$ 153.800.798,37, em 2007 (Tabela 5). Destaca-se, neste período, a importância destes setores no total de IED cearense, cujo crescimento foi de 2% para 28%, situando-se apenas abaixo dos investimentos financeiros (43%) em 2007. Neste último ano, registra-se uma queda do IED total do estado, em virtude da redução dos investimentos na indústria de petróleo⁴³ e energia e a concentração de capitais nos setores financeiro e imobiliário-turístico (BANCO, 2010).

Tabela 5: Entrada de capital estrangeiro no Ceará para os segmentos turismo e imobiliário - 2001/2007

Ano	Turismo e Imobiliário (US\$)	%	IED TOTAL (US\$)
2001	10.356.000	2,11	490.660.265,30
2002	18.481.157,17	3,50	528.019.609,53
2003	20.960.524,21	2,62	801.323.614,12
2004	15.588.431,41	1,34	1.164.642.238,78
2005	29.822.486,32	2,37	1.260.929.346,79
2006	37.619.175,45	3,84	980.885.932,75
2007	153.800.798,37	28,15	546.270.951,58

Fonte: Banco Central do Brasil, 2010. Org. do Autor.

⁴³ Que se deslocou para outros estados como Pernambuco, Maranhão e Rio de Janeiro, onde novas refinarias estão em construção.

Boa parte desses capitais aplicados no Ceará é de origem europeia, especialmente de portugueses, espanhóis e italianos que passam a investir no mercado imobiliário local com a construção e venda de imóveis para seus conterrâneos.

Embora a Bahia ainda seja o estado com o maior número de resorts, hoje, o Rio Grande do Norte e notadamente o Ceará, atraem os mais grandiosos empreendimentos da região, o que já leva alguns empresários a apontar o Ceará como a nova “Cancún brasileira”. O estado já conta com mais de dez resorts em funcionamento, muitos dos quais com condomínios residenciais agregados ou em construção que os transformam em condoresorts e servem de indicativo do novo perfil de turista/investidor que os novos empreendimentos pretendem captar.

Sampaio (2009) identificou que a maior territorialização dos resorts no Ceará ocorre no Porto das Dunas, município de Aquiraz, onde cinco desses equipamentos já estão instalados: *Aquaville Resort*, *Portamaris Resort*, *Oceani Resort*, *Beach Park Suítes & Resort* e *Beach Park Acqua Resort*. Nesse enclave turístico que tem como grande chamariz o *Complexo Beach Park* (Figura 4), a autora ainda contabilizou a construção de nove empreendimentos do tipo condomínio para atrair turistas residenciais: *Beach Park Wellness Resort*, *Beach Park Living*, *Condomínio Gran Sol*, *Dunnas Flat*, *Porto das Tulipas*, *Paraíso das Dunas Residence Flat*, *Scopa Beach Resort*, *The Palm Apartment & Resort* e *Vila do Porto Resort*. Outros três condomínios já se encontram em funcionamento: *Atlantic Palace*, *Beach Park Acqua Resort* e *Terramaris Condomínio*.

A consolidação do Porto das Dunas como núcleo turístico se deu, principalmente, pela concentração de resorts. Na reestruturação mais recente, a maioria dos novos empreendimentos traz o nome *resort*. A qualificação é estratégia de marketing, pelo predomínio de atmosfera de lazer com requinte. Assim, a maioria dos novos empreendimentos considera-se condomínios *resorts* por oferecerem serviços aos setores residencial e hoteleiro, aliando a ambos uma grande variedade de opções de lazer e de integração com o ambiente “natural”, ou seja, utiliza-se o apelo paisagístico, supervalorizando a natureza, manipulando-a como importante peça no jogo publicitário que a transforma em mercadoria (SAMPAIO, 2009, p. 139).

Figura 4: Complexo Aquático *Beach Park* e *Beach Park Suites & Resort*

Fonte: *Beach Park*, 2011.

No final de 2010, foram inaugurados dois novos resorts no Ceará - o Vila Galé Cumbuco e o Dom Pedro Laguna - que integram hotelaria com condomínios de luxo, além de serviços especializados como *all inclusive*, *spa* e campos de golfe. O primeiro é o maior empreendimento no Brasil do grupo hoteleiro português Vila Galé, que tem mais dois resorts (PE e RJ) e três hotéis no país. O Vila Galé Cumbuco foi instalado numa área de 480ha situada no município de Caucaia, a 33km da vizinha Fortaleza, com 465 quartos entre apartamentos e bangalôs ladeados por piscinas (Figuras 5 e 6). Com investimentos estimados em 110 milhões de reais, é o primeiro resort padrão cinco estrelas do Ceará que oferece serviços de *spa* médico com programas para emagrecimento, combate ao tabagismo, ao estresse, tratamentos estéticos, além de campo de golfe, clube náutico e centro de convenções (COUTINHO, 2010).

Nos planos de expansão, está previsto para 2011 o lançamento de dois condomínio residenciais com 1.300 apartamentos de segunda residência destinados a turistas estrangeiros que devem frequentar mais o estado até a Copa de 2014, quando Fortaleza sediará alguns jogos do evento⁴⁴.

⁴⁴ Em prol desse evento que evoca uma paixão nacional, um “estado de exceção” entra em “campo” no país, como destaca Raquel Rolnik em entrevista concedida à Revista Caros Amigos (PRADO, 2011). Obras são aprovadas sem licitação, intervenções são realizadas nas cidades à revelia das legislações urbana e ambiental, grupos privados se apropriam de recursos públicos direcionando investimentos para áreas de interesse imobiliário, assim como imperam a falta de transparência e de participação da população nas decisões tomadas. Em Fortaleza, por exemplo, mais de 7.000 famílias estão sendo ameaçadas de despejo para a ampliação do sistema de transporte e de urbanização de áreas turísticas.

Figuras 5 e 6: Bangalôs e vista panorâmica do Resort Vila Galé Cumbuco

Fonte: Vila Galé, 2010; Fátima Valente, 2010.

A contrapartida do Governo do Estado para atrair este megaempreendimento tem sido generosa, com uma cifra de investimentos na região do Cumbuco de R\$ 59.252.890,00, ou seja, pouco mais da metade do montante investido pelos portugueses, consoante informações da Secretaria do Turismo do Ceará (CEARÁ, 2010). São recursos destinados de forma altamente seletiva às obras de iluminação, rede elétrica, abastecimento d'água, esgotamento sanitário, melhoria de acessos viários, além de incentivos fiscais do estado e do município que, de imediato, sobrevalorizam, o empreendimento instalado e visam atrair novos parceiros privados.

Na obra foram empregados 800 trabalhadores e, depois de pronto, o resort divulga a criação de até 325 empregos diretos, o que não é tão expressivo face à carência de empregos na região e aos subsídios públicos auferidos em detrimento de outras atividades tradicionais que não recebem os mesmos incentivos (como a pesca, a agricultura, o artesanato e pequenas indústrias locais) e geram mais postos de trabalho e distribuição de renda.

Em Aquiraz, a 35km de Fortaleza, o *Dom Pedro Laguna Resort Beach Villas & Golf Resort* foi inaugurado na praia de Marambaia com o *marketing* de “recriar uma Veneza no Ceará”. Os serviços de quarto chegam de barco às *water villas* pelos inúmeros canais que recortam o empreendimento localizado de frente para o mar, onde também foi construído um campo de golfe com 18 buracos que contrasta com a vegetação e os campos de dunas da região, cuja

proteção prevista em lei é negligenciada nos licenciamentos ambientais aprovados do empreendimento⁴⁵ (Figuras 7 e 8).

Figuras 7 e 8: *Water vila* e campo de golfe do Dom Pedro Laguna Resort

Fonte: Aquiraz Riviera, 2010; Otávio Nogueira, 2009.

Tal despautério é mais uma das falácias encobertas pela legislação ambiental, já que, como afirma Gomes (2007, p. 224):

[...] Não reside na operacionalização das leis, a garantia efetiva da regência dos princípios que norteiam os discursos ambientalistas, bem como a convergência de propósitos com o que preceitua a legislação, no plano da teoria e sua prática. As intervenções são legitimadas pelos poderes públicos responsáveis.

Com capital luso-brasileiro⁴⁶, o *Dom Pedro Laguna Resort* comporta 102 unidades de alojamento, entre quartos e vilas com piscinas exclusivas, instalado em 300 hectares, dos quais 58 considerados como reserva ambiental (COUTINHO, 2011). O resort integra o Complexo Turístico Aquiraz Riviera, onde também estão sendo construídos o *Riviera Beach Place Golf Residence*, com 174 apartamentos de luxo, destinados a turistas residenciais, além do *Country Club* e de um *shopping* exclusivo.

⁴⁵ No final de 2008, o Ministério Público Federal embargou as obras do resort após constatar que o empreendimento estava ocupando indevidamente dunas fixas e móveis, bem como a planície de deflação. As licenças ambientais concedidas pela SEMACE foram canceladas, mas após recursos e “ajustamentos de conduta”, a obra foi continuada e concluída.

⁴⁶ Participam do consórcio as empresas M. Dias Branco (Grupo Empresarial Cearense) *Ceará Investment Fund* (Banco Privado Português), Grupo Hoteleiro Dom Pedro e Grupo Solverde (ambos trabalham com Cassinos e Hotéis no Algarve).

Vale ainda destacar outro megaempreendimento projetado para o Ceará: o complexo turístico e residencial do grupo espanhol Nova Atlântida que tem a pretensão de ser o maior do mundo (para competir com Cancún) e se instalar na praia da Baleia, município de Itapipoca, a 147km de Fortaleza, numa área de 32 km² (o equivalente a 167 estádios do Maracanã). Orçado em US\$ 15 bilhões, o Nova Atlântida Cidade Turística-Residencial abrigará 30 hotéis de luxo, condomínios residenciais de alto padrão e 7 campos de golfe. Lançado em 2004, esse megaprojeto tem causado muitas reações contrárias da sociedade civil organizada, principalmente em função dos impactos socioambientais que deve acarretar⁴⁷.

No site do empreendimento, observa-se no Plano Diretor uma grande concentração de resorts com construções em estilo “faraônico” sobre campos de dunas e reservatórios de águas potáveis, além de marinas e ancoradouros que avançam sobre terrenos de marinha e áreas de manguezais envoltas do rio Mundaú (Figura 9). A Cidade Turística Nova Atlântida é um projeto de grande envergadura que, dificilmente, será concretizado conforme os riscos financeiros que apresenta e, sobretudo os impactos ambientais que pode ocasionar. Ecossistemas são ameaçados, assim como o direito à terra e à sobrevivência de tribos indígenas remanescentes.

⁴⁷ Em 03 de novembro de 2004, a SEMACE concedeu licença prévia ao empreendimento através da Resolução Nº. 26 do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Mas, logo, o Ministério Público Federal (MPF) suspendeu o início das obras por entender que a área do projeto pertence às comunidades indígenas Tremembés de São José e Buriti. Em 2007, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), vinculado ao Ministério da Fazenda, investigou o presidente do grupo Nova Atlântida, Juan Ripoll Mari, e o acusou de lavagem de dinheiro e crime organizado internacional (FIGUEIREDO, 2007). Posteriormente, outro grupo espanhol (Afirma Grupo Imobiliário S.A.) assumiu o comando do projeto e passou a buscar apoio junto ao embaixador da Espanha, deputados cearenses e ao próprio governador que se empenharam para liberar as obras, justificando a não existência de índios na região e a necessidade de incrementar a oferta hoteleira do estado para a Copa de 2014. O embate com ONG's e comunidades locais se acirra, no entanto, o MPF manteve o embargo às obras através de nova liminar expandida em setembro de 2010.

Figura 9: Projetos da Cidade Turística Nova Atlântida

Fonte: Grupo Nova Atlântida, 2011.

Todos esses empreendimentos denunciam que o Ceará já é um dos novos destinos do turismo residencial no mundo que atrai não só visitantes, mas também empresários estrangeiros. Os portugueses são, desde 2002, os turistas estrangeiros que mais visitam e fazem investimentos imobiliários no estado. Em meados de 2001, a TAP Portugal passou a realizar voos regulares de Lisboa para Fortaleza, facilitando assim que muitos turistas portugueses adquirissem imóveis na capital cearense a preços médios de 30 mil euros, o que era considerado, na época, “uma verdadeira pechincha”, comparado ao mercado de imóveis europeu (MARINO NETO, 2006).

Por isso, não demorou para que promotores imobiliários portugueses construíssem casas, apartamentos em condomínios e até bangalôs para venda aos seus patrícios. Em 2006, estes investimentos já somavam cerca de R\$ 1,5

bilhão em obras no Ceará (MAIA, 2006), impulsionando as “novas caravelas portuguesas” que passaram a aportar em todo o litoral do Nordeste.

Assim, o litoral cearense se abre ao turismo residencial, compartilhando possibilidades de crescimento econômico e de riscos de uma superoferta de imóveis hoteleiros e de uso ocasional que pode frustrar as expectativas de emprego, além de acarretar uma grande perda do patrimônio natural.

Com a crise norte-americana de 2008 que se alastrou pelo mundo e se intensificou nos países do euro, desde o segundo semestre de 2010, houve uma retração dos investimentos imobiliário-turísticos no estado e em todo o Nordeste, levando muitos projetos a servirem apenas de “fachada” para a valorização das terras e até para a lavagem de dinheiro – como identificado pelo Ministério Público no projeto espanhol Nova Atlântida.

Muitos projetos que previam consolidar o Nordeste como a nova rota do turismo residencial estão sendo revistos, em virtude de países como Espanha, Portugal e Itália estarem em franca recessão, comprometendo a emissão de divisas para a concretização dos empreendimentos e, conseqüentemente, a atração de turistas para o consumo destes. No primeiro semestre de 2011, estes três importantes países do Velho Continente já acumulavam dívidas de 63%, 90% e 120% dos seus PIBs, respectivamente, assombrando o mundo com o agravamento da crise e a possibilidade de fracasso do bloco europeu.

Neste cenário, os riscos de especulação e de uma “bolha imobiliário-turística” no Nordeste se tornam ainda mais iminentes, exigindo do Poder Público maior cautela na captação e aprovação de novos projetos e empreendimentos.

Entretanto, esta temeridade continua sendo atenuada pelas falácias desenvolvimentistas de empresários e autoridades políticas regionais que visam, “só nos discursos”, maiores oportunidades de trabalho e renda para a população. Na realidade, o impacto mais efetivo desses projetos é o aumento da especulação imobiliária no litoral, com a elevação imediata dos preços das terras e do custo de vida para as comunidades tradicionais que continuam preteridas na dotação de serviços básicos frente às “áreas de investimentos prioritários” para atender a empresários e turistas.

No Ceará, este modelo encoberto pela retórica “sustentabilidade do turismo” (ASSIS, 2003b) está posto em xeque pelos movimentos de luta e resistência (LIMA, 2005) que eclodem em várias comunidades do litoral Leste (Redonda, Esteves, Canoa Quebrada, Prainha do Canto Verde, Uruaú, Barra Velha, Balbino, Batoque) e Oeste (Apiques, Flexeiras, Campim Açú, Tatajuba), onde o território se fragmenta e torna-se alvo de grande disputa.

2.2.2 As serras cearenses: zonas rurais em transformação

Nas serras cearenses, os conflitos também começam a eclodir devido ao avanço da especulação imobiliária. Os maciços de Baturité e Meruoca formam com as chapadas da Ibiapaba e Araripe as principais “ilhas de umidade” em meio ao sertão que são buscadas por veranistas e turistas nos finais de semanas e nas férias anuais (Mapa 4).

Mapa 4: Principais microrregiões serranas do Ceará

De acordo com a Secretaria do Turismo do Ceará, do total de turistas que se destinaram a Fortaleza no período 1998/2008, cerca de 65,3% visitaram outras localidades do estado. Ainda que o litoral tenha sido a grande preferência dos turistas (80,8%), as serras foram as áreas de maior variação de crescimento (252,4%) neste período (Tabela 6).

Tabela 6: Interiorização da demanda turística segundo as áreas visitadas - 1998/2008

Local	1998		2008		Variação %
	Turistas	%	Turistas	%	
Litoral	463.617	85,5	1.149.178	80,8	147,9
Serra	19.478	3,5	68.633	4,8	252,4
Sertão	78.786	14	204.642	14,4	159,7
Total	561.881	100	1.422.453	100	153,2

Fonte: SETUR/CE, 2009.

O aumento da procura de visitantes fez subir o número de segundas residências nas serras cearenses⁴⁸. Em 2010, as quatro microrregiões serranas em destaque abrigavam 12% desses domicílios, enquanto os vinte e um municípios litorâneos concentravam quase metade (43%) delas e o restante (45%) ficava distribuído em quase uma centena de municípios que integra o sertão cearense.

No Gráfico 3, pode-se visualizar melhor o crescimento desses domicílios nas serras e litoral cearense entre 1991 e 2010. Embora as serras apresentem menor número absoluto (13.803) quando comparado ao litoral (48.954), na variação da última década, elas registraram crescimento relativo superior (94%) ao litoral (54%), confirmando a rápida expansão das segundas residências nas “paisagens de exceção” do estado. Ainda assim, a proeminência absoluta dos vinte e um municípios litorâneos é visível e em grande parte se explica pelas ações do Poder Público que destina a essa porção do território maiores investimentos em serviços e infraestrutura, conforme vimos com o PRODETUR.

⁴⁸ Na realidade, as serras são compartimentos naturais de relevo cujos limites não coincidem com as fronteiras político-administrativas. No Ceará, elas apresentam dois tipos de formação geológica: os planaltos sedimentares (serras da Ibiapaba, Araripe e Apodi) e os maciços cristalinos (serras de Baturité, Meruoca e Uruburetama). Para facilitar a análise e dispor dos dados do IBGE, comparamos o mapa geomorfológico do Ceará com o das microrregiões geográficas e selecionamos aquelas que abrangem o maior número de municípios das quatro serras em análise – Baturité, Meruoca, Ibiapaba e Araripe. No caso dessa última, acrescentamos os dados da microrregião do Cariri já que a chapada do Araripe se estende por quase todos os seus municípios.

Gráfico 3: Expansão de domicílios ocasionais no litoral e serras do Ceará - 1991/2010

Fonte: IBGE - Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos. Org. do Autor.

*Total de domicílios ocasionais das microrregiões de Baturité, Meruoca, Ibiapaba e Araripe/Cariri.

** Total de domicílios ocasionais dos vinte e um municípios do litoral cearense.

Os dados da Tabela 7 demonstram que, nas áreas serranas do Ceará, os domicílios ocasionais se difundem especialmente nas zonas rurais onde são construídas casas de campo, sítios e chácaras que, rapidamente, transformam a relação cidade-campo com o ingresso de atividades não agrícolas vinculadas ao lazer e ao turismo, tais como: bares, pousadas, restaurantes etc.

Tabela 7: Domicílios ocasionais por situação nas principais microrregiões serranas do Ceará - 1991/2010

DOMI- CÍLIOS	Baturité			Meruoca			Ibiapaba			Araripe*		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Urbana	490	769	1580	125	236	244	402	650	1376	1267	1776	3725
Rural	781	1151	2431	267	416	624	387	565	1349	1043	1541	2474
TOTAL	1271	1920	4011	392	652	868	789	1215	2725	2310	3317	6199

Fonte: IBGE - Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos. Org. do Autor.

*Agrega os dados das microrregiões do Araripe e Cariri.

Essas mudanças no modelo produtivo e organizacional do campo brasileiro são chamadas de “Novo Rural”⁴⁹ por autores como Silva e Del Grossi (2011, p. 165) que explicam:

⁴⁹ Termo bastante utilizado pelos pesquisadores do Projeto Rurbano que é coordenado por José Graziano da Silva na UNICAMP e já tem uma significativa publicação disponível no site <www.eco.unicamp.br/pesquisa/NEA/pesquisas/rurbano>. Apesar das contribuições que esses pesquisadores oferecem para o debate sobre campo-cidade e rural-urbano no Brasil atual, há várias críticas, sobretudo de geógrafos, ao caráter quantitativo que prevalece nas análises sobre o “novo rural”. Suzuki (2007), por exemplo, chama a atenção para o fato de que a dificuldade em discutir a natureza do campo e da cidade, a partir de suas funções e atividades, não é algo novo ou recente. Para este autor, é preciso inserir nas discussões categorias essenciais como a propriedade, o trabalho e o capital.

A partir de meados dos anos 80, com a emergência cada vez maior das dinâmicas geradoras de atividades rurais não agrícolas, e da pluriatividade no interior das famílias rurais, observa-se uma nova conformação do meio rural brasileiro, a exemplo do que já ocorre há tempos nos países desenvolvidos. Esse "Novo Rural" como bem o temos denominado, pode ser também resumido em três grandes grupos de atividades: a) uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias; b) um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; c) um conjunto de "novas" atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados.

O conjunto de atividades não agrícolas ligadas ao lazer e à prestação de serviços vem crescendo e dando um maior dinamismo ao campo que, por muito tempo, conviveu com os estereótipos de atrasado, arcaico, hostil à modernização e ao capital. Hoje, “o que vemos é o contrário, um campo que acolhe o capital novo e o difunde rapidamente com tudo o que ele acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais, que aí rapidamente se instalam” (SANTOS, 1998, p. 142).

Todavia, não podemos esquecer de que em muitas “zonas” do território brasileiro, o “velho rural” coexiste lado a lado das “novas ruralidades”, sendo aquele, muitas vezes, sobreposto por “redes” de serviços que (re)produzem a lógica contraditória de desenvolvimento do capital em espaços seletivos, onde impera o aumento do progresso técnico e do trabalho assalariado (agrícola e não agrícola), assim como a concentração fundiária e a especulação imobiliária (OLIVEIRA, 1978; 1999).

No Ceará, essa lógica tem feito declinar a importância da agricultura no PIB estadual que era de 15,3%, em 1985, e caiu para 5,1% em 2008. Entre 1985 e 1995, a área utilizada para plantio decresceu 2.045.322ha, ou seja, 18,57% da quantidade de terras cultivadas. Embora seja uma atividade fundamental para a geração de emprego e de matérias-primas para outros setores da economia, a agricultura familiar que predominava nos vales irrigados dos rios Jaguaribe, Salgado, Acaraú e Curu dá lugar ao agronegócio, especialmente da fruticultura para exportação que dos 18 mil hectares cultivados no estado em 1999, passou para 26,7 mil hectares em 2003, registrando um incremento de 48% (CEARÁ, 2009).

Nas serras úmidas, a agricultura familiar, a cada ano, perde espaço para a floricultura para exportação⁵⁰ e para pluriatividades ligadas ao setor de serviços que provocam uma “ressignificação do rural” (RUA, 2005; 2006) com o aumento de infraestrutura, equipamentos (pousadas, pesque-pague, chácaras de recreio etc.) e hábitos urbanos.

Nesse sentido, a casa de campo passa a ser uma das opções de “reencontro da natureza”, mesmo que, hoje, elas abriguem novos usos e usuários, para além do veraneio e da classe aristocrática de outrora⁵¹.

Novos valores sustentam a procura da proximidade com a natureza e com a vida no campo. A sociedade fundada na aceleração do ritmo da industrialização passa a ser questionada pela degradação das condições de vida dos grandes centros. O contato com a natureza é, então, realçado por um sistema de valores alternativos, neo-ruralista e antiprodutivista. O ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos “purificadores” do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial. O campo passa a ser reconhecido como espaço de lazer ou mesmo como opção de residência (CARNEIRO, 1998, p. 57).

Privilegiadas pela altitude que lhes confere um clima mais ameno (de 17 a 22°C), as serras cearenses abrigam essa multiplicidade de usos das segundas residências, devido ao crescente fluxo de visitantes periódicos das cidades adjacentes, de estados fronteiriços e até de outros países – como os turistas residenciais que adquirem imóveis no maciço de Baturité, a aproximadamente 100km de Fortaleza.

Baturité divide com o litoral a preferência da “elite local” para a aquisição de uma segunda residência. E, hoje, com a melhoria das vias de acesso, também é alvo de grupos empresariais que instalam empreendimentos imobiliário-turísticos nos seus principais municípios (Guaramiranga, Pacoti, Baturité e Mulungu), especialmente para atender o crescente número de visitantes nacionais e estrangeiros (Figuras 10 e 11).

⁵⁰ O Ceará já ocupou o posto de maior exportador de rosas de estufas do Brasil, concentrando sua produção na serra da Ibiapaba, mais precisamente no município de São Benedito.

⁵¹ Segundo Rodrigues (1997, p. 81), “a viagem para lazer já era conhecida na Antiguidade clássica, quando representantes das classes urbanas mais privilegiadas do Império Romano possuíam duas residências – uma na cidade e outra no campo”.

Figura 10 e 11: Mansão e chalé de segunda residência para venda em Guaramiranga

Fonte: Guaramiranga Imóveis, 2011.

O saldo dessa valorização é o flagrante aumento da especulação imobiliária com a multiplicação de construções uni e multifamiliares, além de hotéis e equipamentos de lazer que burlam as legislações ambiental e urbana, inclusive com “construções insustentáveis” em áreas de risco, conforme estampado nas fotos abaixo do Diário do Nordeste (CRISPIM, 2008) que denunciou a degradação e a falta de planejamento em Guaramiranga – município com maior oferta de equipamentos e atrativos turísticos, dentre os quais se destaca o Festival de *jazz* e *blues* que ocorre no período de carnaval com artistas e visitantes nacionais e internacionais.

Figura 12: “Construções insustentáveis” de segundas residências em Guaramiranga

Fonte: Silvana Tarelho, 2008.

No período de 2007 a 2009, das 1.862 licenças ambientais concedidas pela SEMACE às principais cidades do maciço de Baturité, 1.370 foram somente para Guaramiranga (VIEIRA, 2010). Embora grande parte do território do município integre a APA da serra de Baturité, a especulação imobiliária é

crescente com o surgimento de novos hotéis e condomínios residenciais especialmente de capital estrangeiro (alemão, português e italiano) que já predomina na hotelaria. Após várias denúncias e repercussões na mídia estadual, a SEMACE suspendeu as licenças de alguns empreendimentos, como o *Moradas da Serra Resort & Village* que previa a construção de 37 casas, 60 apartamentos e um *club house* em um terreno cuja topografia tinha inclinação acentuada (CRISPIM, 2008).

No Sul do estado, a Chapada do Araripe é tomada por uma demanda de veranistas, principalmente dos três maiores centros do Cariri (a conurbação CRAJUBAR – Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha), além dos municípios de fronteira com o estado de Pernambuco. Nos altos vales dos rios Grangeiro e da Batateira, próximas às linhas de nascentes, granjas e chácaras de segunda residência dividem espaço com clubes recreativos (balneários) e residências permanentes das famílias mais prósperas da região (Figuras 13 e 14). O fato de ser uma área nobre, faz com que a especulação imobiliária ali se alastre, ocasionando uma série de problemas com o crescimento sem controle e sem planejamento: desmatamentos de encostas que podem provocar deslizamentos de terra nos períodos chuvosos; disposição inadequada do lixo e o lançamento de esgotos próximos às nascentes.

Figura 13 e 14: Segunda residência e balneário recreativo na Chapada do Araripe

Fonte: Crajubar Imóveis, 2011; BNB, 2001.

As serras da Ibiapaba e Meruoca, no Norte do Ceará, são procuradas pelas famílias mais abonadas dos municípios circundantes e notadamente de Sobral que é o principal polo econômico e emissor de visitantes da região.

A título de exemplo, identificamos em trabalho anterior, na Serra da Meruoca, o gradativo aumento de pluriatividades que tomam o espaço da agricultura familiar e transformam a relação cidade-campo, tais como o ecoturismo, a construção de hotéis, pousadas, bares, restaurantes e, sobretudo de segundas residências (ASSIS, 2007).

A partir de 1970, os sítios, chácaras e casas de serra se proliferaram na Meruoca como uma opção de investimento imobiliário e como um símbolo de *status* social para as classes média e alta de Sobral. As residências secundárias apresentam um padrão arquitetônico suntuoso que se diferencia da maior parte da população local. Muitas delas têm belos jardins, fruteiras, alpendres, churrasqueiras, chuveiros externos, garagens e até piscinas para as famílias aproveitarem com mais conforto as estadas de lazer (Figuras 15 e 16). Os proprietários mais abastados também possuem uma pequena residência para o caseiro e sua família cuidarem da manutenção e da segurança da casa de serra.

Figuras 15 e 16: Casa de serra e sítio com campo e piscina na Meruoca

Fonte: Lenilton Assis, 2008.

As condições topográficas da Meruoca influenciam na distribuição espacial difusa das segundas residências, as quais se apresentam, em maior número, nas margens da estrada Sobral-Meruoca (CE-440) que é a principal rede que articula os territórios-zona da serra. Esse padrão se assemelha ao identificado por Yázigi (2002, p.157-164), em São Paulo, ao comparar o litoral Norte e a Serra da Mantiqueira, onde adverte:

Não se pode confundir o estilo de vida nas montanhas com o das praias. [...] Nas montanhas, [...] a zona urbana ou de interesse turístico pode se configurar como *malhada* em oposição à linearidade do fronte costeiro. Isto é, configuram-se ilhas de interesse turístico ou

de residências secundárias, polinucleadas, onde as escolhas recaem nas virtudes: as melhores vistas (que usualmente significa lugares elevados); o microclima; a presença de vegetação ou do elemento aquático (proximidade de reservas, rios, riachos, cachoeiras...); o tipo de vizinhança cobiçado pelo usuário (zoneamento por segregação...) e, naturalmente, a qualidade da infraestrutura urbana.

O aumento de segundas residências e de outras pluriatividades nas serras cearenses impõe ao Poder Público o desafio de melhorar a infraestrutura e, ao mesmo tempo, de conter a especulação imobiliária, salvaguardando os ecossistemas remanescentes, principalmente os cursos d'água e a cobertura vegetal que assegura a conservação das vertentes.

Contudo, embora as serras também passem a abrigar essa multiplicidade de usos do território, é no litoral onde a multiterritorialidade se efetiva com mais voracidade, levando os territórios-zona (tradicionalmente apropriados pelas populações locais e veranistas) a se justar ou sobrepor aos territórios reticulares produzidos pelo Estado, turistas e empresários que selecionam espaços descontínuos e fortemente articulados pelas redes para a instalação de novos empreendimentos, mormente voltados ao turismo residencial. A combinação ou concorrência dessas diferentes lógicas de usos leva o território litorâneo cearense a apresentar uma configuração ora contínua ou justaposta (zonal), ora entrecortada e sobreposta (reticular), que é, cada vez mais, característica da multiterritorialidade engendrada pela inserção do Ceará nas rotas do turismo global.

Camocim, no litoral Oeste do estado, é um exemplo desse mosaico de territorialidades produzidas pelo aumento do veraneio e do turismo residencial, que passaremos a analisar em duas seções do próximo capítulo. Na primeira, recuperamos as principais atividades econômicas do município para demonstrar como este passou de território de reserva para território turístico. Na segunda, enfatizamos os atrativos e as políticas que buscaram fazer de Camocim um destino turístico, ao passo que promoveram a expansão dos domicílios ocasionais.

CAP. III - CAMOCIM: DE TERRITÓRIO DE RESERVA A TERRITÓRIO TURÍSTICO

3.1 A formação e a valorização do território: breve histórico

3.1.1 O porto

Semelhante a outras zonas do litoral brasileiro, em Camocim, os primeiros registros da “descoberta” do território datam do século XVI quando expedições francesas e holandesas disputaram com os portugueses a colonização dos índios⁵² e a exploração da região Norte do Ceará. A disposição de um porto natural também fez de Camocim um ponto de apoio estratégico para as tropas portuguesas que vinham de Pernambuco para o Maranhão, a fim de combater os franceses que ali estiveram no final do século.

Conforme Monteiro (1984, p. 117), já na Carta Foral de 11 de março de 1535, havia referência ao território que hoje abriga o município de Camocim, o qual integrava as terras de Jericoacoara doadas por D. João III aos donatários João Cardoso de Barros, Aires da Cunha e Fernandes Alvarez, num total de 74 léguas da costa, medidas da ponta dos mangues verdes (Maranhão) até o rio Camocim⁵³ (ou rio da Cruz, como era chamado o atual rio Coreaú que nasce na serra da Ibiapaba e deságua no oceano Atlântico, em Camocim, após 180km de percurso).

Os donatários, no entanto, não efetivaram a colonização imediata do território, o qual passou longo período, a mercê das investidas de corsários estrangeiros que faziam trocas e arregimentavam os índios tapuias para

⁵² Aliás, o nome Camocim é de origem indígena e significa: grande pote de barro onde algumas tribos enterravam os mortos. Há outras interpretações etimológicas (MONTEIRO, 1984), mas a figura do pote é a referência mais conhecida.

⁵³ O historiador cearense André Frota de Oliveira (1995) defende a tese de que, no período colonial, Camocim correspondia à área onde hoje se situa a cidade de Granja e suas cercanias. E o porto de Camocim também era mais para o interior, já que o rio não era assoreado e as marés levavam as embarcações a montante para fundear mais distantes da costa. Este autor também afirma ter existido uma fortificação holandesa em Camocim, construída em 1641 às margens do rio Camocim e totalmente dizimada por indígenas revoltados em 1644. Todavia, a falta de vestígios materiais e de maiores registros enfraquecem as interessantes hipóteses desse historiador, instigando novas pesquisas.

desbravar o interior da região⁵⁴ em busca de matérias-primas como pau violeta, âmbar gris e o sal marinho, este encontrado facilmente nos baixios de marés devido aos elevados índices de insolação, evaporação e salinidade das águas. E foi a partir do interior que o processo de colonização se iniciou no Ceará, com o gado “tangido” do litoral para o sertão, vindo, notadamente, das capitanias mais prósperas da época - Pernambuco e Bahia.

À medida que a produção açucareira avançava pelas terras do litoral, que se estendem da Paraíba até a Bahia, a pecuária, como atividade subsidiária da produção açucareira, foi sendo tangida para o interior. Dessa forma, ocorreu a ocupação do interior da região hoje denominada Nordeste, principalmente a dos territórios das capitanias Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Esse espaço livre para os grupos indígenas, que haviam sido gradativamente expulsos da faixa litorânea, foi-se transformando aos poucos em território da pecuária (PINHEIRO, 2007, p. 17).

Sendo mais “árido” e menos propício ao cultivo da cana de açúcar, o litoral cearense se manteve, por quase dois séculos, como um *fundo territorial*⁵⁵, um espaço com valor de uso para os grupos indígenas que ali já viviam e se somavam aqueles expulsos do interior, onde o gado passara a dominar a paisagem. Para garantir o gado solto nas fazendas do sertão, os colonizadores “limparam a terra” e “represaram” os índios nas serras e no litoral, territórios estes que abrigavam, além dos meios de subsistência, valores simbólicos da identidade indígena.

Para expandir a pecuária no interior, uma verdadeira barbárie foi cometida pelos colonizadores para usurpar os territórios dos nativos que resistiam em abandoná-los. A disputa pelo território na Capitania do Ceará colocou dois “mundos em confronto” (PINHEIRO, 2007), com condição de luta desigual para os indígenas que, frequentemente, eram assassinados e tinham mulheres e filhos roubados, sob as “vistas grossas” da metrópole.

⁵⁴ A exemplo da Serra da Ibiapaba, região dos índios Tabajaras, que se encontrava sob o domínio dos franceses desde o final do século XVI, e de onde estes traficavam muitas espécies da fauna e da flora local. Já no século XVII, os holandeses descobriram rentáveis salinas mais próximas da costa para serem exploradas via escoamento pela barra do rio Camocim, a qual servia de ancoradouro para os navios e de ponto de apoio para as investidas no interior da capitania (SANTOS, 2008).

⁵⁵ Termo tomado de empréstimo de Moraes (2005) para designar o território ainda não incorporado ao tecido produtivo.

[...] Quando era necessário estabelecer mecanismos para punir os crimes perpetrados contra os povos nativos, o Estado metropolitano transfere a responsabilidade para os grandes proprietários que, em grande medida, eram responsáveis pelas transgressões em relação a esses povos (PINHEIRO, 2008, p. 40).

A exploração tardia da capitania do Ceará⁵⁶ fez com que, só no início do século XVIII, as primeiras vilas fossem instaladas no litoral: Aquiraz (1713), Fortaleza (1726) e Aracati (1748). Com condições favoráveis à exploração de portos naturais, essas vilas funcionaram como empórios comerciais para exportação de couros e charques provenientes do interior, onde a pecuária se desenvolvia de forma expansiva e dispersa no território.

Nos trajetos das boiadas, povoados e vilas foram formadas para descanso e engorda do gado, principalmente nas ribeiras dos rios Jaguaribe, Acaraú e Coreaú (SOUZA, 2005). Logo, não tardou a surgir um número maior de vilas sertão adentro que, além das funções comerciais, também abrigavam atividades militares, administrativas e religiosas: Icó (1738), Viçosa do Ceará (1759), Crato (1764), Baturité (1764), Sobral (1773), Granja (1776), Quixeramobim (1789) e Guaraciaba do Norte (1796).

Pequenos centros locais, quase sempre formados pela aglutinação da população em torno de uma capela, em terras doadas por um fazendeiro, os núcleos populacionais do Ceará evoluíram para a condição de cidade quando encontraram facilidades para se tornarem centros de trocas de mercadorias (SOUZA, 1995, p. 105).

Camocim, mais distante, no litoral Oeste, manteve-se por mais tempo como reserva territorial, tendo sua efetiva ocupação só iniciada por colonos e descendentes, a partir de 1792, com a chegada da família Gabriel, proveniente de Tutóia, no Maranhão (MONTEIRO, 1984). Essa família iniciou a exploração do porto do rio Coreaú para a recepção de navios de maior calado, impulsionando, assim, o primeiro ciclo de desenvolvimento da cidade.

⁵⁶ Segundo Santos (2008, p. 28), isso se deve “[...] muito por sua condição de subordinação oficial às capitanias de Pernambuco e Paraíba, sem falar do descaso de seu donatário, João de Barros, que não chegou a tomar posse da mesma”. Estes fatos contribuíram para o lento progresso da Capitania do Ceará que, só em 1799, torna-se independente da Capitania de Pernambuco.

A partir de então, o porto de Camocim passava a disputar com o porto de Acaraú⁵⁷ a posição de principal escoadouro da produção pecuária das vilas de Granja e, especialmente de Sobral. Dominada a barra do rio Coreaú, começaram a partir dos seus trapiches de madeira navios carregados com sal, couro e charque destinados a outras vilas e capitanias nordestinas. Era também pelo porto que entravam utensílios e mercadorias para abastecer os povoados e vilas da região, tornando Camocim um importante entreposto comercial do Norte cearense.

3.1.2 O trem

Em 1879, a função de empório regional foi consolidada com a construção de uma ferrovia ligando o porto de Camocim a Sobral. Por esta ser a cidade mais próspera da região, a ferrovia foi batizada de Estrada de Ferro de Sobral. A ferrovia ocasionou a imediata elevação de Camocim à condição de vila, com a emancipação do município de Granja. Após uma década, a prosperidade trazida com os trilhos projetou a vila de Camocim à categoria de cidade, o que foi oficializado pela Lei Nº. 2162, de 17 de agosto de 1889 (MONTEIRO, 1984).

A Estrada de Ferro de Sobral integrava uma malha ferroviária mais ampla que se implantava no Ceará, desde 1870, especialmente para atender a dois fortes apelos da época: um de ordem econômica, preconizado pelo aumento da produção do algodão no interior e a necessidade de meios de transporte mais eficazes para seu escoamento através dos portos; e outro de ordem social, para a criação de trabalhos que atenuassem os efeitos da seca

⁵⁷ Acaraú é um município litorâneo situado a 120 km de Camocim, cujo nome rende homenagem ao rio Acaraú que ali desagua no oceano, após banhar 18 municípios do sertão, em um percurso de 320km, desde sua nascente na Serra das Matas (Monsenhor Tabosa). Até a ascensão da atividade ferroviária em Camocim, o porto de Acaraú foi o principal canal para a importação e exportação de produtos comercializados em Sobral. Esta importância comercial e as melhores condições do seu sítio levaram as lideranças políticas de Acaraú a defenderem, em meados do século XIX, a instalação da ferrovia Sobral-Acaraú ao invés do ramal Sobral-Camocim (CARVALHO, 2001). Embora tenha prevalecido o critério político, os engenheiros designados pelo Governo Imperial ratificaram nos estudos técnicos que o porto de Camocim era mais propício à ancoragem de grandes navios, no entanto, também seria, em curto prazo, mais suscetível ao constante assoreamento provocado pelas dunas do seu litoral, o que, de fato, ocorreu.

(como a de 1877) e do grande contingente de flagelados que já migravam do interior para o litoral⁵⁸.

Cultivado de forma extensiva nos sertões e nos sopés das serras cearenses desde o início do século XIX, o algodão deixa de ser plantado apenas para consumo local e passa a ser o principal produto de exportação do estado, na segunda metade desse século, motivado pela Guerra da Secessão (1861-1865) que levou à derrocada da produção nos Estados Unidos e à sua falta nos mercados americano e europeu - neste último, impulsionado pelo advento da revolução industrial e pelo rápido avanço da indústria têxtil.

Em finais da década de 1870, todavia, a pujança econômica da cultura do algodão já não era mais a mesma. Com o fim da Guerra Civil, em 1865, os algodoais do Sul dos Estados Unidos retomavam sua produção em bases mais modernas, com amplo apoio financeiro, e recuperavam as fatias do mercado internacional perdidas durante os anos de guerra – ocupados, em parte pelos algodoais cearenses (NEVES, 2007, p. 81).

O impacto dessa retomada do plantio de algodão nos Estados Unidos só não foi maior no Ceará devido ao crescimento da indústria têxtil brasileira que passou a absorver grande parte da produção do estado no mercado interno com a produção de tecidos para a população pobre.

O súbito crescimento da demanda de algodão mudou a economia pastoril do Ceará, fazendo com que a "Civilização do Couro"⁵⁹ fosse ultrapassada pela cotonicultura, iniciando uma nova fase da formação do território cearense, na qual a capital Fortaleza insurge como o principal centro catalisador da produção regional que abastecia o mercado internacional⁶⁰.

⁵⁸ Girão (2001, p. 34-35) ainda acrescenta: “[...] a Estrada de Ferro de Sobral não foi construída somente por pressão de uma demanda econômica reprimida, ou necessidade de escoamento da produção regional. Sua concretização deveu-se muito mais a um anseio de modernidade que dominava o imaginário da elite sobralense, respaldada pela força política de alguns de seus membros, que ocupavam elevados cargos no governo Imperial e que, pelas circunstâncias dos anos de seca, conseguiram frentes de trabalho para as populações flageladas, no claro exemplo de assistencialismo governamental. Portanto, a projeção cultural da ferrovia, como símbolo do progresso, foi decisiva à sua implantação”.

⁵⁹ Enaltecida pelo historiador cearense Capistrano de Abreu.

⁶⁰ Vale lembrar que, embora ganhasse importância diante da pecuária, a cotonicultura não chegou a eliminar as fazendas do sertão de imediato, mas, ao contrário, serviu-lhes de suplemento com a palha e a semente do algodão que eram utilizadas para alimentar o gado nos períodos de seca.

Para dar vazão à crescente produção de algodão (e também de café⁶¹), foi iniciada a construção da Estrada de Ferro de Baturité, em 1870, ligando Fortaleza ao Cariri, no Sul do estado. Após alcançar a serra de Baturité, em 1882, os trilhos prosseguiram pelo sertão central, chegando ao Cariri só em 1927, após inúmeras suspensões e retomadas das obras.

Outro importante ramal foi a Estrada de Ferro de Sobral que teve sua construção iniciada em 1878, partindo do porto de Camocim. Em 15 de janeiro de 1881 foram concluídos os primeiros 24,5 km ligando as cidades de Camocim e Granja. Em 31 de dezembro de 1882, foi inaugurada a estação de Sobral, entregando-se ao público o total de 128,92 km de trilhos. No ano seguinte, iniciaram-se os estudos para o prolongamento da estrada de ferro até Ipu (1894) que de lá prosseguiu até Crateús (1912), de onde rumou para o Piauí, em 1932, num percurso de mais de 370 km (Mapa 5).

Construídas por empresas estrangeiras, as ferrovias cearenses interligavam os centros produtores de algodão aos portos de exportação. A economia, agora assentada no binômio gado-algodão permanecia ainda dependente do mercado estrangeiro. Os trilhos proporcionaram uma maior integração do território e o surgimento de uma nova hierarquia urbana comandada por Fortaleza e por novos centros regionais (Iguatu, Quixadá, Quixeramobim e Crateús) que se somaram a alguns centros de comércio tradicionais cujas economias foram reforçadas com a ligação porto-ferroviária, a exemplo de Sobral e Camocim⁶² (Figuras 17 e 18).

⁶¹ O café passou a ser cultivado na serra de Baturité a partir de 1822. Sua expansão levou o Ceará a participar com mais de 2% das exportações brasileiras em 1850. Todavia, a plantação de café não sombreado atrelada à prática de desmatamentos e queimadas, levou à queda da produtividade no estado (ARAÚJO, 2010).

⁶² Ao passo que, antigos centros regionais, como Aracati e Icó, cujas economias eram as mais prósperas do Ceará devido à produção e venda do couro e do charque para Campina Grande, Recife e Salvador, perderam importância na segunda metade do século XIX, com a expansão do algodão, das ferrovias e a emergência de Fortaleza como principal centro de comando do território estadual.

Mapa 5: Ferrovias do Ceará

Figuras 17 e 18: Porto e Ferrovia de Camocim em atividade nos anos de 1950

Fonte: Arquivo pessoal, Vando Arcanjo.

Em Camocim, os efeitos da modernização trazidos pela ferrovia foram evidentes, não só pelo impacto das novas atividades a ela atreladas, mas também pelo símbolo de progresso que esta representou para a população, com a abertura de avenidas, o aumento de edificações, especialmente após a inauguração do imponente prédio da estação, em 1881, que, até hoje, é um dos principais cartões-postais da cidade⁶³ (Figura 19 e 20).

Uma série de melhoramentos chega com o trem: o telégrafo, a mesa de rendas⁶⁴, fábricas de cigarro, sabão e beneficiamento de algodão, posto médico, farmácia, construção da Igreja Matriz, elevação da vila em cidade (1889), cinemas, jornais, dentre outros. A própria ferrovia também toma iniciativas, inserindo muitos jovens na aprendizagem de diversos ofícios em suas oficinas e fundando escolas formais em vários pontos do trajeto da estrada. [...] A ferrovia ofereceu em momentos de pico, quase 300 empregos diretos entre funcionários de manutenção de trens e pessoal burocrático. O movimento da ferrovia quase sempre foi superavitário, sobretudo no período de arrendamento para a firma Sabóia, Albuquerque & Cia., de 1898 a 1910⁶⁵ [...] (SANTOS, 2008, p. 122-123).

⁶³ Na parte superior da estação funcionava o escritório administrativo e, na parte inferior, a gare onde os passageiros embarcavam e desembarcavam nos trens. No entorno, foram construídos galpões, oficinas mecânicas e a casa do engenheiro responsável - um belo sobrado que se encontra mal conservado e hoje sedia a Academia Camocinense de Ciência e Letras. Com exceção da estação (onde agora funciona a Prefeitura), todo esse patrimônio arquitetônico está em deterioração e ruínas, deixando de ser devidamente preservado com novas funções e usos pela sociedade camocinense, inclusive, como mais um atrativo turístico da cidade.

⁶⁴ Destinava-se a operar despachos aduaneiros e fiscalização em portos de escasso movimento, cuja renda não compensasse a instalação de uma alfândega completa. A mesa de rendas de Camocim funcionou de 1884 a 1965, consoante os arquivos de memória da Receita Federal <www.receita.fazenda.gov.br>.

⁶⁵ A Sabóia, Albuquerque & Cia. firmou um contrato inicial de arrendamento da ferrovia por sessenta anos, o qual foi rescindido, em 1910, quando a Estrada de Ferro de Sobral foi fundida à Estrada de Ferro de Baturité, formando a Rede de Viação Cearense (RVC). De imediato, a RVC foi arrendada à *South American Railway Construction Company Limited* até 1915. Entre 1913 e 1914, ainda sob o julgo da empresa inglesa, a Estrada de Ferro de Sobral se torna deficitária e, no ano seguinte, é repassada à administração federal (CARVALHO, 2001). Em 1957, a RVC passa a ser uma das subsidiárias que compõem a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA). Em 1975, é absorvida operacionalmente por esta e oficialmente desativada em 1977. Já bastante sucateada, é absorvida pela Companhia Ferroviária do Nordeste (RFN), em 1996, juntamente com toda a malha ferroviária da região.

Figuras 19 e 20: Área Portuária nos anos 50 e Estação Ferroviária nos dias atuais

Fonte: Arquivo pessoal, Vando Arcanjo; Lenilton Assis, 2010.

Ao assumir a função de entreposto comercial de Sobral, com a construção da linha férrea e a ampliação da atividade portuária, Camocim vivencia a “Idade de Ouro” que, segundo Carvalho (2001), prolonga-se até 1950, quando as atividades porto-ferroviárias declinam. O assoreamento da barra do rio Coreaú e o surgimento da rodovia foram fatores decisivos para desbancar o porto e a ferrovia como meios preferenciais para abastecer e escoar a produção das cidades da região.

Embora tenha sido a Estrada de Ferro que levou o porto de Camocim a se transformar em um dos mais relevantes do Estado, seja disputando o segundo lugar com Aracati ou mesmo se distanciando em vantagem do mesmo, ironicamente é o assoreamento do porto que acabará por ser um dos fatores primordiais no comprometimento da manutenção do ramal ferroviário. Longe, igualmente, em termos de movimentação, ele se encontra, em seus melhores dias, do porto de Parnaíba, cidade que se tornará uma referência, também, para o extremo norte cearense. Em 1938, por exemplo, sua movimentação era quase 15 vezes [inferior] a do porto piauiense [...] (CARVALHO, 2001, p. 82).

A seca de 1931-1932 também teve forte influência em Camocim, mas, dessa vez, o efeito foi contrário aquele da grande seca de 1877-1879 que levou à construção da Estrada de Ferro de Sobral. Em 1931, o Governo Federal se viu novamente pressionado pelas lideranças políticas regionais para socorrer os flagelados da longa estiagem, autorizando construções de ferrovias e rodovias que gerassem empregos e servissem para atenuar a fome, a miséria, e a desordem que cresciam nas cidades litorâneas, como Camocim e

Fortaleza⁶⁶. Foram permitidas ao DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) as construções da BR-116, ligando Salvador a Fortaleza e a BR-222, unindo Fortaleza e Teresina. À RFFSA (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima) coube a ligação Fortaleza-Sobral por trilhos.

Sobral, que até então só se ligava a Fortaleza via porto de Camocim, passa a ter dois ramais diretos com a capital (a estrada de ferro e a estrada de rodagem), levando, por consequência, Camocim a perder sua função estratégica de entreposto comercial de Sobral. Por isso, Monteiro (1984, p. 73) sentencia:

Começou aí a derrocada do porto de Camocim e também, como não poderia deixar de ser, do seu ramal ferroviário [...] Os passageiros e as cargas que vinham de Crateús, quando chegavam a Sobral, dobravam à direita e seguiam para Fortaleza. Isto tanto acontecia na ida como na volta. O porto de Camocim, consequentemente, tornou-se desnecessário. E era muito mais prático viajar de trem ou de ônibus [*de Sobral a Fortaleza*] do que esperar navios que demoravam demais e cujos embarques eram muito complicados.

Os impactos socioeconômicos dessas mudanças foram logo sentidos no cotidiano da cidade, com fábricas e comércios indo à falência, o desemprego aumentando e levando ao êxodo muitas famílias que mudaram para Sobral e, sobretudo para Fortaleza, em busca de melhores condições de vida. O primeiro efeito da crise anunciada com a gradativa desativação do porto e da ferrovia foi o fechamento do Banco do Brasil, que para muitos cidadãos era um marco do progresso da cidade, haja vista só existirem duas agências no Ceará até então – a de Camocim e outra em Fortaleza.

O Banco do Brasil foi transferido para Sobral e esta cidade, ao contrário de Camocim, beneficiou-se com a ligação rodo-ferroviária com Fortaleza, expandindo sua polarização regional e seu raio de influência para outros estados - Piauí, Maranhão e Pará.

⁶⁶ Para evitar o êxodo rural e o caos em Fortaleza, o Governo Federal criou, em 1932, sete Campos de Concentração no estado (Crato, Cariús, Quixeramobim, Ipu, Senador Pompeu, além de dois pequenos campos em Fortaleza) onde foram detidos cerca de 90.000 refugiados do sertão que foram impedidos de exercer o direito da livre circulação no território cearense. Apelidados pela população de *currais do governo*, “[...] os campos exigiam rigorosa disciplina e a adaptação contínua a novas tecnologias sociais: vida em comum, banheiros, horários rígidos, higiene pessoal, vacinação etc. A vida no interior dos campos era vigiada permanentemente por uma guarda armada e tornou-se um aprendizado de novas hierarquias, que se refletiam nas formas de trabalho empregadas nas obras públicas” (NEVES, 2007, p. 91).

Além de Camocim, outras cidades “ponta de trilhos” (como Granja, Martinópolis, Uruoca, Senador Sá e Massapê) também tiveram suas economias estagnadas com a desativação do ramal ferroviário.

Dessa forma, foram-se inviabilizando as atividades porto-ferroviárias desse complexo de escoamento da zona norte do estado, representado pelo pó e cera de carnaúba de Granja, o sal de Camocim e Chaval, o pescado de toda a zona litorânea, a castanha de caju desses municípios, os cereais da zona do sertão de Sobral e Crateús, enfim, de uma gama de produtos de menos importância comercial, mas essenciais nas pequenas transações dos pequenos proprietários, sem falar no próprio tráfego de passageiros entre Camocim, Sobral e Fortaleza (SANTOS, 2000, p. 16).

Porém, não foi sem resistência que o trem deixou de beneficiar essas cidades, desde a sua última viagem em 24 de agosto de 1977, quando o apito da Maria Fumaça deu seu adeus àquelas populações. Já em janeiro de 1950, quando foi inaugurado o ramal ferroviário Sobral-Fortaleza e os trabalhadores das oficinas ferroviárias de Camocim começaram a ser transferidos para Sobral, uma grande revolta popular ocorreu naquela cidade, tendo a população montado, por uma semana, barricadas no leito da ferrovia para impedir a saída do trem da gare (Figuras 21 e 22).

Figuras 21 e 22: Oficinas de Camocim e movimento pró-ferrovia de 1950

Fonte: Arquivo pessoal, Vando Arcanjo.

Exigia-se a presença do então Governador Faustino de Albuquerque para assegurar a não desativação das oficinas, o que de fato ocorreu para conter a exaltação daquele momento, mas sem impedir o desfecho, que se arrastou por quase três décadas, até o fechamento oficial da Estrada de Ferro de Sobral em 1º de setembro de 1977 (CARVALHO, 2001).

Após o apogeu dos anos dourados, Camocim mergulha numa crise, no início da segunda metade do século XX. A alcunha de “cidade do já teve”

passa a ser corriqueira na boca da população que recorre à memória de um passado glorioso para demonstrar sua insatisfação pela desativação do porto e da ferrovia. Além da economia que retrocede com a falência de comércios, firmas, bancos e oficinas, a vida cultural também se retrai com o fechamento de cinemas, jornais, cabarés e clubes de festas⁶⁷.

Por décadas, os camocinenses ainda acalentaram a esperança da retomada de crescimento com a dragagem do porto e a reativação da ferrovia. A nostalgia dos apitos dos Vapores e das Marias Fumaças foi alimentada por promessas políticas sem grandes perspectivas de concretização (SANTOS, 2008). Entre os anos de 1980 e 1990, estudos técnicos, orçamentos e o início da dragagem do porto ocorreram, mas sem sucesso. Assim, o passado glorioso foi ficando para trás, guardado nas “memórias dos ferroviários” (CARVALHO, 2001) e de toda uma geração que, nas últimas décadas do século XX, volta-se novamente para o mar através da pesca.

3.1.3 A pesca

Além da pesca artesanal que sempre foi uma importante fonte de emprego e sobrevivência em Camocim, desde os anos de 1970, a pesca da lagosta despontou como o novo motor da economia. A lagosta era inicialmente pescada em pequenas embarcações cujas produções eram acanhadas em virtude das dificuldades de armazenagem e beneficiamento desse crustáceo - o que só era feito em Fortaleza.

⁶⁷ Santos (2008) lista na sua tese a existência de 8 cinemas, 3 amplificadoras, 3 clubes e cerca de 30 jornais editados entre 1894 e 1941, grande parte de cunho literário. E o historiador camocinense logo ressalta: “Salta aos olhos o número de jornais publicados para uma cidade do interior. Apesar de que muitos desses jornais provavelmente não tenham passado dos primeiros dez números, mereceu o registro dos cronistas da época” (SANTOS, 2008, p. 49). Além disso, como toda cidade portuária, Camocim também “já teve” casas de meretrício como o famoso cabaré *Terra e Mar*.

A ampliação da frota, o surgimento dos primeiros barcos industriais e a construção de um frigorífico da CEPESCA⁶⁸ transformaram Camocim no maior produtor de lagostas e peixes nobres⁶⁹ do Ceará (Tabela 8), estado cuja produção para exportação também está entre as maiores do país.

Tabela 8: Evolução do pescado marítimo e estuarino do Ceará e dos maiores municípios produtores (toneladas) - 1999/2008

Municípios	1999	2003	2004	2005	2006	2007	2008
CEARÁ	17.472	17.093	18.947	18.421	16.552	17.920	20.538
Acaraú	2.139	1.966	1.775	1.761	1.911	2.589	3.130
Barroquinha	410	1.436	1.807	1.350	1.302	1.245	1.751
Beberibe	792	952	1.070	932	765	747	816
Camocim	4.260	3.889	5.327	6.138	4.368	4.681	5.080
Fortaleza	3.224	1.711	1.817	1.593	1.790	1.811	1.877
Icapuí	335	762	584	631	596	822	795
Itarema	2.126	2.011	2.040	1.468	1.555	1.574	2.299

Fonte: IBAMA/CEPEME, 1999; IPECE - Anuários Estatísticos. Org. do Autor

Conforme demonstra a Tabela 8, além de Camocim, a alta produção dos municípios de Acaraú, Barroquinha e Itarema, fazem do litoral Oeste a região mais piscosa do estado. Nestes quatro municípios, os dados do ESTATPESCA⁷⁰ apontam o predomínio de pequenas embarcações a vela (canoas e botes) que utilizam a linha e a rede de espera como principais apetrechos para a captura de peixes diversos (Figura 23). Em menor número na região, os barcos e as lanchas industriais são embarcações motorizadas, providas de sistema frigorífico, com capacidade para mais de dez toneladas de pescado, que têm na lagosta e no pargo as espécies mais capturadas, geralmente, a longas distâncias da costa e fora do estado (Figura 24).

⁶⁸ Ceará Pescas S. A. Cia. de Desenvolvimento.

⁶⁹ Cavala, Sirigado, Guaiuba, Pargo e Camurupim são as espécies mais piscosas e procuradas na cidade, especialmente, para abastecer a capital e região Norte do estado.

⁷⁰ O monitoramento da atividade pesqueira no Ceará, através do Projeto ESTATPESCA, é pioneiro no Brasil e teve início no ano de 1990. Desde então vem sendo executado pela Superintendência do IBAMA/CE, sob a coordenação do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste – CEPENE/PE, com o apoio de algumas prefeituras municipais, desde 1995 (BRASIL, 2006).

Figuras 23 e 24: Embarcações artesanais e industriais

Fonte: Lenilton Assis, 2010.

Portanto, as estatísticas comprovam que a produção pesqueira do Ceará é oriunda dos pequenos produtores, inclusive de uma grande maioria que ainda se utiliza de embarcações e utensílios tradicionais. Esta importância da pesca artesanal foi ainda reforçada com a gradativa queda da produção da lagosta que, mesmo permanecendo como o principal produto de exportação do estado, entre 1991 e 1999, registrou uma drástica redução de seu volume de captura (66,1%) e, conseqüentemente, uma baixa de 32,2% do total do pescado (BRASIL, 1999). Ademais, a crise da lagosta tem afugentado o incremento da pesca industrial no Ceará, levando os barcos de grandes empresas pesqueiras a migrarem para estados vizinhos como o Piauí, Maranhão e Pará.

A pesca predatória de lagostas jovens, com uso de compressor, tem sido a grande responsável pela redução dos estoques do estado, aliada a uma fiscalização ineficiente do IBAMA quanto à proibição da captura no período de defeso (de janeiro a abril). Embora o Ceará ainda responda por 55% da captura de lagosta no Brasil, sua produção caiu de 7.863,4 toneladas, em 1991, para 2.801 toneladas em 2008 (CEARÁ, 2011).

Em Camocim, este quadro se repete e se agrava com a debandada de várias empresas pesqueiras para Bragança, no Pará, levando com elas muitos postos de trabalho da cidade que eram gerados com a captura, o desembarque, o beneficiamento e a comercialização da lagosta.

O tempo da fartura da lagosta em Camocim se prolongou até meados de 1990, quando o município chegou a sediar 14 empresas dedicadas à produção desse crustáceo, nas quais trabalharam cerca de 1.100 homens em 170 barcos

a motor, de pequeno e grande porte (MONTEIRO, 1984). Com a queda substancial da produção, nos últimos anos, é o comércio de peixe (especialmente o pargo) que movimenta a economia local, através da exportação do pescado e do sustento de muitos pescadores (Figuras 25 e 26).

Figuras 25 e 26: Distribuição e comercialização do pescado

Fonte: Lenilton Assis, 2010.

Os dados mais recentes sobre a frota e a produção pesqueira em Camocim ratificam o declínio da pesca industrial da lagosta e o predomínio da pesca artesanal. Em 1996, as canoas e botes a vela somavam 409 unidades, as quais respondiam por 47% de todo o pescado. Em 2005, as mesmas embarcações apresentaram pequena queda no número (395) e na produção (41%), mas sem comprometer o domínio da pesca artesanal no município. As lanchas industriais, ao contrário, registraram, nesse mesmo período, decréscimo na frota de 40 para 17 embarcações e ainda redução na produção de 30% para 10% (BRASIL, 1999; 2006).

Nos últimos anos, o camarão de cativeiro foi o novo produto que movimentou o comércio pesqueiro de Camocim, porém com menor importância em relação à lagosta e ao peixe, os quais têm apresentado produção oscilante e decadente, conforme pode ser observado na Tabela 9 abaixo:

Tabela 9: Produção de pescado por espécie em Camocim - 2003/2008						
PESCADO (t)	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Peixe	3.083	5.092	5.997	4.240	4.503	4.975
Lagosta	74	233	137	122	177	104
Camarão	5	2	3	5	-	-
Moluscos	7	0	1	1	1	1

Fonte: IPECE - Anuários Estatísticos 2005, 2007 e 2009. Org. do Autor.

Em 2003, existiam em Camocim treze empresas responsáveis pela produção, o beneficiamento e a venda do camarão para o exterior. Dentre as empresas, destacavam-se as estrangeiras, de propriedade de equatorianos que detinham a maior área de viveiros do município distribuída em quinze fazendas. Algumas delas emplacavam investimentos de até 2 milhões de reais para implantação (CEARÁ, 2005, p. 230).

Apesar do rápido crescimento, a carcinicultura em Camocim gerou poucos empregos⁷¹ para a população, a qual era mais beneficiada durante as construções dos viveiros. A partir de 2006, com queda do câmbio, a sobretaxa cobrada pelos Estados Unidos⁷², o aumento do preço da ração e os problemas de doença causada pela superpopulação dos viveiros, a produção e a exportação de camarão no Brasil declinaram, levando a uma queda vertiginosa desse crustáceo em Camocim, onde muitas fazendas fecharam, deixando rastros da degradação do manguezal e a produção não conseguiu ultrapassar uma tonelada de camarão, até 2008, conforme apontado na Tabela 9.

Com o declínio da lagosta e do camarão, um novo impulso à pesca em Camocim foi dado, em 2007, com o início da construção de um Terminal Pesqueiro Público (TPP) pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR). Este equipamento fica situado na área portuária que era ocupada pela Companhia Docas do Ceará, ao lado da extinta estação ferroviária, na sede de Camocim. A obra, com custo inicial previsto de 6 milhões de reais, compreende um cais com 1.105 metros quadrados, área de recepção, manuseio e triagem de pescados e uma fábrica com produção diária de 50 toneladas de gelo em escama. O terminal tem capacidade para beneficiar 30 toneladas de pescado por dia que podem ser armazenados em duas câmaras frias. Ele ainda conta com salas administrativas, auditório onde

⁷¹ Cerca de 150 empregos diretos e indiretos, conforme o Zoneamento Ecológico e Econômico da Zona Costeira do Ceará (CEARÁ, 2005, p. 233).

⁷² Os EUA são responsáveis pela compra de quase metade do camarão produzido no Brasil e, em 2003, acusaram os carcinicultores nacionais de estarem vendendo camarão a preços inferiores aos cobrados no mercado doméstico - prática conhecida como "dumping" e considerada ilegal no comércio internacional. No ano seguinte, os americanos sobretaxaram o camarão brasileiro em 23% e aumentaram a compra desse produto a países asiáticos e da América Central (STOCK, 2010).

serão ministradas palestras e capacitações, reservatório para 300 mil litros de água e estação de afluentes⁷³.

Após três anos de construção, adiamentos e embargo⁷⁴ da obra, o terminal pesqueiro de Camocim foi inaugurado em 09 de dezembro de 2010, com um custo final de 12,5 milhões, ou seja, um pouco mais do dobro da estimativa inicial. E, embora os pescadores e suas lideranças tenham boas expectativas em relação a este equipamento, não faltaram críticas nas nossas entrevistas à forma como foi planejado e executado sem dar a devida atenção aos anseios dos maiores interessados – os pescadores artesanais (Figuras 27 e 28).

Até o presente momento o terminal foi um investimento muito alto, mas sem melhoria. A grande melhora foi o SIF que vai fazer com que o turista compre o peixe daqui com mais segurança e qualidade. Não vai melhorar em nada para os pescadores de canoas e botes. O terminal não comprará a produção do pequeno pescador, ele vai só beneficiar e para isso temos que pagar. Esse dinheiro poderia ter sido investido em outras fontes para o pescador aqui dentro da cidade como os viveiros de criação complementares à pesca. Nem os grandes armadores vão usar o terminal porque eles já têm suas fábricas de gelo e já revendem. O Governo investe 12 milhões sem escutar os pescadores artesanais de Camocim pra saber suas reais necessidades. É um terminal, mas tudo que botarmos ou pegarmos lá vai ser pago (Manoel Silva Santos, Presidente do Sindicato dos Pescadores Profissionais e Artesanais de Camocim, 02/07/10).

Figuras 27 e 28: Terminal Pesqueiro Público e despesca de barcos industriais no TPP

Fonte: Lenilton Assis, 2010.

⁷³ O terminal de Camocim é o quarto do Ceará e segue a mesma estrutura daqueles instalados em Beberibe, Icapuí e Itarema.

⁷⁴ No dia 09 de fevereiro de 2010, a SEMACE embargou o Terminal Pesqueiro de Camocim por falta do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), protelando ainda mais sua entrega à população. O terminal que já estava pronto para inauguração foi multado por falta de licenciamento ambiental (infração que varia de R\$ 500 a R\$ 10 milhões), tendo a SEMACE proposto a realização imediata de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O principal risco apontado era o lançamento de resíduos líquidos e sólidos *in natura* no mar, prejudicando a qualidade da água e a fauna local.

Enquanto esperam que o Terminal Pesqueiro Público se torne uma realidade, os pescadores artesanais seguem na labuta diária em busca da sobrevivência ao embalo das ondas. Os programas e projetos implantados para a melhoria das condições e da produção do pescado (como capacitações, seguros, licenças para pesca, financiamentos de embarcações, compra de motores, apetrechos e GPS⁷⁵) não conseguem atingir a todos os pescadores e extirpar velhas relações de exploração como o arrendamento de embarcações por parte de pessoas que ganham a vida em outras atividades econômicas, a exemplo de muitos comerciantes da cidade que diversificam a renda com a pesca indireta. A exploração do pequeno pescador neste tipo de relação é aviltante, chegando este a ganhar entre 10 e 15% do valor final do pescado que é revendido pelos proprietários das embarcações⁷⁶.

A figura do atravessador é outro problema que persiste em Camocim em virtude dos pescadores artesanais não terem o devido apoio para a criação de cooperativas que facilitem o escoamento e a comercialização do pescado. Eles continuam reféns de intermediários que compram a produção a baixo custo e revendem a preços maiores, ganhando um sobrelucro que deveria ser do pequeno pescador.

O terminal pesqueiro recém-instalado, embora acene uma mudança dessa situação, já esbarra e reacende um pleito cinquentenário dos camocinenses: a dragagem da barra do rio Coreaú. Tal serviço deveria preceder a construção do terminal, pois com o avanço do assoreamento, há

⁷⁵ O Banco do Nordeste (BNB), instituição do Governo Federal, é o agente que mais concede financiamentos para conserto de embarcações, de redes de pesca e para a aquisição de novos barcos, segundo informações do Presidente da Colônia de Pescadores de Camocim, Francisco Xavier Filho, entrevistado em 01/07/2010. Segundo ele, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal também disponibilizam linhas de crédito para os pescadores, porém com uma grande burocracia que inviabiliza muitas demandas. O presidente do Sindicato dos Pescadores também compartilha dessa visão e afirma: "O Governo diz ter financiamento e tem mesmo, mas o que acaba com o pequeno pescador é a burocracia. Compra de motor, restauração de embarcações, novas embarcações, tudo passa pela elaboração de projetos e depois por uma enorme burocracia" (Manoel Silva Santos, 02/07/2010).

⁷⁶ Na pesquisa de campo, identificamos que nas pequenas embarcações arrendadas, o pescador recebe R\$ 1,50 por quilo de qualquer espécie capturada, o qual pode ter um preço final de R\$ 5 a 12 com a revenda feita pelo proprietário da embarcação. No caso dos barcos industriais que passam até dois meses no mar e pescam até dezoito toneladas, o custo de manutenção para o proprietário é maior, o que logo rebaixa o preço do pagamento do trabalho do pescador para R\$ 0,50 por quilo, independente da espécie.

riscos de que este novo equipamento também seja, em breve, inviabilizado para o atracamento de embarcações menores.

Para muitos camocinenses, o desassoreamento da antiga área portuária é um anseio que pode ter impactos na cidade para além da pesca ou do terminal pesqueiro. Na verdade, as lideranças políticas e os demais “ilustres” do município vislumbram com este serviço a possibilidade de retomar um desejo “antigo” e que até hoje gera revolta com os governos estadual e federal, como pode ser observado no depoimento do *blogueiro*⁷⁷ Tadeu Nogueira, quando Camocim foi preterida para a instalação do Estaleiro Promar Ceará⁷⁸:

Em pleno ano de 2010, a atitude insana de tirarem porto e ferrovia de Camocim ainda condena o povo dessa cidade ao ostracismo do desenvolvimento. Paulo Haddad disse tudo. Que tapa na cara dos usurpadores do progresso de Camocim (NOGUEIRA, 2010).

A reativação do porto e da ferrovia é um sonho reavivado com o terminal pesqueiro e já levou até os “imortais” da Academia Camocinense de Ciência e Letras a se lançarem na causa, enviando carta recente ao Presidente da República e ao Governador do Estado em que reforçam o “velho” apelo para a dragagem da barra. Para tal feito, novas justificativas não faltam como o escoamento do pescado, de minérios e outros produtos (sejam de navio para o exterior, sejam de trem para Sobral e Fortaleza), assim como a instalação de um estaleiro⁷⁹ na cidade que “devolveria” a ela o progresso de outrora.

⁷⁷ O *blog Camocim on line* é um dos meios de comunicação mais utilizados pela população do município que se aproveita da interatividade para também informar e debater as notícias locais em tempo real <www.camocimonline.com>.

⁷⁸ Em 2010, a possível instalação deste estaleiro movimentou, por meses, os bastidores da política estadual. A praia do Titanzinho, em Fortaleza, foi inicialmente escolhida pela empresa Promar, subsidiária da Transpetro (Petrobras Transportes S.A.), para sediar a construção de navios no Ceará, mas a prefeita de Fortaleza, Luiziane Lins, fincou pé de que a capital não seria o local mais adequado, abrindo espaço para outros municípios se candidatarem, dentre os quais Camocim. Embora tenha apresentado o menor custo para a instalação do estaleiro (R\$ 100 milhões), o presidente da Promar, Paulo Haddad, alegou falta de estrutura aeroferroviária em Camocim e sua distância de um porto bem estruturado, descartando o município com a sentença: “Camocim é afastado de tudo” (NOGUEIRA, 2010). O estaleiro da Promar terminou indo para Pernambuco.

⁷⁹ No caso, um estaleiro de médio ou pequeno porte, pois aquele da Promar/Transpetro era para fazer grandes navios gaseiros, o que, praticamente, inviabilizaria a área portuária de Camocim para outras atividades, especialmente o turismo. A demanda por um estaleiro é uma tentativa de resgatar a indústria naval do município que já foi bastante conhecida pela construção de barcos de madeira.

Além da pesca, outra aposta do município para retomar, no futuro, o “passado glorioso” é com o turismo, que desde o final da década de 1980, tem sido considerada a atividade mais promissora. Em artigo comemorativo aos cento e dez anos de Camocim, o então prefeito Murilo Aguiar Filho⁸⁰, em 29 de setembro de 1989, dava a tônica do que colocaria a cidade “de volta para o futuro”:

Nossa bela natureza e a fortaleza de nossa gente não podem ficar limitadas ao âmbito da paisagem e da espera. Tem que marcar presença na retomada do processo de desenvolvimento que Camocim tanto está a merecer. Na juventude urbana de seus 110 anos, não cabe mais a Camocim o indesejável estigma de terra do “já teve” e do “já foi”, mas, sim, a afirmação da potencialidade de um futuro que já se faz presente, capitalizando as ricas tradições e experiências do seu passado. É preciso revelar a cidade em sua forma e conteúdo. Permitir-lhe os caminhos de uma merecida expansão em suas naturais tendências de desenvolvimento. Nos **caminhos do turismo**, na roupagem nova que lhe destaque o tradicional, no apoio a sua espontânea vocação cultural e artística. Essa é a melhor maneira de presentear e amar Camocim (DIÁRIO DO NORDESTE, 29/09/1989 apud CARVALHO, 2001, p. 90. Grifo nosso).

Os “caminhos do turismo” em Camocim passaram a ser trilhados, recebendo forte impulso no final dos anos de 1990, em consonância com as ações dos Governos Estadual e Federal que alçavam esta atividade ao patamar de nova panaceia desenvolvimentista. Nesse período, novos processos e atores promoveram uma “reterritorialização” no município, convertendo o território de reserva em território de valor, com o aumento da ocupação e da disputa do seu litoral.

⁸⁰ A família Aguiar comanda a política do município desde 1954, no auge da crise porto-ferroviária, quando Murilo Rocha Aguiar foi eleito prefeito e se tonou o líder político de maior expressão, findando sua carreira, em 1985, como deputado estadual. Filhos e netos o sucederam na câmara, prefeitura e assembleia legislativa, como o atual deputado estadual Sérgio Aguiar que foi prefeito de Camocim entre 1997-2003 e implementou várias ações para colocar o município nas rotas do turismo global – como veremos adiante.

3.2 O turismo e a reterritorialização

3.2.1 O despertar para o turismo

Camocim atrai visitantes pelo seu clima quente e úmido (com temperaturas que oscilam entre 27° e 32°C) e pelas suas praias que estão distribuídas por 62 km de costa (cerca de 10% do litoral cearense), juntamente com lagos, mangues, dunas, falésias, coqueirais, entre outros ecossistemas. É o município cearense com maior extensão de praias desabitadas que, mesmo com o dinamismo econômico vivenciado com o porto, a ferrovia e a pesca, ainda mantém o seu litoral como território de reserva, mas em franca valorização.

Ocupa uma área total de 1.123,94 km² e sua sede está localizada na margem esquerda do rio Coreaú, junto à foz que deságua no Oceano, recortando o município quase ao meio. Além da sede, dois outros distritos integram o território político-administrativo: Amarelas, situado na porção Oeste, próximo à divisa com o município de Barroquinha; e Guriú, no extremo Leste, localizado na fronteira com o município de Jijoca de Jericoacoara (Mapa 6).

Mapa 6: Divisão política do município de Camocim

O acesso à Fortaleza, por terra, é feito pela BR-222 (via Sobral) e pela CE-085, rodovia Estruturante que vem ganhando a preferência de nativos e visitantes por permitir um tráfego mais rápido entre a capital e os municípios do litoral Oeste do Ceará. A ligação com o vizinho estado do Piauí é feita pela BR-402, em 120 km de estradas que separam Camocim de Parnaíba – onde está sendo concluída a ampliação do aeroporto internacional.

Além da proximidade de Parnaíba e seu famoso delta, Camocim está equidistante, cerca de uma hora, de importantes cidades e destinos turísticos como: o Parque Nacional de Ubajara e a cidade de Viçosa, na serra da Ibiapaba; o município de Sobral, que é o maior centro comercial e universitário da região; além da praia de Jericoacoara, principal destino turístico do Ceará fora da sua capital. Sua posição central em um corredor de fluxos interestaduais é um potencial turístico há muito reconhecido, mas que só agora começa a ser explorado (Mapa 7).

Mapa 7: Camocim - acessos e proximidade de destinos turísticos

Até os anos de 1980, Camocim era um balneário de lazer que atraía uma demanda regional de visitantes para as suas praias e lagos⁸¹. Barracas simples e poucas opções de hospedagem completavam a oferta do município nos finais de semana, o que logo se tornava insuficiente durante as férias e o carnaval – até hoje, a festa mais badalada da cidade (Figura 29 e 30).

Figura 29 e 30: Carnaval dia e noite na Avenida Beira Mar - 2011

Fonte: Francilúcio Oliveira, 2011.

O veraneio nas casas de praia também se iniciava nessa época, mas de forma acanhada e dispersa no território. Poucos eram os turistas que se “aventuravam” até o município, pois para aqueles chegados em Fortaleza, o traslado até Camocim demorava entre seis e oito horas de viagem – o que logo tornava mais atrativas outras praias próximas à capital.

O “despertar” para o turismo começou no final da década de 1980, mas ainda restrito a ações pontuais da prefeitura nas férias e festas municipais, tais como: embelezamento da cidade, melhoria da limpeza urbana, promoção de *shows* e entretenimento. Até então, promover o turismo no município se resumia a fazer um bom carnaval.

A primeira obra a potencializar esta atividade foi a urbanização do lago Seco, ocorrida na gestão do prefeito Antônio Manoel Veras, entre 1993-96. Por muitos anos, o lago Seco foi a “praia” preferida da população da sede e visitantes (Figuras 31 e 32), já que, em Camocim, a maior parte da planície litorânea encontra-se parcialmente submersa, resultando em poucas praias

⁸¹ Camocim tem um conjunto de lagos interdunares espalhados no seu território, formados por água doce represada no período das chuvas. Entre os maiores e mais visitados estão o lago Seco, da Torta e das Cangalhas. O primeiro é um atrativo a parte, por ser um lago intermitente, localizado a apenas 7km da sede.

propícias ao banho e à circulação de pessoas na preamar⁸² (Mapa 8). Ainda nessa gestão, o município recebeu importante incentivo governamental para pensar e planejar o turismo como política pública de desenvolvimento local através do Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos (PROURB).

Figuras 31 e 32: Banhistas e barracas do lago Seco

Fonte: Lenilton Assis, 2010.

Mapa 8: Praias e lagos de Camocim

⁸² As melhores praias (Maceió, Xavier, Barra dos Remédios, Umburanas e Tatajuba) ficam mais distantes da sede e ainda com algumas restrições de acesso – dependência dos horários das marés, de carros de tração e do movimento das dunas que assoreiam o leito das estradas. Aquelas próximas ao centro (praias das Barreiras e do Farol) são ocupadas, em grande parte, por arenitos, eolianitos e falésias vivas alcançadas pelo mar diariamente (Mapa 8).

Lançado em 1996, o PROURB foi patrocinado pelo Banco Mundial⁸³ e Governo do Estado com o objetivo de viabilizar a estruturação urbana de 50 cidades visando a dar suporte ao desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentado, melhorando a qualidade de vida da população e tornando as cidades competitivas para atrair indústrias, impulsionar a agricultura irrigada e incrementar o turismo (CEARÁ, 2008).

O principal foco do PROURB era o fortalecimento de polos e regiões estratégicas no interior do estado que contribuíssem para a descentralização das atividades econômicas da Região Metropolitana de Fortaleza, com a criação de uma rede urbana mais estruturada no território cearense. Os indicadores sociais e econômicos, logo atestaram o ingresso de Camocim no Programa, na condição de cidade primaz do litoral extremo Oeste que polariza a economia – comércio, serviços e indústrias – e os fluxos interurbanos com alguns centros de menor porte da Região do Vale do Coreaú, tais como: Barroquinha, Chaval, Granja, Martinópoles e Jijoca de Jericoacoara (Mapa 9).

Nos parâmetros estabelecidos pelo PROURB, incluíam-se as realizações de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDU), capacitação e modernização da gestão municipal, dotações de infraestrutura, elaboração de projetos de requalificação e implementação de obras estruturantes de urbanização. O PDDU seria o instrumento mestre desse conjunto de ações, cuja inexistência em Camocim reforçava sua participação no Programa, haja vista o município ter registrado na Contagem da População de 1996 um total de 51.533 habitantes – ultrapassando, assim, o teto prescrito na Constituição Federal de 1988 que determina a obrigatoriedade do Plano Diretor para os municípios com mais de 20 mil habitantes⁸⁴.

⁸³ BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

⁸⁴ Norma referendada pelo Estatuto da Cidade, de 2001, o qual ainda acrescenta que cidades “integrantes de áreas de especial interesse turístico”, independente do tamanho populacional, também são obrigadas a ter Plano Diretor para prevenir impactos negativos e canalizar os benefícios da atividade.

Mapa 9: Municípios do Vale do Coreaú

A implantação efetiva do PROURB só ocorreu na gestão subsequente do prefeito Sérgio Aguiar (1997-2000), quando ações administrativas e estruturantes se somaram à chegada de novos investidores que buscavam transformar o turismo na atividade motriz do município.

O planejamento estratégico foi o principal instrumento utilizado pelo novo prefeito que, já de posse dos recursos do PROURB, promoveu, de início, uma série de mudanças na gestão municipal, tais como: reforma administrativa, elaboração de um novo código tributário e a formulação de um cadastro técnico

multifinalitário que subsidiaria as ações nas áreas da saúde, educação, indústria, comércio e turismo⁸⁵.

Paralela a estas mudanças, foi contratada uma empresa de consultoria para conduzir a formulação do Plano Diretor de Camocim, a partir da promoção de fóruns temáticos que envolveram diversas representações da sociedade para expressar seus anseios e as potencialidades de desenvolvimento local.

Na condução do trabalho muitas foram as dificuldades: a falta de vontade dos munícipes em participar ativamente dos fóruns do Plano Diretor, a falta de credibilidade por parte da população com relação a um trabalho conduzido pelo Poder Público e especialmente a ausência de pessoal técnico qualificado no contexto da cidade (RODRIGUES, 2001, p. 112).

Importante instrumento para a gestão urbana, o Plano Diretor busca promover o adequado desenvolvimento das cidades, direcionando os investimentos em habitação, saneamento, transporte e desenvolvimento urbano em geral. Compreende um conjunto de regras para o ordenamento do território que orientam e regulam a ação dos agentes sociais e econômicos sobre o uso e a ocupação do solo, especialmente no tocante às políticas públicas de moradia, acesso à terra urbana e combate à especulação imobiliária.

Aprovado em 03 de março de 2000, o PDDU de Camocim tornava pública a nova “vocação” do município: “Proporcionar bem-estar sócio-econômico através do desenvolvimento sustentável, apoiado principalmente no turismo⁸⁶” (CAMOCIM, 2000, p. 16). Este direcionamento da política local estava em consonância com a súbita importância atribuída ao turismo no âmbito dos Governos Federal e Estadual, tendo este último buscado, desde o final dos anos de 1980⁸⁷, consolidar o Ceará como um dos principais destinos

⁸⁵ O cadastro, todavia, não chegou a ser finalizado, por falta de investimentos e pela resistência dos gestores em usar este novo instrumento de planificação das ações (RODRIGUES, 2001).

⁸⁶ O gerente municipal do PROURB e ex-Secretário de Desenvolvimento Sustentável fez uma ressalva na entrevista concedida: “No PROURB, em nenhum momento se pensou em desativar as atividades tradicionais. Ao contrário, queríamos que elas fossem um dos elementos para alavancar o turismo” (Julênio Braga, 28/04/10).

⁸⁷ Conforme Coriolano (2002, p. 66), neste período, inicia-se no Governo do Ceará a “fase dos empresários”, quando o turismo passou a ser introduzido de forma mais planejada e arrojada, no Plano de Mudanças do Governo Tasso Jereissati (1987-1990) e no Plano Plurianual de Ciro Gomes (1991-1994).

das rotas do turismo nacional e internacional, especialmente através do PRODETUR – como já discutimos.

No PRODETUR I, Camocim não foi diretamente beneficiado. Os investimentos do programa se concentraram na capital, em grande parte na reforma do aeroporto e na construção de rodovias turísticas. O município aguardava investimentos em saneamento básico, mas foi apenas impactado com a construção da rodovia Estruturante (CE-085) cujo trajeto, nesse primeiro Plano, chegou até o distrito de Barrento, em Itapipoca, faltando ainda cerca de 200 km para completar a ligação com Camocim (Mapa 10).

Mapa 10: Rodovia Estruturante (CE-085)

Os municípios beneficiados pela Estruturante, até então, foram: Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca. A construção e recuperação de 124km de vias estruturantes, 98km de estradas de acesso e 33km de vias locais buscavam atrair mais turistas e investidores para o litoral Oeste, através da interligação, com Fortaleza, de praias como Pecém, Taíba, Paracuru, Lagoinha, Fleixeiras, Guajiru e as localidades da lagoa do Banana e Siupé, Mundaú e Baleia (Mapa 10).

No entanto, o principal destino da Costa do Sol Poente (o polo Jericoacoara-Camocim) ainda estava por integrar este eixo estruturante que,

por conseguinte, o ligaria às redes do turismo global. As dificuldades de acesso tanto existiam por terra quanto pelo ar, fazendo com que a construção de um aeroporto e a complementação da CE-085 se tornassem prioridades dos novos empresários que chegavam em Jericoacoara e Camocim, antecipando-se ao *boom* imobiliário-turístico que, certamente, os investimentos públicos produziram para incrementar seus negócios.

A praia de Jericoacoara, no município de Jijoca, é o grande *point* da região, reconhecida internacionalmente, após ter sido apontada como um dos dez lugares mais belos do mundo pelo jornal americano *The Washington Post*, em 15 de março de 1987. Jeri, como é apelidada, é um enclave turístico de difícil acesso⁸⁸, mas que retribui os visitantes com belas praias, dunas e o por do sol mais famoso e disputado do Ceará. Sua rede de hospedagem e serviços turísticos é diversificada e crescente, tendo hotéis, pousadas, casas de câmbio, agências de viagem, associação de *bugueiros*, restaurantes, bares e boates com diversas opções de entretenimento e gastronomia (Figuras 33 e 34). Há forte demanda de turistas nacionais e estrangeiros ao longo do ano e, em especial, nas férias e no réveillon quando a vila fica com a capacidade de carga saturada.

Figuras 33 e 34: Vila e praia de Jericoacoara

Fonte: Lenilton Assis, 2011.

⁸⁸ Atualmente, são necessárias cerca de cinco horas para percorrer os 314km de estrada e dunas que separam Fortaleza da praia de Jericoacoara. Ainda não há voos diretos para a vila e o percurso em estrada asfaltada é até a sede do município de Jijoca, onde o visitante segue mais 18 km de *buggy* ou *jardineira* (veículo *off-road*) em estradas de leito natural.

Nesses períodos de alta estação, muitos turistas vindos a Jeri também “esticam” seus passeios até Camocim. Por sua vez, quem se hospeda em Camocim (onde o réveillon também tem atraído muitos visitantes nos últimos anos) visita Jeri em passeios de *buggy* pelas dunas. Esta interação é importante para ambos os municípios, pois divide o efetivo turístico entre eles e minimiza os riscos de impactos socioambientais negativos.

Há décadas, o potencial desse polo turístico era exaltado pelo Governo do Estado, mas, só em 2004, a região foi priorizada no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), cuja elaboração visava angariar novos recursos do PRODETUR II. O PDITS Ceará Costa do Sol selecionou 18 municípios, grande parte do litoral Oeste, e foi orçado em US\$ 186,22 milhões, para um total de mais de duzentas ações, organizadas em três principais componentes: fortalecimento da capacidade municipal de gestão; planejamento estratégico, treinamento e infraestrutura para o crescimento turístico; e promoção e investimentos para o setor privado (CEARÁ, 2004). Desse total, um conjunto de 64 ações foi previsto para os municípios de Jijoca de Jericoacoara e Camocim já que, em 2003, estes recebiam, respectivamente, apenas 5,8% (393.308) e 2,1% (141.422) da demanda turística do estado, segundo dados da SETUR/CE.

No entanto, dentro da mesma lógica vertical e economicista que impõe, ao litoral de todo o Nordeste, a transformação de territórios-zona em territórios-rede seletivos e excludentes, grande parte dos recursos do PDITS foi, então, destinado a rodovias e a um aeroporto internacional que eram obras de forte apelo dos políticos e empresários do polo Camocim-Jericoacoara.

No PDITS, ainda foram incorporadas algumas das ações previstas no Plano Diretor de Camocim, tais como: melhoria da infraestrutura básica da sede e dos distritos, urbanização dos lagos e da avenida beira mar, recuperação dos armazéns do Porto de Camocim, restauração da estação ferroviária e outros prédios históricos, capacitação da mão de obra para o turismo e a construção de estradas de acesso aos distritos e às praias (CAMOCIM, 2000). A espera pelos investimentos do PRODETUR II foi longa e muitas dessas obras nunca foram realizadas.

Vale ressaltar que além do PRODETUR, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) foi outra política do Governo Federal,

lançada em 1994, que também contribuiu para despertar a população e o trade local para o potencial do turismo em Camocim. O PNMT adotava a sustentabilidade como princípio para planejar e desenvolver esta atividade de forma participativa. Oficinas foram realizadas com o envolvimento da comunidade, setor hoteleiro, gastronômico e de entretenimento, mesmo sem conseguir surtir efeitos imediatos para transformar os atrativos locais em fontes de emprego e renda para a população.

No entanto, a filosofia da participação adotada nas oficinas foi incutida em muitos participantes que se tornaram lideranças comunitárias, assim como impulsionou outras ações da gestão municipal para capacitar a população e tornar o turismo um negócio mais conhecido.

Nesse sentido, no final de 1995, a parceria entre os Governos Municipal e Estadual resultou na instalação do Campus Avançado da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Com sede em Sobral, a UVA passou a ofertar cursos sequenciais gratuitos como Gestão de Negócios em Turismo e Hotelaria, cuja demanda da população de Camocim e municípios vizinhos levou à formação de duas turmas. No Ensino Médio, o Turismo foi inicialmente tratado como uma disciplina obrigatória nas escolas do município – fato pesquisado e contestado por José Arilson Souza (2005) que defende, de forma acertada, uma inserção transversal dessa atividade nos diversos conteúdos escolares.

Além dessas ações políticas ocorridas entre o lançamento do PROURB, em 1995, e a finalização do Plano Diretor, em 2000, a chegada de um grupo de empresários italianos (o Grupo Marilha) foi a grande aposta da administração municipal para tornar o turismo o novo carro-chefe da economia local.

Os empresários italianos passaram a frequentar Camocim como turistas, a partir de 1996. Logo, perceberam que o potencial natural e arquitetônico do município somado aos incentivos do Poder Público poderiam gerar bons negócios imobiliário-turísticos. Para tanto, a primeira ação dos empresários foi comprar grandes faixas de terra no litoral onde pudessem viabilizar seus anseios e atrair novos investidores.

Em poucos anos, o grupo italiano já dispunha de aproximadamente 1.600ha de terras em Camocim (equivalente a 1,4% do território) grande parte sendo praias desertas e pouco habitadas que, até então, funcionavam como territórios de reserva, ainda sem ou com pouca valorização. Terrenos planos, com vistas privilegiadas para o mar e o rio Coreaú, foram adquiridos, a preços módicos, nas praias das Barreiras, Maceió, Caraúbas e do Farol, assim como nas proximidades da antiga área portuária e em outras partes do município – como no distrito industrial criado no Plano Diretor de Camocim (Tabela 10).

Tabela 10: Terras adquiridas pelo Grupo Marilha	
LOCALIZAÇÃO	HECTARES
Porto - Cidade - Barreiras	46
Praia do Farol	50
Praia das Caraúbas	100
Praia do Maceió	1000
Distrito Industrial	404
ÁREA TOTAL	1.600

Fonte: Adaptado do Grupo Marilha, 2001.

De posse das terras, os empresários formalizaram o Grupo Marilha que foi, inicialmente, composto por quatro sociedades:

- *Marilha Holding Ltda.*: detentora de grande parte do capital imobiliário do Grupo, tinha a função de planejar e coordenar as atividades, promovendo novas iniciativas e captando financiamentos para os projetos.
- *Marilha Empreendimentos Turísticos Ltda.*: responsável pelo desenvolvimento das atividades de produção, artísticas, culturais e de incentivos à formação de *join venture* (associação de empresas) entre empreendedores brasileiros e estrangeiros.
- *Pegasus Empreendimentos Aeroportuários Ltda.*: criada para viabilizar a construção e exploração do Aeroporto Internacional de Parazinho⁸⁹.

⁸⁹ Parazinho é um distrito do município de Granja, distante 44 km de Camocim, onde o Grupo Marilha adquiriu 800ha de terras para a construção de um aeroporto internacional que viabilizasse a concretização de vários projetos imobiliário-turísticos do Grupo. A obra era orçada em U\$ 13 milhões e já tinha aprovação do Departamento de Aviação Civil (DAC). Por muitos anos, este aeroporto foi o grande apelo dos empresários italianos que aguardavam investimentos públicos para financiar a obra numa área privada e também para atender, sobremaneira, a negócios privados. O aeroporto ficou na promessa e os italianos perderam a disputa para políticos e empresários de Jericoacoara que conseguiram o aeroporto internacional mais próximo da vila.

- *Urbe Ltda.*: seu foco era desenvolver projetos e empreendimentos imobiliários.

A *Marilha Holding*, na condição de acionista majoritária, tornou-se a gerenciadora de todo o Grupo e, em parceria com a *Sociedade Italian Leisure Group* (ILG), passou a planejar a atividade turística, fornecer pesquisa sobre fluxos e iniciar a divulgação do município. Rapidamente, *stands* e propagandas de Camocim foram apresentados em feiras internacionais na Europa, vendendo este destino como a “nova” alternativa ao turismo no Caribe e nos trópicos.

Ao mesmo tempo em que o território de Camocim era exposto ao mundo, no âmbito da política local, os empresários italianos buscaram se aproximar da nova gestão municipal, iniciada em 1997. Esta, logo viu nas pretensões dos italianos um “rápido caminho” para transformar a Visão de Futuro⁹⁰, traçada nas reuniões do PROURB, em uma realidade do presente que tornaria o turismo a atividade redentora de Camocim e cujo impacto a livraria da incômoda fama de “cidade do já teve”.

Assim que assumiu o município, o novo prefeito, Sérgio Aguiar, foi à Verona, na Itália, conhecer melhor os empresários. Lá, constatou que eles não eram *experts* em turismo, tendo apenas um deles negócios neste ramo e os demais trabalhavam com o mercado imobiliário⁹¹. Mesmo assim, o jovem prefeito⁹² apostou nas promessas dos italianos e, no seu retorno, fez a primeira parceria com os empresários – uma concessão de uso do Hotel Municipal pelo prazo de 10 anos⁹³. No acordo, a Prefeitura ficou responsável pela reforma física do prédio e os italianos com os equipamentos (Figuras 35 e 36).

⁹⁰ “Fazer do turismo o nosso negócio e da harmonia do ambiente natural e social o nosso produto” (CAMOCIM, 2000, p. 16).

⁹¹ Informações dadas pelo ex-prefeito Sérgio Aguiar, em entrevista concedida em 15/04/2010, na Assembleia Legislativa do Ceará, onde ocupa o cargo de Deputado Estadual pelo PSB.

⁹² Quando assumiu a prefeitura, em janeiro de 1997, Sérgio Aguiar estava prestes a completar 26 anos.

⁹³ A concessão de uso de bem público foi renovada pela atual gestão municipal e um empresário italiano continua a frente do hotel.

Figuras 35 e 36: Hotel municipal antes e depois da concessão aos italianos

Fonte: PDDU, 2000; Lenilton Assis, 2011.

Conforme o então prefeito, o objetivo era que o equipamento se tornasse um hotel-escola e contribuísse na capacitação dos jovens, especialmente daqueles ingressos no curso de Gestão de Negócios em Turismo e Hotelaria, ofertado pela UVA. Mas, na prática, isso não aconteceu e a população ficou sem ter o retorno social esperado com a negociação daquele equipamento de propriedade pública.

Os italianos mudaram o nome do hotel (inicialmente, para Hotel Marilha e, depois, Hotel Ilha do Amor) e passaram a administrar o empreendimento como um bem privado, dando poucas oportunidades de emprego e de qualificação profissional à população local que vivia uma grave crise financeira com a decadência da pesca. E o ex-prefeito reconhece que a concessão daquele bem público perdeu o propósito desejado: “Confesso que, na minha época, houve uma desvirtuação do Hotel Municipal, tanto que chegou a ser chamado de Hotel Marilha, mas hoje ele está completamente fora de foco” (Sérgio Aguiar, 15/04/10).

Com o aporte do PROURB e a expectativa dos italianos fazerem investimentos milionários em Camocim, o então prefeito, no final do primeiro mandato, em 2000, conseguiu recursos junto ao Governo Federal para a realização de algumas obras estruturantes que selaram o início da transformação do território de Camocim em território turístico: a urbanização da Avenida Beira Mar com o prolongamento de um ramal rodoviário até ao Lago

Seco⁹⁴, a abertura da estrada de acesso à praia do Maceió⁹⁵ e o Centro de Animação Turística.

Estas obras deram nova “cara” ao município, gerando um aumento no fluxo de visitantes cujo efeito também se impunha ao território - antes delimitado por zonas contínuas de usos tradicionais pela população (a praia e a beira mar dos pescadores) e que agora começava a ser sobreposta por uma lógica reticular definida pelo Poder Público para interligar esses pontos numa rede de turismo local que seria conhecida e integrada ao mundo a partir da divulgação e dos novos empreendimentos do Grupo Marilha.

Na expectativa de mais oportunidades de trabalho, especialmente com o turismo, a população garantiu a reeleição de Sérgio Aguiar para continuar a frente do executivo municipal até 2004. No novo Governo, as promessas foram alimentadas por um plano ambicioso apresentado pelo Grupo Marilha, em 2001, para transformar Camocim no maior destino turístico do Ceará.

O *Master Plan Camocim Global Village* previa, em 30 anos, a construção de 38.755 leitos no litoral, divididos em resorts, flats, condomínios residenciais e pousadas. Porto turístico, aeroporto internacional e até uma “nova cidade” integravam o plano (Figura 37 e Tabela 11).

⁹⁴ Foi construída a Estrada Mar e Lago, facilitando o acesso de carro ao Lago Seco que, antes, só ocorria pelo centro da cidade.

⁹⁵ Segundo o ex-prefeito, no réveillon de 2000, a abertura da estrada do Maceió (que é um prolongamento da Estrada Mar e Lago) permitiu a chegada de cerca de 200 carros àquela praia (Sérgio Aguiar, 15/04/10).

Figura 37: Master Plan Camocim Global Village

Fonte: Grupo Marilha, 2001.

O investimento estipulado era de 700 milhões de dólares só para a parte turística, imobiliária e aeroportuária, sem contar com os empreendimentos industriais, projetos temáticos entre outros negócios (Tabela 11).

Tabela 11: Investimentos previstos no Camocim Global Village

Núm.				Num.	Investimentos
Lotes	Localização	Dimensão Área		Leitos	\$ US
1-2-3	Porto - Cidade - Barreiras	Ha	46	3.587	49.000.000,00
4	Praia do Farol	Ha	50	2.828	53.000.000,00
5	Praia Caraúbas	Ha	100	2.090	40.000.000,00
6	Praia Maceió - Cidade Marilha	Ha	1000	30.250	502.000.000,00
Total			1196	38.755	644.000.000,00
Distrito Industrial		Ha	404		
Total Áreas inseridas no Plano Diretor		Ha	1.600,00		
Aeroporto		Ha	860		56.000.000,00
Outras Áreas		Ha	5.200		
Total Áreas do Grupo Marilha		Ha	7.660,00		
Total Investimentos \$US					700.000.000,00

Fonte: Grupo Marilha, 2001.

Um forte impacto foi vislumbrado para a economia do município, com a projeção de 1800 turistas semanais que chegariam a 30 mil em 10 anos. Neste período, seriam criados cerca de 7 mil empregos diretos e 21 mil indiretos, tendo a população um “papel ativo e empresarial” no projeto, de tal modo que seria criada uma “perfeita sintonia e convergência de interesses” (GRUPO, 2001).

Com números e previsões de resultados tão impressionantes, o *Camocim Global Village* foi bem recebido e logo aprovado pelos Governos do Estado e Município, conforme relata o ex-prefeito Sérgio Aguiar, que também critica a gestão atual por não ter prosseguido com a mesma “visão empreendedora”:

Quando vimos o *Master Plan*, percebemos que Camocim estava se preparando pra dar um *boom* no turismo. Visão equivocada da atual administração foi não ter se apoderado como parceira dessa mesma visão [...] Tudo foi feito para que a vocação natural fosse congregada para que a iniciativa privada se colocasse como fundamental para isso. [...] Camocim é uma cidade que tem um potencial tremendo e o que se deve fazer é ir atrás de novos empreendimentos (Sérgio Aguiar, 15/04/10).

Nesta fala do ex-prefeito, fica patente que sua visão “empreendedora” se sobrepôs à “cautela” que sempre é esperada de um Gestor, ainda mais tão jovem como o era em 1997. O conhecimento do perfil imobiliário dos empresários italianos não foi suficiente para que ele fosse mais cuidadoso com os projetos apresentados e buscasse coibir, com a formulação e aplicação de leis urbanísticas e ambientais mais severas no município, a apropriação de grandes porções de terrenos para especulação imobiliária. O PDDU e as APAs criadas nas suas gestões poderiam, entre outras medidas, sobretaxar os grandes loteamentos improdutivos (com o IPTU progressivo no tempo) e, sobretudo, definir uma taxa máxima de aquisição de imóveis (especialmente para estrangeiros) que reduziriam as chances da proliferação de megaprojetos turísticos de “fachada” que, na realidade, ocultavam sua verdadeira face imobiliária.

Os empreendimentos projetados no *Master Plan* servem de exemplo e tinham como foco principal os turistas estrangeiros. Os europeus eram os mais

visados, pois segundo prognósticos, eles representariam uma demanda de 65% de visitantes. O objetivo era atrair grupos seletos de turistas (como os aposentados) que adquirem imóveis em diferentes países - seja para o ócio, seja como negócio - e desfrutam da “hipermobilidade” do mundo atual, difundindo novas práticas sociais de morar e viajar cujos rebatimentos no território resultam numa multiterritorialidade entre a primeira e a segunda residência.

Para os turistas estrangeiros, condomínios e residenciais (condoresorts) foram projetados em quase todas as áreas adquiridas pelo Grupo Marilha (Figuras 38), demonstrando que a recente expansão do turismo residencial no Ceará também já era um filão de mercado previsto pelos italianos.

Figura 38: Projetos de condoresorts do Camocim Global Village

Fonte: Grupo Marilha, 2001.

O grande número de empreendimentos para “confinar” os turistas revelava uma contradição “objetiva” entre discursos e práticas, entre o propósito dos italianos e a filosofia apontada no Projeto:

O Camocim Global Village é um projeto que prevê um diferente conceito de fazer turismo, não mais limitar o turista dentro de estruturas douradas, mas dar-lhes a possibilidade de integrar-se no ambiente e na cultura local. A cidade com suas igrejas, praças, lojas, hospitais, escolas e estádio, será o centro onde o turista possa passear, fazer compras, conhecer pessoas, divertir-se, participar de festas com a população local, ou seja, viver em liberdade absoluta, com segurança e tranquilidade, os seus dias de férias no verdadeiro Brasil junto com os brasileiros. O turista não será mais um expectador atrás de uma vitrine, mas poderá fazer experiências na vida real, participando diretamente do cotidiano da população local (GRUPO, 2001).

E esta incoerência começou a se evidenciar a partir de 2002, quando o Grupo Marilha inaugurou o primeiro empreendimento em Camocim – o Boa Vista Resort (BVR). Maior equipamento de luxo da região, com ampla estrutura para eventos e lazer, o BVR fez Camocim despontar no cenário turístico nacional e internacional (Figuras 39 e 40). Mas, poucos empregos foram criados nos primeiros anos. O resort registrou uma média de ocupação bem abaixo da sua capacidade, frustrando a população e provocando os primeiros conflitos entre a Prefeitura os empresários italianos.

Figuras 39 e 40: Vista aérea e interna do Boa Vista Resort

Fonte: Boa Vista Resort, 2009.

Os propalados “empregos do turismo” não apareciam e a população, cada vez mais, estendia a insatisfação com os italianos para a gestão municipal. Entre ambos, a parceria se mantinha, mas com relações “estremecidas”, como atesta o trecho abaixo da entrevista com o ex-Secretário de Desenvolvimento Sustentável, Julênio Braga, que foi o principal articulador da Prefeitura com o Grupo Marilha:

Tivemos uma reunião difícil com um grupo de empresários ingleses, noruegueses e finlandeses, e eles [os italianos] fizeram críticas severas à cidade, à falta de educação das pessoas, à falta de consciência ecológica... Eu achava aquilo infundado, sem contextualização com a nossa situação real de pobreza, de crise, das nossas prioridades (trabalho, renda, moradia), da situação dos pescadores (Julênio Braga, 28/04/10).

Para reverter a antipatia criada com a população, os italianos criaram a Fundação Marilha, a partir da qual promoveram cursos profissionalizantes, serviços comunitários e apoiaram manifestações da cultura local. No entanto, o

impacto das ações foi muito pontual, atingindo mais diretamente a carente população do bairro Coqueiros, onde a Fundação foi instalada.

Com o aumento do impasse, o Grupo Marilha foi ficando cada vez mais “ilhado” no resort e no Hotel Municipal, condicionando a continuidade dos empreendimentos à construção do Aeroporto de Parazinho. O “encanto” com o Grupo e o apoio da Prefeitura já não eram os mesmos, pois a gestão municipal se aproximava do fim do segundo mandato sem conseguir reverter a crise da pesca e gerar mais empregos com o turismo.

A situação econômica se agravava e a “esperança” de alavancar o turismo e todos os empreendimentos previstos para o município ficou à espera do PRODETUR II. A demora dos investimentos, o encerramento dos cursos profissionalizantes (como os da UVA), além do atraso no pagamento dos funcionários, arrefeceram “a virada do turismo” que a gestão municipal pretendia implementar – inclusive, levando à perda da eleição de 2004 que interrompeu o domínio político, de mais de 40 anos, da família Aguiar.

Com a nova administração do prefeito Chico Vaulino⁹⁶, a bipolarização política passou a fazer parte do cotidiano da cidade e a influenciar nas ações vinculadas ao turismo. A falta de continuidade de alguns projetos e de maior articulação com o Estado e a União fez com que o turismo em Camocim entrasse em estado de latência, levando, conseqüentemente, ao “abortamento” dos empreendimentos anunciados – os quais ainda foram impactados pelas retrações dos fluxos do turismo internacional ocorridas com os atentados terroristas de 2001, a gripe aviária de 2003 e a crise financeira de 2008.

Nas entrevistas com líderes comunitários, pescadores e veranistas, observamos a “cidade dividida” pela política e pelo turismo, com acusações à gestão anterior de “venda e entreguismo” do município aos italianos, assim como críticas à nova administração pela falta de “visão e empreendedorismo”.

⁹⁶ Como é mais conhecido Francisco Maciel Oliveira que foi reconduzido ao cargo de prefeito pelo Partido Progressista, após nova disputa contra a família Aguiar, em 2008. Por mais de duas vezes, tentamos agendar uma entrevista com o atual prefeito, porém sem sucesso. Vale ressaltar que ele e o ex-prefeito, Sérgio Aguiar, já foram aliados políticos.

A Secretária Municipal de Turismo destacou, em entrevista⁹⁷, as principais ações da nova administração para promover a atividade: criação da Secretaria de Turismo⁹⁸, revisão do Plano Diretor⁹⁹, divulgação de Camocim em feiras de turismo e na internet, apoio às festas locais, promoção de cursos de capacitação, além de eventos e obras em parcerias com os Governos Estadual e Federal.

Envolvida na disputa partidária, a Secretária também não poupou críticas ao Grupo Marilha e à gestão anterior:

O trabalho do Grupo Marilha foi devastador, predatório, e não foi feito sozinho. Houve anuência da gestão pública do momento. Eles fecharam a rua no [bairro dos] Coqueiros onde fica a Fundação Marilha. Antes, você podia ir até o fim da Beira-mar; agora, eles compraram o terreno e avançaram em terreno de marinha. O projeto foi só imobiliário. Eles nunca procuraram a Secretária para apresentar o projeto (Maria José Coelho de Carvalho, Secretária de Turismo de Camocim, 07/07/10).

Conquanto demonstre pertinente crítica ao caráter voraz e imobiliário do Grupo Marilha, postura semelhante não foi esboçada pela mesma Secretária quando inquirida sobre os recentes projetos imobiliário-turísticos em negociação no município e os conflitos remanescentes nas comunidades de Tatajuba e Maceió – como veremos adiante.

Sem perspectivas, na nova gestão, de construir o aeroporto de Parazinho e de fazer deslanchar outros empreendimentos previstos, o *Camocim Global Village* se converteu em mais um projeto imobiliário sem eficácia turística (dentre os muitos difundidos no Nordeste), assim como reforçou o estereótipo de Camocim como o município que também “já teve” um megaprojeto turístico cuja implementação poderia ter sido a “salvação” para a crise econômica vivenciada.

⁹⁷ Concedida em 07/07/10 pela Secretária de Turismo, Maria José Coelho de Carvalho.

⁹⁸ Até setembro de 2007, a atividade integrava a Superintendência da Indústria, Comércio e Turismo que era ligada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável.

⁹⁹ Em 2004, o Ministério do Turismo em parceria com o Ministério das Cidades condicionou a liberação de novos recursos do PRODETUR à elaboração e revisão de Planos Diretores que fossem pautados na participação efetiva da sociedade. Em Camocim, a revisão só foi iniciada em 22 de outubro de 2008 quando ocorreu o I Fórum do Plano Diretor Participativo (PDP), sob a coordenação das Secretarias Municipais de Turismo e Infraestrutura. Segundo informações obtidas nestas secretarias, em novembro de 2010, o PDP havia sido aprovado pela Câmara Municipal, mas não estava liberado para consulta pública, pois aguardava a avaliação do Ministério das Cidades.

A criação do Ministério do Turismo, em 2003, e, no ano seguinte, o lançamento do Programa de Regionalização do Turismo – carro-chefe da política de turismo do Governo Lula – “ofuscaram” ainda mais o turismo em Camocim. Os investimentos previstos para o município na fase II do PRODETUR só foram iniciados em 2007. E foi a partir de então que Camocim passou a receber obras e projetos que, podem “reativar” o crescimento do turismo e da sua economia – caso sejam potencializados na esfera local visando à geração de emprego e renda para a população.

Um montante de aproximadamente 35 milhões de reais foi investido em obras no município que devem criar novos postos de trabalho em outros setores e atividades para além do turismo: Terminal Pesqueiro, Policlínica Regional, Instituto Federal de Educação¹⁰⁰, Escola Estadual Profissionalizante¹⁰¹, revisão do Plano Diretor, reformas do Aeroporto e da Avenida Beira Mar (Tabela 12).

Tabela 12: Investimentos em obras públicas em Camocim - 2010	
Obra	Valor - R\$
Terminal Pesqueiro	12,5 milhões
Policlínica Regional	6,5 milhões
Campus Avançado do IFCE	960 mil
Escola Estadual Profissionalizante	7,3 milhões
Reforma da Avenida Beira Mar	2,4 milhão
Revisão do Plano Diretor	180 mil
Reforma do Aeroporto	6 milhões

Fonte: Governo do Estado do Ceará, 2010. Org. do Autor

Todas as obras foram concluídas e inauguradas, mas ainda não funcionam plenamente (a exemplo do Aeroporto, Policlínica e Terminal Pesqueiro) para atender à população. Espera-se que a gestão municipal consiga potencializar esses investimentos com o fortalecimento das atividades econômicas tradicionais (pesca, agricultura e extrativismo) associadas com o turismo, já que este tende a crescer também devido a outros investimentos aero-rodoviários de maior impacto na região:

¹⁰⁰ Inaugurado no final de 2010, o campus avançado do Instituto Federal do Ceará (IFCE), em Camocim, tem previsão de iniciar, no segundo semestre de 2011, três cursos técnicos para estudantes que concluíram o Ensino Médio: Pesca, Aquicultura e Serviços de Restaurante e Bar.

¹⁰¹ Desde 2010, a escola oferta cursos de Enfermagem, Informática, Turismo e Hospedagem, na forma de Ensino Médio em tempo integral. O novo prédio da Escola Estadual Profissionalizante foi inaugurado em 22/08/2011, seguindo o padrão estabelecido pelo MEC.

- **Rodovia Estruturante (CE-085):** após a construção dos trechos Jijoca-Parazinho (32 km), Parazinho-Granja (22,7 km) e a restauração do segmento que liga Granja e Camocim (25 km), o Governo cearense inaugurou, em 03 de junho de 2010, toda a extensão dessa rodovia que chega à divisa com o Piauí;
- **Estrada Granja-Viçosa do Ceará (CE-311):** com 70 km de extensão, esta rodovia liga os municípios do litoral extremo Oeste à serra da Ibiapaba, onde há cidades com fortes atrativos e infraestrutura turística – Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará. O trecho também facilitará o deslocamento à divisa Ceará/Piauí. Da Serra da Ibiapaba, partem muitos veranistas para casas de praia em Camocim. O encurtamento do trajeto deve aumentar esse fluxo e também no sentido inverso (do litoral para a serra), possibilitando ainda a chegada de turistas residenciais – como ocorre no Maciço de Baturité, a 100 km de Fortaleza;
- **Aeroporto Internacional de Parnaíba:** com mais de R\$ 18 milhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foi inaugurada, em março de 2010, a nova pista do Aeroporto Internacional de Parnaíba que tem capacidade de receber voos nacionais e internacionais de grande porte. Mais R\$ 10,27 milhões estão sendo investidos na construção do pátio de aeronaves e a previsão é de que o aeroporto comece a operar em 2011.
- **Aeroporto Internacional de Jericoacoara:** após uma acirrada disputa política pela sua localização, foi definida, no início de 2010, a construção desse aeroporto no município de Cruz, a 9 km da praia de Jeri e a 18 km da sede de Jijoca. A obra tem valor previsto em R\$ 60.916.440 para as construções de pista e terminal de embarque que comportem o fluxo de aeronaves de grande porte. O aeroporto contará ainda com alfândega e Polícia Federal para receber voos internacionais diretos, sem conexão com Fortaleza.
- **Aeroporto Regional de Camocim:** foi reinaugurado pelo Governo do Estado em 07/04/2011. A reforma e ampliação da antiga pista de pouso para pequenas aeronaves buscou dar mais segurança ao equipamento cuja pista mal projetada tinha posição paralela à faixa litorânea e

perpendicular à direção dos fortes ventos da região, inviabilizando pousos e decolagens na maior parte do dia. Com investimento de R\$ 6 milhões, o Aeroporto Regional de Camocim foi entregue à população, mas sem previsão de oferta de voos comerciais regulares.

Todos esses equipamentos configuram um novo mapa de fluxos inter-regionais (Mapa 11) que, se por um lado, favorecem a mobilidade e a criação de novos polos receptivos fora das capitais (como Fortaleza e Teresina), por outro, também reforçam as desigualdades socioespaciais. Eles criam redes que integram novos empreendimentos imobiliário-turísticos ao mundo, ao passo que fragmentam zonas de populações tradicionais que ainda têm dificuldades diárias de acesso às sedes municipais – como são casos, em Camocim, dos distritos de Guriú e Amarelas, além das comunidades de Maceió e Tatajuba, as quais analisaremos no próximo capítulo.

Há, portanto, a formação de um território-rede para o turismo que se sobrepõe aos territórios-zona tradicionais, demonstrando, na realidade, as observações de Santos (1997) de que o uso do espaço está servindo a interesses de ordens globais (verticalidades) em detrimento das ordens locais (horizontalidades) que valorizam as pessoas e os lugares.

A expansão desses sistemas de objetos voltados a dotar de fluidez alguns pontos do território acirra as desigualdades da globalização instituídas por quem comanda as redes (Estado, empresários e turistas) e obedecidas pelos que ficam às margens delas (comunidades, populações tradicionais). Essa disparidade entre distintos indivíduos e grupos sociais espelham as “geometrias de poder” que envolvem o aumento da “mobilidade diferencial”. A esse respeito, Doreen Massey (2000, p. 180) explica que:

[...] tanto a mobilidade quanto o controle sobre ela refletem e reforçam o poder. Não se trata simplesmente de uma questão de distribuição desigual, de que algumas pessoas movimentem-se mais do que outras e que alguns tenham mais controle do que outros. Trata-se do fato de que a mobilidade e o controle de alguns grupos podem ativamente enfraquecer outras pessoas. A mobilidade diferencial pode enfraquecer a influência dos já enfraquecidos. A compressão de tempo-espço de alguns pode solapar o poder de outros.

O aumento dessa “mobilidade diferencial” se efetiva no litoral de Camocim e da sua região, com novos investimentos que buscam estruturar o polo Jericoacoara-Camocim, mas também a Rota das Emoções - roteiro do Programa Nacional de Regionalização do Turismo que integra 77 municípios de três estados cujos destinos principais são a praia de Jericoacoara (Ceará), o delta do Parnaíba (Piauí) e a região dos lençóis (Maranhão) – Mapa 11.

Por integrar um roteiro interestadual, a Rota das Emoções foi inicialmente chamada projeto CEPIMA. Antes de se tornar oficial¹⁰², os três destinos já eram comercializados como roteiro integrado por agências de viagem que exploravam suas paisagens naturais. Próximas deles, ainda existem atrações como o Parque Nacional de Ubajara (CE), o Parque Nacional de Sete Cidades (PI) e o Parque Ecológico da Cachoeira do Urubu (PI).

Com a criação da Rota das Emoções esse potencial turístico e ecológico tem chamado a atenção dos estados integrantes e do Governo Federal que, em conjunto, elaboraram o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte (BRASIL, 2009).

Uma Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável (ADRS) foi criada em Parnaíba para fomentar o turismo na Rota das Emoções. No entanto, ela tem sido dirigida por empresários da hotelaria que se apropriam do discurso ambiental e tentam carrear investimentos públicos para beneficiar diretamente seus empreendimentos. Enquanto isso, muitas comunidades que estão no roteiro continuam “invisíveis” e sem ser ouvidas sobre as demandas e lutas cotidianas que travam pela sobrevivência e defesa do território.

No papel, as comunidades estão plenamente acobertadas pelos princípios da sustentabilidade e inclusão social que regem o Plano Meio Norte e as ações previstas para a Rota das Emoções. Porém, na prática, elas ficam “excluídas”, já que as propostas reforçam as diretrizes do PRODETUR para a construção de aeroportos e estradas que facilitem a recepção de turistas e empresários.

¹⁰² O consórcio interestadual foi firmado em 14 de abril de 2007, embora, desde 2001, o SEBRAE fomentasse a integração. O roteiro foi premiado no Salão de Turismo de São Paulo em 2009.

Mapa 11: Nova Rota de fluxos turísticos inter-regionais

Pouca atenção é dada a problemas já existentes na região e que podem ser agravados com o incremento desses fluxos: degradação ambiental, especulação imobiliária, turismo sexual, consumo de drogas, violência etc.

Camocim está no epicentro da Rota das Emoções, comungando dos seus potenciais e riscos. Nas reuniões de planejamento deste Roteiro, o município ficou para sediar a Escola Profissional de Turismo, que será responsável pela qualificação da mão de obra dos três estados. A estrutura e os custos da obra ainda estão em discussão entre o Ministério do Turismo, Governo do Estado e Prefeitura, os quais prometem a oferta de cursos superiores com padrão internacional e um prédio que, em si, já seja um atrativo local e tenha a assinatura de um arquiteto de renome mundial.

Um grupo de consultores da ECA/USP foi contratado para elaborar uma proposta de cursos, matrizes curriculares e sistema de funcionamento da Escola Profissional de Turismo de Camocim. A construção dessa escola – que parece ser um projeto de longo prazo e com pouca força política – pode fazer de Camocim um importante centro regional de formação de profissionais do turismo, os quais disporiam de três instituições no município (2 federais e 1 estadual) com cursos e públicos diversos.

Além de obras públicas, nos últimos anos, Camocim não recebeu grandes empreendimentos turísticos privados. O *Master Plan Camocim Global Village* foi paralisado e o Grupo Marilha redefinido¹⁰³. Parte das suas terras está em litígio e a outra sendo arrendada por empresários que buscam o município para efetivar negócios imobiliários e para produzir energia eólica.

Nesse sentido, em setembro de 2009, a *Síif Énergies do Brasil* inaugurou a Usina de Energia Eólica da Praia Formosa, no distrito de Amarelas (Figura 41). Com 50 aerogeradores e investimento de R\$ 500 milhões, tem capacidade de produção de 104,1 Megawatts (MW), tornando-se a maior do Nordeste. No início da sua construção, em 2007, foram feitas várias denúncias de impactos socioambientais que burlavam as condicionantes previstas nas licenças concedidas pela SEMACE e IBAMA (COELHO, 2009).

¹⁰³ O empresário Roberto Ferrolí se desvinculou do Grupo, ficando com a administração do Boa Vista Resort (de sua propriedade) e do Hotel Ilha (concedido pela Prefeitura).

Figura 41: Inauguração da Usina de Energia Eólica da Praia Formosa

Fonte: *Sif Energies do Brasil*

Duas outras usinas (Colibri e Coqueiral) ainda tiveram licenças expedidas, em 2009, para a instalação de parques menores (19 e 12 aerogeradores) no Sítio Buriti Grande. Um grupo estrangeiro também apresentou interesse de construir uma grande usina com 104 aerogeradores na Praia das Umburanas.

Com a expansão das usinas eólicas, a oferta de terrenos para arrendamento tornou-se o novo segmento de aposta do Grupo Marilha em Camocim, atraindo novos turistas residenciais que convertem o município em um território-rede mais afeito ao imobiliário de que ao turismo. Mesmo com a partilha, o Grupo Marilha permanece ativo e dá sinais¹⁰⁴ de que pretende retomar alguns projetos, certamente impulsionados pelos recentes investimentos em rodovias e aeroportos da região.

De fato, estas obras acenam uma nova fase do turismo em Camocim que se fortalece com a Rota das Emoções. O mercado imobiliário, por conseguinte, também se aquece com a compra de terrenos para especulação e com o crescente número de segundas residências que já não abrigam apenas veranistas da região em busca de refúgio nos finais de semana, mas também turistas estrangeiros que nelas passam longas temporadas encetando novos usos e relações com o território.

¹⁰⁴ De várias formas e em diversos momentos da pesquisa, tentamos agendar uma entrevista com o presidente do Grupo Marilha, mas não conseguimos. Através da associação de moradores da praia de Maceió, acompanhamos as negociações mais recentes do Grupo com aquela comunidade para resolver o embargo judicial sob a maior área de terras adquirida pelos italianos no município, onde pretendiam construir seu projeto mais ambicioso – uma cidade turística – que detalharemos no próximo capítulo.

3.2.2 O aumento do veraneio e a difusão do turismo residencial

O visitante que hoje chega a Camocim logo percebe a cidade em transformação - asfalto novo, sinalização turística, praças e prédios em reforma ou construção. Na entrada principal, uma indústria de marca nacional¹⁰⁵ chama atenção. Instituições estaduais e federais demonstram que não se trata de uma cidade acanhada de serviços, mas a baixa aglomeração do centro e o predomínio de construções horizontais indicam ainda estar longe de uma cidade grande (Figura 42).

Figura 42: Vista aérea de Camocim

Fonte: Vando Arcanjo, 2011.

Com uma população de 60.163 habitantes computados no Censo 2010, Camocim pode ser considerado um centro sub-regional em virtude das funções que exerce como polo econômico do Vale do Coreaú para onde converge diariamente a população de vários municípios em busca de trabalho, comércio e serviços¹⁰⁶.

¹⁰⁵ A Democrata Calçados emprega uma média de 500 funcionários em Camocim, onde chegou, em 1997, atraída pelos incentivos fiscais do Governo do Estado. Com sede em Franca (SP) e outra filial em Santa Quitéria (CE), a Democrata é atualmente a maior marca de calçados masculinos em couro do Brasil, com capacidade instalada para produzir 8.000 pares de sapatos por dia. A empresa gera mais de 2.000 empregos diretos, atuando mais no mercado nacional e exportando cerca de 30% da produção para países da Europa, América Latina, Oriente Médio, além dos Estados Unidos, México, entre outros (DEMOCRATA, 2011).

¹⁰⁶ Independente do baixo contingente populacional, é o papel regional exercido por Camocim o que a particulariza na rede urbana cearense, a qual, segundo Amora (1999, p. 30) é marcada pela “[...] fraca articulação entre as cidades e a forte concentração urbana na capital e mais recentemente em sua área metropolitana, o crescimento das cidades de nível intermediário e a pouca capacidade de articulação dos centros locais”. É em virtude desta última questão que se constitui o destaque de Camocim sob as cidades pequenas do Vale do Coreaú, localizadas mais distantes de Sobral (principal centro da Região Norte Cearense) e de Fortaleza (a metrópole regional).

Os indicadores da Tabela 13 ratificam o destaque econômico de Camocim sobre os demais municípios da sua região de influência, mas também expressam as deficiências das políticas de combate à pobreza que o levam a ocupar, em relação ao IDM¹⁰⁷, a 70ª colocação entre os 184 municípios cearenses, além de um IDH abaixo da média estadual (0,69) e brasileira (0,76).

Tabela 13: Indicadores socioeconômicos dos municípios do Vale do Coreau

Municípios	População ¹ - mil hab.	Taxa de Urb. ¹ (%)	PIB per capita ²	ICMS ²	IDH 2000	IDM 2008	Ranking IDM/CE
Barroquinha	14.475	67,5	3.396	1.214.258	0,55	33,8	47
Camocim	60.163	74,2	3.929	3.643.737	0,62	29,9	70
Chaval	12.617	72,6	3.201	1.193.982	0,57	28,0	90
Cruz	22.480	42,5	3.334	1.345.578	0,64	28,9	81
Granja	52.670	49,1	2.711	1.749.632	0,55	17,4	172
Jijoca de Jericoacoara	17.002	32,6	3.509	1.420.665	0,62	22,4	120
Martinópolis	10.220	78,3	2.451	1.236.385	0,58	24,9	114
Moraújo	8.069	44,6	2.921	965.790	0,59	19,4	165
Senador Sá	6.852	73,9	3.628	1.181.238	0,60	24,1	125
Uruoca	12.894	59,4	2.760	1.230.724	0,58	25,2	111

Fonte: IPECE, 2010. ¹Censo 2010; ²R\$ - 2008; Org. do Autor.

Nas ruas de Camocim, carros e motos dividem as avenidas, de forma caótica, com bicicletas e charretes puxadas a cavalos. Sinais de trânsito recém-instalados alertam para o crescimento do município e o já necessário ordenamento da mobilidade urbana, especialmente no Centro, onde franquias nacionais disputam consumidores com botecos e mercearias, demonstrando a convivência do velho e do novo, do tempo rápido da metrópole e da vida pacata da pequena cidade (Figuras 43).

Figuras 43: Circulação no Centro

Fonte: Lenilton Assis, 2011.

¹⁰⁷ O Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), desenvolvido e calculado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), tem como objetivo mensurar os níveis de desenvolvimento alcançados pelos municípios cearenses. Utiliza-se um conjunto de trinta indicadores abrangendo quatro grupos, a saber: fisiográficos, fundiários e agrícolas; demográficos e econômicos; infraestrutura de apoio; e sociais (CEARÁ, 2010).

Na área central, a cor “moderna” da igreja também salta aos olhos como uma alusão ao novo ritmo da cidade. Seu prédio imponente demarca o início da ocupação do sítio urbano e simboliza a fé da população em São Bom Jesus dos Navegantes – protetor dos pescadores. Nos arredores da matriz, casarios do final do século XIX retratam na arquitetura um pouco da opulência vivida com o porto e a ferrovia. Edifícios em ruínas também são testemunhos desse tempo glorioso (Figuras 44 e 45).

Figuras 44 e 45: Igreja-matriz; Associação *Commercial* e ruínas do *Sporte Clube*

Fonte: Lenilton Assis, 2010.

Antes de avistar a beira mar, uma placa alerta para duas paradas obrigatórias: a Praça Pinto Martins e o Mercado Público. No quadrante mais movimentado da cidade, um avião e uma estátua rendem homenagem ao filho mais ilustre da terra que desbravou o céu das Américas tornando-se pioneiro na aviação brasileira (Figura 46).

Euclides Pinto Martins nasceu em 15 de abril de 1892, mas deixou Camocim ainda criança. Seu grande feito foi o “raid” que ligou Nova York ao Rio de Janeiro, pilotando o avião Sampaio Correia II. A viagem começou em 04 de setembro de 1922 e, depois de muitos imprevistos, terminou na cidade maravilhosa em 8 de fevereiro de 1923, consagrando o aviador como herói nacional. Durante o trajeto, Pinto Martins fez um pouso na terra natal, em 19 de dezembro de 1922, onde teve majestosa recepção (CAMPOS, 2000). A casa onde nasceu o aviador foi transformada em biblioteca e, além da praça em sua

homenagem, os aeroportos de Camocim e Fortaleza também levam o seu nome.

Figura 46: Praça Pinto Martins

Fonte: Lenilton Assis, 2011.

Atrás da praça, a cidade ferve no Mercado Público. É lá onde Camocim confirma, diariamente, sua função de polo regional com um intenso fluxo de pessoas e transportes (topicks, D-20's, motos e carros particulares) vindos dos distritos e localidades circunvizinhas (Figura 47).

Mercadinhos, mercearias, bares, armazinhos e tabacaria ocupam o entorno do Mercado Público com a oferta de gêneros alimentícios, utensílios domésticos e produtos regionais (frutas, verduras, goma, rapadura etc.). Na parte interna, a venda de carne e peixe atrai a freguesia. O comércio informal se estende pelas calçadas como opção de “refúgio” ao desemprego na pesca e na agricultura, com barracas que vendem roupas, acessórios e eletrônicos “pirateados” - bolsas, telefones, MP3, CD's, DVD's etc. (Figura 48) Todavia, o lixo se acumula nas vielas e ruas do entorno, revelando ser um grande desafio ao planejamento do turismo e à gestão municipal¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Segundo informações obtidas na Prefeitura, são produzidas por dia cerca de 30 toneladas de lixo na cidade. Nos feriados e carnaval, esse volume chega a ultrapassar 100 t/dia com o incremento da população flutuante. Cerca de 70% da população da sede é atendida com a coleta de lixo e o depósito é feito em aterro sanitário consorciado com outros municípios da região. 15% do lixo têm tratamento domiciliar e em apenas 15% é feita a coleta seletiva. Nas ruas, observamos deficiências no armazenamento, coleta e transporte do lixo que é carregado em caminhões adaptados e não em compactadores que evitam seu espalhamento pelas avenidas. Outro problema ainda frequente nas avenidas é a circulação de animais de grande porte (como gado e jumento) que atrapalha o trânsito e aumenta o risco de acidentes.

Figuras 47 e 48: Transportes regionais e comércio no Mercado Público

Fonte: Lenilton Assis, 2011.

Ruas largas, com traçado ortogonal, encaminham o visitante à beira mar. No trajeto, franquias de supermercados, lojas de confecção e de eletrodomésticos se misturam aos bancos, hospital, clínicas, correios e outros serviços, demonstrando o peso das atividades terciárias na economia do município¹⁰⁹. Mais a frente, o encontro do rio com o mar brinda a quem chega com uma paisagem fotográfica – o delta do Coreau que é emoldurado por manguezais e dunas de areias brancas da sugestiva Ilha do Amor (Figuras 49 e 50).

Figuras 49 e 50: Rua do Centro e Vista da Ilha do Amor

Fonte: Lenilton Assis, 2011.

Voltando-se ao continente, a Avenida Beira Mar se descortina como ponto de encontro e da sociabilidade urbana. Área de grande valorização, ela comporta uma miríade de territórios em efervescência e mutação, que podem ser observados em três segmentos da sua extensão (Figura 51).

¹⁰⁹ Os dados do PIB por setores produtivos acusam que, em 2008, os serviços foram responsáveis por 68% das riquezas produzidas no município, tendo a indústria 17% e a agropecuária 15%. Por consequência, neste mesmo ano, dos 5.424 empregos formais de Camocim, 76% estavam registrados no comércio e, sobretudo na administração pública (IBGE, 2011). Se considerarmos as ocupações informais geradas por estas atividades (como as barracas e ambulantes do Mercado Público), podemos afirmar que a ocupação da mão de obra no setor de serviços é ainda maior.

Figura 51: Territórios da Avenida Beira Mar

No Trecho 1 da Avenida, a altivez da estação ferroviária convida ao deslocamento do olhar. Ali do lado, avista-se o porto e um prédio com a aparência de novo – o Terminal Pesqueiro Público. O movimento de pescadores, barcos e caminhões avisa que o porto ganha fôlego e deixa para trás a estação.

Na sequência, pousadas, hotéis¹¹⁰, bares e restaurantes se enfileiram, juntamente com primeiras e segundas residências. Casas modestas coladas com construções mais suntuosas, não distinguem, a princípio, se é de nativo ou visitante (Figura 52). Até o Hotel Ilha do Amor, este padrão se repete na paisagem.

A partir daí, o território dos pescadores se define no Trecho 2 da beira mar. Peixarias, manzuás, velas, canoas e botes passam a dominar a paisagem na faixa mais larga da avenida que teve o calçadão recentemente revitalizado com a padronização dos quiosques (Figura 53).

Figuras 52 e 53: Residências e quiosques da Av. Beira Mar

Fonte: Lenilton Assis, 2011.

Majestosas, centenas de canoas repousam no cais, formando um dos mais belos cartões postais de Camocim¹¹¹ (Figura 54). O cais também serve de oficina para conserto das embarcações, assim como é o lugar da conversa fiada, do jogo de dominó e da bebedeira.

Essa efervescência do cais chama a atenção dos visitantes que ali sempre fazem uma parada. Diariamente, a movimentação começa na madrugada, quando muitas embarcações partem para o mar. Nas primeiras horas da manhã, algumas já regressam e são logo rodeadas por pessoas curiosas para conferir e comprar o pescado (Figura 55).

¹¹⁰ Em 2010, o cadastro de prestadores de serviço da SETUR/Ceará registrava 16 meios de hospedagem em Camocim, sendo 1 resort, 2 hotéis e 13 pousadas. A maioria se concentra na sede municipal.

¹¹¹ Há, inclusive, proposta do IPHAN de chancela dessa “paisagem cultural” como patrimônio imaterial.

Figuras 54 e 55: Porto das canoas e chegada das embarcações

Fonte: Lenilton Assis, 2011.

Paralelas ao cais, ainda se encontram casas de pescadores. Porém, um pouco adiante, placas de vendas e melhores construções sinalizam um território em mutação (Figuras 56 e 57). E o vetor desse processo é o turismo que, a partir daquele trecho, começa a sobrepor novas territorialidades na beira mar que ora se complementam e ora se chocam com os territórios tradicionais.

Figuras 56 e 57: Casa de pescador à venda e residências de alto padrão

Fonte: Lenilton Assis, 2011.

O decadente Centro de Animação Turística é um exemplo. Ainda inacabado, foi inaugurado, em 2000, pela Prefeitura para abrigar três pavimentos: Museu do Pescador, Central de Artesanato e Anfiteatro (Figura 58). O objetivo era de que atendesse aos pescadores/artesãos e aos turistas, gerando renda para os primeiros e entretenimento para os últimos. O seu funcionamento, porém, não foi como esperado. O primeiro choque de interesses ocorreu entre os pescadores e a Prefeitura que previa com o museu “disciplinar” o uso da beira mar e transformar parte do trabalho dos pescadores em atrativo turístico. Porém, estes continuaram demarcando o território como sempre fizeram, deixando suas velas, tecendo suas redes e outros apetrechos em vários pontos do calçadão.

Os artesãos são os que ainda tiram algum proveito da obra. Embora não tenham recebido o centro de artesanato devidamente terminado¹¹², alguns deles ainda tentam complementar suas rendas com as vendas aos turistas (Figura 59). A falta de incentivo ao artesanato local fez com que muitos mudassem de ramo e abandonassem o centro de artesanato.

Figura 58 e 59: Museu do Pescador e Central de Artesanato

Fonte: Lenilton Assis, 2010.

Adiante desse equipamento, a apropriação para o turismo intensifica-se, com territorialidades mais evidentes no Trecho 3 da Av. Beira Mar. Já no porto das balsas, a presença de turistas é frequente, inclusive de muitos estrangeiros que se misturam aos visitantes nacionais e nativos para fazer a travessia do rio Coreau com destino à Ilha do Amor, Tatajuba, Guriú e sobretudo Jericoacoara (Figura 60).

Aos olhos desses turistas, uma imobiliária, no meio da avenida, já alerta que ali se faz negócios em dólar e euro¹¹³ (Figura 61). É um chamativo aos estrangeiros e um indicativo da presença deles no município, a qual tem crescido desde a chegada do Grupo Marilha.

¹¹² Em abril de 2009, a EMBRATUR enviou ofício à Prefeitura Municipal de Camocim pedindo a restituição de R\$ 50.639,36, referente à prestação de contas finais da construção do Centro de Animação Turística. A obra foi executada na gestão do ex-prefeito Sérgio Aguiar e segundo a EMBRATUR teve 95% concluída, faltando parte da cobertura (SIQUEIRA, 2011).

¹¹³ A U\$€ Brasil Central de Negócios Imobiliários tem vários tipos de imóveis a venda em Camocim, desde terrenos e casas a beira mar, apartamentos, terrenos próximos ao lago Seco e para usinas eólicas - www.usebrasil.com.br

Figuras 60 e 61: Balsa de travessia do rio Coreau e Imobiliária U\$€ Brasil

Fonte: Lenilton Assis, 2010.

Construído pelos empresários italianos na parte mais altiplana da Beira Mar, o Boa Vista Resort causa um impacto visual, pelo tamanho e o requinte das suas instalações que contrastam com os demais imóveis da avenida. No seu interior, turistas nacionais e estrangeiros se isolam da cidade e da sua realidade para desfrutar de um território exclusivista e artificialmente criado.

Na continuidade da avenida, um promontório se destaca, convidando para apreciar, de um ângulo especial, toda a beleza da foz do rio Coreau. Do mirante, contempla-se ainda a Praia das Barreiras que colore o litoral de vermelho com as suas falésias vivas, diariamente esculpidas pelo mar (Figuras 62 e 63).

Figuras 62 e 63: Falésias e Mirante da Praia das Barreiras

Fonte: Lenilton Assis, 2010.

A praia do farol é o próximo destino e também o fim da Avenida Beira Mar. O farol, instalado em 1928 para facilitar a navegação noturna, perde importância, a cada dia, com a popularização do GPS entre os pescadores - inclusive, os artesanais. A praia é pouco procurada devido à intensa presença de arenitos (*beach rocks*) que dificultam a circulação e o banho (Figura 64).

Figura 64: Praia do Farol

Fonte: Lenilton Assis, 2011.

Porém, a paisagem dessa praia tem sido “capitalizada” pelo mercado imobiliário que projeta para esta área a maior expansão de residências de alto padrão. Segundo um corretor entrevistado, esta é a “futura parte nobre de Camocim que deve ter muitas casas de gringos”.

Dois grandes loteamentos foram abertos nesta área – o Parque Atlântico e o Santa Helena. O preço dos terrenos varia de 50 a 90 mil reais, de acordo com a distância da beira mar. Conforme o mesmo corretor, a abertura de loteamentos para a venda de terrenos, com tamanho médio de 250m², segue da beira mar até o lago Seco (Figura 65), tendo ainda continuidade na Praia do Maceió, onde os lotes já têm preços inferiores – entre 30 e 50 mil reais.

Figura 65: Loteamentos da praia do Farol e lago Seco

Nesse eixo viário, é possível observar o maior parcelamento do solo que transforma a terra do litoral em mercadoria de venda fetichizada pelo poder de troca que expressa – a vista paradisíaca, as brisas constantes, a dotação de infraestrutura urbana etc. A prática da antecipação espacial¹¹⁴ se torna recorrente no município com a compra de terrenos para revenda futura. A espera especulativa impede que a oferta regule o valor da terra (SINGER, 1979). Assim, a especulação imobiliária produz novos territórios na beira mar que se caracterizam como “vazios urbanos” à espera de valorização.

Em rápida pesquisa na internet, é possível identificar como o mercado de terras de Camocim se encontra aquecido, “globalizado” e com preços superfaturados, conforme observamos no Quadro a seguir:

¹¹⁴ “Constitui uma prática que pode ser definida pela localização de uma atividade em um dado local antes que as condições favoráveis tenham sido satisfeitas” (CORRÊA, 2003, p. 39). No mercado imobiliário, podemos defini-la como a compra de terra para aguardo de valorização através de investimentos públicos e/ou privados nas suas proximidades, o que possibilitará ao comprador revendê-la a um preço bem mais elevado do que comprou.

Fonte: <http://camocim.olx.com.br/lote-para-venda-em-camocim-iid-117046027> Acesso: 29 jan. 2011

Propiedad de Frente-Mar excelente para División de Porciones, Resortes, Condominios, etc. Área total de 400 Hectáreas con 2.660,00 metros Lineares de Playa. Una de las últimas propiedades disponibles en la región. Área magnífica Frente-Mar en Camocim, en la divisa de los barrios Maceió y Barrinha, en sentido de Jericoacoara. Lugar con unas de los paisajes más hermosos ya visto por los ojos humanos. Donde el inversionista tendrá un retorno garantizado, debido a la demanda del Turismo Internacional que se presenta en esa región. Poseí un lago en la divisa de los fondos, que obviamente ornamenta el lugar, óptimo para práctica de jet-sky o pesca, variadas dunas, que se mantiene como área de preservación, siendo 60% del área totalmente aprovechable para cualquier proyecto. Integrado en los propósitos de crecimiento de esa ciudad que ya es tan conocida en el exterior. Camocim es una ciudad altamente visitada por los turistas de toda parte del Mundo. Conocida por la práctica de wind-surf, campeonatos y conmemoraciones internacionales. Área con toda documentación 100% perfecta.

Fonte: <http://camocim.olx.com.br/terredo-de-400-ha-con-2660-m-de-playa-en-fortaleza-en-camocim-iid-4082892>
Acesso: 29 jan. 2011

Terreno medindo 200m de frente por 80m de fundos. Localizado a 500m do mar. Preço de ocasião, R\$ 200.000,00. Ótimo para construção de pousada ou complexo hoteleiro. Próximo das Barreiras, na Av. Mar e Lago.

Fonte: <http://camocim.olx.com.br/terrenos-para-vender-em-camocim-ceara-iid-51325376> Acesso: 29 jan. 2011

Praia de Camocim: 400 Hectares com 2660m de beira mar, distância de 369km de Fortaleza, apenas R\$ 5.000.000,00.

Praia de Camocim: 100,26 hectares com 242m de beira mar, distancia de 369km de Fortaleza, apenas €925.926, 00 EUROS.

Praia de Camocim: 823,96 hectares frente mar distância 369km de Fortaleza, apenas EUROS €2.037.037,00.

Praia de Camocim: 52 hectares de frente mar, distância 369km de fortaleza, apenas EUROS €4.727.272,00.

Praia de Camocim: 1026 Hectares e 2420m frente de mar, fica a mais de 25km de Camocim e têm asfalto até 6 km do imóvel e o preço é de R\$-5.000.000,00.

Fonte: <http://www.jornaldoimovelbrasil.com.br/mostraLancamento.asp?id=369&idc=1000> Acesso: 29 jan. 2011

A corrida imobiliária chegou ao ponto de um dos principais cartões postais do município (Figuras 66 e 67) ser colocado à venda na internet com o seguinte anúncio:

Vendo Ilha da Testa Branca, também conhecida como 'Ilha do Amor', fica em frente à cidade de Camocim e possui manguezais, dunas e belas praias. É muito visitada por banhistas que cruzam o Rio Coreá de barco para praticar esqui nas dunas, caminhada e banho de mar. Da ilha tem-se uma bela visão da cidade. Preço R\$ 8,23 milhões, área de 823 hectares, equivalente a 8,9 mil metros quadrados. Ideal para a implantação de um parque eólico com aprovação da Semace (GOMES, 2009).

Figuras 66 e 67: Vista aérea e lagoas interdunares da Ilha do Amor

Fonte: Blog Pesquise Camocim, 2011.

O negócio “paradisíaco” foi proposto pela família Coelho que tem grande participação na política municipal e ocupa vários cargos públicos¹¹⁵. Após grande repercussão do fato na imprensa estadual, foi comprovada que a Ilha do Amor é uma restinga cuja proteção é salvaguardada como Área de Preservação Permanente (APP), além de integrar uma Área de Proteção Ambiental (APA) do município que possui terrenos de marinha pertencentes ao Patrimônio da União.

Em parte, esse aumento da venda de terras em Camocim ocorre porque as leis de parcelamento e uso do solo (instituídas no Plano Diretor de 2000), não obstante busquem disciplinar o crescimento da cidade e coibir a

¹¹⁵ Segundo reportagem de Gomes (2009), os “herdeiros” da ilha são Procuradores do Município, da Câmara de Vereadores e até um ex-prefeito. Outro parente é a atual Secretária Municipal de Turismo, Maria José Coelho de Carvalho, que justificou, em entrevista, o porquê concordar com a venda: “Essa realidade de IBAMA e terrenos de marinha é uma visão recente; antes, não existia essa preocupação. Existem escrituras antigas que permitem fazer isso. Meu falecido avô – Alfredo Coelho – deixou escrituras dessas terras aqui da Ilha do Amor, mas hoje não é mais permitido vender”.

especulação imobiliária, em muitos momentos, também são permissivas e estimulam tal prática. Nas diretrizes gerais do PDDU para a ordenação da cidade são previstas:

I - ampliar a zona urbana da sede municipal para aumentar a disponibilidade de terra edificável e também como forma de controlar o processo de urbanização dessas novas áreas (parcelamentos), especialmente no litoral;

II - criar Áreas de Interesse ao Turismo, tendo em vista a nova vocação proposta para o Município e como forma de incentivar o seu desenvolvimento, estabelecendo, para tanto, parâmetros diferenciados de uso e ocupação do solo (CAMOCIM, 2000).

Mesmo com as precauções antes citadas, o município ao promover, com o PDDU de 2000, o aumento do perímetro urbano¹¹⁶ (Mapa 12) e a criação de Áreas de Interesse Turístico em zonas subpovoadas e desprovidas de serviços, também incita a prática da antecipação espacial promovida pelos promotores imobiliários.

Os promotores são conhecidos como os principais agentes de especulação imobiliária. Suas ações de compra e venda de imóveis são mais visíveis na cidade, ainda que sirvam de “testas de ferro” para grandes empresários ou corporações. Eles formam uma categoria complexa de agente e atuam como corretores, incorporadores ou intermediários, de forma individual ou através de empresas que, quase sempre, também agregam serviços de construção e financiamento.

Há desde o proprietário fundiário que se transformou em construtor ou incorporador, ao comerciante próspero que diversifica suas atividades criando uma incorporadora, passando pela empresa industrial, que em momentos de crise ou ampliação de seus negócios cria uma subsidiária ligada à promoção imobiliária. Grandes bancos e o Estado atuam também como promotores imobiliários (CORRÊA, 2002, p. 20-21).

¹¹⁶ A Constituição Federal de 1988 (nos Artigos 30 e 182) delegou aos municípios a tarefa de promover o ordenamento territorial, o que lhes permite alterar o perímetro urbano e transformar terra rural em terra urbana. Com frequência, muitos municípios fazem uso dessa prerrogativa legal para aprovar novos loteamentos em áreas urbanas e aumentar a arrecadação fiscal. Ao converterem a terra rural em solo urbano, os municípios podem cobrar o IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) em detrimento do ITR (Imposto Territorial Rural) que é recolhido pela União.

Mapa 12: Bairros de Camocim

Para os promotores, o espaço é a matéria-prima do seu trabalho, uma preciosa mercadoria que tem valor diferenciado na cidade. O sucesso dos promotores depende principalmente das ações do Estado em prover infraestrutura e equipamentos que agreguem maior valor aos imóveis que eles negociam.

O Estado, muitas vezes conivente e/ou “transfigurado” como especulador, acaba facilitando a reprodução do capital e das suas contradições no espaço da cidade, privilegiando as áreas nobres (de maior interesse dos promotores) com melhores serviços e equipamentos (água, luz, saneamento, asfalto, coleta de lixo, praças, parques etc.), em detrimento das áreas pobres, cada vez mais relegadas, onde se concentra a maior parte da população.

Ao pesquisarem quem são os maiores beneficiados pelos investimentos públicos em infraestrutura urbana, Vetter e Massena (1982, p. 58) constataam essa “prevaricação” do Estado e concluem:

As áreas em que residem famílias com níveis de rendimento mais altos tendem a receber, em termos proporcionais, mais benefícios líquidos das ações do Estado, uma vez que normalmente têm maior poder político (ou seja, maior capacidade de influenciar decisões públicas em seu favor). Esses benefícios estão apropriados em sua maior parte pelos proprietários da terra na forma de rendas fundiárias.

No caso de Camocim, a conivência da Prefeitura e a falta de fiscalização e cumprimento das leis urbanas têm feito crescer a segregação entre pobres e ricos na cidade. Os bairros da zona Sul (Olinda e Brasília) e da zona Oeste (Cidade com Deus, Boa Esperança, São Francisco, Aeroporto – Mapa 12) são os que apresentam maior crescimento de habitações, porém de forma irregular, com carência de investimentos em infraestrutura básica¹¹⁷ – saneamento, praças, coleta de lixo, vias asfaltadas etc.

Na zona rural do município, as deficiências de serviços são ainda maiores. A população sobrevive da pesca, do extrativismo e do cultivo de subsistência, principalmente do milho, feijão e mandioca. A castanha do caju e o coco-da-baía são os produtos de maior demanda comercial, mas com baixa participação na produção estadual – respectivamente 1,2% e 4%, em 2009. A

¹¹⁷ Em 2009, a taxa de domicílios com água encanada em Camocim era de 92,3%, mas apenas 36,6% eram ligados à rede de esgoto (CEARÁ, 2010).

falta de maiores investimentos e apoio técnico, grosso modo, favorece esta baixa produtividade da agropecuária, levando, por consequência, a menor contribuição deste setor no PIB municipal – 15% (CEARÁ, 2010).

O aumento da especulação imobiliária em Camocim agrava ainda mais os problemas da zona rural, levando à redução de pequenas propriedades e ao aumento do êxodo rural. Embora sejam em maior número (83,7% dos imóveis), os pequenos proprietários ocupam apenas 33,7% das terras (22.964ha), enquanto os médios e grandes detêm 66,2% da área (45.172ha), de acordo com os dados do Censo Agropecuário 2006 (CEARÁ, 2010).

Preteridos nos investimentos públicos, a zona rural e o pequeno produtor ficam a mercê dos especuladores imobiliários, sobretudo nas áreas de praias mais afastadas da sede. Grande parte dos recursos se concentra na área central e beira mar, expandindo-se para a zona Norte (Mapa 12) que abriga tanto a classe alta e “emergente” da cidade, quanto veranistas e turistas residenciais. Ali, novos loteamentos foram abertos e construções de segunda residência já despontam na paisagem com materiais e estilos arquitetônicos bem diferentes da maioria dos imóveis do município. Há até casas exóticas que tentam recriar em Camocim lugares vividos ou imaginados de outros países (Figuras 68 e 69). A concentração de segundas residências tende a constituir um marco na paisagem e criar um padrão de “urbanização turística” (FONSECA; COSTA, 2005) diferente e mais segregado do resto da cidade – também chamado de “urbanização dispersa” (LIMONARD, 2007a; 2007b).

Figuras 68 e 69: Segundas residências em estilo enxaimel e bangalô

Fonte: Lenilton Assis, 2010.

De acordo com os Censos do IBGE, de 1980 para 2010, as segundas residências em Camocim registraram um aumento de 107 para 704 unidades (Gráfico 4). Analisando-se a média de crescimento anual por período censitário, observa-se que a década de 1990 foi a de maior expansão (8,25%), coincidindo com a fase de grande impulso ao turismo no município. Entre 2000 e 2010, houve uma desaceleração no ritmo de crescimento (4,74%) o que também se assemelha ao período de arrefecimento das políticas de turismo na esfera local.

Gráfico 4: Crescimento dos domicílios de uso ocasional em Camocim - 1980/2010

Fonte: IBGE - Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos.

Apesar do aumento registrado nas últimas décadas, as segundas residências em Camocim ainda têm pouca expressão na paisagem e na economia do município. Elas não apresentam uma concentração linear no *front* costeiro, estando mais distribuídas e misturadas às primeiras residências, especialmente no entorno da área central que fica a três quadras da beira mar. O pequeno número delas (4%) diante do total de domicílios particulares - 18.050, segundo o Censo 2010 - é uma das justificativas para essa atomização.

Na pesquisa feita no Cadastro Imobiliário da Prefeitura, identificamos que, em 2010, havia 16.620 imóveis registrados no município. A existência de propriedades sem escrituras e construções sem licença de ocupação (habite-se) é uma das justificativas dadas pelos técnicos para a discrepância desse número em relação ao identificado pelo IBGE. Porém, na realidade, essa

diferença é ainda maior, pois a Prefeitura considera como imóveis os terrenos e habitações, enquanto apenas as últimas são contabilizadas nos Censos Demográficos.

De modo geral, os instrumentos de registro e fiscalização do uso e ocupação do solo em Camocim são bastante deficientes, revelando que as diretrizes do PROURB e do Estatuto da Cidade que resultaram na elaboração do Plano Diretor, em 2000, e na sua recente revisão, em 2010, na prática, não são adotadas.

Segundo informações de um técnico do Cadastro, apenas três¹¹⁸ loteamentos são devidamente regularizados na Prefeitura. Isso contribui para que a arrecadação de IPTU no município seja baixa, não chegando a 20% do valor total lançado nos últimos cinco anos (Tabela 14).

Tabela 14: Imóveis cadastrados e valor arrecadado - Camocim - 2005/2010			
Ano	Imóveis	Valor Lançado - R\$	Valor Arrecadado - R\$
2005	15.564	253.543,35	44.780,60
2006	15.650	358.299,25	52.242,44
2007	15.707	360.533,93	61.897,34
2008	16.287	373.555,50	59.272,48
2009	16.461	415.049,27	66.236,98
2010	16.620	395.000,00	73.695,00

Fonte: Setor de Finanças - Prefeitura municipal de Camocim, 2010.

Mesmo convictos de que as segundas residências ainda não têm um território “exclusivo” ou de destaque em Camocim, consideramos importante analisar como vem se dando o aumento do veraneio e a difusão do turismo residencial¹¹⁹. O crescente número de estrangeiros com casas próprias é uma realidade no município, especialmente após a chegada dos italianos. Os veranistas também se multiplicam levando a um súbito crescimento do mercado de terras no litoral, onde os conflitos tornam-se frequentes com as comunidades tradicionais.

¹¹⁸ Nossa Senhora de Fátima, Parque Atlântico e Parque Santa Helena – esses dois últimos situados na zona Norte da Av. Beira Mar, prolongando-se pelas margens da Estrada Mar e Lago, onde tem crescido a compra de terrenos por estrangeiros e as construções de segundas residências.

¹¹⁹ Como estratégia metodológica para suprir as deficiências na coleta de dados na Prefeitura, optamos pela produção de fontes diretas e qualitativas, através de trabalhos de campo e entrevistas que serão mais trabalhadas no próximo capítulo.

Nas pesquisas de campo, identificamos casas de turistas espanhóis, suíços, holandeses e sobretudo de italianos. Eles estão distribuídos nas praias de Tatajuba e Maceió, nessa última, inclusive, em maior número. Além da construção de casas individuais, novos empreendimentos foram iniciados no município visando os turistas estrangeiros:

- **Condomínio Multifamiliar Boa Vista Residence:** a construção de chalés anexos ao Boa Vista Resort começou em 2007, mas foi paralisada. O projeto¹²⁰ inclui 140 apartamentos, piscinas, bar *grill*, bar *fitness*, salão de festas e estacionamento (Figura 70).
- **Condomínio Recanto da Aurora:** será composto de 20 apartamentos e 4 residências exclusivas com piscina, bar molhado, segurança e estacionamento. O lançamento foi em 2010 e a construção está ativa na Praia de Caraúbas (Figura 71).

Figuras 70 e 71: Casas do Boa Vista Residence e construção do Recanto da Aurora

Fonte: Lenilton Assis, 2011.

Esse aumento do turismo e do mercado imobiliário faz erigir em Camocim múltiplos territórios em mutação, convivência e conflito que se projetam especialmente em três praias:

- Nas **Barreiras**, desde a inauguração do Boa Vista Resort, um território-rede vem sendo formando com a valorização desta praia onde se concentra boa oferta de serviços e de imóveis de elevado padrão;
- O **Maceió** é o principal reduto de veraneio e de turistas residenciais do município, onde a convivência de interesses entre *insiders* e *outsiders* ocorre com mais frequência e contribui para formar um território-zona “flexível”;

¹²⁰ Será detalhado no próximo capítulo.

- Em **Tatajuba**, de outro modo, os embates são mais evidentes pela recusa da comunidade à imposição de novas jurisdições e pela busca da autonomia para gerir o espaço de vivência que se configura como um território de resistência/inação.

Dessa forma, nas três praias em apreço, diferentes lógicas de territorialização coexistem e se “chocam”, resultando numa multiterritorialidade conflitante que será analisada no próximo capítulo, no qual confrontaremos as falas dos sujeitos sociais envolvidos – nativos, veranistas, turistas residenciais, empresários, representantes políticos e lideranças comunitárias.

CAP. IV - LITORAL DE CAMOCIM: MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS EM MUTAÇÃO, CONVIVÊNCIA E CONFLITO

4.1 Praia das Barreiras: a conformação de um território-rede

A inauguração do Boa Vista Resort (BVR), em março de 2002, foi o “passaporte” apresentado pelo Grupo Marilha para inserir Camocim nas redes do turismo internacional. Na praia das Barreiras, onde o resort foi instalado, a cor avermelhada das falésias foi ofuscada pela megaestrutura do equipamento.

Com o início da construção, a praia das Barreiras foi logo convertida e oficializada no Plano Diretor como território turístico que se estende pela praia do Farol, lago Seco e praia do Maceió.

A vista privilegiada que dá nome ao empreendimento foi explorada no projeto arquitetônico que tem formato de uma concha avançando sobre o mar¹²¹. Em um terreno de 39.000m², o BVR oferece completa estrutura para lazer e eventos. São 123 apartamentos, bares, restaurante, sauna, sala de musculação, salão de beleza, *kid's club*, salão de jogos, boate, quadras poliesportivas, salas de convenções, piscinas e estacionamento privativo. No total, o resort dispõe de 260 leitos equipados com ar-condicionado, TV a cabo, internet *Wi-fi*, cofre e telefone, dentre os quais 3 suítes temáticas de alto luxo - Africana, Tropical e Lua de Mel (Figuras 72 e 73).

Figuras 72 e 73: Bar Molhado e Suíte Africana

Fonte: Boa Vista Resort, 2010.

¹²¹ Inclusive, a administração do BVR queria construir uma passarela para os turistas terem acesso exclusivo ao mar, na foz do rio Coreaú, onde seriam instalados um píer e um bar molhado. O projeto não se concretizou, pois a área é de preservação permanente e tais estruturas ocasionariam um forte impacto na dinâmica flúvio-marinha, levando também à mudança da deriva litorânea com sérios problemas de erosão nas praias seguintes ao empreendimento – como as praias do Farol e do Maceió.

O requinte das instalações e o alto preço inicial das diárias denunciavam que o empreendimento tinha um público alvo específico: turistas estrangeiros, sobretudo europeus. Classificado como 4 estrelas superior, o BVR causou surpresa e apreensão em muitos visitantes e nativos que desconfiavam dos interesses dos italianos para instalar um equipamento daquela envergadura em um município sem demanda de turistas e bastante deficiente na oferta de infraestrutura, especialmente de um grande aeroporto.

Mas, o intento do resort, aparentemente “fora do lugar”, foi de causar um grande impacto visual e, com isso, atrair a atenção do Poder Público e de novos investidores para o projeto maior do Grupo Marilha – o *Camocim Global Village*.

Embora nos discursos os italianos exaltassem a integração do BVR com a população, com a cultura da cidade e de toda a região, na prática, ele funcionou como uma espécie de “enclave” para turistas estrangeiros, que, mesmo em pequeno número, passaram a ser priorizados pela administração do resort, em detrimento de uma demanda regional e nacional.

Nos primeiros anos, o mercado italiano foi o principal alvo do BVR. Foi feita parceria com uma operadora de viagens daquele país para a captação de voos *charters* que aterrissavam em Parnaíba de onde os turistas eram trasladados para Camocim.

Tal direcionamento que se mostrou equivocado com o passar do tempo, frustrando as expectativas do Poder Público, da população, dos prestadores de serviço e comerciantes locais que esperavam com o resort aumentar o número de turistas no município e a geração de emprego e renda. Com a oferta de serviços e entretenimento intramuros, o resort não compartilhava sua clientela com o *trade* local, deixando de produzir capilaridade econômica¹²².

Os turistas confinados (muitas vezes devido ao discurso alardeado da insegurança e da falta de atrativos culturais na cidade) só se ausentavam para conhecer Jeri e as praias mais distantes da sede, usando também a operadora do BVR (a INC-Camocim) que oferece passeios de *buggy*, traslados e atividades ecológicas/esportivas, com uma rede de prestadores de serviços vinculados ao hotel.

¹²² Fato ainda agravado pela falta de abastecimento no comércio da cidade. Os suprimentos do resort, na sua grande maioria, ainda são comprados em Fortaleza.

Dissonante da cidade, o BVR reproduzia em Camocim um padrão de funcionamento internacional já conhecido e criticado por estudiosos do turismo, como Rodrigues (2008, p. 39):

Este modelo de implantação turística, em primeira instância, valoriza os cenários naturais referentes à paisagem exuberante composta por formas de relevo exóticas, por coberturas vegetais ricas em biodiversidade, por praias paradisíacas, por rico patrimônio cultural. Paradoxalmente, porém, rejeita-se estas aludidas especificidades ao enclausurar os turistas em ambientes de segurança máxima e muitas vezes em cenários criados artificialmente. [...] Além disso, este modelo concentrador não valoriza o lugar pelas suas características identitárias, contrariando desta forma as principais tendências do mercado turístico mundial, reconhecidas pela busca de experiências fantásticas, pela personalização dos serviços e pela segmentação em nichos de interesse, conforme os teóricos insistem em sinalizar, mas que na prática nem sempre ocorrem, particularmente em países periféricos, considerados violentos, como é o caso do Brasil.

Nessa lógica de funcionamento, os turistas são mantidos o máximo de tempo possível no resort aumentando os seus gastos com consumo-extra às diárias, em um ambiente que reproduz o mesmo padrão de hospedagem, de gastronomia e entretenimento em qualquer lugar onde esteja instalado, seja na selva amazônica, seja numa ilha da Indonésia.

Se, por um lado, isto demonstra o poder de mobilidade e multiterritorialidade de que dispõem os turistas, por outro, a apropriação de territórios “estandardizados”, que se articulam em rede seguindo o mesmo padrão de consumo, impede uma efetiva troca e convivência de diferentes culturas, reproduzindo nos resorts dos quatro cantos do mundo “territorialidades mais exclusivistas” que reforçam a segregação e o fechamento – processos estes que Haesbaert (2007a, p. 50) também denomina de “reclusão territorial”¹²³.

Em Camocim, essa lógica adotada no BVR ia ao desencontro do contexto da crise econômica vivenciada com a pesca e das esperanças depositadas pela população no lançamento do empreendimento.

Sob a justificativa da falta de qualificação profissional, a população local perdeu seu “papel ativo e empresarial” definido no *Master Plan* e teve de se contentar com os cargos de menor remuneração no empreendimento – copeira, camareira, garçons, vigilantes etc. E mesmo para aqueles que

¹²³ Haesbaert (2007a, p. 56) esclarece que, em nome da “insegurança” e da “invasão cultural”, os grupos hegemônicos também desenvolvem formas renovadas de (relativos) fechamentos e impermeabilidades culturais – como no caso dos resorts.

estavam concluindo o curso de Gestão de Negócios em Turismo e Hotelaria, a expectativa de um bom estágio no BVR também foi quebrada com o conhecimento prático do funcionamento e dos serviços gerais, mas sem a vivência da gestão administrativa – principal área de interesse e de formação dos alunos.

Em entrevista, o ex-Secretário de Desenvolvimento Sustentável também expôs seus “desencantos” com o BVR:

[...] O que se esperava de um empreendimento desse era que salvasse a vida das pessoas diante da situação de crise em que se encontravam. Mas, o que aconteceu foi exatamente o oposto: o hotel existia em Camocim, mas Camocim não existia para o hotel. [...] Hoje, você tem uns cem alunos formados pela UVA e, talvez, um ou dois efetivamente trabalharam ou trabalham com eles. [...] Então, nunca aproveitaram bem esses alunos e perderam a oportunidade de marcar pontos com a população e ganhar a simpatia para com o Grupo (Julênio Braga, 28/04/10).

A população, que, até então, mostrava-se receptiva aos italianos, começou a desdenhá-los e a enxergar no resort um “elefante branco” cujo impacto na cidade era apenas visual. Porém, os empresários se justificavam, pressionando a Prefeitura e o Governo do Estado pela celeridade nas obras estruturantes, nos cursos de capacitação profissional e, sobretudo, na construção do Aeroporto de Parazinho que, nas palavras do presidente do Grupo Marilha, Cesare Dal Molin, era “condição *sine qua non* para a realização do megaempreendimento” (DIÁRIO, 2003).

Anos seguidos, o BVR registrou déficits devido à baixa taxa de ocupação mensal que só era revertida na virada e início do ano novo, quando todos os leitos eram ocupados. A festa de *réveillon* era planejada com várias atrações e tinha os pacotes vendidos não apenas para estrangeiros, mas também para visitantes regionais de Parnaíba, São Luís, Teresina, Sobral e Fortaleza. Segundo informações da Supervisora de Reserva do BVR¹²⁴:

Natal, *réveillon* e carnaval lota com bastante antecedência. A festa do *reveillón* é o maior evento em termos de estrutura. São vendidos pacotes de no mínimo cinco noites. Tudo é montado pelo pessoal do hotel e não por outras empresas. Todos os funcionários são treinados para essa festa.

¹²⁴ Entrevista concedida pela Supervisora Leidiane, em 27/11/2009.

A virada do ano passou a ser a “mais” alta estação do resort e a responsável pelo maior faturamento que permitia ao empreendimento não “operar no vermelho” nos meses seguintes.

A festa também mostrava à gerência do BVR que era preciso ampliar o foco da demanda e captar visitantes regionais para contrabalançar a baixa ocupação por estrangeiros ao longo do ano. Conforme o depoimento de um funcionário que trabalha há seis anos no BVR¹²⁵:

Sempre teve mais brasileiros no resort. A maior clientela é o pessoal da Rota das Emoções e Fortaleza. Às vezes, aparece um paulista, um carioca que vem a Jeri e descobre que aqui tem um resort. Muitos voltam sem saber. Os estrangeiros, a maioria é italiano. Quando a gerência fez divulgação lá fora com voos *charters* de cortesia para Parnaíba, o hotel era lotado de estrangeiros que ficavam de segunda a sábado. Já chegaram até dois aviões. Mas, no primeiro voo totalmente pago, só vieram três italianos.

No entanto, a gerência persistia na maior divulgação do BVR fora do país¹²⁶, ao invés de atrair uma demanda regional e nacional. Com isso, a baixa ocupação por estrangeiros ao longo do ano levava o BVR a fechar suas portas por 3 a 4 meses, causando insegurança nos funcionários e estranheza por parte da população. Todo ano, os contratos assinados com os funcionários já previam a demissão em 8 meses, o que gerava uma situação de incerteza quanto ao futuro do emprego e do próprio empreendimento.

Sobre este fato, o ex-prefeito, Sérgio Aguiar, destacou:

Imaginei que o impacto do Boa Vista Resort fosse maior. Acredito que a parte de gerência comercial não foi tão bem administrada. [...] Acho que o foco, primeiro, deveria ter sido regional, de trazer as pessoas da região para conhecer o equipamento e, em seguida, fazer a promoção lá fora; ou ora pudesse ser *pari passu*. Até porque quando é verão na Europa, poucos se aventuram a vir ao Brasil, vem mais no inverno de lá e verão aqui (Entrevista concedida em 15/04/10).

¹²⁵ O funcionário preferiu não ser identificado na pesquisa e concedeu a entrevista em 01/07/2010.

¹²⁶ A propaganda no exterior fica a cargo da agência italiana *Jangada Travel*, que comercializa o resort com operadoras internacionais, além de divulgá-lo em feiras e eventos de turismo – www.jangadatravel.com

A explicação do Superintendente do BVR, o italiano Ugo Covin¹²⁷, foi de que o recesso se fazia necessário para a manutenção da estrutura física e dos equipamentos instalados. Segundo ele, “o hotel tem que fechar porque no período de chuvas não há o que ver ou fazer. Inclusive, defendo que todos fechem”.

Tal justificativa soa estranha porque chove pouco na região e ainda que seja de forma concentrada no início do ano, não justifica a paralização do equipamento por tanto tempo. É sabido também que este “longo recesso” não é comum em outros resorts do Ceará e nem de outras partes do mundo.

Cerca de 50 funcionários são demitidos periodicamente. A maioria é de Camocim e ocupa os serviços de mais baixa remuneração, como camareira, segurança, garçom, auxiliar de garçom (*cumin*) e recepcionista. O salário recebido por estes é o mínimo da categoria dos profissionais da hotelaria que não chega a ultrapassar em 100 reais o salário mínimo oficial do país. Os chefes de setores são recrutados em Fortaleza e em outros estados com salários superiores aos percebidos pelos camocinenses.

Mesmo aqueles funcionários do município que conseguem se especializar e ascender internamente têm salários inferiores aos dos colegas de fora que exercem a mesma função. Em entrevista, um funcionário ressaltou sua insatisfação com este tratamento diferenciado:

Trabalho há 6 anos no resort. Comecei como *cumin*, passei pra garçom e hoje sou *maitre* (chefe dos garçons e do restaurante). Entrei só com o segundo grau pelo recrutamento do SINE/IDT e fiz entre 12 e 15 cursos no resort, tudo pago por eles. Lá eles cobram muito do funcionário, mas dão oportunidade de cursos e de crescer. Mas, eu tô procurando uma coisa melhor e mais segura. Meu salário é R\$ 750,00, o que em Fortaleza chega a 2 mil. O pior é que o *maitre* de Fortaleza que trabalha comigo ganha o dobro, R\$ 1.500,00. O pessoal que vai lá pensa que todo mundo ganha bem (Funcionário do BVR, não identificado, em 01/07/10).

Ao final de cada temporada, vários funcionários do BVR migram para outros lugares ou ocupam novas profissões, levando, muitas vezes, a

¹²⁷ Entrevista concedida em 01/08/10. A esposa do Superintendente é a gerente do BVR e divide com ele a administração do empreendimento. O proprietário, Roberto Férroli, vive na Europa e visita o resort poucas vezes no ano.

desperdiçar as qualificações profissionais recebidas, o que, obviamente, contribuiu pra atravancar o desenvolvimento do turismo no município.

Para os funcionários, as paralizações anuais persistem devido à falta de visão da gerência. De acordo com um funcionário entrevistado:

A cabeça dos gerentes é muito fechada. Quando o hotel tem movimento, eles não dão um agrado aos funcionários, um incentivo, nem reconhecem o esforço de um setor para parabenizar. A ideia é de que você é pago pra fazer aquilo. Nunca abriram a cabeça pra isso. Os funcionários mais antigos dizem que se mudasse a gerência, talvez melhorasse (Funcionário do BVR, não identificado, em 01/07/10).

A sobreposição de interesses maiores (o financiamento do *Master Plan*) diante da situação de crise vivida na cidade contribuiu para que a população fosse construindo uma imagem negativa do BVR e de todos os empreendimentos anunciados pelo Grupo Marilha. A demora nos investimentos aero-rodoviários e as baixas taxas de ocupação do BVR levaram o empresário Roberto Férroli¹²⁸ a abandonar o Grupo e redirecionar o resort de sua propriedade.

A princípio, pacotes e promoções foram lançados buscando fidelizar a demanda regional que já se fazia constante nas festas de final de ano e nos grandes feriados. A abertura dos restaurantes à clientela da cidade, a recepção de alunos para visitaço e a parceria com a Prefeitura para a realizao de eventos culturais (inclusive com apresentaes no prprio resort, como o Festival de Quadrilhas) foi outra estratgia do BVR para aumentar a receita e mudar a imagem que o empreendimento despertara na populao.

Os visitantes regionais se tornaram clientela cativa e passaram a ser responsveis pelo funcionamento do hotel. Em um final de semana de alta estao, pudemos constatar junto recepo e pelas placas dos carros dos turistas que estes eram de Parnaba, Sobral, Fortaleza e Tiangu (municpio da Serra da Ibiapaba). A ocupao estava bem abaixo da capacidade (30%,

¹²⁸ Diretor do Grupo Frroli-Espanha, empresa familiar com sede em Verona, na Itlia. Alm do Boa Vista Resort, em Camocim, o Grupo tem negcios hoteleiros em Veneto, na Itlia, e possui 7 fbricas na Europa (Itlia e Espanha), 3 na sia (China e Vietn) e 11 unidades comerciais em 10 pases, com mais de 2.500 empregados. O Grupo produz caldeiras para calefao, ar-condicionado, energia solar e trmica – www.ferroli.es

segundo a recepção) e os turistas estrangeiros ali encontrados (italianos e portugueses) foram quatro famílias, das quais, duas eram residentes e tinham negócios na cidade, usando o resort apenas para as refeições de final de semana¹²⁹.

A população local mantém-se indiferente ao BVR. Mesmo a classe mais abastada da cidade, quase não frequenta o restaurante e bares do hotel, e poucos compram os pacotes e promoções que são divulgados na cidade em datas comemorativas como: Dia dos Namorados, Dia das Mães, Natal e *Réveillon*.

Nas entrevistas que realizamos com funcionários do BVR, técnicos da Prefeitura e pescadores, a representação sempre aludida é de que tudo no hotel é muito caro e feito para estrangeiro – o que, hoje, já não é mais realidade! Há, inclusive, ressalvas de que o resort poderia fazer mais promoções na baixa temporada, com cardápios regionais de menor custo e a abertura das suas piscinas à população que pudesse pagar a taxa estipulada para uso.

A ex-Coordenadora de Turismo do município endossa as críticas ao BVR, destacando que é uma opção dos italianos não abrir o hotel à população:

Eu estive em um resort de portugueses em Beberibe [litoral Leste do Ceará] que é completamente diferente desse italiano. Tudo bem que essa gestão de resort é meio genérica no mundo, mas também difere em algumas coisas. Por exemplo, o resort de Beberibe abre para a população local. Claro, para a população que tem dinheiro e pode ir lá comer um caranguejo, que pode pagar pela piscina. O daqui não. [...] Eles dizem que não precisam da mixaria do povo daqui. Eles têm essa rejeição com o povo e, automaticamente, o povo com eles. Por isso, quando eles resolvem abrir ou promover alguma coisa lá, o povo não frequenta (Nilrene Lúcio, entrevista concedida em 30/06/10).

Os turistas que entrevistamos também se queixaram dos preços praticados e dos serviços oferecidos, sobretudo dos pacotes *all inclusive*, que em outros resorts, dá direito ao livre consumo em qualquer horário e em todos os setores do hotel. No BVR, o *all inclusive* é restrito às três refeições e a

¹²⁹ Ficamos hospedados no final de semana, de 30 de julho a 1 de agosto de 2010, quando entrevistamos a gerência, dois funcionários, conversamos com turistas, conhecemos a estrutura e o funcionamento do BVR.

determinadas marcas de produtos. E um turista disparou: “Ele cobra como resort, mas oferece serviços de hotel”.

Com as promoções praticadas para atrair uma clientela interna, os preços das diárias foram “reduzidos” (consoante informações da Supervisora de Reserva), variando de R\$ 280,00 na suíte “excluxive” (a mais simples do térreo) até R\$ 1.000,00 nas três suítes temáticas. Porém, outro funcionário destacou que as diárias são reajustadas na alta estação e nos grandes eventos como Natal, *Réveillon*¹³⁰ e Carnaval.

Em palestra proferida aos jovens estudantes de Turismo da Escola Estadual Profissionalizante, o Superintendente do BVR retrucou o questionamento de um professor sobre o resort ser fechado à população e ter gerado pouco impacto na economia de Camocim:

O Boa Vista Resort sempre foi aberto, mas ele não foi construído para o camocinense. [...] A base cultural da cidade é de pescadores e a visão de mundo deles é da natureza. Eles têm uma visão fatalista que discorda da empreendedora, de quem tem que manter um negócio. Parece que aqui nós temos mais entidades (como ONG's, por exemplo) para retardar do que acelerar o desenvolvimento do turismo (Ugo Covin, 01/07/10).

Além de enfatizar qual o foco e o objetivo do empreendimento, o depoimento do Superintendente também revela o “hibridismo cultural” (HALL, 2006; HAESBAERT, 2007a) de diferentes visões de mundo que se “confrontam” no território de Camocim, produzindo, para além de uma “crise de identidades”, uma multiterritorialidade. Como bem assinala Haesbaert (1999, p. 187), no tempo presente:

[...] Convivem novas e antigas formas de identificação no/com o território. [...] Neste sentido, o território pode veicular poderes simbólicos de múltiplas faces, ora reforçando a segregação, ora viabilizando uma dinâmica de convívio ou de ativação de múltiplas identidades [**com conflitos imanentes**] (Grifo nosso).

Portanto, o BVR enceta na cidade uma lógica que a princípio parece “desterritorializante” pela falta de identidade que a população vislumbra neste

¹³⁰ No Réveillon de 2010, os pacotes para 5 noites em apartamento duplo “exclusive” foram vendidos a partir de R\$ 3.473,00, enquanto as suítes temáticas para casal ficaram a partir de R\$ 5.342,00.

equipamento. Mas, na verdade, ela expressa um processo mais complexo de des-re-territorialização que articula e sobrepõe na “zona” das Barreiras novos agentes (empresários e turistas) e novas lógicas de produção do espaço que se chocam com as pré-existentes (dos nativos, pescadores). Um entrecruzamento de traços culturais efetivamente híbridos origina ali um território-rede pela articulação de fluxos e identidades oriundas de múltiplos territórios.

E esses processos tendem a se acentuar com a transformação do BVR em condoresort, estratégia adotada pela administração para atrair sua clientela preferencial – os turistas estrangeiros. Em 2007, começou a construção de chalés de luxo do Condomínio *Boa Vista Residence*, anexo ao resort (Figura 74). A ideia do projeto já integrava o *Master Plan*, na época em que o câmbio estava em alta (o Euro chegava a R\$ 3,90) e tornava o mercado nacional bastante atrativo para os turistas europeus adquirirem uma segunda residência no Brasil.

Figura 74: Casas do Boa Vista Residence

Fonte: Lenilton Assis, 2010.

O objetivo do Residencial era diversificar a oferta do BVR, oferecendo aos clientes além da hospedagem temporária no hotel, a opção de investir em uma segunda residência do condomínio, onde poderiam usá-la por um período do ano e alugá-la em outro, com direito à segurança, aos serviços e aos equipamentos do empreendimento. A ocupação do Residencial em diferentes períodos do ano diminuiria o efeito da sazonalidade e o pagamento das taxas de condomínio reduziria os custos de manutenção do resort.

Na palestra proferida na Escola Estadual Profissionalizante, o Superintendente do BVR apresentou o *Boa Vista Residence* como a visão de futuro para o turismo em Camocim. Uma maquete eletrônica foi mostrada,

detalhando a megaestrutura do novo empreendimento que conta com 6 blocos de 140 apartamentos e 28 chalés a serem construídos numa área de 45.000m², vizinha ao resort.

A licença para a construção do Residencial foi dada pela SEMACE em julho de 2007. No entanto, o lançamento feito aqui e no exterior não surtiu o resultado esperado, tendo sido impactado pela crise financeira do mercado imobiliário norte-americano, de 2008, que teve reflexos no restante do mundo, especialmente na Europa onde se concentra a maior parte dos turistas residenciais que compram casas no Brasil.

O *Boa Vista Residence* foi, então, paralisado e seu projeto redirecionado, conforme explicações do Superintendente italiano:

Hoje, com a queda do câmbio, o projeto não é mais viável só para o mercado estrangeiro. Estamos remodelando em função de um mercado regional (Sobral, Teresina, São Luiz) que tem um poder aquisitivo aumentado para o consumo de um produto mais simples e pouco requintado que poderá ser um sucesso (Ugo Covin, 01/07/10).

A grande aposta da administração passou a ser o roteiro interestadual CEPIMA que já levou o BVR a se lançar como “o coração da Rota das Emoções”. O início da operação dos Aeroportos de Parnaíba e Camocim tem sido apontado como a superação de um gargalo e de um longo tempo de espera para o resort acontecer. Além disso, a conclusão da rodovia estruturante (CE-085), a ligação com a serra da Ibiapaba (CE-311), o Aeroporto de Jeri e a criação da Escola Superior de Turismo são obras que viabilizarão maior demanda para o resort, assim como a retomada do Condomínio Residencial e o surgimento de outros empreendimentos imobiliário-turísticos em Camocim.

O ex-prefeito Sérgio Aguiar ao exaltar essas obras também sinalizou:

O momento do Boa Vista Resort, pra mim, é agora. [...] Em vez dele cerrar suas portas durante três meses, pode fazer promoções alternativas. Estou vendo que isso em 2010 está começando a acontecer pra dar uma ocupação maior para aquele equipamento que continua sendo de alto nível no interior do Ceará. Em Jeri, por exemplo, há pousadas de luxo, mas não resort (Entrevista concedida em 15/04/10).

Encravado na porção mais alta das Barreiras, o BVR tem impulsionado a valorização imobiliária de toda aquela praia que, antes da sua instalação, já fora conhecida pelos carnavais diurnos que, hoje, tem como *point* a praia do Maceió. Mesmo com o avanço do mar e a redução da faixa de praia, as Barreiras são bastante frequentadas por nativos e visitantes em busca das famosas “caranguejadas” servidas em pequenas barracas no sopé das falésias (Figura 75). No topo destas, tem-se ainda o aconchegante restaurante *El mirador*, de onde se aprecia uma das mais belas vistas do delta do Coreau.

Figuras 75 e 76: Vista da praia das Barreiras e de construções de mansões

Fonte: Vando Arcanjo, 2011; Lenilton Assis, 2010.

Nos últimos anos, o BVR contribuiu para a revalorização desta praia que tem atraído um número crescente de mansões da elite local, veranistas e turistas residenciais (Figura 76), os quais descobrem ser mais rentável a compra de uma residência para estadias temporárias, ao invés da hospedagem periódica no resort.

As novas redes físicas e informacionais instaladas na cidade (aeroporto, estradas, telefone, internet etc.) dão maior mobilidade aos novos moradores e visitantes que se apropriam da praia das Barreiras criando ali um território-rede mais “exclusivista” e segregado do convívio e das disputas com a população local – situação esta que difere de outras praias, a saber.

4.2 Praia do Maceió: território-zona “flexível” e em disputa

Cercada por dunas e coqueiros, a Praia do Maceió é uma aprazível vila de pescadores que teve sua demanda de visitantes aumentada após a construção da estrada de piçarra Mar e Lago, no final do ano 2000. Ainda que esteja distante 17km da cidade, Maceió foi logo alçada à condição de bairro oficial de Camocim integrante da Área de Interesse Turístico definida no primeiro Plano Diretor do município (ver Mapa 12 na página 173). Vale ressaltar que seu novo *status* urbano-turístico não foi só atribuído com o interesse de melhorar os equipamentos públicos e os serviços básicos da comunidade. O objetivo primordial foi de impor uma nova racionalidade àquele território, onde a apropriação já se fazia, sobretudo por empresários italianos chegados à cidade.

Antes deles, o Maceió era mais frequentado por excursionistas e um pequeno número de veranistas – estes últimos formados por famílias de políticos da região cujas casas de praia serviam como símbolo de *status* social e opção de investimento imobiliário.

Com a abertura da estrada, multiplicou o número de veranistas oriundos de Sobral, de municípios da serra da Ibiapaba (especialmente de Tianguá, Viçosa e São Benedito) e do entorno de Camocim (Granja e Barroquinha).

A expansão do veraneio ocorreu *pari passu* à melhoria da oferta de alguns serviços (como abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo) e ao aumento da especulação imobiliária. Nativos e agentes imobiliários intensificaram o parcelamento do solo, mudando suas tradicionais funções e usos (agrícola e extrativista) para a instalação de infraestrutura e equipamentos, tais como pousadas¹³¹, segundas residências, barracas e um megaprojeto imobiliário-turístico.

De território de reserva, rapidamente, o Maceió se transformou em território de conflito entre *insiders* e *outsiders*, ou seja, entre “os da comunidade” e “os de fora”. Interesses diversos passaram, ora a conviver, ora

¹³¹ Nos trabalhos de campo realizados até o início de 2011, identificamos 4 pousadas na praia do Maceió, nenhuma de propriedade de nativos.

a se sobrepor, resultando em um território-zona que denominamos de “flexível” e em disputa.

Entre os próprios nativos, há uma divisão social do trabalho que dificulta a construção de um discurso unânime em defesa da nova ocupação e da partilha do território.

De acordo com a Associação Santa Luzia dos Moradores de Maceió (ASLUMA), a comunidade tem cerca de 405 moradores e é dividida em três partes: a Vila da Caucaia, a Vila dos Pescadores e a Beira Mar (Mapa 13). A primeira é onde se concentra o maior número de casas e os principais serviços e equipamentos coletivos – escola, telefone público, igrejas, Colônia de Pescadores e a própria ASLUMA, que partilha sua sede com o posto de saúde (Figuras 77 e 78). O pequeno comércio também se circunscreve à Vila da Caucaia, com mercearias que atendem ao consumo de produtos básicos. Não há farmácia e nem padaria no Maceió. A escola só oferece as séries iniciais (até o quinto ano) e no posto médico o socorro mais frequente é feito por uma agente de saúde da comunidade.

Figuras 77 e 78: Vila da Caucaia e Reunião na Sede da ASLUMA

Fonte: Lenilton Assis, 2010.

Para ter acesso a serviços mais especializados, a população recorre diariamente à sede de Camocim em transporte alternativo que sai nas primeiras horas da manhã e retorna ao meio dia. O transporte público escolar é o único meio de deslocamento regular. A falta de opções faz das motos e bicicletas alternativas corriqueiras para os nativos percorrerem os 13km de estrada de piçarra (até o lago Seco) e mais 4km de asfalto (entre o lago e o centro da cidade).

Mapa 13: Praia do Maceió

No verão, muitas vezes, o leito da estrada é soterrado pelas areias das dunas que dificultam o tráfego de veículos e dos próprios moradores. Para muitos deles, este é um sério problema que também impede o desenvolvimento do turismo no Maceió. Mas, a questão é polêmica. Há nativos e visitantes que discordam do asfaltamento da estrada e defendem a sua permanência em leito natural, com a devida manutenção na alta estação turística¹³².

A Vila da Caucaia é a porta de entrada do Maceió. É nela onde se inicia o calçamento e um conjunto de casas enfileiradas que mudam a paisagem natural predominante (Figura 77). A vila de casas (antes padronizada) foi doada pela Prefeitura aos pescadores, em 1985, quando a barragem do lago Boqueirão (construída em 1982 nas proximidades do Maceió) não suportou o represamento de um forte período de chuvas, transbordando suas águas para as adjacências. Muitos pescadores tiveram as moradias destruídas, levando a Prefeitura a recorrer à Caixa Econômica Federal para financiar um Conjunto Habitacional (COHAB) com 40 casas onde hoje se situa a Vila da Caucaia.

No entanto, a falta de fiscalização da Prefeitura sobre estas doações facilitou que alguns nativos desvirtuassem a finalidade do benefício e vendessem as casas a visitantes que as transformavam em segundas residências. Com o dinheiro da venda, os pescadores adquiriram um novo imóvel na sede ou construíram casas mais amplas no Maceió, em terrenos mais distantes das áreas alagáveis.

A terra, até então, com valor de uso, adquire valor de troca e provoca conflitos entre os nativos e a cobiça de agentes imobiliários de Camocim que começam a “comprar” terrenos no Maceió (muitos demarcados para além dos limites estabelecidos) para especulação futura.

Primeiras e segundas residências passam a conviver lado a lado numa vila originalmente voltada para a habitação popular. Estes domicílios se diferenciam por alguns detalhes na arquitetura, tais como: acabamentos na fachada, cômodos mais amplos, além de terraços e alpendres que são

¹³² Opção esta que também julgamos a mais coerente com as condições paisagísticas e ambientais daquela área que é fortemente influenciada pela dinâmica das dunas que se distribuem e embelezam o litoral de Camocim.

preferidos pelos veranistas. Uma das casas “populares” de veraneio, inclusive, foi recentemente transformada em pousada (Figuras 79 e 80).

Figuras 79 e 80: Primeira residência à venda e segunda residência que virou pousada

Fonte: Lenilton Assis, 2010; 2011.

Ainda na Vila da Caucaia, placas de venda e aluguel saltam aos olhos, demonstrando que os nativos também são protagonistas da especulação imobiliária crescente no Maceió. Adentrando-se mais na vila, a especulação de terras continua flagrante com lotes maiores que margeiam o calçamento. Estes não mais pertencem a nativos. Foram vendidos a corretores e comerciantes de Camocim, inclusive a alguns que já têm segunda residência em Maceió. Cercas e placas de venda se multiplicam em todas as direções da praia, demonstrando a prática da antecipação espacial com “terrenos de engorda” que aguardam valorização.

Na Vila dos Pescadores, palhoças e pequenas casas enfileiram-se na linha de praia, onde são constantemente ameaçadas pelo avanço do mar. Barcos, artesãos e pescadores com seus apetrechos formam a paisagem dessa vila (Figura 81) que, de inusitada, tem uma escola de *kite surf* onde vive uma moradora adventícia¹³³ bastante conhecida na comunidade pelo trabalho de coleta de lixo desenvolvido com os nativos.

¹³³ “Lua” é como todos conhecem a moradora adventícia, natural de Maringá-PR, que já morou na Amazônia, antes de chegar ao Maceió, onde se encantou com a simplicidade dos pescadores (por isso, ainda vive entre eles) e a beleza do lugar que considera o “Havaí brasileiro”. Na sua chegada, promoveu ações de limpeza da praia e de coleta seletiva com a comunidade, ganhando assim a simpatia dos nativos e demais moradores do Maceió. Hoje, coordena com os filhos uma escola de *kite surf* que é patrocinada por um turista residencial italiano. Em entrevista concedida em 28/06/10, defendeu o seu ingresso na ASLUMA e de todas as pessoas que vivem ou têm casas na praia.

Figura 81: Vila dos Pescadores

Fonte: Lenilton Assis, 2010.

Na Beira Mar do Maceió, casas de veraneio mais suntuosas se destacam no *front* costeiro, criando ali a maior concentração de segundas residências do município (Figura 82). Na faixa de praia, 14 barracas complementam a principal oferta de lazer dos visitantes. A posse, a estrutura e a expansão das barracas têm sido motivo de conflitos entre os próprios moradores e o Poder Público.

Figura 82: Concentração de segundas residências na Av. Beira-Mar

Fonte: Lenilton Assis, 2010.

Os barraqueiros, como são conhecidos, formam um grupo de destaque na comunidade, tanto econômica, quanto politicamente. A renda auferida com as barracas é um complemento à pesca – atividade, inclusive, que alguns têm

abandonado. São eles que estão à frente da ASLUMA, reunindo 97 nativos, mas também provocando dissidências entre muitos. A associação foi criada em 1991, tendo como principais bandeiras a luta por melhores serviços e o combate à especulação imobiliária. Quanto a este último desafio, o Presidente da ASLUMA expõe o dilema vivido com os associados: “A gente sempre pede nas reuniões pra não vender, pra continuar um lugar de nativos, mas quem quer vender, vende. Nós não quer isso acontecer” (Presidente da ASLUMA, 28/11/2009).

A venda das casas e terrenos no Maceió acirra os ânimos e provoca controvérsias entre os nativos, especialmente os idosos que fundaram a ASLUMA e hoje são lideranças reconhecidas pela comunidade, que apontam perspectivas diferentes (e complementares!) sobre o problema da especulação imobiliária:

Não tem uma casa dessas aí de veranistas que não foi comprada de um pescador, de uma pessoa que ocupava aquele localzinho. Agora, eles têm aumentado aquilo que compraram bem baratinho. Muitos que venderam procuraram outro local aí em cima; outros foram embora de vez. Depois que criaram a Associação, começou a briga. Mas, não posso dizer que não vou vender (Liderança da ASLUMA, 28/11/2009).

Teve aqui dois grandes grileiros que era comerciante em Camocim. Eles comprava 10m de terras e cercava 50m. Depois que o lago arrombou, eles compraro nem uns 10 terrenos e cercaro mais de 200%, grande parte terreno de marinha. Eles comprava 3 coqueiros e cercava muita terra. Foi eles quem mais vendeu para os veranistas. Poucos pescadores vendeu (Liderança da ASLUMA, 28/11/2009).

Os atuais dirigentes da ASLUMA são acusados por outros moradores (sócios e dissidentes) de usarem a Associação em maior benefício dos barraqueiros, os quais dificultam a outros nativos o direito de também ter barracas ou de vender seus imóveis.

As barracas comercializam bebidas, petiscos e almoços, especialmente peixes e frutos do mar. Apresentam estruturas simples de atendimento com condições precárias de saneamento e higiene. Não seguem um tamanho padrão e são usadas como moradia por alguns comerciantes que alugam suas casas da Vila da Caucaia para aumentar a renda extra com o comércio.

Há anos, os barraqueiros buscam regularizar a situação dos seus negócios junto à Prefeitura que já acionou a SEMACE e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para decidir sobre a situação de tais equipamentos. A questão se arrasta na justiça até hoje e os barraqueiros aguardam uma solução favorável que lhes garanta esta fonte de sobrevivência:

Tudo o que nós queremos é uma padronização das barracas, porque a gente não paga alvará e não tem como conseguir recursos pra reformar as barracas porque não tem uma documentação. Queremos que o município legalize esta área pra nós com a União. Isso aqui é terreno de marinha que é do comando do Patrimônio da União (Barraqueiro e Presidente da ASLUMA, 28/11/2009).

As barracas são as únicas estruturas de apoio para os excursionistas de baixa renda que vêm ao Maceió para desfrutar da praia durante um dia do final de semana. Geralmente, no domingo, chegam cerca de trinta ônibus e carros de lotação (vans, *topicks* e D-20's do tipo "pau de arara") com grupos familiares, religiosos, escolares, membros de associação comunitária, entre outros visitantes provenientes da Região Norte do Ceará e também do vizinho estado do Piauí. Sem dispor de uma segunda residência e sem poder pagar pelas diárias nas pousadas, estas pessoas usam as mesas, redes, chuveiros e banheiros das barracas como apoio para os piqueniques na praia do Maceió (Figuras 83 e 84).

Figuras 83 e 84: Meios de transporte e consumo dos excursionistas nas barracas

Fonte: Lenilton Assis, 2011.

Pejorativamente chamados de “farofeiros”, eles sentem na pele o preconceito de serem preteridos em relação aos turistas que se hospedam nas pousadas ou vêm de Jeri nos *buggies* e carros 4x4. Barraqueiros que lutam, em associação, para garantir o uso do território como sustento e abrigo, também reproduzem com outros da sua classe o mesmo processo de

exclusão. Eles justificam tal atitude pelo baixo consumo dos excursionistas frente ao grande volume de lixo produzido – já que estes trazem de casa grande parte dos alimentos que consomem na praia.

A excursão de ônibus e pau-de-arara não é forte pra nós das barracas porque eles também traz tudo. Às vezes dá pena, quando as pousadas estão lotadas, a gente quer ceder uma mesa pro pessoal da excursão e não consegue porque se ceder lota a barraca. Parece que a gente tá discriminando, mas quando faz uma reserva de 10 a 12 turistas que vêm pras pousadas, lota logo a barraca. A gente não vai deixar de dar aquele atendimento pra um cliente certo que você já tem há mais de 6 anos pra, às vezes, atender 2 ônibus daqueles que só vêm hoje e só no próximo ano. O duro pra a gente é conseguir conscientizar eles sobre o lixo, pois onde rasgam pacote de biscoito, tomam refrigerante, jogam o lixo no chão (Barraqueiro e Presidente da ASLUMA, 28/11/2009).

Esta situação dos excursionistas divide opiniões entre os barraqueiros e têm sido pauta frequente nas reuniões da Associação. Há aqueles que discordam do tratamento diferenciado e propõem a criação de um galpão pela Prefeitura que ofereça alguns serviços (estacionamento, segurança, banheiros etc.) e garanta o mínimo de assistência para esta prática de lazer coletivo.

Eu vejo que tinha que ter um local pro turista farofeiro que nós chama, ter o apoio pra eles, porque toda praia não pode esperar só o turista de fora. O pessoal de carro, às vezes, também é engano. Muitos vêm num carrão, mas debaixo da mesa traz mais coisa que o farofeiro. É uísque, salgadinho... por isso, nunca vai se saber quem é quem. Da forma que faço aqui, de 100, 2 sai zangado. Eu não digo que não trabalho com farofeiro. Eu explico a eles a situação da minha barraca que não comporta muita gente. Já fui até repreendido em reuniões por outros colegas que dizem que estou apoiando os farofeiros. Digo a eles que fico agradecido de eu chegar em outra praia e não ser distratado como farofeiro (Barraqueiro e liderança da ASLUMA, 28/11/2009).

Embora demonstre empatia com os excursionistas, o preconceito também fica explícito no depoimento do barraqueiro que sugere a criação de um local exclusivo para atender os “farofeiros”. Esta proposta “segregadora” já foi testada no litoral paulista, em meados dos anos de 1980, atraindo o estudo de Rodrigues (2007, p. 121) que legou importantes considerações sobre a implantação de terminais turísticos:

Concomitantemente baixam-se sérias medidas restritivas ao acesso e estacionamento dos ônibus em outros locais, expressas na sua maioria por elevadas multas e colocação de obstáculos impedindo o acesso ao mar. Fere-se por iniciativa oficial os direitos básicos do

cidadão, garantidos por lei, como o direito de ir e vir e o uso da praia, que é patrimônio público.

No bojo dessa polêmica que envolve excursionistas e donos de barracas, outro grave problema do Maceió ganha evidência: o lixo. É verdade que os visitantes, de maneira geral, não cuidam do lixo que produzem e o espalham na praia e nas ruas. Mas, também é fato que as próprias barracas não disponibilizam lixeiras nas mesas e ainda acondicionam nas proximidades destas o lixo acumulado no final de semana – o qual fica exposto à ação de animais de grande porte que circulam livremente no Maceió e de vetores transmissores de doenças, como mosquitos, ratos e baratas.

O lixo do Maceió é coletado por poucos garis da comunidade (pagos pela Prefeitura) e transportado, de forma inadequada, em duas pequenas caçambas adaptadas a um jipe. O destino final é um terreno baldio onde o lixo é queimado. A fumaça ali produzida tem sido motivo de queixas constantes na Associação, devido à intoxicação provocada em idosos e crianças. E tal problema deve persistir, pois, segundo os líderes comunitários, em curto prazo, a Prefeitura não se mostra disposta a discutir com os moradores outra forma de destinação do lixo do Maceió ou a sua remoção ao aterro sanitário do município.

Ao recorrer à ASLUMA para reivindicar a solução deste e de outros problemas, a comunidade ratifica o importante papel social desta entidade. Vale frisar que, apesar das críticas existentes aos barraqueiros, também identificamos em muitos entrevistados o reconhecimento da iniciativa e do grande esforço desempenhado por aqueles para manter a Associação como o principal instrumento de luta e conquista coletiva. O ingresso na ASLUMA é restrito aos nativos e estes têm sabido resistir às propostas de filiação de empresários, moradores adventícios, veranistas e turistas residenciais, que são os principais atores de “fora” que ora se unem, ora “racham” com a comunidade, principalmente no tocante à questão fundiária.

Em 2004, por exemplo, um grande clima de tensão se instalou no Maceió com a contestação daquelas terras feita pelo Grupo Marilha que almejava ali instalar seu mais audacioso empreendimento no município – a

Cidade Turística Marilha. O EIA/RIMA, aprovado pela SEMACE em 2001, propunha instalar, em 611,25 hectares, 7 hotéis (1270 UHs), 15 condomínios (965 UHs), Centro de Eventos, Centro Esportivo, Hípica, Parque Aquático, Campo de Golfe e outros equipamentos (GEOCONSULT, 2001).

Os italianos previam implantar este vultoso projeto no prazo de 30 anos e, para tanto, começaram a adquirir, desde 1998, terras a agentes imobiliários conhecidos no município, conforme demonstra a Tabela 15 abaixo, transcrita do EIA/RIMA do empreendimento.

Tabela 15: Terrenos adquiridos para a Cidade Turística Marilha				
Descrição	Área	Proprietários de origem	Valor (mil reais)	Escritura
Terreno no Aborrecido	5600 m	Lavoisier de Oliveira Lima, topógrafo	50	30/12/1999
Terreno	9500 m	Lavoisier de Oliveira Lima, topógrafo	46 = 15 + Pousada do Cícero - Maceió	30/12/1999
Terreno rural no Boqueirão	456 ha	Turimóveis Emp. Ltda. João Sales Magalhães – sócio-gerente	456	27/01/1998
Imóvel rural, gleba de terra de forma irregular no Morro do Boqueirão	5860 m	Imobiliária Antônio Sales Ltda.	145	30/11/1999
Terreno	550 m	Fco. Osmar Carneiro e Adalgiza da Silva Bezerra Carneiro	65	25/06/2001
Terreno na margem da estrada Camocim-Maceió	9.939 ha	João Sales Magalhães e Maria do Socorro Souza Magalhães	65	22/06/2001

Fonte: GEOCONSULT, 2001. EIA/RIMA - Cidade Turística Marilha. Vol. 3, Anexos - Tomo A.

Após conhecimento do projeto, a comunidade ficou dividida entre aqueles reticentes aos italianos e outros esperançosos com a possível melhora de vida que o empreendimento podia lograr. Não faltaram também nativos que logo se apressaram em adquirir novos terrenos para especulação futura.

No entanto, à medida que divulgavam o projeto e atraíam novos empresários ao Maceió, os italianos expandiram a apropriação daquele território de reserva e começaram a gerar embates mais diretos com a comunidade. Após construir uma pousada no Maceió, um italiano quis proibir a

permanência de barracas diante do seu estabelecimento, o que logo foi oficializado com a notificação da Secretaria do Patrimônio da União para que tais imóveis fossem transferidos para outra área particular.

A celeridade da decisão gerou revolta na comunidade que se uniu, através da ASLUMA, para, em 2005, ingressar com uma Ação Civil Pública contestando a aquisição das terras para a construção da Cidade Turística Marilha. Para os nativos, o Grupo Marilha se apropriou indevidamente de terrenos de marinha¹³⁴ que, segundo a legislação brasileira, podem ser de uso de pescadores que, há décadas, ali residem. Além da permanência das barracas, a ASLUMA também requereu à justiça a posse de 10 hectares dos terrenos “grilados” na praia para salvaguardar o crescimento e a sobrevivência da comunidade diante da investida de novos agentes imobiliários.

A despeito da ação, o Presidente da ASLUMA ressaltou em entrevista que a comunidade é flexível à instalação de empreendimentos particulares, desde que se coadunem com os interesses dos nativos:

O problema maior é a grilagem de terra. O Grupo conseguiu documentar a compra de terra da União, ou seja, de uma coisa que nem existe documento. [...] Na realidade, não somos contra este tipo de investimento, como hotéis, resorts. No entanto, que chegue respeitando os nativos. (Barraqueiro e Presidente da ASLUMA, 28/11/2009).

Após embargar a construção da Cidade Turística Marilha, em 2008, a justiça concedeu liminar reconhecendo a apropriação indevida de áreas de preservação permanente e apontando indícios de fraudes em oito matrículas de terrenos cujas escrituras de compra e venda foram lavradas no cartório de imóveis de Camocim que possui como tabelião titular a esposa de um dos sócios do Grupo. Segundo a lei 8.935/94, o tabelião é proibido de lavrar escrituras a parentes próximos (CAVALCANTE, 2008).

¹³⁴ Correspondem à faixa de 33 metros a contar da linha de preamar (média de alcance das marés ao longo de um ano) e são de propriedade da União. A sua posse pode ser regularizada, desde que os terrenos não integrem áreas de preservação permanente - mananciais, matas ciliares, manguezais e grandes encostas. Na regularização, são considerados o tempo de ocupação, as benfeitorias como construções, e o pagamento do laudêmio à União.

Contudo, à liminar coube recurso e as terras continuam em litígio. A lentidão da justiça favorece constantes repressões do Grupo Marilha na comunidade do Maceió. Tentativas de intimidação e cooptação de nativos passaram a ser frequentes. Interdições de construções e coerções policiais também ocorreram. Donos de pousadas, veranistas e turistas residenciais, vez por outra, tentam interceder junto à Associação para o fechamento de um acordo, como o apresentado pelo Grupo em maio de 2010.

Ao invés dos 10ha pleiteados pela comunidade, o Grupo propôs a “doação” de apenas 3,32ha que abrangeriam as construções já existentes na Vila da Caucaia e as terras adjacentes a esta, ou seja, aquelas mais distantes do mar. Líderes da Associação, políticos e entidades parceiras¹³⁵, logo, perceberam a estratégia do Grupo de fechar o acordo visando à anulação da contenda judicial, o que, por conseguinte, levaria à expulsão dos pescadores e das barracas próximas às áreas de interesse dos empresários. Um dos fundadores da ASLUMA, o Sr. Zé Marreta, expressou sua indignação à proposta, retrucando com a vivência de mais de sete décadas que:

O pescador nasceu na praia, nasceu dentro d'água. Ele mora mais no mar de que na casa dele. Passa 5 dias em casa e 25 no mar. Por isso, o pescador tem que morar é na praia, não é na mata [...]. É no mar que ele é acostumado a lavar o pé, a tomar banho e a sacrificar a vida dele (Liderança da ASLUMA, 28/11/2009).

Ao intermediar tal acordo e tentar persuadir os nativos para a sua aceitação, o dono da Pousada Recanto do Mar¹³⁶ deixou as lideranças comunitárias ainda mais receosas quanto ao ingresso na ASLUMA de novos atores chegados ao Maceió, tais como veranistas e turistas residenciais que, cada vez mais, apropriam-se e constroem múltiplas identidades com aquele território – as quais passamos a analisar a partir de entrevistas semiestruturadas, realizadas com perguntas abertas e dirigidas (ver Apêndices B e C).

¹³⁵ Como a Pastoral Social da Diocese de Tianguá e o Ministério Público.

¹³⁶ É a melhor pousada da praia do Maceió <www.pousadarecantodomar.com.br> e seu proprietário é um empresário de Sobral que desfruta de boa relação com os nativos. Segundo o presidente da ASLUMA, o empresário apoia alguns eventos promovidos pela Associação e, recentemente, tem demonstrando interesse de ser sócio – condição ainda não permitida pelo regimento atual, mas que tem sido questionada em recentes reuniões onde o empresário e outros moradores adventícios se fazem presentes.

Dos 3 veranistas que entrevistamos, 2 eram oriundos da Serra da Ibiapaba e 1 de Sobral. Todos eram proprietários, casados e com formação superior. Suas ocupações eram de empresário e funcionários públicos. As principais motivações para comprarem uma segunda residência no Maceió foram a praia (já que residem na serra e no sertão), o sossego do trabalho, além da oportunidade de mais lazer para a família.

Entre os turistas residenciais, 2 eram italianos e 1 suíço, sendo todos casados e com idades que oscilavam entre 40 e 70 anos. Um casal já é aposentado e vive no Maceió como residente permanente. Os demais passam temporadas de 3 a 6 meses e retornam aos seus países de origem, onde são empresários.

Enquanto os veranistas, ainda em idade produtiva, buscam no Maceió mais opções de lazer para o final de semana, os turistas entrevistados ensejam novos estilos de vida numa residência situada em outro continente, onde vislumbram o seu uso por longas temporadas, especialmente após a aposentadoria.

O clima foi o primeiro fator apontado pelos turistas residenciais para justificar o interesse em comprar um imóvel em um país tão distante como o Brasil. A oferta do sol o ano inteiro (diferentemente dos fortes invernos em grande parte da Europa) foi associada a melhor saúde e a um estilo de vida mais ativo, com possibilidade de atividades ao ar livre, como caminhadas, pescarias, cultivo de jardins, o desfrute da praia e das belezas naturais do Maceió.

Os baixos preços dos imóveis não apareceram de imediato como uma das motivações de ambos os grupos entrevistados, mas os veranistas confirmaram que conheceram o Maceió em passeios de final de semana e, logo, pesquisaram com os nativos os preços das casas e terrenos que, a época, eram bem atrativos:

De 2002 pra cá, o preço do terreno aumentou demais e as casas também. Comprei meu terreno por 4 mil a um nativo e hoje o pessoal só encontra pra lá de 20, 30 mil. Já tem bastante gente de Sobral e da Ibiapaba com casa aqui. De quase todo lugar da região, alguém tem casa aqui e ainda tem gente com terreno pra revender (Veranista de Tianguá, 27/06/2010).

O Maceió tá ficando inviável porque desde que os italianos chegaram aqui fizeram um trabalho que a especulação imobiliária surgiu de forma bombástica de uma hora pra outra. O Maceió que até então era uma vila de pescadores que você podia chegar pra comprar um terreno e fazer uma casa de veraneio, hoje com o salário que se ganha não se consegue mais. Só pra profissionais que realmente têm grana. Antigamente, um terreno era 2 a 3 mil. As casas dos pescadores se compravam por 4 a 5 mil. Hoje, já são 30, 50 mil (Veranista de Sobral, 27/06/2010).

Além das condições climáticas, os turistas residenciais também destacaram o baixo custo de vida como uma motivação para a nova moradia. Eles preferem o tipo casas com jardins (Figura 85), ao invés de apartamentos com escadas ou elevadores (comuns na Europa) que dificultam o acesso dos turistas de mais idade.

Figura 85: Residências de italianos e suíços no Maceió

Fonte: Lenilton Assis, 2010; 2011.

Com os preços dos imóveis bem inferiores aos praticados nos países de origem, os turistas residenciais logo viram a possibilidade de construir boas residências na Beira Mar do Maceió que além de espaço de ócio para receber parentes e amigos, também seria uma opção de negócio como investimento imobiliário.

Já viajei muito. Antes, eu morei na República Dominicana, México, Nova Zelândia, Austrália e África do Sul. Eu morei em todos esses lugares, mas não tive casas lá. Só alugava. Aqui, é a primeira vez que compro. Lá os preços são mais elevados (Turista residencial italiana, 28/06/2010).

A influência de amigos (especialmente de italianos) também foi considerada na escolha do lugar, embora a praia do Maceió ainda não tenha um grande número de residentes estrangeiros que possam configurar redes sociais significativas, como clubes, lojas, igrejas e associações exclusivas para turistas residenciais – como identificado nos estudos de Breur (2005) e Gustafson (2009a) sobre alemães e suecos que possuem segundas residências na Espanha.

Os três turistas residenciais construíram suas casas logo após comprarem os terrenos de agentes imobiliários de Camocim. De olho no aumento desses novos residentes de alto poder aquisitivo, os agentes locais aumentam os preços e a oferta de imóveis no Maceió, onde já são encontradas placas de venda bilíngues, também direcionadas aos estrangeiros.

Tanto os veranistas, quanto os turistas residenciais não costumam alugar suas casas nos períodos em que estão ausentes. Os primeiros alegaram o uso frequente nos finais de semana e nas férias anuais, quando recebem parentes e amigos. Já os turistas residenciais que intercalam longas temporadas na praia com retornos periódicos aos países de origem, reconheceram que o custo econômico para manter duas residências é uma questão relevante. Apesar dos sacrifícios que fazem, eles não pensam em se desfazer da residência na Europa e nem de alugar a casa em Camocim, onde justificam o risco de terem os imóveis danificados e/ou seus pertences furtados. A “primeira residência”, eles deixam a cargo de parentes, vizinhos ou funcionários que, além da manutenção, cuidam dos jardins e das correspondências.

Apenas um dos turistas residenciais disse possuir outra residência ocasional no país de origem, cujas despesas são divididas com outros parentes. É uma casa de campo, herdada como patrimônio familiar, que hoje só a frequenta nas viagens de verão à Itália, quando aproveita para manter contato com amigos e outras gerações da família.

Nos trabalhos de campo, identificamos que os dois italianos já haviam recebido o visto permanente de imigrantes no Brasil, um na condição de

aposentado e outro como investidor¹³⁷ em negócios imobiliário-turísticos. O casal suíço ainda se encontrava como turista de segunda residência (à espera do visto permanente), o que, por sua vez, exigia o retorno, em até seis meses, à terra natal.

Apesar dessas condições “legais” informadas, questionamos com os entrevistados como se sentiam – turistas ou migrantes – diante dos vínculos já criados com o território da nova residência e os contatos frequentes que mantêm com o país e o lar de origem.

Semelhante ao identificado na pesquisa de Gustafson (2009b) sobre a relação entre mobilidade e pertença territorial, as respostas dos entrevistados confirmaram que, inicialmente, os turistas residenciais têm pequeno ou nenhum sentimento de pertença com o país receptor (como ocorreu com o casal suíço que se identificou como turista), mas isso vai gradualmente sendo modificado em um processo de assimilação ou integração que cresce com o passar dos anos em que se estabelecem como novos residentes, como no caso da italiana aposentada que ressaltou: “Não moro mais em outro país. Eu moro aqui. Gente do mundo já pensa que sou brasileira. Não sou mais turista”.

Tal comportamento também é similar aos dos turistas aposentados provenientes de toda a União Europeia que passam a residir no mediterrâneo espanhol, onde, segundo Mantecón (2008, p. 131), “não se veem como turistas e sim como residentes europeus, investidores ou cidadãos com várias residências ou vários ‘lares’” - nos quais ensejam o fenômeno da “multirresidencialidade”.

De forma didática, o mestre Milton Santos (1997, p. 263) explica como ocorre essa “simbiose” entre o novo morador e o novo território, ratificando que

¹³⁷ Segundo o Ministério da Justiça do Brasil, a concessão de visto permanente a estrangeiros no país é feita nas seguintes condições: 1) estrangeiro que fizer um investimento igual ou superior a cinquenta mil dólares americanos ou apresentar um projeto que contemple no mínimo dez novos empregos para o período mínimo de cinco anos; 2) administrador, gerente ou diretor de uma empresa; 3) estrangeiro que pretenda permanecer no Brasil e investir fundos estrangeiros em atividades produtivas, absorvendo ou formando trabalhadores especializados; 4) estrangeiro aposentado, com mais de 50 anos, que transfira, mensalmente, para o Brasil, no mínimo, dois mil dólares americanos; 5) pesquisador ou especialista de alto nível; 6) estrangeiro casado com cidadão brasileiro há, no mínimo, dois anos; 7) estrangeiro que tenha como dependente um filho nascido no território brasileiro <www.mj.gov.br>.

este último não é uma superfície inerte, mas sim que reflete e condiciona as relações sociais:

O novo ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida.

Mesmo “morando” no Maceió, a aposentada entrevistada mantém outro lar na Itália ocupado pelos filhos, para onde viaja uma vez no ano e lá permanece até quatro meses. Segundo ela, este retorno anual também se dá em busca de “cultura”, de “variedades” como museus, teatros, lojas, bons restaurantes e exposições, ou seja, atrativos turísticos que ela consome na sua “nova” condição de visitante do país de origem.

Os demais turistas residenciais confirmaram que se sentem “em casa” tanto em uma como na outra residência, mesmo que os laços emocionais difiram. Para eles, o lar brasileiro está relacionado ao “bem estar”, a outra fase da vida que aproveitam após se livrar (parcial ou totalmente) das atividades de trabalho. O lar na Europa remete a laços familiares mais fortes que também se associam a uma boa estrutura dos serviços que os levam a retornar por temporadas ou até de forma definitiva – no caso da perda da saúde ou de falecimento do cônjuge, condição essa relatada por um entrevistado.

Um empresário italiano residente em Maceió alegou que se sente dividido entre os dois países, pois ainda têm negócios e parentes na Itália, o que o faz retornar 2 a 3 vezes ao ano, especialmente no Natal e *Réveillon*. Mas, o fluxo inverso também é recorrente, especialmente com os estrangeiros aposentados que passam temporadas mais longas no Maceió, onde recebem familiares e amigos provenientes dos seus países de origem.

O apego a ambos os lares cria, portanto, “identidades transterritoriais” (HAESBAERT, 1999) a partir do entrecruzamento de experiências e significados construídos em cada país e nas redes que os articulam – como as viagens periódicas e os meios de comunicação frequentemente usados. Essa “transterritorialidade” é o *estar-entre* e não um *simples passar por* diferentes

territórios, como esclarecem Haesbaert e Mondardo (2010) ao se referirem ao migrante como *ser em trânsito*, seja como força de trabalho, seja em outras formas de mobilidades – como os turistas residenciais aqui em questão.

O migrante cria vínculos afetivos e/ou materiais com o território de origem, numa situação ambígua, “de ser de dois (ou mais) territórios e não ser de nenhum”, caracterizada por uma espécie de “translocamento”. É nesse *trânsito* entre os territórios de origem e de destino que o migrante produz uma condição de transterritorialidade, num “processo de imbricação (conflituoso) do sentimento de pertencer, das relações ‘carregadas’ consigo (na memória) dos outros territórios perpassados (...), além dos estranhamentos, das relações dúbias, ambivalentes”, que provocam “o embaralhamento das referências espaciais”, fazendo o sujeito pertencer a (e até “viver”, de alguma forma, pela memória, por exemplo) duas territorialidades, e, ao mesmo tempo, não pertencer a nenhuma” (HAESBAERT; MONDARDO, 2010, p. 38).

Tais experiências “transterritoriais” também evidenciam o que Clifford (2000) chama de “culturas viajantes” e Heller (1995) de “geografias promíscuas” ao se referirem às novas práticas de morar e viajar (hoje possíveis com o aumento generalizado da mobilidade) que alteram as relações e a identidade com os territórios. A esse respeito, Hall (2006, p. 12-13) ainda esclarece que “a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’ - formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”.

Para os veranistas, a maior identidade com a primeira residência também é uma característica marcante. Porém, isto ocorre de forma distinta dos turistas residenciais, devido às menores distâncias que permitem aos veranistas ocupações esporádicas da moradia ocasional cuja finalidade “quase exclusiva” para o lazer também se torna mais evidente.

Apesar disso, os veranistas exaltaram nas entrevistas manter relações mais estáveis com o lar ocasional que os diferenciam dos turistas convencionais, conforme revelado abaixo:

Acho que turista não sou porque já venho aqui há algum tempo. Conheço todo mundo aí das casas e barracas. Mas, vez em quando, tomo cerveja nas barracas igual os turistas que vêm pras pousadas. O problema é que as barracas vendem tudo caro, um absurdo, aí quem já conhece a exploração traz tudo de casa (Veranista de São Benedito, 27/06/2010).

No início deste depoimento, o proprietário da segunda residência enaltece uma identidade criada com o território, um sentido de já pertencer e de “conhecer” a comunidade que o diferencia do turista convencional, do visitante passageiro que se hospeda nas pousadas (domicílios coletivos) quando está fora da sua área de circulação mais frequente (entorno habitual). A sua dúvida também expõe a clássica indefinição que as segundas residências suscitam, tanto nos usuários, quanto nos estudiosos (COPPOCK, 1977; HALL; MULLER, 2004), em virtude de congregarem a mobilidade do turista (nos deslocamentos periódicos) e a permanência do residente (nas estadias repetidas).

Diante dessa complexidade, ratificamos a proposição adotada na pesquisa de que cabe ao usuário da segunda residência a melhor definição sobre a sua situação. Conceitos oficiais e critérios estatísticos, por mais que contribuam e se aproximem dessa tarefa, não conseguem captar as inúmeras relações e significados que os usuários estabelecem com estes domicílios e os territórios onde estão situados.

Conforme exposto no depoimento anterior, a expansão de segundas residências provoca impactos socioeconômicos às comunidades receptoras, os quais tanto podem ser positivos - como o aumento da renda, arrecadação de impostos, melhorias na oferta de emprego e na infraestrutura local -, quanto negativos - como o maior custo de vida, do preço dos imóveis, mudanças nos valores sociais, emergência de novos grupos econômicos e de novas práticas culturais para atender aos novos residentes (MULLER; HALL; KEEN, 2004).

No caso de Maceió, os impactos econômicos atribuídos às segundas residências ainda são insignificantes. Por exemplo, o abastecimento de alimentos e bebidas, por parte dos veranistas, ocorre nos municípios de origem ou nos supermercados de Camocim. Já entre os turistas residenciais, a compra de suprimentos também se dá nos supermercados da sede e, esporadicamente, em Fortaleza onde encontram maior variedade de produtos e iguarias dos seus países de procedência.

O consumo nas bodegas e barracas do Maceió é quase inexistente, o que, por sua vez, leva os proprietários de segundas residências a produzir pouco impacto na economia local. Tal atitude gera alguns ressentimentos entre os nativos, especialmente com os barraqueiros que justificam os altos valores praticados:

Os que têm casas aqui, dificilmente, consomem nas barracas. Eles já têm tudo aí. A gente nunca discutiu isso, mas o melhor pra a gente é o turista das pousadas. Tem veranista que a gente conheceu sem casa e hoje já tem. Então, essas pessoas vêm menos pras barracas. [...] Aqui pras barracas tudo tem que ser comprado com antecedência em Camocim, mais ainda o gelo. O peixe, caranguejo, camarão, a gente pede e os fornecedores trazem. Bebida também. Cereais e verduras têm que ser lá. Às vezes, compramos e não tem saída, o movimento é fraco por semanas, então os preços tem que compensar esses custos. O peixe comprado aqui no Maceió é só complemento. Não tem os peixes que mais vendemos (cavala, pargo) então compramos mais caro em Camocim (Barraqueiro e Presidente da ASLUMA, 28/11/2009).

Apesar de algumas divergências, veranistas e turistas residenciais confirmaram manter uma boa relação com os nativos e demais visitantes, mesmo sem dispensar críticas aos primeiros quanto à falta de maior cuidado com o lixo (principalmente das barracas), e aos segundos, pelo barulho dos sons dos carros nos finais de semana e a sujeira que deixam na praia - no caso dos “farofeiros”, aos quais se referiram com os mesmos preconceitos dos barraqueiros.

O principal impacto econômico produzido pelas segundas residências no Maceió se dá com a contratação de alguns nativos para fazerem a vigília e conservação dos imóveis, especialmente nas ausências dos proprietários. Entre os turistas residenciais, além do caseiro responsável pela manutenção da casa e do jardim, é comum a contratação de empregadas domésticas ou de diaristas. Para os veranistas, o emprego de um segundo funcionário só ocorre nos períodos festivos e de maior estadia em que recebem parentes e amigos – como nas férias, *réveillon* e carnaval.

Em todos os casos, os empregos criados com as segundas residências se caracterizam como informais, temporários e com baixas remunerações que servem apenas de complemento às atividades tradicionais desempenhadas pelos nativos (pesca, agricultura, pequeno comércio etc.).

A imagem de que as segundas residências pouco contribuem para a economia local é ainda reforçada pelo fato dos seus usuários não pagarem o IPTU à Prefeitura (mesmo com a cobrança). Tal prática reduz a arrecadação de recursos que poderiam ser revertidos na melhoria de serviços públicos (como a coleta de lixo) para benefício de toda a comunidade.

Por isso, o ex-prefeito Sérgio Aguiar (também proprietário de segunda residência no Maceió) defende não só a obrigatoriedade do pagamento, como também um valor diferenciado do IPTU para os veranistas e estrangeiros com imóveis no município:

Eu defendo para as segundas residências tributação maior de IPTU que é uma forma de fazer quem tem mais, pagar mais. Eu defendo isso na Justiça Tributária para que eles possam ajudar a que sejam prestados melhores serviços para a população em geral (Sérgio Aguiar, ex-prefeito, 15/04/2010).

Não obstante a proposta, *a priori*, nos pareça justa, também gera diversas controvérsias no Maceió e alhures. Os entrevistados discordaram da ideia do ex-prefeito, rechaçando-a com alguns dos argumentos expressos nos depoimentos abaixo:

Não pago IPTU e não vejo investimento no Maceió que justifique aumentar a cobrança. Aqui falta água, polícia mal aparece, a coleta do lixo é ruim, praça e esgoto nem se fala e a estrada de piçarra é um problema todo verão que a Prefeitura não resolve. A praia não é só dos nativos e o aumento não garante que o dinheiro volte pro Maceió pra ser investido nessas coisas que faltam (Veranista de Tianguá, 27/06/2010).

Aqui é um bairro esquecido e eles só querem dinheiro. Falei na Prefeitura e com o diretor da Oi pra botar internet aqui onde moro. Disseram que ainda não é possível. Eu pago 150 ao mês por internet a rádio, que é caro pro serviço ruim. Na Itália, pagava em torno de 25 e tem em todo lugar. Na Constituição do Brasil tem escrito que todo mundo tem direito à comunicação, mas aqui isso não é possível (Turista residencial italiana, 28/06/2010).

Em lugares onde há alta concentração de segundas residências, tal discussão também é polêmica, devido à urbanização dispersa (também chamada de urbanização turística) que estes domicílios produzem, tendo como principal característica o elevado custo dos serviços públicos instalados em áreas fragmentadas do território, onde a demanda, quase sempre, fica

subutilizada pelas visitas ocasionais. Na Cataluña, onde este fenômeno da dispersão e atomização das segundas residências tem gerado sérios problemas sobre o ordenamento do território, Reverté (2005, p. 97) assinala que ele dá evidência à famosa sentença que caracteriza as urbanizações residenciais: “se urbaniza sem fazer cidade”.

O fato do Poder Público não fazer distinção entre as primeiras e segundas residências dificulta a determinação de taxas específicas para ambas as moradias e de níveis apropriados de serviços para as áreas onde os domicílios ocasionais predominam, gerando, ainda, frequentes conflitos com os seus usuários. Por exemplo, na comunidade alpina de Wanaka, na Nova Zelândia, há pressão do setor hoteleiro que é impactado pelo crescimento das segundas residências para que estas sejam sobretaxadas (KEEN; HALL, 2004, p. 192). Na praia de Caiobá, em Matinhos-PR, autoridades municipais vêm adotando a prática de sobretaxar as segundas residências, provocando forte reação dos proprietários que denunciam abusos no aumento do IPTU em até 300% (CAMPANA, 2010).

Todavia, há casos como o da Finlândia em que os proprietários costumam pagar o imposto sobre o imóvel ocasional, levando os municípios a incentivar a expansão desse tipo de habitação como forma de aumentar a arrecadação fiscal e os investimentos em serviços públicos. Nesse país escandinavo, os proprietários de segundas residências gozam ainda do direito de participar da política e do planejamento local – fato este que denota um tratamento administrativo mais adequado às pessoas que residem em diversos lugares e em várias habitações (MULLER, 2009, p. 30).

No Maceió, em função da oferta deficiente de equipamentos e serviços básicos, a expansão de segundas residências, especialmente para estrangeiros, é apontada pelas autoridades locais como uma forma de incrementar a urbanização da pequena Vila, assim como de todo o município:

Pra nós, pra Camocim, a segunda residência de europeus é estratégica. Vai ser fundamental porque nós vamos ter moradias e construções de qualidade. Vai dar um aspecto urbanístico melhor, no visual daquilo que vai ser implantado na cidade e acho que com essa tributação maior, que deveria ser uma das coisas atentadas pelo Poder Público, isso poderia fazer com que houvesse maior

contribuição dos proprietários de segunda residência (Sérgio Aguiar, ex-prefeito, 15/04/2010).

Esta percepção “urbanístico-redentora” que o ex-prefeito de Camocim atribui ao turismo residencial é fruto da ideologia difundida no mundo que reforça uma visão positiva das segundas residências¹³⁸, conforme identificado por Mantecón (2008, p. 139) na província de Alicante, na Costa Branca Espanhola, onde autoridades, promotores imobiliários, membros de associações comunitárias e do *trade* turístico têm consciência dos muitos erros cometidos, porém consideram o saldo mais positivo do que negativo.

Os “erros” são associados aos impactos ambientais, às desordens urbanísticas e à especulação imobiliária incrementada pela expansão das segundas residências, questões estas que também já preocupam e geram divergências entre os nativos e os moradores ocasionais do Maceió.

Veranistas e turistas residenciais do Maceió não participam das reuniões da ASLUMA e se dividem nas opiniões, ora apoiando a luta dos nativos contra a especulação da terra, ora criticando o “fechamento” da Associação “aos de fora” e acusando a população local de ser a maior responsável por este crescente problema da comunidade.

Os veranistas defendem o ingresso na Associação de todos que têm casa na comunidade. Com isso, acreditam que a entidade terá mais poder e organização, especialmente para evitar a especulação imobiliária e a degradação ambiental, problemas aos quais associam, respectivamente, ao protagonismo dos nativos (na venda de terrenos) e à ação dos excursionistas (no caso do lixo). O fato dos veranistas repassarem para os excursionistas o ônus pelo principal problema ambiental da Vila também acoberta estratégias de segregar para valorizar seus imóveis.

Entre os turistas residenciais, a aposentada italiana se destaca pela relação mais próxima com os nativos e o apoio dado às causas comunitárias

¹³⁸ “As modernas redes de informação e transporte ‘globalizam’ o fenômeno da segunda residência. Na internet, diversos sites já possibilitam a compra, a venda, o aluguel ou o intercâmbio de segundas residências em vários países. Feiras e exposições imobiliárias também têm destacado novos tipos e padrões arquitetônicos que tornam as residências secundárias uma das ‘mercadorias’ mais cobiçadas” (ASSIS, 2006, p. 302).

que visam impedir o crescimento urbano desordenado e a massificação do turismo. Embora tenha ressaltado que, muitas vezes, os dirigentes da ASLUMA só a procuram quando querem dinheiro, não poupou críticas às ações de seus conterrâneos do Grupo Marilha:

O problema todo é que esses italianos comprem tudo e não fazem nada. Esse é o problema. É totalmente especulação, o que não é justo porque agora os moradores perdem a terra e a liberdade de andar daqui até outra parte. E a Prefeitura tem muita dificuldade de aprovar a terra para eles que são pescadores e necessitam viver perto da praia (Turista residencial italiana, 28/06/2010).

Esta visão crítica, ao mesmo tempo em que representa um fator positivo da presença do turista residencial na comunidade, também demonstra o anseio da aposentada de preservar o “novo lar e lugar” de residência da concentração populacional e dos problemas urbanos característicos dos centros metropolitanos onde ela já morou.

A permanência na comunidade ao longo da semana permite aos turistas residenciais terem maior contato com a comunidade, ao invés dos veranistas de finais de semana. Os costumes e tradições dos nativos, obviamente, também chamam mais atenção dos primeiros que sempre apreciam as festas e manifestações culturais, tais como procissões, quadrilhas, missas e regatas.

Nas atividades ao ar livre que desenvolvem durante a semana (como caminhadas, pescarias, banhos de mar etc.), os turistas residenciais também mantêm contato entre si, aproximando-se pelos idiomas que lhes são mais comuns (inglês e italiano) e pela falta de domínio do português. Nas conversas entre eles, os turistas residenciais aproveitam para trocar informações sobre as famílias, viagens, negócios, o convívio no Maceió, além dos problemas da comunidade.

Malgrado não seja um sério problema entre os turistas residenciais que entrevistamos, a falta de domínio do idioma do novo país provoca em muitos deles um baixo nível de integração social com os nativos, conforme constatado por O'Reilly (2009, p. 261) para o caso dos migrantes britânicos que têm moradia na Espanha e não se sentem “residentes” neste último país pelas dificuldades de comunicação.

Nos finais de semana no Maceió, quando a praia fica agitada com a chegada de veranistas e excursionistas, os turistas residenciais ficam mais reclusos nas residências, praticando atividades como cuidar do jardim e dos animais, cozinhar, ver TV, falar com familiares e saber notícias de suas pátrias de origem.

Eles se sentem incomodados com os demais visitantes, acusando-os de acabar com a tranquilidade e a beleza da praia, com problemas como: poluição sonora, bebedeira e acúmulo de lixo. Ao mesmo tempo em que se “encastelam” nas suas casas de muros altos, grades reforçadas e cercas elétricas, os turistas residenciais expõem o “poder e vulnerabilidade” (GUSTAFSON, 2009a, p. 281) que caracterizam suas moradias em outros países, onde o poder financeiro que demonstram com habitações mais suntuosas que as dos nativos, também os deixam mais vulneráveis a furtos, explorações fiscais de autoridades locais, má assistência de promotores imobiliários que podem ludibria-los em virtude da falta de conhecimento dos costumes, das leis e do idioma do país da nova moradia.

O desconhecimento das normas urbanísticas e ambientais, muitas vezes, gera dissabores aos turistas residenciais tanto nas situações em que estes se assessoram de profissionais inescrupulosos, quanto com a burocracia brasileira que emperra e retarda seus negócios e construções.

Mas, também há casos em que eles logo se adequam ao “jeitinho brasileiro”, usando de artifícios conhecidos e propagados aqui como a desobediência às normas estabelecidas, suborno de técnicos e fiscais de órgãos públicos, entre outros.

No Maceió, descasos como estes se tornam ainda mais graves, quanto à omissão do Poder Público, pelo fato desta praia estar inserida em uma Área de Preservação Ambiental, instituída pela Lei Municipal Nº 629, de 19 de dezembro de 1997 (Mapa 14). A suposta preservação esperada não tem ocorrido como também a APA não tem reduzido a especulação imobiliária e os conflitos que são latentes.

Mapa 14: APA de Maceió e Tatajuba

Todavia, lideranças comunitárias e outros entrevistados do município reforçam a visão positiva dos políticos locais que defendem o turismo e as segundas residências (principalmente de estrangeiros) como atividades propícias ao desenvolvimento da comunidade, apesar dos riscos.

Eu não tenho nada contra os estrangeiros virem pra cá e comprarem um pedaço de terra pra fazer uma casa. Eu mesma gostaria de ter dinheiro pra ter uma casa na Suíça e visitar pelo menos uma vez por mês. Vejo isso de forma natural. Vejo também a troca de culturas para os povos de forma enriquecedora e consigo abstrair daí muita coisa boa. Mas, é claro que eles conseguem levar vantagens porque a maioria que vem pra cá é gente instruída, de outro nível financeiro e de vida bem melhor. Vem o tipo que é professor, aposentado e escritor, mas também vem o marginal. E o nosso povo é muito inocente (não é nem ignorante!) e se deslumbra com o desconhecido. Pra eles, estrangeiro é dólar, é rico e veem nele alguma forma de tirar uma vantagem. No fundo, quem acaba perdendo e sendo explorado é o povo, porque tá em um lugar privilegiado, vivendo na simplicidade, mesmo na dificuldade, mas com a natureza que lhe dá paz e sustento (Nilrene Lúcio, ex-Coordenadora de Turismo da Prefeitura de Camocim, 30/06/10).

Aqui não dá mais pra fazer igual à Tatajuba porque já cresceu muito. Lá também é diferente porque é lugar de passagem e o povo não se hospeda. Quando fica é uma noite pra ir pra Jeri ou vir pra Camocim. Aqui tem muito turista que chega na quinta-feira e vai embora no domingo. A gente é mais a favor da pousada por isso aí, porque

tendo elas, melhora pra nós que tem barraca. Mas, não é contra as casas de veraneio nem os resorts (Barraqueiro e Presidente da ASLUMA, 28/11/2009).

O depoimento da ex-Coordenadora de Turismo expressa bem os impactos culturais positivos que, a princípio, a “hipermobilidade” sugere, mas também desnuda com clareza a sua contra face, reforçando, empiricamente, as “geometrias de poder” (MASSEY, 2001) das distintas classes sociais que se beneficiam e/ou controlam o aumento da mobilidade no mundo.

Nesse sentido, embora a praia do Maceió ostente uma lógica zonal de apropriação do território fortemente demarcada pela pesca e pelo protagonismo de atores locais, cada vez mais estes passam a conviver com uma lógica reticular instituída pelos turistas residenciais e empresários estrangeiros que ali desenvolvem interesses e estilos de vida diferentes dos nativos, os quais (apesar dos conflitos!) são mais “flexíveis” e receptivos às novas investidas. Ao se reportar à comunidade de Tatajuba como comparativo, o Presidente da ASLUMA sinaliza que aquela vivencia um relativo “fechamento” do território para os “de fora”, fazendo com que os embates entre nativos e visitantes sejam mais fortes e evidentes – diferentes do Maceió, como veremos a seguir.

4.3 Praia da Tatajuba: território-zona de resistência/inação

Na praia da Tatajuba, a desterritorialização e a reterritorialização são processos frequentes não só manifestos pelas disputas de terra entre *insiders* e *outsiders*. Ali a natureza sempre foi protagonista da dinâmica das paisagens que são marcadas por campos de dunas, praias desertas, lagos costeiros, coqueirais, manguezais e ventos fortes. O território em disputa é formado por areias em movimento e em crescente valorização imobiliária.

De acordo com o levantamento do IBAMA, os campos de dunas de Tatajuba foram formados em três momentos:

A primeira dessa geração de dunas, totalmente edafizadas e onde estão estruturados os núcleos comunitários, está relacionada aos episódios sedimentares iniciais da formação da planície flúvio-marinha. A segunda geração, sobreposta aos terraços holocênicos, apresenta etapas de colonização vegetal por espécies pioneiras. Uma terceira geração, mais recente, apresenta-se transbordando as atuais estruturas existentes e são retroalimentadas pelos sistemas deposicionais regionais (BRASIL, 2001, p. 10).

Alheias aos embates, as areias teimam em mudar de lugar, jogando na cara de moradores e visitantes sua força que já foi responsável pelo soterramento de casas e da igreja da Velha Tatajuba.

A comunidade começou a se formar nos primeiros anos do século XX com pescadores vindos das redondezas de Camocim em busca de um lugar para morar e desenvolver a pesca artesanal. Aos poucos, a pesca da lagosta também foi crescendo e atraindo novos pescadores, inclusive do Rio Grande do Norte.

De início, o vilarejo se chamava Cabaceiras e, em 1930, passou a Tatajuba em virtude da abundância de uma árvore com esse nome (*Chorophora tinctoria Gand*) cuja utilização tanto servia de corante amarelo para tinturaria, quanto de madeira para construção de embarcações – fatos que levaram a sua quase devastação. Em 1978, a dinâmica das dunas soterrou grande parte do sítio inicial ocupado pela comunidade, o qual passou a ser chamado de Velha ou Baixa da Tatajuba.

Este evento forçou a reterritorialização da comunidade em quatro vilas que ficaram geograficamente separadas pelas dunas e gamboa¹³⁹ (Figuras 86 e 87), mas unidas pela forte identidade da população com aquele território.

Figuras 86 e 87: Ruínas da igreja da Velha Tatajuba e vista da gamboa

Fonte: Arquivo pessoal, Vando Arcanjo; Lenilton Assis, 2010.

As vilas da Nova Tatajuba, São Francisco, Baixa da Tatajuba e Vila Nova formam a comunidade da Tatajuba que se localiza na porção Leste do município de Camocim, próxima à sede do distrito de Guriú e à divisa com o município de Jijoca de Jericoacoara (Mapa 15).

Mapa 15: Vilas de Tatajuba e área em litígio

¹³⁹ Braço de mar que adentra ao continente no afluxo da maré propiciando o surgimento do manguezal pelo encontro de águas doce e salgada que formam um berçário natural para várias espécies de peixes, crustáceos e moluscos.

O fato de ser um “lugar de passagem” entre a praia de Jericoacoara (30km) e a cidade de Camocim (25km) faz com que Tatajuba vivencie, nas últimas décadas, uma forte especulação do seu território que se tornou ainda mais visado com a Rota das Emoções. Uma espécie de “tirania da proximidade” se instala na comunidade a reboque do crescimento de Jeri e do surgimento de grandes projetos imobiliário-turísticos em Camocim e região.

A comunidade conta com cerca de 1000 habitantes distribuídos nas quatro vilas, em aproximadamente 200 habitações. A Nova Tatajuba (ou simplesmente Tatajuba, como é mais conhecida) é a vila central onde ficam instalados os principais equipamentos e serviços públicos. Das três escolas da comunidade, a maior e que oferece o ensino fundamental e médio está situada nesta vila, ao lado do posto de saúde que fornece apenas o atendimento primário através do Programa de Saúde da Família. Devido às visitas esporádicas de um médico e uma enfermeira, os moradores recorrem com frequência ao uso de plantas medicinais de conhecimento dos idosos.

Há também na vila principal uma pequena praça, mercearias, mercadinho, comércio de óleo e gasolina e a igreja de São Francisco que é o padroeiro da comunidade. A energia elétrica chegou à Tatajuba em 1997 e a água encanada só em 2002. A eletricidade permitiu às famílias a aquisição de eletrodomésticos, dentre os quais a televisão que antes era coletiva e instalada na praça (Figuras 88 e 89).

Figuras 88 e 89: Praça e moradias da Nova Tatajuba

Fonte: Lenilton Assis, 2005; 2010.

A água que abastece as residências da vila central é salobra, proveniente de um poço profundo cavado pelo Governo do Estado, através do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR). A oferta de água tratada não

supre a demanda, levando a constantes colapsos no abastecimento dos domicílios.

O lixo é um grave problema da comunidade em virtude das deficiências na coleta e na destinação final que é feita em um lixão próximo ao manguezal, levando à contaminação desse ecossistema do qual várias famílias também tiram seu sustento.

Em 1998, foram colocados na Nova Tatajuba e Vila Nova dois telefones públicos que funcionam por sinal de rádio. Ainda hoje, são o meio de comunicação mais rápido e efetivo dos moradores que se acostumaram a atendê-los e a correr pelas casas em busca da pessoa chamada.

Nos últimos anos, com a instalação de antenas de celulares em Jeri, Tatajuba recebe sinais de baixa frequência em alguns pontos da comunidade (geralmente os mais altos), o que torna o uso destes telefones instável e ainda de pouca aquisição pelos moradores.

Existe um provedor de internet via rádio na vila central, mas o pequeno número de moradores que dispõe de computadores considera o serviço ruim (pela lentidão e constantes quedas de sinal) e o custo bastante elevado (R\$ 100 a mensalidade) para o baixo padrão de renda da população.

A grande maioria sobrevive da agricultura e da pesca artesanal. O cultivo para subsistência do feijão, macaxeira, batata doce e mandioca se associa à captura de peixes, camarão e caranguejos que é feita no mar, no mangue e nos lagos costeiros como o lago Grande, da Torta, das Moreias e lagoas das Baixas.

As vendas de coco, castanha de caju, farinha de mandioca, camarão, lagosta e de alguns peixes nobres garantem a renda de muitos moradores. Programas sociais do Governo Federal (como o Bolsa Família) servem de complemento a esses rendimentos, assim como aposentadorias e o emprego no pequeno comércio e em alguns serviços públicos da comunidade.

O grande potencial turístico local, antes de ser descoberto pelos “de fora”, já era conhecido pelos moradores que, diariamente, convivem com turistas de passagem pela vila.

A venda de bebidas e artesanatos ocorre nas vilas de Tatajuba, mas beneficia poucos moradores. As peças de palha da carnaúba, quenga de coco, renda de croché e conchas do mar são expostas no centro de artesanatos

construído na vila central. Mas, a obra da Prefeitura não surtiu o efeito desejado e os turistas continuam passando em Tatajuba, especialmente com destino ao lago da Torta, onde barracas com mesas e redes dentro d'água servem de deleite (Figura 90).

Figura 90: Barracas do lago da Torta

Fonte: Lenilton Assis, 2010.

Quase todos os barraqueiros do lago da Torta são de Tatajuba. Os altos valores cobrados aos visitantes permite a eles obter uma boa renda e exaltar a preferência pelos turistas estrangeiros em visita a Jeri. O discurso excludente foi captado em uma das nossas entrevistas com um proprietário de barraca do lago da Torta:

Eu vejo que se esse projeto¹⁴⁰ chegar hoje, nós vamos ter uma invasão muito grande de “farofeiro” como acontece no Maceió. Isso aí pra a gente não rende dinheiro, o que deixa lucro aqui pra nós é os europeus, o pessoal que vem pagando caro, não é o pessoal que vem de ônibus, já vem tudo com seu lanche e que vai dá é trabalho pro nosso pessoal que limpa (Barraqueiro, 07/10/2005).

Porém, esse turismo que segrega, concentra riquezas e beneficia poucos, não foi bem visto pela comunidade que passou a ter a vizinha praia de Jeri como parâmetro para pensar e defender outro modelo de turismo, socialmente mais solidário e ambientalmente mais sustentável.

Os efeitos danosos do “turismo de massas de Jeri” (expressão usada por muitos nativos nas entrevistas) passaram a ser repudiados em Tatajuba na tentativa de evitar os seguintes problemas: especulação imobiliária, prostituição, consumo de drogas, concentração de renda nas mãos dos “de fora”, aumento do custo de vida para os nativos e a degradação dos

¹⁴⁰ O projeto ao qual o barraqueiro se referia era o da construção do aeroporto de Parazinho e de uma rodovia litorânea, prevista no PRODETUR II, para ligar Camocim-Tatajuba-Jericoacoara – obras essas que não se concretizaram, conforme comentado no Cap. III.

ecossistemas locais. Este último impacto, inclusive, já é vivenciado na comunidade, conforme apontou o laudo ambiental do IBAMA:

O trânsito de veículos envolvidos no sistema de visitas diárias por turistas, promovidas por bugueiros vindo de Jericoacoara, recortam o ambiente fazendo trilhas e destruindo a vegetação, transitam por sobre dunas móveis, alterando sua dinâmica, danificam estruturas geológicas como os eleólitos, que também são removidos pelos turistas para serem levados como lembranças (BRASIL, 2001, p. 11).

Vislumbrando o aumento desses problemas e vendo-se pressionada pelo crescente interesse dos “de fora” para construir pousadas, comprar terrenos e desenvolver projetos imobiliário-turísticos, a comunidade passou a discutir e a defender um turismo alternativo ao “modelo de Jeri”.

A criação da Associação Comunitária de Moradores de Tatajuba (ACOMOTA), em 1991, foi o primeiro passo para os nativos somarem forças com ONG’s (principalmente o Instituto Terramar), universidades, órgãos públicos e outras comunidades já organizadas do litoral cearense (como Batoque e Prainha do Canto Verde, no litoral Leste) para debater as potencialidades do turismo comunitário e promover o desenvolvimento territorial. Como bem afirma Araújo (2008, p. 26), “é muito mais fácil fazer desenvolvimento territorial quando ele é aplicado a um lugar onde a sociedade está organizada. Está estruturada. Sabe para onde quer ir. Sabe se articular”.

Neste sentido, o turismo de base comunitária constitui para Tatajuba uma proposta de gestão participativa em que os próprios moradores são os responsáveis em propiciar os meios de hospedagem, de alimentação e de lazer para os visitantes. Ele requer o envolvimento da população no planejamento e no gerenciamento da atividade, sendo direcionado aos viajantes que buscam maior contato com o ambiente e a cultura local através da conservação dos ecossistemas e da valorização dos gêneros de vida da comunidade (RODRIGUES, 2008; CORIOLANO, 2009).

O turismo comunitário busca a autogestão dos recursos patrimoniais do território como estratégia de sustentabilidade que possa lograr o crescimento econômico, a conservação dos atrativos naturais e a distribuição mais equitativa de emprego e renda. Sobre esta modalidade de gestão do turismo, Irving (2009, p. 111) se pronuncia:

Considerando que o turismo, em qualquer de suas formas de expressão e intervenção, interfere na dinâmica sócio-ambiental de qualquer destino, o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo. Neste caso, o sentido de comunitário transcende a perspectiva clássica das “comunidades de baixa renda” ou “comunidades tradicionais” para alcançar o sentido de *comum*, de *coletivo*. [...] Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização.

Através de oficinas, cursos e capacitações promovidas pela ACOMOTA, a comunidade de Tatajuba logo se apoderou da filosofia do turismo comunitário como principal bandeira de luta e resistência em defesa do território. Com o apoio financeiro do Prorenda Rural do Governo do Estado - Programa de Apoio às Famílias de Agricultores de Base Familiar e Pescadores Artesanais -, a Associação em parceria com outras entidades, começou a elaborar uma proposta de desenvolvimento sustentável para a comunidade. De forma participativa, foi feito um diagnóstico da área com o indicativo das potencialidades e problemas que pudessem fomentar a elaboração de projetos e ações. Dessa iniciativa, resultaram algumas conquistas como a instalação de energia elétrica, telefone comunitário, projeto de plantação irrigada de coqueiros e uma oficina de Turismo Sustentável, realizada em 1996 (TERRAMAR, 2008).

O combate à especulação imobiliária e a defesa do turismo comunitário se tornaram as molas mestras das ações da ACOMOTA, as causas que uniram a comunidade, já que a “grilagem” de terras iniciada nos anos de 1970, intensificava-se na década de 1990 com a valorização turística de Tatajuba que até então era considerada um “território de reserva” e de expansão de Jeri.

Por isso, convém enquadrar Tatajuba dentre os territórios zonais de resistência/inação, indicados por Rodrigues (2008), como aqueles não capturados pelo processo de globalização que tem na expansão mundial do turismo uma das suas principais formas de manifestação. Para esta autora, tais territórios:

São prioritariamente territórios de abrigo e recurso, prenes de simbologia, onde predominam as relações de poder local marcadas por forte endogenia, ancoradas nos princípios de liberdade e autonomia. [...] São intertecidos pelas representações sociais que urdem valores, crenças, expectativas; modos de pensar, agir e sentir, que criam laços identitários – elos interpessoais e das pessoas com o

Mesmo passíveis de conflitos e de clivagens internas, são dos laços e da consciência sobre o território (pela maioria) que nasce a resistência à sua apropriação por atores exógenos que possam impor uma lógica diferente daquela vivenciada. Como não há melhor forma de defesa de que o ataque, a comunidade de Tatajuba não só resiste naquele território-zona, mas também inova, apresentando um modelo de turismo mais solidário, baseado em sinergias locais que envolvem diversos segmentos sociais e geram maior distribuição dos benefícios.

A comunidade de Tatajuba é um dos exemplos cearenses de território insubordinado aos ditames do turismo global. Embora seus moradores não estejam alheios ao mundo e suas inovações, na esfera local, onde a vida é regida por outros tempos e valores, eles defendem, para os nativos, a partilha coletiva do território e não aceitam sobreposições de jurisdições. Vale frisar que esse relativo fechamento - denominado por Haesbaert de *contenção territorial*¹⁴¹ - é imposto à comunidade e se converte na sua principal forma de luta pelo território e pela preservação de seus pressupostos identitários, diferenciando-se da lógica dos grupos hegemônicos que, muitas vezes, em nome da insegurança, optam pela segregação em pontos densamente articulados por redes, onde criam territórios “exclusivistas” e apartados do entorno - como ocorre no Boa Vista Resort.

A defesa do território secularmente ocupado pelos antepassados serve como garantia de sobrevivência para as gerações futuras. Tarefa árdua essa, quando o território em questão é dotado de atrativos naturais paradisíacos que o convertem em mercadoria de grande disputa na ascendente “indústria” do turismo mundial.

Semelhante ao ocorrido na praia de Maceió, promotores imobiliários de Camocim demarcaram terras em Tatajuba dizendo tê-las comprado de nativos. A estratégia de “grilagem”, já conhecida e praticada em todo o litoral, efetuava-

¹⁴¹ Numa perspectiva deleuze-foucaultiana “de controle”, Haesbaert (2009, p. 144) afirma que “uma das características do termo ‘contenção’, e que justifica sua aplicabilidade, hoje, é que ele dá conta, justamente, do caráter sempre parcial, provisório e paliativo dos ‘fechamentos’, ou melhor, do efeito-barragem que cria através das tentativas de contenção dos fluxos – que, contidos por um lado, acabam por encontrar outro ‘vertedouro’ por onde possam fluir”.

se com a aquisição, a preços insignificantes, de lotes distantes da praia que, posteriormente, eram aumentados em direção ao mar, incorporando terras de uso da comunidade. A compra de coqueiros foi outra prática corriqueira dos “grileiros” para demarcar terras que logo eram ilegalmente registradas nos cartórios da região.

Os terrenos foram revendidos para a Fazenda Vitória Régia (ex-acionista do Grupo FINIVEST, do Rio de Janeiro) que já detinha uma propriedade próxima à comunidade, em área de tabuleiros pré-litorâneos a qual os moradores chamam de “matas”.

Em 1994, pressentindo a ameaça que pairava sobre suas terras, a comunidade começa a lutar pela implantação de uma APA - Área de Proteção Ambiental. Ainda nesse ano, conseguiu aprovar projeto na Câmara de Vereadores do Município¹⁴². [...] Em março de 2000 a Associação de Moradores (ACOMOTA) realizou um seminário sobre especulação imobiliária e conservação ambiental, com a participação da SEMACE, do IDACE e do Instituto Terramar. Durante o encontro, a comunidade descobre que a APA criada em 1994 ainda não havia sido oficializada mediante publicação do decreto em Diário Oficial. Depois desse Seminário, a comunidade também enviou um grande abaixo-assinado ao IDACE solicitando a regulamentação fundiária - no que, infelizmente, até hoje não foi atendida (TERRAMAR, 2008, p. 36-37).

A partir de meados da década de 1990, a comunidade sofreu constantes repressões da Empresa Vitória Régia que, considerando-se proprietária daquelas terras, usou de estratégias ardilosas para impedir os moradores de aumentar os terrenos ou fazer novas construções. Intimidações, falsas promessas e o aliciamento de lideranças comunitárias terminaram “quebrando” a coesão da comunidade.

A comunidade antes representada apenas pela ACOMOTA passou a ter mais duas entidades patrocinadas pela empresa: o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Tatajuba e a Associação dos Moradores Rurais de Vila Nova e Adjacências (Figura 91). Ambas as instituições formadas por dissidentes da ACOMOTA adotaram um discurso mais “conciliatório” e conivente com os empresários cujos interesses imobiliário-turísticos eram mascarados com a oferta de trabalhos informais a alguns moradores (os quais se transformavam em “olheiros” da empresa), doações de cestas básicas e

¹⁴² A APA de Tatajuba foi sancionada pela Lei Municipal Nº. 559 de 26 de dezembro de 1994. Com a intensificação dos conflitos fundiários, a Câmara alterou, em 2000, os limites da APA para 4.598ha, os quais passaram a abranger todas as vilas de Tatajuba e entorno (ver Mapa 14 na página 216).

patrocínio de projetos (como o coral infantil, oficinas de artesanato e horta comunitária) que, em médio prazo, foram cessados quando as terras passaram às mãos de novos empresários.

Figura 91: Associações Comunitárias em Tatajuba

Fonte: Lenilton Assis, 2005.

A disputa e o dinheiro passaram a correr solto em Tatajuba, criando rivalidades entre as famílias que fragmentaram a comunidade. Os depoimentos de algumas lideranças elucidam estes conflitos:

A gente faz parte da ACOMOTA desde quando fundou, eu e um monte de amigos que nascemos quase juntos. A gente agora é assim de ponta por eu ser da ACOMOTA e eles são do outro lado. Têm muitos que a gente nem se fala, por causa da gente defender um lado e eles outro. Tem briga de irmão com irmão e é uma questão muito complicada porque eles formaram um coral aí e cada família tenta puxar as crianças pra entrar no coral, pra dividir as famílias, tudo isso por dinheiro. [...] Com ameaças e pelo dinheiro, as pessoas hoje tão querendo vender seus pedaços de terra e o próprio Conselho apoia que é uma arte pra desarticular o trabalho da ACOMOTA. A gente conscientiza as pessoas de não vender e qual a perda que ela tá tendo, mas o Conselho faz diferente. Se uma pessoa associada vender sua terra, deixa uma porcentagem lá no Conselho. [...] A folha de pagamento da empresa era de cinco mil reais. Imagina numa comunidade sofrida onde as pessoas não têm emprego e cai todo

mês esse dinheiro aqui dentro. As pessoas iam defender mesmo a empresa (Liderança da ACOMOTA, 07/10/2005).

Eu acho que não só tem uma Vitória Régia, mas várias Vitórias Régias aqui dentro. Tem agora um espanhol que chega a ser mais uma Vitória Régia, tem um holandês que comprou agora a pouco dos avós do pessoal que hoje toma a frente da ACOMOTA. Esses é que são fortes, tem hotel em todo canto. Tem um baiano também. Então, não sei porque eles acham que é só a Vitória Régia. [...] Tá todo mundo vendendo porque eles não têm de onde tirar dinheiro e quando eles veem um vendendo, aí o outro quer vender também. Então, nós vamos perder tudo isso porque nós não temos como barrar e a gente só barra dando emprego às pessoas. [...] O pessoal começou a vender terreno aqui de 15 mil. Hoje, já tem terreno de 80 e 150 mil. A diferença valorizou demais e pra quem nunca viu dinheiro chega você e joga na cara dele 50 mil, entendeu? (Líder do Conselho de Desenvolvimento Comunitário, 07/10/2005).

Vixe! Não me fale dessa ACOMOTA não que eu odeio! Essa ACOMOTA foi nós que formemos, mas aí na cabeça deles passou uma imaginação fantasma de que a Vitória Régia ia tomar tudo isso da gente, intimando ela na justiça e pela justiça a gente resolveu entrar pela Vitória Régia. A maioria, tanto da Vila São Francisco, quanto da Tatajuba, como da Baixa da Tatajuba, como Vila Nova, tudo torce a favor da Vitória Régia porque ela só quer ajudar né? [...] [...] A Vitória Régia ficou dando essa doação. [...] Mas, nós não somos funcionários dela. Quando precisa cercar, limpar, quando precisa de qualquer uma instrução de trabalho, a empresa bota trabalhadores particulares, só que do lugar. [...] Nunca passou pela cabeça da Vitória Régia botar nenhum morador pra fora, nem espancar, nem fazer nada. Antes ela quer ajudar. Aí foi esse motivo de nós se desligar da ACOMOTA. Isso não é porque a gente queria ser melhor que eles não. É porque eles se desentenderam com a gente (Vice-Presidente da Associação dos Moradores Rurais de Vila Nova e Adjacências, 08/10/2005).

Os relatos demonstram a comunidade dividida. As quatro vilas que representam uma única jurisdição em Tatajuba foram sobrepostas, invadidas e culturalmente separadas por atores externos que agem em redes articuladas de poder e impõem outra lógica e tessitura ao território.

Novos atores aportam em um território-zona naturalmente apartado pelas dunas e marés para comprar e especular a terra. Velhos atores se transformam. Uns eivados da consciência política e territorial prosseguem na luta como forma de sobrevivência. Outros se aproveitam dessa situação como “oportunidade” de subir na vida, alheios aos laços e às tradições seculares com a terra e o seu povo.

Entre 2000 e 2003, os conflitos se acentuaram em Tatajuba, deflagrando um período crítico de luta que teve como estopins duas ações da Vitória Régia descobertas pela ACOMOTA: o projeto de construir o empreendimento

“Condado Ecológico de Camocim”; e os registros cartoriais da empresa, datados de junho de 1993, que atestavam a propriedade de 5.275,450 hectares de toda a área habitada pela comunidade.

De imediato, tais descobertas levaram a ACOMOTA a tomar uma série de medidas, dentre as quais se destacaram: a solicitação ao IDACE da regulamentação fundiária, elaboração de laudo ambiental pelo IBAMA, Audiência Pública promovida pela Assembleia Legislativa do Ceará e duas ações impetradas na justiça de interdito proibitório e de anulação dos registros de terra da Empresa Vitória Régia¹⁴³.

O laudo ambiental do IBAMA (2001) foi o primeiro diagnóstico oficial da comunidade que serviu como fulcro de acirramento da luta e resistência. Neste documento ficou comprovado que o território de Tatajuba é composto de aproximadamente 60% de feições ambientais complexas, caracterizadas como Áreas de Preservação Permanente (APPs); 15% é área de Domínio da União e 25% são terrenos sedimentares já em sua maioria ocupados por núcleos populacionais e atividades agrícolas (TERRAMAR, 2003).

Diante desta constatação, o IBAMA ainda sugeriu à comunidade avaliar a regulamentação de outra unidade de conservação, pois a APA municipal (não oficializada desde 1994) não se mostrava compatível para salvaguardar os usos e interesses da população sobre aquela área.

Ato contínuo, a ACOMOTA solicitou à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) a cessão de uso dos terrenos de marinha a favor da comunidade, assim como enviou carta ao Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais (CNPT) solicitando informações para a criação da Reserva Extrativista (RESEX) de Tatajuba.

Tais medidas, juntamente com as ações judiciais que embargaram os títulos e os projetos da Vitória Régia, fizeram com que a empresa reagisse alimentando no seio da comunidade os conflitos e as disputas entre as Associações.

No início, a gente era a favor de uma APA, inclusive quando foi criada a APA de Tatajuba, a gente viu o começo da luta. Só que essa APA nunca foi publicada em Diário Oficial e a gente defendia porque não conhecia a história da APA [...] A gente achava que a APA resolvia,

¹⁴³ Para uma análise mais detalhada dessas e de outras medidas tomadas, consultar os Dossiês elaborados pelo Instituto Terramar (2003; 2008) e a síntese histórica elaborada por Mendes (2006, p. 188-192) no bom estudo sobre os conflitos ocorridos em Tatajuba até 2006.

mas em um determinado tempo a gente descobriu que a APA não segura, a APA deixa espaço para a especulação imobiliária. Um exemplo é a APA de Maceió e a de Jericoacoara, que não segurou a terra e quem dominou foi as pessoas de fora. [...] Nós temos a proposta de criação de uma reserva extrativista que seria uma área pra proteger os ecossistemas, manguezais, dunas, tudo que for de beleza natural. E teríamos a regularização fundiária de Tatajuba de maneira coletiva, que é o nosso sonho. [...] Tão dispensando esta oportunidade pra dar aos empresários que vêm de fora e um dia não vão ter mais essa oportunidade porque quando os empresários vêm eles querem o mar e a beira da praia. [...] Com as terras passando pro Governo Federal, a gente ia ter muitos recursos, porque eu tive num encontro em Brasília e conheci e conversei com várias pessoas de reserva extrativista, onde tem o desenvolvimento sustentável comunitário (Liderança da ACOMOTA, 07/10/2005).

A proposta da RESEX defendida pela ACOMOTA foi, de imediato, ferrenhamente combatida pelo Conselho Comunitário e a Associação de Vila Nova, tendo esta última argumentado:

Nós queremos a APA porque a daqui já tá criada há uns 10 anos. Ela só falta ser trabalhada, utilizada pelo povo. Nós aqui não aceitamos reserva extrativista. [...] Com a APA aqui as coisas não vão mudar muito e nossa área vai ficar sendo vigiada pelo IBAMA que vai cuidar junto com a comunidade, com os moradores, assim como tá sendo. Os moradores vão ter liberdade do seu pedaço de chão, da sua propriedade, de pescar o seu caranguejo e ter sua própria renda, de trabalhar com o turismo e fazer todas as suas culturas locais sem ter quem teja pegando no pé da gente. E mesmo assim, aqui não dá reserva extrativista porque aqui não tem o que extrair, de jeito nenhum. Por isso que nós queremos ficar mesmo é com a APA (Vice-Presidente da Associação dos Moradores Rurais de Vila Nova e Adjacências, 08/10/2005).

Os discursos evidenciam os “campos de força” criados na comunidade com o aparecimento da Vitória Régia. Aproveitando-se de uma acalorada discussão sobre as inúmeras unidades de conservação criadas no Brasil¹⁴⁴, a Empresa acionou as duas Associações “rivais” da ACOMOTA para polarizarem o debate da APA x RESEX.

No meio do embate, a população era informada por alguns de que a APA não seria capaz de conter a especulação imobiliária; enquanto outros destacavam que com a RESEX eles perderiam a posse das terras para a União e ficariam impedidos de desenvolver outra atividade além do extrativismo.

¹⁴⁴ A esse respeito, ver as análises do WWF/Brasil (2006), Vidal (2006) e Dourejeanni (2005). Este último autor critica a existência de treze denominações federais para as áreas protegidas (como Parque Nacional, APA, RESEX, RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentado etc.) e muitas outras nos níveis estadual e municipal, o que transforma as unidades de conservação em verdadeiras “unidades de confusão” no país.

No Brasil, a Lei Federal 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) esclarece que a APA é formada por terras públicas ou privadas (Art. 15, § 1º); já as terras da RESEX são de total domínio público, porém com uso concedido às populações extrativistas através de regulamentação específica. De acordo com o que dispõe a referida Lei, as áreas particulares incluídas na RESEX devem ser desapropriadas (Art. 18 e § 1º).

Considerando-se estas normas do SNUC, compreende-se o porquê da Empresa e das Associações cooptadas em Tatajuba defenderem a APA ao invés da RESEX. Com a criação desta unidade de conservação, todas as terras de uso da comunidade passariam, imediatamente, para o Patrimônio da União, inviabilizando a prática da venda de terrenos, assim como a construção de pousadas ou qualquer outro empreendimento de cunho particular.

No entanto, mesmo sem regulamentação, a APA de Tatajuba se manteve como instrumento “fictício” de disciplinamento da ocupação do solo, reafirmando a observação de Dourojeanni (2005) de que, no Brasil, “as APAs são ‘unidades de conservação’ quase sem valor ambiental”. Nelas, a propriedade privada da terra permite a propagação dos principais problemas que afligem as comunidades litorâneas: a especulação imobiliária e a devastação dos ecossistemas existentes.

Se a RESEX pode impedir a “grilagem” de terras, também é fato que ela impõe restrições “legais” aos moradores – como exemplos, a venda de casas que fica proibida para não nativos, novas construções passam a depender da aprovação do Conselho Gestor, assim como a prática de atividades não extrativistas (como a agricultura e o turismo) só são autorizadas quando atendem aos princípios da sustentabilidade.

Por isso, a criação de RESEXs é um tema polêmico que provoca várias discussões entre acadêmicos, Poder Público e as comunidades afetadas. Mesmo no Batoque, em Aquiraz, que foi a primeira RESEX criada no Ceará¹⁴⁵, em 2003, os conflitos ainda são latentes, como aponta o estudo de Vidal (2006, p. 46):

¹⁴⁵ Em 05 de julho de 2009, o Presidente Lula também sancionou a RESEX da Prainha do Canto Verde que se tornou a segunda do estado.

Muitas unidades de conservação surgem de situações de “emergência” e/ou “resistência”, como é o exemplo da Reserva Extrativista do Batoque, criada com a função de proteger a comunidade da especulação imobiliária que estava ocorrendo na área. A esse aspecto ainda temos como aumento das dificuldades a não aceitação total da reserva, por parte da população local, esse fato talvez se evidencie por falta de informação, educação ou até mesmo de aceitação da nova realidade. O que ocorre é que normalmente a população não é informada adequadamente da existência da reserva, ou a população não está preparada para a absorção do processo de transformação da sua “aldeia” em uma área de conservação, recheada de normas e regras, a que a população terá de seguir e cumprir. Ou ainda parte da população não teve participação efetiva nas atividades desenvolvidas para a criação e implantação da reserva. Acreditamos que a participação da população é uma das saídas viáveis para sanar os receios da criação e implantação da reserva.

Em Tatajuba, a falta de consenso entre as três Associações inviabilizou a criação da RESEX. Lideranças políticas que entrevistamos também expressaram suas opiniões sobre essa e outras questões (como o modelo de turismo) que ainda hoje divide a comunidade:

Eu acho um tiro no pé a RESEX. Você tem que viver da pesca e não pode fazer turismo. Alguns líderes querem colocar ideias equivocadas na cabeça da população. Dessa mesma forma quiseram fazer no Maceió. RESEX é pra se viver da terra, da pesca, de recursos naturais. Então, não pode viver de serviços, de turismo. O turismo comunitário pode até ser conjugado com a RESEX, como uma alternativa, mas não como foco principal (Sérgio Aguiar, ex-prefeito de Camocim, 15/04/2010).

Alguns se colocam de maneira muito radical e a divisão enfraquece o movimento. Alguns estão com muita teoria e não escutam os dois lados (Maria José Coelho de Carvalho, Secretária de Turismo de Camocim, 07/07/2010).

As visões dos gestores de Camocim revelam como as lutas travadas pelas comunidades e seus projetos de desenvolvimento são minorados frente aos vultosos (e quase sempre enganosos!) empreendimentos imobiliário-turísticos alardeados no município com chancelas imediatas do Governo do Estado.

Em 2001, logo após o Grupo Marilha divulgar o *Master Plan Camocim Global Village*, a Empresa Vitória Régia apresentou em Audiência Pública em Tatajuba o projeto do Condado Ecológico. Era mais um complexo de turismo e eventos que previa a construção de resorts, parque temático natural e equipamentos de lazer nos 5.275,450 hectares da área conhecida como Costa

da Tatajuba que a Empresa alegava a propriedade (Mapa 15). O megaempreendimento projetava a construção de 4000 unidades habitacionais para a recepção de 15.000 turistas mensais, com investimento estimado de 295,5 milhões de reais (CEARÁ, 2004, p. 291). Mesmo sob o embargo da ação judicial impetrada pela ACOMOTA, o projeto figurava na lista de iniciativa de prioridade da Secretaria de Turismo do Ceará (SETUR), inclusive destacado no PRODETUR/CE II¹⁴⁶.

Os empresários usaram de “velhos” argumentos, ratificados pelo Poder Público, para convencer a comunidade sobre a necessidade do empreendimento, o qual contribuiria para o desenvolvimento local através da melhoria da infraestrutura e a oferta de 22.000 empregos diretos e indiretos (TERRAMAR, 2003; CEARÁ, 2004, p. 296).

Todavia, na Audiência de apresentação do projeto, o representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) fez importante advertência à comunidade: “Empresa visa lucro. É fantasia achar que uma empresa vem para cá distribuir riqueza com a comunidade. Todo empreendimento traz também benefícios sociais, dá empregos etc. Mas, fundamentalmente, empresa quer lucro” (TERRAMAR, 2003, p. 19).

E essa máxima capitalista se confirmou nos anos seguintes quando a ACOMOTA continuou com a luta na comunidade e na justiça, forçando os empresários, sequiosos de lucros rápidos, a “abortarem” o empreendimento e a repassarem as terras a um novo grupo¹⁴⁷ que mudou as estratégias de enfrentamento.

Em entrevista, a Secretária de Turismo de Camocim confirmou que, durante a elaboração do Plano Diretor Participativo, foi procurada várias vezes

¹⁴⁶ O Instituto Terramar também denuncia que “[...] dentro da política ambiental adotada pelo Governo do Estado do Ceará, complexo hoteleiro é considerado ‘projeto de interesse social’, o que agiliza os trâmites de implantação e funciona como senha de acesso aos licenciamentos ambientais. O EIA/RIMA é dispensado, bastando apresentar o RAS – Relatório Ambiental Simplificado. O rigor do controle ambiental dos projetos turístico-hoteleiros fica comprometido, motivo a mais de preocupação das comunidades impactadas (TERRAMAR, 2008, p. 15).

¹⁴⁷ Não se sabe ao certo em que mãos estão os títulos de propriedade das terras de Tatajuba, atualmente. A princípio, a comunidade foi informada de que foram repassados para a *Invest Tur Brasil S.A.*, que hoje faz parte do BHG (*Brazil Hospitality Group*), uma das maiores redes hoteleiras do país. Porém, informações mais recentes davam conta de que esta rede já teria revendido os títulos a empresários do ramo da cervejaria e políticos da região. A ACOMOTA já solicitou à assessoria jurídica uma nova ação para descobrir os “novos proprietários” das terras que estão sendo comercializadas, mesmo sub judice.

pelos novos acionistas, no intuito dela mediar uma negociação com a comunidade. Ela ainda afirmou:

O Grupo Vitória Régia não existe mais. Já foi passado a terceiros. Hoje, são acionistas que querem ver o zoneamento, o que o município prevê para aquela área. E os acionistas cobram direto e já veem prejuízo na área” (Maria José Coelho de Carvalho, 07/07/10).

A partir de 2005, com o fim do patrocínio da Vitória Régia, as duas novas Associações perderam força e foram “desmascaradas” na comunidade. O novo grupo de acionistas, inclusive, ameaçou de processar alguns líderes do Conselho e da Associação de Vila Nova que estavam se beneficiando com a venda de terras em Tatajuba, “às escondidas” dos empresários.

Acuados, estes moradores vêm buscando refúgio na ACOMOTA, justificando que “foram enganados” pela Empresa e desejam se reintegrar à luta coletiva em defesa do território. Porém, como destacou uma representante do Instituto Terramar que acompanha, há anos, o conflito na comunidade:

Uma vez que a confiança foi rompida, pra ser reestabelecida é muito difícil. Tem uma abertura para recompor este grupo, mas também existem muitas desconfianças, pois até que ponto essa reaproximação é verdade ou se quer aproveitar a força política que o grupo da ACOMOTA tem pra barganhar? Esse grupo está bastante cansado porque a luta é muito perversa. A luta pelo território é grande e o começo de uma grande luta: pelo direito de existir, de se afirmar como identidade. Pra eles tem sido muito difícil ficar disputando aquele território em nome do grande grupo que não tá nem aí, que tá fora da mobilização social, de pessoas que saíram de lá, outros que ampliaram seus quintais, venderam suas terras. Então, tem toda uma questão entre eles, um sentimento de traição muito grande porque são quase todos parentes, vizinhos (Rosinha, Instituto Terramar, 07/04/2010).

Dividida, não só pela geografia ou pela “antiga” empresa que a ameaçava, a comunidade de Tatajuba prossegue com a luta e outros desafios. Os novos empresários sinalizam o interesse em arrendar àquelas terras para a instalação de usinas eólicas. Conforme já citado, tal estratégia imobiliária é crescente em outras praias de Camocim e do litoral do Ceará, pois coaduna a geração de renda mensal com a valorização especulativa das terras, especialmente diante dos investimentos públicos realizados em rodovias e aeroportos no estado.

O crescente número de visitantes encantados com Tatajuba e ali querendo residir também se tornou um problema. A venda de terrenos da praia para turistas estrangeiros aumentou nos anos dos maiores conflitos, facilitando

a entrada de novos residentes na comunidade que logo transformaram as moradias em pousadas, associando o ócio ao negócio. Na beira mar de Tatajuba, já se encontram luxuosas pousadas de espanhóis e holandeses que, à revelia da comunidade, continuam expandindo os empreendimentos numa área visivelmente *non aedificandi* de terrenos de marinha cuja proteção permanente é “garantida” por diversas leis federal, estadual e municipal, como é o caso da APA (Figuras 92 e 93).

Figuras 92 e 93: Casa e pousada de turista residencial na beira-mar de Tatajuba

Fonte: Lenilton Assis, 2010.

Porém, na realidade, promotores imobiliários e turistas residenciais continuam transgredindo essas leis em Tatajuba com as mesmas estratégias já comentadas para a praia do Maceió: mesmo sabendo da ilegalidade, vão construindo e “consumando” a apropriação do território, contando com a morosidade da justiça e a conhecida “propina” dos órgãos ambientais. Quando são notificados, os empreendimentos já são “fato” de difícil embargo ou ordenamento de demolição. E quando isto ocorre, eles acionam a mesma justiça, já na condição de réus, e exigem uma indenização compensatória pelas benfeitorias realizadas.

Desse jeito, os novos residentes vão ganhando força e “território” em Tatajuba, colocando-se como mais um desafio para a comunidade conter a especulação imobiliária e o turismo predatório.

Nas vilas de Tatajuba não há casas de veraneio. Uma das explicações para isso, além da luta relatada, encontra-se no difícil acesso que uma família enfrentaria para usufruir da segunda residência nos finais de semana. Por outro lado, os turistas residenciais não só compensam esta dificuldade com as

longas estadias, como veem nela mais um atrativo da comunidade que, na verdade, também é um problema para os nativos.

Para se chegar à Tatajuba por terra, existem dois caminhos mais conhecidos. Em ambos, *buggies* ou carros de tração 4x4 são imprescindíveis para vencer os campos de dunas móveis da região. A rota mais usada pelos turistas vindos de Fortaleza é via Jericoacoara, de onde percorrem mais 12km até o distrito de Guriú, atravessando-se de balsa o lago Forquilha, seguindo-se pela orla mais 18km até outra balsa que permite a travessia da gamboa de Tatajuba e o acesso à vila principal.

Para quem vem do Piauí ou de Sobral, o percurso pode ser feito via sede de Camocim, onde se aluga *buggies* ou se usa os carros de horários que diariamente fazem o deslocamento dos nativos entre a vila e a cidade. Na Avenida Beira Mar, faz-se a travessia de balsa sobre o rio Coreaú, chegando à Ilha do Amor, de onde se percorre mais 20km pela praia até Tatajuba.

Para o visitante, chegar à Tatajuba é uma aventura compensada pelas belas paisagens emolduradas por praias desertas, campos de dunas, rios, coqueiros e manguezais. No entanto, para a população local, a mobilidade cotidiana é um desafio constante, com alto custo e riscos de vida. Dois veículos particulares passam nas primeiras horas da manhã nas vilas de Tatajuba recolhendo a população que, espremida em bancos de madeiras adaptados nas caçambas, é levada à cidade de Camocim para se abastecer no comércio ou de serviços especializados, como saúde e educação (Figuras 94 e 95).

Figuras 94 e 95: Desembarque da balsa e carro de horário de Tatajuba

Fonte: Lenilton Assis, 2010.

A passagem de ida e volta custa 12 reais (10 do carro e 2 da balsa), o que representa um custo bastante elevado para o perfil de renda da comunidade. O retorno à vila ocorre no final da manhã quando os carros ficam superlotados de pessoas e mantimentos, com flagrante falta de segurança para percorrerem as areias movediças dos campos de dunas.

Todos estes desafios enfrentados diariamente comprovam que, em plena rota turística entre Camocim-Jericoacoara, os meios de acesso ao território (tão aclamados para os visitantes!) ainda são muito restritos e difíceis para a comunidade de Tatajuba. Em tempos em que a mobilidade é reverenciada como portadora de maior liberdade, as redes técnicas implantadas no litoral Oeste do Ceará mostram também a sua contra face imposta pelo Estado e empresas do setor imobiliário-turístico que redesenham rotas e fluxos, privilegiando as áreas de maior interesse.

Neste sentido, Raffestin (1993, p. 204) é preciso quando nos recorda de que “a rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto liberta quanto aprisiona. É o porquê de ela ser o ‘instrumento’, por excelência, do poder”.

Demanda antiga da comunidade, a melhoria de acesso e de opções de transporte mais barato é sempre apontada nos planos municipais e lembrada durante os pleitos eleitorais.

Entretanto, no cotidiano da população, a mobilidade é mais um direito cerceado pelo Poder Público que se soma à falta da garantia do território e do apoio às iniciativas endógenas de desenvolvimento. Tais desafios motivam a comunidade a lutar por esses direitos e a inovar nas propostas de sustentabilidade, a exemplo do turismo comunitário que promove a inclusão social e a formação de redes de territórios solidários no Ceará, no Brasil e no mundo.

Tatajuba é uma das 13 comunidades que integram a Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede TUCUM) cuja criação, em 2008¹⁴⁸, teve como objetivo fortalecer e dar visibilidade às experiências vivenciadas no estado

¹⁴⁸ A oficialização da Rede TUCUM ocorreu durante o II Seminário Internacional de Turismo Comunitário, em Fortaleza. A primeira edição deste evento também foi realizada na capital cearense, demonstrando o protagonismo do estado nas experiências do turismo comunitário, especialmente através das lutas e resistências do Batoque, Prainha do Canto Verde e Tatajuba que ganharam projeção nacional e internacional.

(Mapa 16). Sob a mediação do Instituto Terramar, a Rede TUCUM conta com a participação de comunidades costeiras de pescadores, indígenas e de assentamentos rurais que buscam criar estratégias de desenvolvimento pautadas na justiça ambiental, através da valorização da natureza, sociedade e cultura local.

Mapa 16: Rede TUCUM

Apropriando-se, em parte, dos sistemas técnico-informacionais do presente, as comunidades da Rede TUCUM elaboram iniciativas coletivas para se contrapor às redes convencionais do turismo globalizado. Ao se associar a outras redes de maior dimensão - como a Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário (TURISOL) e a Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS) -, a Rede TUCUM forma uma “rede de redes” ou um território-rede resultante da articulação e da solidariedade de territórios-zona de resistência/inação.

O sistema reticular, que promove o turismo de base local, torna os lugares turísticos conhecidos, facilita a comunicação entre comunidades e turistas, em estratégias de mercado de forma mais solidária. As diversas redes internacionais de territórios solidários do turismo comunitário articulam destinos de forma integrada,

complementar, como no eixo global, à medida que pacotes contemplam várias comunidades e os articuladores dos roteiros comungam dos mesmos princípios – valorização cultural, conservação ambiental e solidariedade socioterritorial (BARBOSA, 2011, p. 156).

A inserção de Tatajuba nesse “território-rede solidário” deu mais evidência à luta da comunidade que correu o mundo via internet¹⁴⁹, recebendo várias moções de apoio, sobretudo de ONG’s internacionais que passaram a patrocinar algumas iniciativas para fortalecimento do turismo comunitário – como informado pelas lideranças da ACOMOTA em 2010:

Nós temos assessoria de várias instituições nacionais e estrangeiras que já trabalham o turismo comunitário em várias partes do Brasil e do mundo. [...] A gente tem parceiros da Suíça, Alemanha e Itália, como a ONG Intervita que nos mandou um financiamento de 60 mil reais pra a gente dá continuidade ao projeto de turismo comunitário. Desses 60 mil, iniciamos a construção dos chalés e uma parte foi tirada pra fazer a nova sede da Associação, comprar computador, instalar internet e ainda ficou um fundo de 3 mil que circula da seguinte maneira: eu estou precisando de 500 reais pra ajeitar meu banheiro, pego o dinheiro e depois fico pagando pra servir a outros associados. O projeto dos chalés é pra que cada associado possa construir 2 ou 3 quartos ao lado de suas casas pra receber pessoas, pra dar outro avanço no turismo comunitário. O pessoal das outras Associações acha que nós vamos atrás de recursos nos bancos brasileiros e vamos quebrar a cara. Mas, a gente sabe que vai encontrar mil e uma burocracia porque a gente não tem o documento da terra. Então, quando você se organiza encontra parceiros que queira lhe ajudar e nós estamos trabalhando nesse aspecto, arranjando outros parceiros que possam ajudar a gente (Liderança da ACOMOTA, 03/07/2010).

Adotando princípios da economia solidária, a ACOMOTA conseguiu partilhar e investir os recursos captados na melhoria de alguns quartos que já funcionavam como alojamento, na construção e mobília da nova sede, além de iniciar a edificação de seis chalés com técnicas de bioconstrução. Três desses chalés já estão em funcionamento, com a oferta de hospedagem simples, acessível e aconchegante (Figuras 96 e 97).

¹⁴⁹ Foi criado um *site* <www.geocities.ws/novatatajuba> para divulgar o conflito, angariar novos apoios e promover um fórum de discussão. A iniciativa deu resultados e na Audiência Pública de 2001, funcionários da SEMACE e do IDACE informaram ter recebido mais de trinta e-mails de comunidades nacionais e ONG’s de diversos países, solicitando ao Governo do Estado a regularização fundiária em Tatajuba.

Figuras 96 e 97: Nova sede da ACOMOTA e chalés feitos com bioconstrução

Fonte: Lenilton Assis, 2010.

Os “pacotes” e todo o roteiro da viagem a Tatajuba são comercializados no site da Rede TUCUM <www.tucum.org> que tem *links* com a TURISOL e a REDTURS. Além da hospedagem com o café da manhã, as demais refeições e o aluguel de *buggies* também são oferecidos por membros da própria comunidade, demonstrando a viabilidade econômica e a capilaridade social do turismo comunitário.

Convém justificar que, semelhante à Praia de Maceió (denominada de território-zona “flexível” e em disputa), em Tatajuba, a adjetivação de território-zona de resistência/ inovação busca ressaltar as dinâmicas e os conflitos que vêm transformando os territórios-zona em territórios-rede, já que, como explicado no Capítulo I, ambos são proposições teóricas complementares que, na realidade, apresentam-se como lógicas indissociáveis. E, sendo assim, ao enfatizarmos o predomínio da lógica zonal nas duas praias em questão, não negamos a existência da lógica reticular e do envolvimento dessas comunidades em outras redes (com seus supostos “achatamentos” ou “congelamentos” frente às mudanças sociais), conforme demonstrado nas relações que envolvem os deslocamentos e as estadias dos veranistas e turistas residenciais em Maceió, assim como nas articulações de Tatajuba com outras comunidades do Brasil e do mundo que apostam e difundem o turismo comunitário.

Mais uma vez, aqui nos valem da assertiva de Haesbaert (2007b, p. 30-31) quando diz:

A lógica zonal não só não desapareceu como é um constituinte indissociável das práticas sociais na medida em que sempre existirão relações sociais (de poder) que irão requisitar o domínio de espaços contínuos e delimitados onde se ‘legisla’ em nome de todos os integrantes desses espaços/territórios. As organizações em rede, como todos sabem, nunca preenchem o espaço social em seu

conjunto, inserindo-se, portanto, 'naturalmente', dentro de dinâmicas sociais excludentes. A defesa de um 'espaço de todos' (ou o 'espaço banal' de Milton Santos), de um território efetivamente a serviço de processos crescentes de democratização, não pode nunca se restringir apenas à modalidade de território-rede.

Em Tatajuba, a articulação de territórios-zona solidários em uma “rede de redes” do turismo comunitário é mais uma estratégia/ inovação para a comunidade prosseguir com a luta pela regularização coletiva das terras. Nos últimos anos, novas audiências, reuniões e eventos¹⁵⁰ têm ocorrido, ensejando uma lenta reconciliação entre os moradores que tomaram posições opostas nos anos mais críticos do conflito.

De forma ainda mais lenta, o Poder Público atua na questão da regularização fundiária, propondo, em 2010, a elaboração de um novo zoneamento ambiental sob a coordenação do Ministério Público, IBAMA, SEMACE, IDACE, Prefeitura de Camocim e as três Associações comunitárias. Será mais um instrumento, dentre vários já utilizados, na tentativa de se chegar a um acordo sobre a divisão territorial de Tatajuba.

Porém, a solução para o impasse, mais uma vez, corre o risco de esbarrar na falta de entendimento sobre a geografia daquele território cuja gênese e evolução resultam da ação dos ventos que não param de soprar, destituindo velhos territórios e formando novas territorialidades - como testemunha a própria história da comunidade. Já na primeira Audiência Pública, em 2001, o geógrafo Jeovah Meireles¹⁵¹ alertou que o respeito a essa dinâmica do território é o que pode garantir a sustentabilidade em Tatajuba:

Antigamente era Tatajuba, e hoje, Nova Tatajuba. Por quê? Porque as dunas, com a sua migração, com o seu transporte, regidas por um fluxo de energia fundamental e magnífico, que é o vento, e de grande força, fez com que a comunidade se deslocasse. Essas áreas de alta vulnerabilidade, de elevado risco e outras peculiaridades como o

¹⁵⁰ Entre 21 e 23 de novembro de 2010, Tatajuba sediou a IV Assembleia da Rede TUCUM, na qual estiveram presentes, para avaliar ações e discutir estratégias de fortalecimento do turismo comunitário, representantes de onze comunidades do litoral cearense, o prefeito de Camocim, professores e estudantes de Geografia da UVA, além de entidades parceiras como o Instituto Terramar. Anualmente, a comunidade também organiza a Regata Ecológica de Canoas, que na sua 16ª edição, em 2010, teve como tema “Proteger a Duna Encantada e Preservar nossa História”. A regata de canoas é organizada pela ACOMOTA como mais um veículo para a comunidade chamar a atenção da sociedade e da mídia para os problemas vivenciados em Tatajuba. Ela atrai a participação de várias embarcações de Camocim e região.

¹⁵¹ Ambientalista e Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), têm várias pesquisas e trabalhos publicados sobre a dinâmica e os danos socioambientais da zona costeira cearense (MEIRELES; RAVENTOS, 2002; MEIRELES, 2006).

lençol freático muito superficial, são áreas destinadas à migração desse material, ao movimento dessas dunas, isso é que significa sustentabilidade. Significa uma proposta onde o turismo seja visualizado, essencialmente, na movimentação desse material. Para que essa sustentabilidade seja preservada, essencialmente a comunidade tem que ter mobilidade. A comunidade daqui a vinte, trinta, cinquenta ou cem anos terá que remover suas casas, mudar de um lugar para outro, terá que procurar uma outra região ou área onde as dunas possam seguir seus movimentos de migração (TERRAMAR, 2003, p. 29).

Diante dessa des-re-territorialização, tanto forçada pela natureza, quanto imposta por novos agentes chegados em Tatajuba, a comunidade segue defendendo o relativo fechamento (contenção) daquele território como única garantia de futuro. Todavia, sob discursos e falácias desenvolvimentistas, visitantes, empresários e o Estado buscam lhe atrelar novos usos imobiliário-turísticos que acirram a luta há mais de uma década.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final desse trabalho com a certeza de que as questões aqui tratadas, longe de conclusivas, estimulam o debate que se inicia no país sobre os múltiplos usos das segundas residências na atualidade.

Conforme demonstrado no Nordeste, o aumento de estrangeiros com domicílios ocasionais e a difusão de condosorts alteram a tradicional concepção da segunda residência como habitação de lazer. As novas formas de multipropriedade, assim como as redes e inovações que aumentam a mobilidade, tornam mais intensas e complexas a des-re-territorialização a que veranistas e turistas se submetem ao desfrutarem de uma segunda residência fora do seu lugar de moradia habitual.

Afora o veranista local, hoje, a segunda residência também abriga o turista residencial que se torna “imigrante de luxo”, a exemplo dos aposentados europeus que gozam da “melhor idade” numa moradia em outro país, mas mantêm vínculos afetivos e efetivos com o lar e a pátria de origem.

Precisar os momentos em que passam de turistas a imigrantes e vice-versa é um dos desafios dos pesquisadores e dos órgãos administrativos, pois mais do que os cálculos e estatísticas indiretas (como o número de desembarques internacionais), acreditamos que só o próprio visitante pode atestar sua real condição de estadia. Esta informação remete a uma identidade (ou não) com o território visitado e aquele deixado.

Deste modo, as segundas residências ainda carecem de consenso metodológico que favoreça a produção de dados confiáveis e a comparação das suas diversas situações no mundo.

Na Europa e mais notadamente na Espanha, desde o final dos anos de 1970, o turismo residencial tornou-se objeto de pesquisas interessadas em entender os seus impactos na economia e no ambiente. No entanto, só na última década, estudos qualitativos começaram a ser feitos, ratificando a complexidade do fenômeno, agora não mais restrito ao Velho Mundo.

No Nordeste brasileiro, os turistas residenciais são muito bem-vindos. Empresários e políticos acreditam que “os turistas de hoje são os imigrantes de amanhã” que vão remodelar a paisagem urbana com imóveis de melhor qualidade e injetar mais dinheiro na região.

Além da casa de férias, a abertura de um negócio no local visitado é o que mais motiva o turista a se tornar imigrante, demonstrando que essa mudança é uma condição pessoal, também definida pelo interesse do visitante – situação que difere bastante das migrações e diásporas de povos pobres, refugiados de guerra ou de alguns perseguidos políticos que não têm a condição “financeira” para escolher e definir o seu movimento.

Condomínios de luxo, flats e condoresorts se difundem no Nordeste diversificando a oferta e os usos das segundas residências. Nestes novos empreendimentos, o sistema de tempo compartilhado (*timeshare*) permite ao proprietário de um imóvel alugá-lo no período de vacância, assim como trocá-lo por um domicílio em outro país.

Essas novas situações impõem desafios aos governos e órgãos de estatística que precisam definir quem é esse novo cidadão de origem estrangeira que goza dos serviços públicos e do direito de propriedade privada no país, assim como de deveres como o pagamento de impostos, a renovação do visto de turista ou a legalização da condição de imigrante – ainda que nunca se sinta como tal.

É possível que critérios mais objetivos permaneçam por longo tempo sendo adotados pelas agências de estatística e planejamento, sem se dar conta da multiplicidade de relações que esses novos residentes engendram entre os territórios de origem e destino. Todavia, acreditamos que essa opção despreza os avanços das novas mídias e da internet como possíveis canais pelos quais o visitante ou novo residente possa ser recenseado e “se identificar”, de forma mais ágil, completa e subjetiva.

Essas ferramentas podem ainda levar ao avanço de uma cidadania global e mais democrática, em que o turista residencial (especialmente aquele que já se considera imigrante) também exerça seus direitos (como o voto em vários países!) nos múltiplos territórios onde têm um lar, uma segunda ou terceira... residência.

No âmbito acadêmico, as pesquisas sobre o turismo devem fomentar esse debate e, cada vez mais, associar esta atividade (que não é mais só da “elite”!) aos estudos migratórios, aproximando, assim, as múltiplas formas de mobilidade cotidiana que podem ter várias motivações, diferentes frequências, distâncias e durações. Essa abordagem também pode resultar em estudos mais amplos, de caráter “pós ou transdisciplinar” que incorporem questões como diversidade cultural, identidade, hospitalidade, sustentabilidade e multiterritorialidade.

A propósito desse último conceito, uma rica agenda de debates se abre ao temário geográfico, com várias possibilidades de pesquisas - especialmente a partir do diálogo com a instigante obra de Rogério Haesbaert - sobre a ideia da *passagem de um território ou de uma territorialidade para outra* (multiterritorialidade) ou, de forma mais intensa e complexa, sobre *estar entre* vários lares e *viver no trânsito* (transterritorialidade) entre as chamadas moradias transnacionais.

É fato que, com o aumento da mobilidade, um entrecruzamento de territórios de múltiplas residências torna-se mais frequente no mundo atual. Novas leis e sistemas de multipropriedade (como os condoresorts, o troca-casa e o *timeshare*) possibilitam a vivência da multirresidencialidade ou, como preferimos aqui, do turismo residencial. Na sua dimensão espacial, tal fenômeno provoca, além do intercâmbio e da convivência, conflitos e tensões com territórios e identidades que se chocam e resultam na produção da multi ou transterritorialidade. Na coexistência dessa multiplicidade de espaços e culturas, erigem novas dinâmicas territoriais, seja com o aumento do “exclusivismo” e da “reclusão” (como analisamos no Boa Vista Resort), seja como forma de defesa e de “contenção” do território (a exemplo de Tatajuba) e/ou ainda com a sua abertura e a aceitação dos “de fora” (como é o caso de Maceió), mesmo com conflitos iminentes.

Desvelar essas dinâmicas que se reproduzem em inúmeros pontos do território brasileiro é um dos caminhos para a Geografia desdobrar o fecundo conceito de multiterritorialidade, inclusive fazendo “pontes” teórico-metodológicas com outros conceitos e temas (transterritorialidade, transnacionalidade, multiculturalismo, multirresidencialidade, hibridismo,

mobilidade, identidade, migração, turismo etc.) que nos convidam a prosseguir com a reflexão.

Na pesquisa feita no Nordeste, algumas dessas questões foram tratadas e, a despeito das dificuldades e limitações encontradas, os resultados possibilitam algumas advertências quanto aos impactos do turismo residencial e à multiterritorialidade que os seus adeptos engendram na região:

- ✓ O turismo residencial não deve ser o principal segmento dos investimentos turísticos do Nordeste, pois é dependente de capital estrangeiro especulativo e volátil que visa lucros imediatos e não a economia local. Ele é voltado, especialmente para uma clientela de turistas estrangeiros (em grande parte da classe média europeia) que ainda é incipiente no Brasil e visita com mais frequência outros destinos próximos dos seus lugares de origem. Investir apenas em empreendimentos de luxo que ofertem serviços com altos custos de manutenção (campos de golfe, hípica etc.) leva ao risco de uma super oferta na região que pode frustrar as expectativas de geração de trabalho e renda, logo após os empreendimentos serem lançados com altos subsídios públicos;
- ✓ A geração de empregos em longo prazo é outro fator que deve ser ponderado quando estados e municípios buscam atrair turistas e investidores estrangeiros e resolvem financiar, parcial ou totalmente, a infraestrutura básica para os futuros empreendimentos (doação de terrenos, dispensa de licenciamentos, isenção de impostos, construção e melhoramento de estradas etc.). A grande oferta de empregos, quase sempre, só ocorre durante as construções, já que estas permitem admitir mais trabalhadores com baixa qualificação profissional – o que predomina na região. Assim que as obras terminam, grande parte dos trabalhadores é dispensada e a oferta de emprego se resume a poucos funcionários com melhor formação. Quantos aos empregos indiretos alardeados, vale a lembrança de que resorts e condoresorts têm uma lógica de funcionamento que prioriza a autossuficiência de serviços e

entretenimentos, com a oferta de pacotes *all inclusive* que visam manter os turistas reclusos entre os seus muros o máximo de tempo possível.

- ✓ É preciso atenção com os impactos ambientais do turismo residencial para que esse não degrade os principais atrativos das serras e do litoral da região que tem belas praias, cachoeiras, dunas, florestas remanescentes, mangues, lagos, coqueiros, tabuleiros etc. O tradicional veraneio das casas de praia e de serra, mesmo com os conflitos que evoca, restringe menos o uso coletivo do território e dos recursos naturais de que condomínios de chalés, resorts e condoresorts que “privatizam” praias, instalam-se sobre as vertentes com vistas privilegiadas, controlam os acessos e a circulação de nativos e outros visitantes. A falta de planejamento específico para desenvolver o turismo residencial pode levar os municípios a um caminho sem volta com a perda da qualidade do ambiente, o aumento da pobreza e da segregação social. É preciso considerar que o turismo apresenta um ciclo de vida nos territórios onde se instala, exigindo, após o seu crescimento, medidas enérgicas que congreguem os princípios da sustentabilidade (crescimento econômico, justiça social e prudência ecológica) para não entrar em estagnação e decadência.

Por tudo isso, vale aqui também frisar que “vender turismo é muito mais de que vender imóveis” (ASSIS, 2001). A saturação de tradicionais redutos de segundas residências no mundo sinaliza que o “promissor” Nordeste brasileiro também pode se tornar uma “bolha imobiliária” inflada por “novas caravelas” de visitantes que aportam na região com projetos e capitais fictícios. Uma “nova colonização” se consoma no Nordeste, baseada no uso especulativo do território, especialmente do seu litoral que se transforma em mercadoria de venda globalizada.

Urge, portanto, a necessidade de se aperfeiçoar a legislação urbano-ambiental e sua aplicação na região, com mecanismos administrativos que impeçam a proliferação de megaempreendimentos de “fachada” e possam distinguir as segundas residências dos demais domicílios, identificando seus

diferentes usuários (veranistas e turistas residenciais) e até fixando uma taxa máxima de ocupação por município.

Em vários países, as leis têm se tornado mais rigorosas no intuito de impedir a proliferação de áreas residenciais segregadas que demandam altos investimentos públicos com a oferta de serviços para uma demanda ocasional de turistas residenciais – como ocorre em muitas partes do litoral mediterrâneo, com destaque para a Espanha. Na região turística de Tirol, na Áustria, a legislação urbana limita em 8% a ocupação de segundas residências. Na Suíça, a lei Lex Koller permite aos cantões e municípios definir as cotas desses domicílios por região (geralmente 20%), além de impor outras restrições, tais como: estrangeiros só compram imóveis provenientes de estrangeiros; casas de férias não podem ser alugadas para o ano todo; elas só podem ser compradas ou construídas em lugares designados pelas autoridades, assim como não podem exceder a 1.000m² de área total.

Em Camocim, no litoral Oeste do Ceará, esses problemas e desafios se colocam na ordem do dia. O município se encontra numa rota de fluxos inter-regionais que tem recebido forte aporte de investimentos públicos nos últimos anos e atraído a atenção de empresários e turistas estrangeiros cujos projetos e construções promovem uma série de embates com a população.

Ainda que as segundas residências não tenham grande expressão em Camocim, desde 1996, com a chegada do Grupo Marilha, cresce o número de turistas residenciais que se apropriam daquele território encetando novos usos e estilos de vida com as casas de praia que, até então, só eram ocupadas por veranistas regionais. Resort, condomínios de luxo, condoresort e outros megaprojetos foram lançados no município opondo lógicas distintas de territorialização. A lógica zonal dos territórios tradicionais foi sobreposta pela lógica reticular dos novos empreendimentos imobiliário-turísticos que se apropriam do litoral, produzindo uma multiterritorialidade de territórios-zonas e territórios-rede ora mais encaixados e “flexíveis”, ora mais resistentes e/ou “exclusivistas”.

As praias das Barreiras, Maceió e Tatajuba congregam essas diferentes lógicas de territorialização que, ao invés da solidariedade territorial esperada com a convergência de investimentos públicos e privados, logram pouca capilaridade local/regional.

Nas Barreiras, por exemplo, o Boa Vista Resort continua confinando os turistas no seu território-rede onde oferta pacotes *all inclusive* com diárias com pensão completa. Uma gama de serviços e entretenimentos externos (passeios, translados etc.) também é monopolizada sob sua gerência que impede a distribuição dos gastos dos visitantes com outros comerciantes e prestadores de serviços do município.

Ademais, as “paralisações técnicas” anuais prejudicam os funcionários do resort e geram desconfiças sobre a finalidade e o futuro desse empreendimento que ainda não conseguiu “decolar” e fidelizar seu público-alvo – os turistas europeus. Após dois anos sem paralisações, em março de 2011, o Boa Vista Resort entrou em mais um “período de reforma extraordinária”, logo depois do seu proprietário divulgar o projeto de um novo resort na “vizinha” cidade de Parnaíba, onde pretende hospedar uma seleção europeia na Copa de 2014, com a oferta de 240 apartamentos e 2 campos de futebol.

Tal atitude causa estranheza diante do momento em que se dá a reinauguração do aeroporto de Camocim e a reforma/construção de dois aeroportos internacionais na região (Parnaíba e Jeri) que são obras de “velho apelo” dos empresários italianos radicados no município. Seria, então, a paralisação uma “jogada” de marketing para arrendar ou vender o resort a outro grupo que esteja visando à Copa? Ou uma estratégia imobiliária para angariar os fartos investimentos públicos divulgados pelo BNDES para o custeio de novos hotéis para o Mundial de 2014?

Para a população de Camocim, o Boa Vista Resort permanece uma incógnita que, se por um lado, não consegue consolidar o turismo no município, por outro, contribui para a sua valorização imobiliária.

“Entre o turismo e o imobiliário”, Camocim passa a abrigar uma multiterritorialidade quase sempre conflituosa que têm, nas praias de Maceió e Tatajuba, confrontos mais evidentes entre *insiders* e *outsiders*. São duas praias que, paradoxalmente, estão no “centro” das disputas territoriais geradas pelo crescimento do turismo, mas à “margem” dos investimentos públicos engendrados por esta atividade.

Maceió é o principal polo de veraneio e de turistas residenciais de Camocim. A despeito dos conflitos relatados (como as barracas, o lixo e a presença de excursionistas), a convivência entre os nativos e os “de fora” é

pacífica e a comunidade é mais “flexível” às investidas de turistas e empresários. A situação muda de relevo quando o assunto é a venda de terras, prática que nativos e visitantes trocam acusações de serem os responsáveis.

Dentre os visitantes, veranistas e turistas residenciais também diferem nos comportamentos e nas identidades criadas com as segundas residências. Os veranistas buscam nestas uma quebra “transitória” da rotina de trabalho e da vida cotidiana; já os turistas residenciais protagonizam novos estilos de vida (como os associados à saúde e ao bem estar em uma etapa da vida, muitas vezes, já livres das obrigações com o trabalho ou com a criação dos filhos) em que conjugam a maior estadia do migrante com a mobilidade e o consumo do turista.

Na praia de Tatajuba, no entanto, uma espécie de “contenção territorial” acirra os embates entre *insiders* e *outsiders* e faz surgir propostas alternativas ao modelo de turismo (e do imobiliário!) que está sendo implantado no município. Vizinha à badalada praia de Jericoacoara, Tatajuba é uma das comunidades litorâneas do Ceará que protagoniza iniciativas para a convivência de territorialidades turísticas endógenas e exógenas não excludentes. Baseado na autogestão dos moradores, o turismo comunitário é a aposta para a produção de uma economia positiva e mais solidária.

Porém, esta proposta é preterida pelo Poder Público que só credita aos grandes empreendimentos a capacidade de aproveitamento do potencial turístico do Ceará. Esta opção de gestão incorre numa falácia que ignora as iniciativas endógenas existentes, inferioriza as comunidades litorâneas, tirando delas o direito de serem também “empreendedoras” do seu futuro - por que não? Ao optar por esta “via de mão única”, o Estado fica refém dos ânimos dos investidores e turistas estrangeiros que oscilam com as flutuações do câmbio e da economia mundial – como já comentado.

Mais de que investimento, o fortalecimento do turismo comunitário no Ceará criaria uma política de grande impacto social que melhoraria os serviços básicos das comunidades, diversificaria suas economias, provendo mais capacitações e postos de trabalho, principalmente para as mulheres e os jovens que têm sido mais vulneráveis à exploração do turismo sexual, ao

envolvimento com as drogas, à migração para grandes cidades e para fora do país.

Para tanto, é necessário ao Estado enfrentar (e querer resolver!) o principal problema que aflige as comunidades litorâneas: a questão da propriedade da terra. Sem o devido amparo estatal, as comunidades travam diariamente uma luta desigual com agentes imobiliários, turistas e empresas que avançam loteando terras, construindo equipamentos em áreas sob litígio e até naquelas de proteção ambiental e pertencentes ao Patrimônio da União – como os terrenos de marinha.

E estes problemas se arrastam de governo a governo, com paliativos jurídico-administrativos (audiências públicas, levantamentos, zoneamentos etc.) que não resolvem a questão em definitivo – como é o caso de Tatajuba. Questão esta, vale lembrar, que só ao Estado compete definir, pois dispõe dos mecanismos institucionais e constitucionais para exercer sua função social basilar: zelar pelo bem estar da sociedade, especialmente dos mais pobres.

Diante da indefinição sobre a propriedade da terra, as comunidades também ficam impossibilitadas de pleitear linhas de crédito estatais (como as do BNDES destinadas aos hotéis para a Copa) que são facilmente captadas pela iniciativa privada.

Enquanto esperam, comunidades como Maceió e Tatajuba assistem à inauguração de importantes obras estruturantes que quase nunca beneficiam diretamente seus territórios. A carência de serviços básicos ainda lhes impõe uma quase “imobilidade” em plena Rota das Emoções.

E isto ocorre porque a possibilidade de cooperação de territorialidades turísticas endógenas e exógenas é ceifada por interesses particulares (“alimentados” pelos investimentos públicos!) que não produzem externalidades positivas e muito menos solidárias.

Atualmente, Camocim se encontra numa encruzilhada, numa rota de fluxos e de investimentos que não têm sido adequadamente aproveitados para potencializar o turismo e produzir o desenvolvimento local. Ao invés de se

consolidar como destino turístico complementar a Jericoacoara, prevalece no município, o crescimento do imobiliário.

Dessa forma, a terra de Pinto Martins alça novos “voos” com a persistência de velhos problemas – que acreditamos serem comuns a outras praias do Nordeste. Entre projetos turísticos de “fachada” e reais interesses imobiliários, o território de Camocim se valoriza aumentando as desigualdades socioespaciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADIT. Associação para o Desenvolvimento Imobiliário e Turístico do Nordeste Brasileiro. **Clipping de notícias.** Disponível em: <http://www.aditnordeste.com.br> Acesso em: 02 out. 2008

AFIRE. **Association of Foreign Investors in Real Estate.** Disponível em: http://www.afire.org/foreign_data/index.shtm Acesso em: 23 jan. 2011.

ALEDO, Antonio. De la tierra al suelo: la transformación del paisaje y el nuevo turismo residencial. **ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura.** CLXXXIV, 729, p. 99-113, 2008.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Turismo e os novos territórios no litoral cearense. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). **Turismo e geografia:** reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 184-190

ALMIRÓN, Analía Verónica. Turismo y espacio. Aportes para outra geografia del turismo. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 16, p. 167-180, 2004.

AMORA, Zenilde Baima. O espaço urbano cearense: breves considerações. In: _____ (Org.). **O Ceará:** enfoques geográficos. Fortaleza: FUNECE, 1999.

ANDREU, Hugo G. Un acercamiento al concepto de Turismo Residencial. In: MAZÓN, Tomás; ALEDO, Antonio (Eds.). **Turismo residencial y cambio social:** nuevas perspectivas teóricas e empíricas. Alicante: Universidad de Alicante, Vicerrectorado de Extensión Universitária, 2005. p. 55-69

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro:** heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

_____. O contexto mundial e as diversas visões de territórios e de desenvolvimento regional sustentável. In: MIRANDA, Carlos et al. **Articulação de políticas públicas e atores sociais.** Brasília: IICA, 2008, p. 15-28

ARAÚJO, Vilma Terezinha de. **Guaramiranga:** lugar para viver ou visitar? Anais do IV Encontro Nacional da ANPPAS. Disponível em: www.anppas.org.br/encontro4/cd/gt16.html Acesso em: 19 dez. 2010

ARONSSON, Lars. Place attachments of vacation residents: between tourist and permanent residents. In: HALL, Michael C.; MULLER, Dieter K. **Tourism, mobility and second homes:** between elite landscape and common ground. Clevedon, Channel View, 2004. p. 75-86

ASSIS, Lenilton Francisco de. **A difusão do turismo de segunda residência nas paisagens insulares:** um estudo sobre o litoral sul da Ilha de Itamaracá - PE. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

ASSIS, Lenilton Francisco de. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 11, 12 e 13, p. 107-122, 2003a.

_____. Turismo sustentável e globalização: impasses e perspectivas. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**. v. 4/5, n. 1. Sobral-CE: UVA, 2003b. p. 131-142.

_____. Residências secundárias: expansão e novos usos no litoral cearense. In: SILVA; José B. da; DANTAS, Eustógio W. C.; ZANELLA; Maria E.; MEIRELES, Antônio Jeovah de A. (Orgs.). **Litoral e sertão: natureza e sociedade no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 289-305

_____. A expansão das residências secundárias numa área de transição urbano-rural: a serra da Meruoca (CE). In: VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 2007, **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UFF, 2007. 1 CD.

_____. Do território usado à multiterritorialidade: reflexões sobre o lazer e o turismo em segundas residências no Nordeste brasileiro. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, v. 26, p.45-58, 2009a.

_____. Segundas residencias y multiterritorialidad en el nordeste brasileño: el aumento del turismo residencial. In: MAZÓN, Tomás; HUETE, Raquel; MANTECÓN, Alejandro. (Org.). **Turismo, urbanización y estilos de vida: las nuevas formas de movilidad residencial**. Barcelona: Icaria, 2009b. p. 175-191

BARBOSA, Luciana Maciel. **Redes e territórios solidários do turismo comunitário: políticas para o desenvolvimento local no Ceará**. 2011. 170f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BECKER, Bertha K. **Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1995.

BELL, Martin; WARD, Gary. Comparing temporary mobility with permanent migration. **Tourism Geographies**. v. 2, n. 1, p. 97-107, 2000.

BIEGER, Thomas; BERITELLI, Pietro; WEINERT, Robert. Understanding second home owner who do not rent – Insights on the proprietor of self-catered accommodation. **Hospitality Management**, 26, p. 263-276, 2007

BNB. Banco do Nordeste. **Relatório Final de Projeto**. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - Primeira Fase - PRODETUR/NE I. Fortaleza, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA/CEPENE. **Boletim estatístico da pesca marítima e estuária do Nordeste do Brasil**, 1999.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Sinopse preliminar do Censo demográfico 2000**. v. 7. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. **Lauda Ambiental da Localidade de Tatajuba – Camocim/CE**. Fortaleza: IBAMA, Gerência Executiva do IBAMA-CE. 2001. 55p.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília: MI/SDR, 2005.

_____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. **Monitoramento da atividade pesqueira no litoral do Brasil**. Relatório técnico final. Convênio SEAP/PROZEE/IBAMA, Brasília, agosto, 2006.

_____. Ministério do Turismo - EMBRATUR. **Mercado de turistas estrangeiros de segunda residência no Brasil**. Relatório Executivo. Brasília: EMBRATUR/FGV, 2008.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte**. Brasília, 2009.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **SIDRA - Banco de dados agregados**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Acesso: 21 ago. 2010

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Cidades@ - Camocim**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=230260> Acesso: 21 set. 2011

BREUER, Toni. Características del Turismo Residencial de alemanes jubilados: resultados de una encuesta realizada en las Islas Canarias. In: MAZÓN, Tomás; ALEDO, Antonio (Eds.). **Turismo residencial y cambio social: nuevas perspectivas teóricas e empíricas**. Alicante: Universidad de Alicante, Vicerrectorado de Extensión Universitária, 2005. p. 363-374

CAMOCIM. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Camocim** - Documento Básico. Camocim: Prefeitura Municipal de Camocim/Nasse Hissa Arquitetos Associados, 2000.

CAMPANA, Fábio. **IPTU da praia sobe 86%**. Disponível em: <http://www.fabiocampana.com.br/2010/02/iptu-da-praia-sobe-86/> Acesso em: 01 fev. 2010.

CAMPOS, Eduardo. **O pouso da águia**: história, folclore e literatura. Fortaleza, 2000.

CAPONERO, Maria C. Timeshare: bom negócio que gera dúvidas. In: LAGE, Beatriz H. G. (Org.). **Turismo, hotelaria & lazer 1**. São Paulo: Atlas, 2004. p. 59-94

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 11, outubro 1998. p 53-75

CARVALHO, Cid Vasconcelos de. **O trem em Camocim**: modernização e memória. 2001. 175 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Fortaleza, 2001.

CASADO-DIAZ, Maria Angeles. Second home in Spain. In: HALL, Michael C.; MULLER, Dieter K. **Tourism, mobility and second homes**: between elite landscape and common ground. Clevedon, Channel View, 2004. p. 215-232

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer e Jussara Simões. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, Samira. Segunda residência é maior filão de negócios. **Diário do Nordeste**. Caderno Negócios, p. 6. Fortaleza, 13 jul. 2006

CAVALCANTE, Marcos. **Liminar suspende construção de empreendimento em Camocim**. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/www/opovo/ceara/773818.html> Acesso em: 18 março 2008

CAVALCANTE, Rodrigo. O Nordeste português. **Anuário Exame - Turismo**. São Paulo: Ed. Abril. 2007

CEARÁ. Secretaria de Turismo - SETUR/CE. PRODETUR/NE II. **PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Ceará Costa do Sol**. Fortaleza: Ruschmann Consultores, 2004. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/gerados/pdits_ceara.asp Acesso em: 25 nov. 2004

_____. Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE). Instituto de Ciências do Mar (LABOMAR). **Zoneamento Ecológico-Econômico do Ceará - Zona Costeira**, SEMACE, Fortaleza. 2005

_____. Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional. **PROURB Urbano**. Disponível em: http://conteudo.ceara.gov.br/content/aplicacao/sdlr/desenv_urbano/gerados/prourb.asp Acesso em: 25 set. 2008

CEARÁ. Secretaria Estadual do Turismo. **Evolução do Turismo no Ceará**. n. 17, 4. ed. Fortaleza: SETUR (CE), 2009. 13p.

_____. Assessoria de Comunicação. SETUR/CE. **Vila Galé Cumbuco será inaugurado em outubro**. Disponível em: <http://www.setur.ce.gov.br/noticias/cumbuco-2> Acesso em: 23 ago. 2010

_____. Instituto de Pesquisa e estratégia econômica do Ceará-IPECE. **Anuário Estatístico do Ceará - 2010**. Disponível em: www.ipece.ce.gov.br Acesso em: 25 maio 2011.

CHAPLIN, Davina. Consuming work/productive leisure: the consumption patterns of second home environments. **Leisure studies**. 18, p. 41-55, 1999.

CHRISTALLER, Walter. Some considerations of tourism location in Europe: the peripheral regions-underdeveloped countries-recreational areas. **Regional Science Association**. Paper 12, Lund Congress. 1963.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **GEOgraphia**. Ano 1, n. 2, Niterói: Ed. UFF, 1999. p. 7-26

CLIFFORD, James. Culturas viajantes. In: ARANTES, Antonio A. (Org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 50-79

COELHO, Carlos Henrique. **Denúncias contra o parque eólico de Camocim**. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/www/opovo/economia/920438.html> Acesso em: 20 Out. 2009.

COHEN, Erick. Who is a tourist? A conceptual clarification. **Sociological review**. n. 22 (4). 1974. p. 527-555

_____. Principales tendencias en el turismo contemporáneo. **Política y sociedad**. v. 42, p. 11-24, 2005. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/cps/11308001/articulos/POSO0505130011A.PDF> Acesso em: 23 mar. 2008

COLÁS, Julián. L. **La residencia secundaria en España**: estudio territorial de su uso y tenencia. 362 f. Tesis (Doctorado en Geografía) – Facultat de Filosofia i Lletres, Universitat Autònoma de Barcelona. Barcelona, 2003.

COLES, Tim; DUVAL, David T.; HALL, C. Michael. Sobre el turismo y la movilidad en tiempos de movimiento y conjetura posdisciplinar. **Política y sociedad**. v. 42, 2005, p. 85-99, Disponível em: <http://revistas.ucm.es/cps/11308001/articulos/POSO0505130085A.PDF> Acesso em: 23 mar. 2008

COPPOCK, J. T. Second homes in perspective. In: _____ (Ed.). **Second homes: curse or blessing?** Londres: Pergamon, 1977. p. 1-16

CORBIN, Alain. **O território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Do local ao global**: o turismo litorâneo cearense. 3. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2002.

_____. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, Roberto; SANSELO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs). **Turismo de base comunitária**: experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. p. 277-288.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T.; LIMA, Luiz C. (Orgs.) **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* (Org.) **Geografia**: conceitos e temas. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 15-47

COUTINHO, Graciano. **“Vila Galé” inaugura novo hotel e anuncia novos investimentos em Fortaleza**. Disponível em: <http://blog.opovo.com.br/portugalsempassaporte/vila-gale-inaugura-seu-novo-hotel-e-anuncia-novos-investimentos-em-fortaleza/> Acesso em: 22 nov. 2010

_____. **Complexo Aquiraz Riviera terá condominio turistico de luxo** Disponível em: <http://blog.opovo.com.br/portugalsempassaporte/complexo-aquiraz-riviera-tera-condominio-turistico-de-luxo/> Acesso em: 17 dez. 2011

CRESSWELL, Tim. **On the move**: mobility in the modern western world. New York: Routledge, 2006.

_____. Towards a politics of mobility. In: PIETRESE, E.; EDJABE, N. (Eds.) **African Cities Reader II**: Mobilities and Fixtures. v. 2. Vlaeberg, South Africa: African Centre for Cities & Chimurenga Magazine, 2011. p. 159-171.

CRISPIM, Maristela. Construções insustentáveis I: ocupação degrada a serra. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 20.02.2008, Cad. Negócios.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Política de turismo e território**. 3. ed. São Paulo, Contexto, 2002.

DACHARY, Alfredo César; BURNE, Stella Maria Arnaiz. El turismo: ¿desarrollo o crecimiento? El caso de Cancún. In: BURNE, Stella Maris; DACHARY, Alfredo Cesar (Orgs.). **Turismo y desarrollo**: crecimiento y pobreza. Puerto Vallarta: Ed. Universidad de Guadalajara, Universidad de Buenos Aires, Universidad Nacional de Mar del Plata, 2008. p. 13-35

DANTAS, Eustógio W. C. O mar e o marítimo nos trópicos. **GEOUSP** - Espaço e Tempo. São Paulo, USP, n. 15, p. 63-76, 2004.

DANTAS, Eustógio W. C. **Maritimidade nos trópicos**: por uma Geografia do litoral. Fortaleza: Ed. UFC, 2009.

DANTAS, Eustógio W. C.; FERREIRA, Ângela L.; CLEMENTINO, Maria do Livramento M. (Orgs.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

DEMOCRATA CALÇADOS. **Perfil Corporativo**. Disponível em: <http://www.democrata.com.br/pages/empresa> Acesso em: 20 abril 2011

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 5 ed. São Paulo: Futura, 2001.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Turismo depende de novo aeroporto**. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?aviso=yes&codigo=85234> Acesso em: 18 jun. 2003.

DIÁRIO DE NATAL **Turismo de segunda residência em debate**. Caderno Viagem. 15 de outubro, 2007. p. 2

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 141-162

_____. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005. p. 11-26.

DOUROJEANNI, Marc. **Unidades de confusão**. Disponível em: http://www.oeco.com.br/todos-os-colunistas/42-marc-dourojeanni/16365-oeco_13196 Acesso em: 28 de Julho de 2005

DUVAL, David Timothy. Mobile migrants: travel to second home. In: HALL, Michael C.; MULLER, Dieter K. **Tourism, mobility and second homes: between elite landscape and common ground**. Clevedon, Channel View, 2004. p. 87-96

FANTIN, Márcia. **Cidade dividida**: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FEATHERSTONE, Mike. Moderno e pós-moderno: definições e interpretações. In: _____. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Nobel, 1995.

FIGUEIREDO, Lucas. Polícia Federal investiga projeto de US\$ 15 bi. **Correio Braziliense**. 03 ago. 2007.

FONSECA, Maria A. P. da; COSTA, Ademir A. da. A racionalidade da urbanização turística em áreas deprimidas: o espaço produzido para o visitante. **Scripta Nova**. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. IX, núm. 194 (114). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-114.htm> Acesso em: 15 nov. 2005

FONSECA, Maria A. P. da; FERREIRA, Ângela L.; SILVA, Alexsandro F. C. da. Investimentos turísticos internacionais no litoral do Nordeste brasileiro: novos desafios para a gestão ambiental. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 11, 2007, Bogotá: Universidade Nacional da Colômbia. **Anais eletrônicos...** 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GEOCONSULT. Grupo Marilha. **EIA/RIMA - Cidade Turística Marilha**. Fortaleza, 2001.

GILI, Mercè. Las viviendas de segunda residencia. ¿Ocio o negocio? **Scripta Nova**. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. VII, n. 146 (052). Disponível em: [http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(052\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(052).htm) Acesso em: 12 nov. 2003

GIRÃO, Glória Giovanna S. Mont'Alverne. **As transformações socioculturais em Sobral (1870-1920)**. 2001. 183 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2001.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar. A ressurgência do turismo nos anos 90 – campo de possibilidades de revisitações da região, natureza e paisagem na geografia. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T (Org.). **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998. p. 259-273

_____. **Recortes de paisagens na cidade do Recife: uma abordagem geográfica**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007.

GOMES, Wilson. **‘Ilha do Amor’ é posta à venda por R\$ 8,23 mi**. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=665747> Acesso em: 29 agosto 2009.

GRUPO MARILHA. **Master Plan Camocim Global Village**. 2001. Disponível em: http://www.marilha.com/p_masterplan.php Acesso em: 22 março 2007

GUSTAFSON, Per. Estrategias residenciales en la migración internacional de jubilados. In: MAZÓN, Tomás; HUETE, Raquel; MANTECÓN, Alejandro. (Org.). **Turismo, urbanización y estilos de vida: las nuevas formas de movilidad residencial**. Alicante: Icaria, 2009a. p. 269-283

_____. More cosmopolitan, no less local: the orientations of international travellers. **European Societies**. V. 11, Issue 1, 2009b, p. 25-47

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. p. 169-190

_____. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005a, **Anais eletrônicos...**, São Paulo: USP, 2005. 1 CD. p. 6774-6792

_____. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília: MI/SDR, 2005b. p. 15-29

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, Frederico Guilherme B. de; HAESBAERT, Rogério (Orgs.). **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007a. p. 33-56

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. v. 9, n. 17, Niterói: EdUFF, 2007b. p. 19-45

_____. Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográfico-cultural integradora (Epílogo). In: SERPA, Ângelo (Org.). **Espaços culturais**: vivências, imaginação e representações. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 393-419

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Org.) **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular. 2009. p. 95-120

HAESBAERT, Rogério; MONDARDO, Marcos. Transterritorialidade e Antropofagia: territorialidades em trânsito numa perspectiva brasileira-latino-americana. **GEOgraphia**. v. 12, n. 24, Niterói: EdUFF, 2010. p. 19-50

HALL, C. Michael. **Tourism and mobility**. Conferência apresentada em Brisbane, Queensland, 2004. Disponível em: http://eprints.otago.ac.nz/159/1/Mobility_CAUTHE.pdf Acesso em: 17 jan. 2008.

HALL, C. Michael; MULLER, Dieter K. **Tourism, mobility and second homes**: between elite landscape and common ground. Clevedon, Channel View, 2004.

HALL, C. Michael; PAGE, Stephen J. **The geography of tourism and recreation**: environment, place and space. 3 ed. Londres: Routledge, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Mara Stela Gonçalves. 17 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HELLER, Agnes. Where are we at home? **Thesis eleven**, 41, p. 1-18, May 1995.

HIERNAUX, Daniel. **El turismo de segundas residencias en México**. Reporte final del estudio. Ciudad del México: CESTUR, Casa Abierta al tiempo, Universidad Autónoma Metropolitana, 2004. 224p. (mimeo)

HIERNAUX, Daniel. ¿Identidades móviles o movilidad sin identidad? El individuo moderno em transformación. In: **Revista de Geografía Norte Grande**. Pontificia Universidad Católica de Chile. n. 34, p. 5-17, 2005a

_____. La promoción inmobiliaria y el turismo residencial: el caso mexicano. **Scripta Nova**. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. IX, n. 194 (05), agosto de 2005. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-05.htm> Acesso em: 14 out. 2005b

_____. Una década de câmbios: la Geografía Humana y el estudio del turismo. **Scripta Nova**. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XII, n. 270 (87), 1 agosto de 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-87.htm> Acesso em: 14 fev. 2008

HUETE, Raquel; MANTECÓN, Alejandro. Los límites entre el turismo y la migración residencial: una tipología. **Papers**, 95/3, 2010, p. 781-801

INFRAERO **Informações aeroportuárias**. Disponível em: <http://www.infraero.gov.br> Acesso em: 19 nov. 2008.

IRVING, Martha de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre o turismo de base comunitária. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs). **Turismo de base comunitária: experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. p. 108-121.

JAAKSON, Reiner. Second-home domestic tourism. **Annals of tourism research**. Vol. 13, p. 367-391. 1986.

KEEN, Donna; HALL, Michael. Second homes in New Zealand. HALL, Michael C.; MULLER, Dieter K. **Tourism, mobility and second homes: between elite landscape and common ground**. Clevedon, Channel View, 2004. p. 174-195

KNAFOU, Remi. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo, Hucitec, 1996. p. 62-74

KNOX, Noelle. Second homes 40% of market. **USA Today**. 04 maio 2006. Disponível em: http://www.usatoday.com/money/economy/housing/2006-04-04-real-estate-usat_x.htm Acesso em: 12 jul. 2006

KONDO, A. L. M.; LATERZA, B. L. **Complexos turístico-residenciais**: uma investigação sobre a situação e as perspectivas deste mercado no Nordeste brasileiro. 124 f. Monografia (Bacharelado em Hotelaria e Turismo), Centro Universitário SENAC, São Paulo, 2008.

LANQUAR, Robert. Turismo, migraciones y codesarrollo. **Revista Internacional de Sociologia (RIS)**. Vol. LXV, n. 84, p. 221-241, 2007.

LARSEN, Jonas; URRY, John; AXHAUSEN, Kay. **Social networks and future mobilities**. Disponível em: <http://en.scientificcommons.org/15076148> Acesso em: 23 mar. 2008

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Translated by Donald Nicholson-Smith. Malden, USA: Blackwell Publishing, 1991.

LÉVY, Jacques. Os novos espaços da mobilidade. **GEOgraphia**. Ano 3, n. 6, Niterói: EdUFF, 2001. p. 1-8

LIMA, Luiz Cruz. Redes de integração do território cearense: dos caminhos da pecuária às estradas virtuais. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley C. (Orgs.). **Ceará**: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. p. 33-50

LIMA, Maria do Céu. Comunidades pesqueiras marítimas: mariscando resistências. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley C. (Orga.). **Ceará**: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. p. 281-299

LIMONAD, Ester. Yes, nós temos bananas! Praias, condomínios fechados, resorts e problemas sócio-ambientais. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12, **Anais eletrônicos...** Belém, 2007a. 1 CD

_____. Urbanização dispersa: mais uma forma de expansão urbana? **Revista Formação**, n. 14, v. 1, p. 31-45. Presidente Prudente: UNESP, 2007b

LUNDGREN, J. O. J. On access to recreational lands in dynamic metropolitan hinterlands. **Tourist Review**, v. 29, n. 4, p.124-131,1974.

MADRUGA, Antonio Moacyr. **Litoralização**: da fantasia de liberdade à modernidade autofágica. 1992. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

MAIA, Moacir. Nossa vantagem. **Diário do Nordeste**. Coluna Gente de empresas. Fortaleza, 24 mar. 2006.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs). **Turismo de base comunitária: experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. p. 25-44.

MANTECÓN, Alejandro. Procesos de urbanización turística. Aproximación cualitativa al contexto ideológico. **Papers - Revista de Sociología**, 89, p. 127-144, 2008.

MARINO NETO, José Ernesto. Turismo residencial no Brasil não é elástico. **Jornal e Revista IMOBITUR**. Porto, 23 a 26 mar./2006.

MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antonio A. (Org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000. p. 176-185

_____. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MAZÓN, Tomás; ALEDO, Antonio (Eds.). **Turismo residencial y cambio social: nuevas perspectivas teóricas e empíricas**. Alicante: Universidad de Alicante, Vicerrectorado de Extensión Universitária, 2005.

MAZÓN, Tomás; HUETE, Raquel; MANTECÓN, Alejandro. (Org.). **Turismo, urbanización y estilos de vida: las nuevas formas de movilidad residencial**. Alicante: Icaria, 2009.

McINTYRE, Norman. Introduction. In: McIntYRE, N.; WILLIAMS, D. R.; MCHUGH, K. (Eds.). **Tourism and multiple dwelling: negotiating place, home and identity**. Wallingford, UK: CABI, 2006. p. 3-14

MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade; RAVENTOS, Jordi Serra. Um modelo geomorfológico integrado para a planície costeira de Jericoacoara/Ceará. **Mercator**. Fortaleza: UFC, v. 1, p. 79-94, 2002.

MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade. Danos socioambientais na zona costeira cearense. In: HERCULANO, S.; PACHECO, T. (Org.). **Racismo ambiental**. Rio de Janeiro: FASE, 2006, p. 73-87

MENDES, Eluziane Gonzaga. **De espaço comunitário a espaço do turismo: conflitos e resistências em Tatajuba, Camocim – Ceará**. 2006. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, MAG, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONTEIRO, Tobis de Melo. **Camocim centenário: 1879-1979**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará – IOCE, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuições para gestão costeira do Brasil**: elementos para a geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 1999.

_____. Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. In: BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília: MI/SDR, 2005. p. 43-47

MULLER, Dieter K.; HALL, C. Michael; KEEN, Donna. Second home tourism impact, planning and management. In: HALL, Michael C.; MULLER, Dieter K. **Tourism, mobility and second homes**: between elite landscape and common ground. Clevedon, Channel View, 2004. p. 15-32

MULLER, Dieter K. Las viviendas secundarias en Suecia: entre el patrimonio nacional y el producto exclusivo. In: MAZÓN, Tomás; HUETE, Raquel; MANTECÓN, Alejandro. (Org.). **Turismo, urbanización y estilos de vida**: las nuevas formas de movilidad residencial. Alicante: Icaria, 2009. p. 19-36

NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In: SOUZA, Simone (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 76-102

NIEVES, Raquel H.; TERÁN, Alejandro M.; MARTÍNEZ, Tomás M. ¿De que hablamos cuando hablamos de Turismo Residencial? **Cuadernos de Turismo**, n. 22, p. 101-121, Universidade de Murcia, 2008.

NOGUEIRA, Tadeu. **Falta de porto e ferrovia inviabilizam estaleiro em Camocim**. Disponível em: <http://www.camocimonline.com/2010/06/falta-de-porto-e-ferrovia-inviabilizam.html> Acesso: 21 março 2011.

OLIVEIRA, André Frota de. **A fortificação holandesa do Camocim**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A lógica da especulação imobiliária. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 55, p. 75-90, nov. 1978.

_____. A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.) **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

ONO, Mayumi. Long-stay tourism and international retirement migration: japanese retirees in Malaysia. In: YAMASHITA, Shinji et al. **Transnational migration in East Asia**. Osaka: National Museum of Ethnology, 2008. p. 151-162

O'REILLY, Karen. Migración intra-europea y cohesión social: el grado y la naturaleza de la integración de los migrantes británicos en España. In: MAZÓN, Tomás; HUETE, Raquel; MANTECÓN, Alejandro. (Org.). **Turismo, urbanización y estilos de vida**: las nuevas formas de movilidad residencial. Alicante: Icaria, 2009. p. 249-268

_____. **The rural idyll, residential tourism, and the spirit of lifestyle migration.** Disponível em: <http://www.lboro.ac.uk/departments/ss/lmhub/documents/Anthro-tourism%20paper.pdf> Acesso em: 30 maio 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo.** São Paulo: Roca, 2001.

ORTIZ, Renato. **Um outro território:** ensaios sobre a mundialização. 2. ed. São Paulo: Olho d'água, 1999.

OVERVAG, Kjell. **Second homes in Eastern Norway:** from marginal land to commodity. 2009. 82f. Thesis (Department of Geography). Norwegian University of Science and Technology, Faculty of Social Sciences and Technology Management. Trondheim, December 2009.

PEARCE, Douglas. **Tourism today:** a geographical analysis. New York: Longman, 1991.

PETERSEN, Samanta. Turismo residencial atrai mercado imobiliário. **O povo.** Caderno Economia, p. 25. Fortaleza, 23 out. 2006.

PETTERSON, Robert. **Foreign second home purchases:** the case of northern sweden, 1990-96. CERUM, Working Paper n. 14, Umeå university, Sweden, 1999. Disponível em: http://www.umu.se/cerum/publikationer/pdfs/CWP_14_99.pdf Acesso em: 21 mar. 2007

PINHEIRO, Francisco José. Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa do território. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará.** 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 17-55

_____. **Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820).** Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PRADO, Debora. Copa e Olimpíadas: o que realmente está em jogo? **Revista Caros Amigos**, 166, São Paulo: Casa Amarela, 2011. p. 18-23

PROSERPIO, Renata. **O avanço das redes hoteleiras internacionais no Brasil.** São Paulo: Aleph, 2007.

QUINN, Bernadette. Dwelling through multiple places: a case study of second home ownership in Ireland. In: HALL, Michael C.; MULLER, Dieter K. **Tourism, mobility and second homes:** between elite landscape and common ground. Clevedon, Channel View, 2004. p. 113-130

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia.** São Paulo: n. 2., FFLCH-USP, 1983. p. 93-101

REVERTÉ, Francesc González. La segunda residencia en Cataluña. Caracterización, impactos y retos. In: MAZÓN, Tomás; ALEDO, Antonio (Eds.). **Turismo residencial y cambio social: nuevas perspectivas teóricas e empíricas**. Alicante: Universidad de Alicante, Vicerrectorado de Extensión Universitaria, 2005. p. 73-104

RODE, Nicolas Clemens Wilhelm. **The tourism-migration nexus: towards a theory of global human mobility**. Disponível em: <http://digitalcommons.ryerson.ca/dissertations/102> Acesso: 23 mar. 2008

RODRIGUES, Adyr B. Percalços do planejamento turístico: o PRODETUR-NE. In: _____. (Org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo, Hucitec, 1996. p. 147-162

_____. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Geografia do turismo: novos desafios. In: TRIGO, Luiz G. Godoi (Org.). **Turismo: como aprender, como ensinar 1**. São Paulo: SENAC, 2001, p. 87-122

_____. Patrimônio, território e empreendedorismo: pilares do desenvolvimento do turismo com base local. **Revista Aportes y Transferências**. Centro de Investigaciones Turísticas. Mar del Plata, ano 7, v. 2., 2003. p.12-31

_____. Turismo e territorialidades plurais – lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In: LEMOS, Amália I. G.; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria L. **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: CLACSO, 2006. p. 297-315

_____. Turismo e fortalecimento de micro-economias locais - oportunidades de inserção social em bases comunitárias. In: BURNE, Stella Maris; DACHARY, Alfredo Cesar (Orgs.). **Turismo y desarrollo: crecimiento y pobreza**. Puerto Vallarta: Ed. Universidad de Guadalajara, Universidad de Buenos Aires, Universidad Nacional de Mar del Plata, 2008. p. 37-46

RODRIGUES, Julênio Braga. **Análise da contribuição do PROURB para o planejamento local sustentável: a experiência de Camocim no período de 1996 a 2000**. Dissertação de Mestrado – UVA/Sobral - Universidade de Lisboa/Portugal, 2001.

ROSA, Sérgio E. S.; TAVARES, Marina M. **A recente expansão dos resorts no Brasil**. BNDES setorial, n. 16, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset1604.pdf> Acesso: 23 mar. 2008

ROSELL, Dulce. **Sistema fracionado barateia o acesso a imóvel de veraneio de alto padrão**. Disponível em: <http://casaeimoveis.uol.com.br> Acesso: 23 set. 2010

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, n. 2, ano 2, p. 45-66, 2005.

_____. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território**. Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82 -106, fev. 2006.

SALES, Vanda C. de C. Os litorais cearenses. In: SILVA, José B. da; CAVALCANTE, Tércia C.; DANTAS, Eustógio W. C. (Org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. p. 231-260

SALVÀ TOMÁS, Pere. Procesos, pautas y tendencias del turismo residencial em las Islas Baleares: ¿inmigrantes de lujo o turistas de larga estancia? In: MAZÓN, Tomás; ALEDO, Antonio (Eds.) **Turismo residencial y cambio social: nuevas perspectivas teóricas e empíricas**. Alicante: Universidad de Alicante, Vicerrectorado de Extensión Universitaria, 2005. p. 281-303

SAMPAIO, Camila Freire. **O turismo e a territorialização dos resorts: a praia do Porto das Dunas como enclave em Aquiraz-CE**. 2009. 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. **Cidade Vermelha: a militância comunista em Camocim-CE (1927-1950)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2000.

_____. **Entre o porto e a estação: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim/CE - 1920-1970**. 2008. 259 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A urbanização brasileira**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002. p. 15-20

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SASTRE, Vicente J. et al. Fin de semana y tiempo libre. **Revista Estudios Turísticos**. n. 75/76, p. 215-344. jul/dez 1982.

SCALIOTTI, Oswaldo. **Foco na segunda moradia**. Fortaleza, 2007. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/economia/702517.html> Acesso em: 09 jun. 2007.

SEABRA, Odette C. de Lima. **A muralha que cerca o mar**: uma modalidade de uso do solo urbano. 1979. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1979.

SHAW, Gareth; WILLIAMS, Allan. **Critical issues in tourism**: a geographical perspective. 2. ed. London: Blackwell Publisher, 2002.

SHELLER, Mimi; URRY, John. The new mobilities paradigm. **Environment and planning**. vol. 38, p. 207-226, 2006.

SILVA, Alexsandro Ferreira C. da; FERREIRA; Ângela Lúcia de A. Dinâmicas imobiliárias e turismo: novas relações, novos riscos. **Cadernos metrópole**, 18, p. 109-133, p. 2007a

_____. Para além do muro alto: “turismo imobiliário” e novas configurações sócio-espaciais na Região Metropolitana de Natal – RN/Brasil. In: VALENÇA, Márcio M.; CAVALCANTE, Gilene. **Globalização e marginalidade**. Natal: EDUFRN, 2007b. v. 2. 18 p.

SILVA, Jefferson Souza da. **A “Extensão Pesqueira” no desenvolvimento das comunidades litorâneas no estado do Ceará**. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade Federal do Ceará, PRODEMA, Fortaleza, 2003.

SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **O novo rural brasileiro**. Disponível em: http://www.iapar.pr.gov.br/arquivos/File/zip_pdf/novo_rural_br.pdf Acesso em: 21 março 2011.

SILVA, Sylvio Bandeira de M.; SILVA, Barbara C. N.; CARVALHO, Silvana S. de; Globalização, turismo e residências secundárias: o exemplo de Salvador-Bahia e de sua região de influência. **Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica**. Vol. IV, n. 3, setembro de 2009. 15 p.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 57, p. 77-92, nov. 1980.

SIQUEIRA, Denílson. **Ex-prefeito deixa dívida de mais de 50 mil reais na EMBRATUR**. 2011. Disponível em: <http://www.aprece.org.br/site/?prefeitura=41&acao=destaques&subacao=exibir&codigo=7356> Acesso em: 16 fev. 2011

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SONEIRO, Javier Callizo. **Aproximación a la geografía del turismo**. Madrid: Síntesis, 1991.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes. Os ventos do norte não movem moinhos. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 28, n. 2, p. 15-32, 2008.

SOUZA, José Arilson Xavier de. **O turismo no Ensino Médio de Camocim (CE) e as possibilidades de maior inserção nas aulas de Geografia**. 2005. 64 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral-CE, 2005.

_____. A "litoralização" de Camocim (CE) e o território usado da praia de Maceió. **Revista Geográfica Acadêmica**, v. 2, n. 1, p. 88-97, Goiânia, 2008. Disponível em: <http://www.rga.ggf.br> Acesso em: 20 dez. 2008.

SOUZA, Maria Salete de. O crescimento das cidades no Ceará e sua evolução. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. 4. **Anais...** Fortaleza: Autcc, 1995. p. 105-111.

_____. Ceará: bases de fixação do povoamento e o crescimento das cidades. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley C. (Org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. p. 13-30

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bretand Brasil, 2003. p. 77-116

STOCK, Adriana. **EUA acusam camarão brasileiro de 'concorrência desleal'**. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/story/2004/01/040102_camaraoas.shtml Acesso em: 11 jan 2010.

SUZUKI, Júlio César. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 10, n. 10, p. 134-150, 2007.

TELES, João Agostinho. O turismo de raiz no Ceará. In: CORIOLANO, Luzia N. M. T.; LIMA, Luiz C. (Orgs.) **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 72-91

TERRAMAR. **Dossiê do Conflito Fundiário na Comunidade de Tatajuba: 2001-2003**. Fortaleza: Instituto Terramar, 2003.

_____. **Dossiê Ambiental: Degradações, Conflitos e Crimes Ambientais em Fortaleza e no Estado do Ceará**. Fortaleza: Instituto Terramar, 2008.

TIMOTHY, Dallen J. Recreational second home in the United States: development issues and contemporary patterns. In: HALL, Michael C.; MULLER, Dieter K. **Tourism, mobility and second homes: between elite landscape and common ground**. Clevedon, Channel View, 2004. p. 133-148

TULIK, Olga. **Residências secundárias**: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo. 1995. 154 f. Tese (Livre-Docência) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

URBAIN, Jean-Didier. Le resident secondaire, un touriste à part? **Ethnologie française**, XXXII, 2002, p. 515-520

URRY, John. **O olhar do turista**: lazer e viagem nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

_____. **Sociology beyound societies**: mobilities for the 21th century. Londres: Routledge, 2000.

_____. **Mobility and proximity**. Disponível em: <http://www.trg.dk/transportraadet/pup/NT/NT-01-03.pdf#page=27> Acesso: 18 mar. 2008.

VETTER, David Michael; MASSENA, Rosa Maria Ramalho. Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infra-estrutura urbana? Uma teoria da causação circular. In: SILVA, L. A. Machado da. **Solo urbano**: tópicos sobre o uso da terra. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 49-77

VIDAL, Maria Rita. **Proposta de gestão ambiental para a reserva extrativista de Batoque - Aquiraz - CE**. 2006. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

VIEIRA, Maurício. Excesso de licenças na APA Baturité. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 12.01.2010

VISSER, Gustav. Second homes: reflections on an unexplored phenomenon in South Africa. In: HALL, Michael C.; MULLER, Dieter K. (eds.) **Tourism, mobility and second homes**: between elite landscape and common ground. Clevedon, Channel View, 2004. p. 196-214

WILLIAMS, Allan M.; HALL, C. Michael. Tourism, migration, circulation and mobility. In: HALL, C. Michael; WILLIAMS, Allan M. (eds.) **Tourism and migration**: new relationships between production and consumption. London: Kluwer Academic Publishers, 2002. p. 1-52

WILLIAMS, Daniel R.; McINTYRE, Norman. Where the heart and home reside: changing constructions of place and identity. In: LOFT, K.; MACDONALD, S. (Eds.). **Trends 2000**: Shaping the future. Lansing, MI: Michigan State University, 2001. p. 392-403

WWF/Brasil. **Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)**: análise da categoria de manejo e proposta de regulamentação. Brasília, abril de 2006.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

APÊNDICES - ROTEIROS DE ENTREVISTAS

APÊNDICE A - Nativos / Lideranças comunitárias

1. Qual a idade? Escolaridade? Profissão?
2. Participa de alguma associação, sindicato ou movimento?
3. Participou de alguma reunião do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano? Ou ouviu falar?
4. Qual a sua opinião sobre o crescimento do turismo em Camocim e seus benefícios para a população?
5. Concorde que o turismo é a atividade mais importante de Camocim e que deve receber atenção especial do Governo Federal, Estadual e Prefeitura?
6. Participou de alguma oficina ou curso de capacitação voltado ao turismo? Conhece alguém que fez e conseguiu emprego na área?
7. O que esperava com a chegada dos investidores italianos e com a inauguração do Boa Vista Resort? E, hoje, como vê a participação do grupo na economia e na vida de Camocim?
8. Como acompanha e avalia os conflitos existentes nas Praias de Maceió e Tatajuba (entre nativos e empresas que se dizem proprietárias das terras e desejam instalar grandes empreendimentos turísticos)?
9. Acha positivo o aumento do número de veranistas da região com casas de praia em Camocim? Por quê?
10. E a tendência de também crescer o número de estrangeiros que compram terrenos e constroem casas de praia no município, acha positivo ou um fator de preocupação? Por quê?
11. Como vê a relação entre nativos e veranistas/turistas em Camocim? Há algum conflito?
12. O aumento do preço das terras e a degradação dos recursos naturais são alguns problemas crescentes em Camocim. Eles o preocupam, de alguma forma? O que deve ser feito?
13. Paga IPTU? Concorde que os turistas de segundas residências devam pagar mais IPTU de que os nativos? Por quê?
14. Qual a expectativa para Camocim com a Rota das Emoções? Como avalia o andamento das políticas e ações do PRODETUR/PAC para consolidar esse roteiro inter-regional? E a população nativa, acha que tem sido contemplada na rota?

APÊNDICE B - Turistas residenciais

1. Qual a sua nacionalidade? E há quanto tempo frequenta o Brasil?
2. Qual a sua profissão?
3. De quem comprou esta casa/terreno? Em que ano?
4. Quais os períodos em que mais frequenta esta casa? Vem sempre com a família?
5. Possui outras casas de férias no Brasil ou em outros países?
6. Nos últimos anos, muitos turistas, como você, têm comprado casas para passar as férias no Nordeste e também longas temporadas. O que mais atrai no Brasil e em Camocim? Acha que esse aumento de turistas residenciais pode ser positivo para a economia e a população de Camocim?
7. Um estrangeiro que passa mais de 6 meses numa segunda residência em outro país deve ser chamado de turista ou migrante? Por quê?
8. Como se sente aqui na sua segunda residência: turista ou migrante?
9. Considera que essa casa também é um lar pra você e sua família? Ou apenas um espaço de lazer e um patrimônio familiar?
10. Como é sua relação com a população nativa? E com outros turistas?
11. Emprega algum nativo fixo ou temporário pra cuidar da casa?
12. Já alugou ou empresta esta casa a parentes e amigos? Já pensou em vender ou em transformá-la em primeira residência?
13. O que acha do comércio e dos serviços locais voltados aos turistas?
14. Paga IPTU? Concorde que os turistas que têm segundas residências devam pagar mais IPTU de que os nativos?
15. O que deve ser feito para que o crescimento do turismo e das segundas residências aqui em Camocim não degradem os atrativos naturais e aumentem a pobreza da população nativa?

APÊNDICE C - Veranistas

1. Qual o município da sua primeira residência?
2. Qual a sua profissão?
3. De quem comprou esta casa/terreno? Em que ano?
4. Quais motivos o levaram a comprar esta casa em Camocim?
5. Quais os períodos em que mais frequenta esta casa? Vem sempre com a família?
6. Além dessa, possui outras casas de praia ou de serra? Onde?
7. Considera que essa casa também é um lar pra você e sua família? Ou apenas um espaço de lazer e um patrimônio familiar?
8. Quando está aqui na casa de praia, sente-se como um turista? Ou apenas um visitante aproveitando o seu lazer? Por quê?
9. Como é sua relação com a população nativa? E com os turistas?
10. Emprega algum nativo fixo ou temporário pra cuidar da casa?
11. Já alugou ou empresta esta casa a parentes e amigos? Já pensou em vender ou em transformá-la em primeira residência?
12. Onde se abastece de gêneros alimentícios? O que acha do comércio e dos serviços locais?
13. Paga IPTU? Concorde que os veranistas devam pagar mais IPTU de que os nativos?
14. Como avalia a crescente procura de turistas estrangeiros por casas de veraneio no litoral cearense? Acha que, em Camocim, o impacto dessa demanda pode ser positivo para a economia, cultura e meio ambiente?
15. O que deve ser feito para que o crescimento do turismo e das casas de veraneio aqui em Camocim não degradem os atrativos naturais e aumentem a pobreza da população nativa?

APÊNDICE D - Lideranças políticas

1. Qual a situação do turismo hoje em Camocim? E como avalia os impactos das políticas recentes voltadas para fortalecer esta atividade no município (PROURB, PRODETUR, PNMT, Rota das Emoções)?
2. Qual o “papel” do turismo no novo Plano Diretor Participativo?
3. E com a pesca? Qual foi a preocupação em fortalecer esta atividade que ainda é de suma importância para a economia local?
4. Fale um pouco das negociações com o grupo italiano Marilha para a execução do “Camocim Global Village”? Quais as suas impressões iniciais do projeto e quais parcerias (público-privado) foram estabelecidas para que o grupo resolvesse ficar em Camocim?
5. Por que acha que só o Boa Vista Resort foi instalado até agora?
6. Houve participação e/ou resistência da comunidade para a aprovação do projeto dos italianos?
7. Na sua avaliação, o que, de fato, melhorou em Camocim após a instalação do Boa Vista Resort e, praticamente, dez anos depois da chegada do grupo italiano?
8. Nas praias de Tatajuba e Maceió foram criadas duas APAs para salvaguardar os recursos naturais e permitir o uso sustentável pelas populações presentes e futuras. No entanto, as comunidades denunciam que essas APAs não foram oficializadas com a publicação em Diário Oficial e não têm conseguido impedir as agressões ambientais e o aumento do mercado de terras. O que conhece sobre esse problema apontado?
9. Como acompanhou e avalia o conflito que ainda perdura em Tatajuba entre a comunidade e a empresa Vitória Régia que se diz proprietária daquela área?
10. Por que as APA's de Maceió e Tatajuba não têm conseguido impedir as agressões ambientais e o aumento do mercado de terras? Elas são, de fato, oficiais?
11. Como vê a praia de Maceió no contexto turístico do município? Como avalia seu crescimento, os projetos previstos e os problemas locais?
12. Por que mesmo sendo uma cidade litorânea, Camocim ainda tem um pequeno número de casas de veraneio?
13. O que acha da expansão do veraneio no município, especialmente daquele voltado para turistas estrangeiros que está em crescimento? Acha que o aumento das segundas residências pode gerar algum conflito entre veranistas, turistas estrangeiros, empresários e nativos?
14. Como avalia o andamento das políticas e ações do PRODETUR/PAC para consolidar a Rota das Emoções? E a população nativa, acha que tem sido contemplada na rota?
15. Assim como em todo o litoral nordestino, o aumento da especulação imobiliária em Camocim é flagrante e deve aumentar ainda mais nos próximos anos com as obras/projetos para fortalecer o Rota das Emoções (roteiro CEPIMA). Na época em que esteve na Prefeitura, qual foi sua preocupação para com esse problema e com os impactos ambientais que estão sendo potencializados com o turismo?

APÊNDICE E - Superintendente do Boa Vista Resort

1. Qual a taxa média de ocupação do Boa Vista Resort na alta e baixa estação?
2. Por que só o BVR foi instalado até agora? Quais foram os entraves para a execução do “Master Plan – Camocim Global Village”?
3. Quais as expectativas do BVR com o fortalecimento do “Rota das Emoções” (roteiro regional CEPIMA) e com as várias obras públicas já concluídas e em andamento na região (como as rodovias e os aeroportos)?
4. Qual o objetivo do condomínio Boa Vista Residence agregado ao resort? A quem se destina e como funcionará?
5. Por que os turistas estrangeiros, cada vez mais, vêm comprando casas ou unidades habitacionais em resorts para passar as férias no Nordeste brasileiro? O que mais os atraem e quais os impactos disso na hotelaria local e na economia de municípios como Camocim?
6. Acha que um estrangeiro que passa longa temporada (mais de 6 meses) numa segunda residência em outro país deva ser chamado de turista ou migrante? Por quê?
7. Além do Boa Vista Residence, há outros planos para ampliação futura do BVR?
8. O Hotel Ilha (municipal) ainda é uma cessão de uso de bem público feita pela prefeitura. Vocês têm planos de devolvê-lo em breve?
9. Por que o BVR e o Hotel Ilha (municipal) não desenvolvem a experiência de hotel-escola, fazendo parcerias com o SEBRAE e com cursos locais como os da UVA ou da Escola Profissionalizante do estado que já oferece o curso profissionalizante de Turismo a alunos do Ensino Médio?
10. Por que o BVR fechava alguns meses do ano? O que ocorria com os funcionários? E quantos são hoje os funcionários nativos de Camocim e os de fora?
11. Como avalia o impacto do resort na economia local? Há relações com o comércio e outros prestadores de serviço? Acha que ele produz externalidades positivas nos arredores?
12. Assim como em todo o litoral nordestino, os avanços da especulação imobiliária e dos impactos ambientais em Camocim também são notórios. E eles devem aumentar nos próximos anos com novas obras e empreendimentos para fortalecer o Rota das Emoções (roteiro CEPIMA). Qual a preocupação com a possível concorrência e/ou degradação dos atrativos locais?